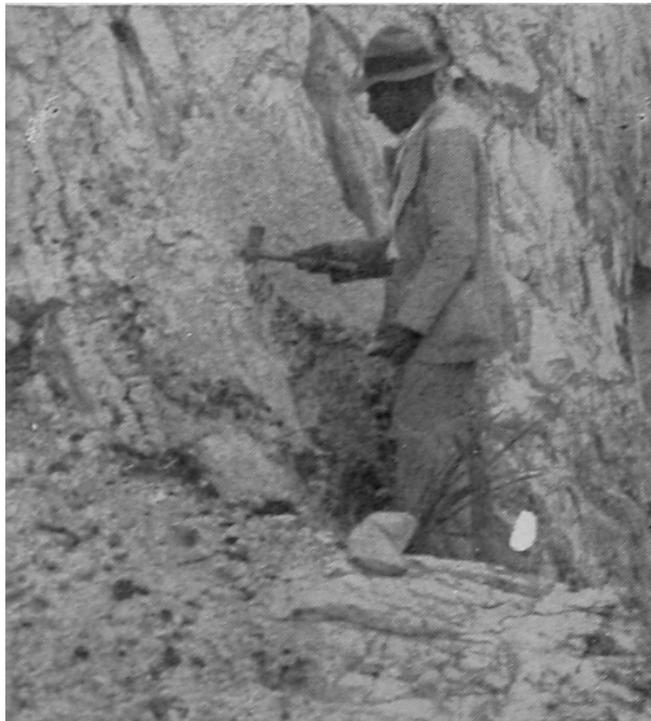


ZENEIDE RIOS DE JESUS

**ELDORADO SERTANEJO
GARIMPOS E GARIMPEIROS NAS SERRAS DE
JACOBINA (1930-1940).**



UFBA – 2005

ZENEIDE RIOS DE JESUS

**ELDORADO SERTANEJO
GARIMPOS E GARIMPEIROS NAS SERRAS DE
JACOBINA (1930-1940).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Profº Dr. Antonio Guerreiro M. de Freitas, para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Salvador – Ba
2005

Aos meus pais, Ariston Ribeiro de Jesus e
Águida Rios de Jesus.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I	
“VOU PARA O OURO”.....	30
Seguindo a trilha do ouro e rumando para o progresso.....	36
As serras, a cidade e os garimpos.....	43
“Jogatinas”, prostituição e “bebedeiras”: os “males da civilização” que atrasavam o progresso.....	51
CAPÍTULO II	
“QUEBRANDO A ORDEM”.....	72
“Joaquim Azougue: um caboclo azougado, nortista, moderno e disposto”.....	76
Garimpeiros brigões: “indivíduos de má procedência que não passaram pela bateia do alfabeto, da educação, da civilização”.....	88
CAPÍTULO III	
“A VIDA POR UM FIO”.....	113
A vida em perigo: das estradas dos garimpos aos incêndios nas barracas.....	117
Entre médicos e curandeiros: as doenças no garimpo.....	124
Explosões e desabamentos: os temores mais diretos que afligiam aos garimpeiros.....	139
CAPÍTULO IV	
“DISPUTANDO O OURO”.....	147
Tensões e conflitos na disputa pelo ouro nas serras de Jacobina.....	148
Garimpeiros, compradores de ouro, políticos e Companhia das Minas de Jacobina na disputa pelo ouro.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
FONTES E BIBLIOGRAFIA	199

Agradecimentos

Não obstante as afirmações de que o ato de escrever é extremamente solitário, torna-se impossível concluir esse trabalho sem contrair dívidas de gratidão. Muitas delas difíceis de resgatar. Mesmo elaborando uma lista considerável de agradecimentos corro o risco de não contemplar nesse espaço todos os que contribuíram para a concretização desse estudo. Gostaria de agradecer aos que não poderei citar nominalmente: os funcionários de arquivos, bibliotecas e demais instituições nas quais garimpei os dados dessa pesquisa. Dentre eles, pelo menos um nome não pode deixar de ser mencionado, o da bibliotecária do Mestrado, Marina, que aliando competência e gentileza torna a nossa busca mais suave e produtiva.

Na fase da escolha do tema e elaboração do projeto, foi fundamental a colaboração de Maria Conceição ou Cristina, - para atender os dois nomes que ela porta com audácia -. A ela devo a generosa indicação dos primeiros sinais de viabilidade dessa temática. Ao presentear-me com várias notícias copiadas do jornal *O Lيدador*, essa ex-aluna e amiga me deu as primeiras pistas para rastrear o brilho do ouro em Jacobina, a ela toda a minha gratidão. Em seguida, o amigo Edimilson Moraes foi obrigado a ouvir por telefone todas as minhas inquietações e pretensões acerca dos garimpos jacobinenses. Com a calma que lhe é peculiar, ouviu tudo e como sempre, me incentivou a seguir adiante.

Feito o projeto, sobrou para Ana Lúcia, colega de Departamento na Universidade do Estado da Bahia, dar o seu parecer ao fazer a revisão do mesmo. Seu olhar de não historiadora deu-me a certeza de que o mesmo estava compreensível. Ainda nessa fase, as conversas com a colega Sara Farias e a nossa participação nos Encontros de História Oral, foram fundamentais para esclarecer várias questões na montagem do projeto. Ao amigo Marlon Marcos agradeço a forma carinhosa com que sempre me incentivou e acreditou em mim.

Por não poder encaixá-lo numa única fase dessa trajetória, já que ele a antecede e permanece até hoje, cito o nome do professor Alberto Heráclito, grande responsável pelo meu envolvimento com a pesquisa histórica. Descobrimo-me no primeiro semestre do curso de licenciatura em História na UCSAL, Beto com olho clínico, me fez perceber o quanto eu poderia trilhar nos caminhos da história. Incentivando, emprestando material,

orientando, sempre esteve presente nos momentos mais significativos em relação aos aspectos acadêmicos. Com ele, a minha dívida é enorme e o meu carinho também.

Ao professor Antonio Guerreiro agradeço a orientação paciente. Sem pressões, aguardou o final de uma longa licença maternidade, para, finalmente, receber a produção dos textos que deram corpo a esse trabalho. Com a coordenação desse programa tenho uma outra dívida. A sensibilidade com que trataram a minha gravidez gemelar, compreendendo não só os riscos dela, mas, principalmente as limitações que essa situação me impunha, foi fundamental para que eu pudesse não só concluir o trabalho, mas, viver a maternidade sem culpa. Agradeço especialmente as professoras Maria Hilda e Lina Aras, que no período atuaram como coordenadoras.

Agradeço a professora Regina Beatriz, por ter atendido gentilmente meu pedido, enviando-me via e-mail a sua tese de doutorado. Ao amigo Marco Trindade agradeço por ter me apresentado a lenda de Pedro da Silva, referente aos garimpos de Rio de Contas. A Marina, colega de orientação, agradeço pela gentileza em conceder-me materiais raros. Também no que toca a empréstimo de materiais, agradeço a Clovis Ramaiana.

Obter acesso aos processos crimes se constituiu uma tarefa delicada e por várias vezes dificultada, pelo fato desses documentos se encontrarem sob a guarda do Poder Judiciário no Fórum Jorge Calmon em Jacobina. A consulta a esses processos teria sido quase impossível sem a autorização da juíza Luciana que com a intermediação da colega Graça Cavichioli permitiu que esses documentos fossem consultados, a elas agradeço a colaboração dispensada.

E por falar em processos crimes, quero registrar a ajuda inestimável de Laudicéia Santos pelo competente trabalho de transcrição dessa documentação. Também agradeço a Rogério Santana pela participação que teve na coleta de dados para essa pesquisa.

Aos colegas do Departamento de Ciências Humanas do Campus IV da UNEB em Jacobina, agradeço a colaboração traduzida na liberação das minhas atividades docentes durante o período de realização do mestrado. E principalmente pela compreensão ao conceder-me mais um ano de licença. A amiga Cléa Inês agradeço o interesse pelo meu trabalho, sempre disposta a procurar depoentes para a pesquisa. A ela devo o contato com a família Barberino, detentora de um expressivo acervo documental sobre Jacobina.

Agradeço as pessoas que durante o meu afastamento, deram prosseguimento às atividades do NEO – Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia. Principalmente, as professoras Eliene Maria e Ana Lúcia, a aluna Carla Côrte e o funcionário Ronaldo, que, digitalizaram todos os números de *O Lidador*, doados pela família de Dr. Florivaldo Barberino. Os quatro CD ROOM's contendo esse jornal foram largamente usados nessa pesquisa. A essas pessoas e a essa família os meus agradecimentos.

Agradeço também aos colegas de turma do mestrado. Apesar das pressões que pairavam sobre as nossas cabeças, o pouco tempo que passamos juntos foi muito prazeroso. Com os colegas Denílson e Andréia travei várias discussões sobre oralidade, certamente bem aproveitadas durante o trabalho. Ao compadre e amigo Jackson a gratidão pela generosidade e disponibilidade com que sempre se colocou para ler meus textos e procurar documentos. A Adriana agradeço a forma naturalíssima e carinhosa com que recebeu a notícia dos gêmeos. Enquanto para uns a situação era de extrema loucura, para ela, que veio a tornar-se comadre, o caso era de comemoração, sua opinião realmente fez diferença.

A minha família agradeço pela ajuda indispensável nos primeiros passos desse trabalho. As constantes viagens entre Serrolândia e Salvador no início do curso, só se tornaram possíveis graças ao apoio recebido. Com os meus sogros, José Carlos e Milena certamente a dívida contraída é imensa e com certeza jamais poderei resgatá-la. Ao trocarem o descanso dos finais de semana pelo cuidado com os gêmeos enquanto eu escrevia esse trabalho, Milena e Zé não demonstraram apenas parte dos zelos de avós, mas, sobretudo, atos de generosidade que agradeço imensamente.

Finalmente, a Ricardo Behrens, companheiro de todas as horas, e também colega de mestrado, sou grata pela força, pelo estímulo, cumplicidade, carinho e dedicação com que trilhou comigo o percurso que entrelaçou os nossos papéis de pais, companheiros e mestrandos. Durante os momentos mais críticos, Ricardo soube dividir seu tempo ajudando-me nas mais diversas tarefas e ainda encontrando ânimo para ler e discutir todos os capítulos dessa dissertação. A ele devo dicas preciosas que, apesar do desconhecimento da temática, foram muito úteis. Nos momentos finais, quando a minha paciência já havia esgotado, manteve-se paciente, procurando mostrar-me que a tarefa já estava cumprida. Ricardo, a você, não só a minha gratidão, mas também o meu carinho e admiração.

Aos meus filhos que certamente tiveram menos a minha companhia, agradeço pelo enorme sentido que emprestam a minha vida. Breno, agora a mamãe vai atender os seus pedidos e sentar-se para aprender a jogar xadrez com você. Fernanda e Vítor, além de poder apreciar melhor o crescimento de ambos, a mamãe mudará a brincadeira de esconde-esconde na biblioteca para outras mais interessantes.

INTRODUÇÃO

O visitante que, partindo de Salvador, decidir conhecer a cidade de Jacobina hoje, em 2005, percorrerá 330 km pela BR-324, buscando sua localização ao norte da Chapada Diamantina, numa região conhecida por “Piemonte da Chapada”. Nos minutos finais da viagem observará o caminho sinuoso por entre rochas, que o levará ao seu destino final. Aquele que optar por chegar no cair da tarde, certamente ficará encantado com o colorido avermelhado que o sol poente pinta no horizonte por detrás da cordilheira conhecida como “Serras de Jacobina”. Verá também que a cidade está localizada numa espécie de vale, como quem busca a proteção das formações rochosas que a circunda.

Ao adentrar Jacobina, o visitante atento notará que uma estátua de garimpeiro portando uma bateia dá as boas vindas aos que chegam, lembrando-lhes que aquela é a “cidade do ouro”. Perceberá ainda, que a mesma é cortada por dois rios, o do Ouro e o Itapicurú, que infelizmente não possuem mais as águas cristalinas, nem a correnteza de outrora. Verá que a cidade lembra um presépio, pois várias casas foram construídas nas encostas das serras e hoje ostentam portas, janelas e paredes pintadas de amarelo. A opção por essa cor está relacionada a uma contribuição da prefeitura, cuja gestão do prefeito Leopoldo Passos (1996-2004), adotou o amarelo como a cor preferida para fachadas, detalhes urbanos, logotipos usados na frota da prefeitura, etc. Tal iniciativa demonstra uma simbologia que parece lembrar, o tempo inteiro, o ouro que marcou e ainda marca a história do lugar.

Esse mesmo visitante, certamente acompanhado de um dos vários guias turísticos, que se mostram empenhados em mostrar as belezas da cidade, também irá se deparar com igrejas, casarões e ruas que lembram o passado colonial. Na praça Rio Branco, notará a descaracterização de belos e antigos casarões, cujas reformulações para abrigar casas comerciais passaram por cima de anos de história.

Na subida do bairro da Missão, verá o busto de Francisco Rocha Pires e ao indagar sobre ele, saberá que trata-se do coronel que por muito tempo comandou politicamente o município e que sua inserção na política jacobinense se deu com o afastamento político do seu tio, o Coronel Ernestino Alves Pires, que, por vários anos, após o advento da República, disputou o poder local com o coronel Galdino César de Moraes. Contarão a esse

visitante, que Chico Rocha, ao tomar conhecimento da renúncia de Ernestino, em relação à política, reuniu os partidários do velho coronel e anunciou que daquele momento em diante assumiria a chefia do partido, como de fato o fez, herdando também o inimigo número um do seu tio – o coronel Galdino. Em 1930, quando grupos políticos ligados a Chico Rocha assumiram o poder na Bahia, criaram-se as condições para que ele permanecesse até a década de 70, marcando presença no comando político de Jacobina.¹

É provável que esse guia mostre-lhe o trajeto que, anteriormente, fora cortado pelos trilhos por onde os trens da Ferrovia Leste Brasileiro circulavam e, informe-lhe sobre a demolição da velha Estação para dar lugar aos prédios que hoje abrigam a Universidade do Estado da Bahia, a Associação Comercial e o Ginásio de Esportes. Esse visitante também será informado de que o velho pontilhão e as casas contíguas que avistou nas proximidades da entrada da cidade são vestígios dos tempos da ferrovia. O pontilhão sobre o rio e as casas que acolheram os antigos funcionários da Companhia testemunham uma época em que para chegar à cidade se usava o trem, cujo apito também servia para marcar as horas, orientando os moradores do lugar.

Ao escutar as vozes dos moradores mais antigos, certamente ouvirá histórias que remontam a passados longínquos. E, tomará conhecimento da secular busca pelo ouro, presente na história do lugar, desde os tempos em que os índios payayás eram os donos das terras de Jacobina. Com certeza, ouvirá as histórias do mito fundador, baseada na lenda de “Jacó e Bina”, casal de índios que, alguns acreditam, teriam dado nome à cidade. Saberá que desde o século XVII, as serras de Jacobina atraíram muitas pessoas que se dedicaram à

¹No discurso proferido por Francisco Rocha Pires no serviço de alto-falantes “A Voz da cidade de Jacobina” no período de 29 de setembro e 9 de outubro de 1970 (Mimeografado), ele admite ter “herdado” o comando político de Jacobina quando o tio Ernestino Pires, anunciou seu afastamento da política jacobinense e a sua aliança com Galdino César. Inconformado com a atitude do velho coronel, Chico Rocha assumiu o comando do “grupo político” que, segundo ele, tinha ficado “acéfalo”. Em 1934 Francisco Rocha Pires foi eleito deputado estadual pela Constituinte sob a legenda do PSD, estabelecendo uma estreita relação com Juracy Magalhães. Em 1946 foi reeleito deputado, registrando passagens pela UDN e posteriormente pelo PR. Daí por diante, obteve sete legislaturas consecutivas. Chegando a ser escolhido como candidato a vice-governador do Estado da Bahia na chapa de Lomanto Júnior. Na década de 1970, Rocha Pires ainda estava na disputa pelo poder em Jacobina. Naquela oportunidade, seus opositores eram os netos do Coronel Ernestino Alves Pires: Fernando e Carlos Daltro. O primeiro foi eleito prefeito do município em 1972. Sobre esses aspectos, ver: MURITIBA, Itamar Reis. Et. alii. “*O Coronelismo na Chapada Diamantina e Piemonte (1880-1930)*”. Jacobina: Santa Cruz Artes Gráficas/UNEB-FFPJ, 1997 e LEMOS, Doracy Araújo. “*Jacobina sua História e sua Gente*”. Jacobina, 1995.

exploração aurífera. Também ficará sabendo que nos anos de 1930 e 1940, essas mesmas serras presenciaram novo surto aurífero, atraindo milhares de garimpeiros.

Ouvirá poucas referências sobre o final da década de 1940 quando as atividades de garimpagem parecem ter sofrido retração. Também terá poucas informações sobre as décadas de 1950 e 1960, quando a Mineração de Ouro de Jacobina, comandada por um grupo canadense assumiu a exploração do ouro. Certamente, as conversas mais fluentes tratarão da década de 1970, período em que a UNIGEO, empresa de pesquisa mineral, realizou um trabalho minucioso nas serras de Jacobina dando à Mineração Morro Velho S/A, a certeza da viabilidade da exploração aurífera. Resultado que permitiu a instalação dessa multinacional durante as décadas de 1980 e 1990, monopolizando as atividades de extração de ouro praticamente em toda a serra, restando aos garimpeiros, que se atrevessem a “invadir” os domínios da grande empresa, a repressão ostensiva.

Persistindo a curiosidade do viajante pela história do ouro, saberá do desconforto e de todo um clima de prostração que tomou conta da cidade quando no final da década de 1990, a multinacional que já havia trocado o nome para Jacobina Mineração e Comércio LTDA, encerrou suas atividades, alegando dificuldades em continuar a explorar o ouro, em virtude do baixo preço do produto no mercado internacional. Tomará conhecimento da retração que se abateu sobre o comércio, do desemprego e de muitas outras questões provocadas com esse fechamento. Por outro lado, saberá também que, durante o período de atividade dessa empresa mineradora, os danos ambientais foram incalculáveis. Não obstante isso, o desmatamento e a devastação das serras são ocultados pela superfície serrana, de aparência intocável.

Perguntando um pouco mais, sobre os aspectos negativos da exploração executada pela Morro Velho, talvez alguém lhe conte em voz baixa, sobre os inúmeros casos de silicose, doença que atingiu muitos trabalhadores do subsolo. Hoje, muitos deles, incapacitados para o trabalho e vivendo com uma mísera pensão do INSS - cuja renovação depende de perícias constantes -, esperam o dia em que se concretizará, a única certeza de futuro - a morte.

Enquanto isso, suas mulheres, verdadeiras “viúvas de maridos vivos”² assistem impotentes a desesperança e depressão que tomou conta dos maridos, que outrora eram os provedores da família, na maioria dos casos, compostas por numerosas proles.

E finalmente, esse visitante constatará o clima de euforia que atualmente, marca as conversas dos moradores, sobre a reabertura da empresa Jacobina Mineração e Comércio LTDA noticiada pela mídia em setembro de 2004. E perceberá que a reativação da economia aurífera reacendeu expectativas de dias mais prósperos. Os efeitos dessa retomada das atividades de exploração já se fazem sentir, nas vagas de emprego que começam a ser apontadas, na carestia de vida que dá os prenúncios de aumento nos alugueis de imóveis e, principalmente no aparecimento de novas pessoas que começam a circular em Jacobina. Trata-se de mão-de-obra especializada trazida de outros países e dos demais Estados brasileiros, sobretudo, de Minas Gerais, onde fica localizada a matriz da Mineração Morro Velho S.A.. O visitante verá que agora, mais do que nunca, a cidade se coloca como merecedora do título que nunca abriu mão, - o de “cidade do ouro”.

O que certamente, esse visitante deverá deixar de saber, são os detalhes de um período, cuja história não havia sido escrita. A história dos garimpeiros que nas décadas de 1930 e 1940, se dirigiram para as serras de Jacobina. Oriunda de regiões vizinhas e também de lugares longínquos, uma grande quantidade de pessoas, movidas pelo sonho de encontrar os filões auríferos ocultados pelas rochas e se tornarem ricos da noite para o dia, vasculharam as serras de Jacobina. Muitos desses trabalhadores eram lavradores flagelados pelas secas que marcaram os primeiros anos da década de 1930. Nas serras, se transformaram em garimpeiros “temporários” e juntamente com garimpeiros “profissionais”, grandes e pequenos comerciantes, prostitutas, proprietários de garimpos, empresa de mineração, políticos locais e demais autoridades policiais e judiciárias

² Expressão utilizada pela esposa de um desses trabalhadores, o Sr. Pedro Silva Ramos, também conhecido por “Nen”. A entrevista a esse ex-mineiro foi realizada para o projeto “Memórias do Ouro”, de minha autoria, desenvolvido no Núcleo de História Oral, Memória e Iconografia na Universidade do Estado da Bahia, no Departamento Campus IV. (Projeto interrompido para execução do Mestrado, mas que será retomado brevemente). O depoente nasceu em 1950, no município de Serrolândia e na época da entrevista contava 52 anos de idade. Trabalhou 14 anos na Mineração Morro Velho, seu depoimento aponta questões relevantes sobre os trabalhadores da Mina. Sua experiência de vida mostrou-se bastante interessante para compreender a história do ouro durante a exploração da multinacional. Pedro Silva faleceu no segundo semestre de 2004 em decorrência das complicações geradas pela silicose.

protagonizaram questões que marcaram a história do ouro no município de Jacobina durante o século XX.

Essa visão panorâmica de Jacobina, apresentada sob uma multiplicidade de tempos, tem por objetivo pontuar a forte relação da cidade com a busca pelo ouro. Embora tenhamos visto que desde a formação dos primeiros núcleos de povoamento, esse metal sempre marcou presença, voltaremos nossa atenção para as décadas de 1930 e 1940, quando Jacobina não diferia muito da maioria dos municípios baianos. A maioria de suas ruas não era pavimentada, não possuía rede de esgotos e a iluminação elétrica, fornecida pela usina Companhia Força e Luz de propriedade do coronel Galdino César de Moraes, era bastante deficiente. Eram poucos os domicílios que possuíam energia elétrica, restringindo-se às famílias mais abastadas.³

O sistema de comunicação da cidade também apresentava deficiências. O telégrafo, instalado na Estação Ferroviária não foi poupado pelo jornal que reclamava da demora na transmissão e recepção das mensagens. Já o rádio era a grande novidade da época, *O Lidador*, jornal local que circulava nesse período, fazia questão de apontar o número de aparelhos existentes na cidade incluindo o da redação do jornal como um dos fatores de progresso de Jacobina. Os bares que enviavam seus reclames para o jornal ressaltavam que dispunham de rádio para o entretenimento dos clientes.

As estradas que ligavam Jacobina a outras partes do Estado também eram deficitárias. Tratava-se de caminhos carroçáveis, feitos muitas vezes com a parceria da prefeitura e comerciantes locais.⁴ A ajuda governamental nesses casos, quando acontecia, visava minorar a situação de flagelo a que estava relegada boa parte dos sertanejos em função das estiagens do período. Nesses momentos, as frentes de serviço se mostravam bastante pertinentes.

³ Em 1932 a cidade de Jacobina pagou 7:200\$000 pelos serviços de energia com 140 lâmpadas públicas e 53 prédios servidos por instalação. Conforme dados do Anuário Estatístico da Bahia nº 34308 (1931-1932). Imprensa Oficial do Estado. 1934. p. 238.

⁴ Em 1937, o deputado Edson Ribeiro, de Feira de Santana apresentou na Assembléia Legislativa um projeto para construção de uma estrada de rodagem ligando Jacobina a Feira de Santana. O projeto mexeu com os brios do deputado Rocha Pires que considerou uma “desatenção” por parte do seu colega. Alegando que era sua intenção desde 1936 apresentar tal projeto, Rocha Pires teve que se contentar em votar favorável a execução do mesmo, já que o deputado feirense havia se antecipado e buscado uma solução conveniente para um dos mais sérios problemas que Jacobina enfrentava – a falta de estradas para escoar os produtos produzidos no município.

A Ferrovia Leste Brasileiro era o principal meio de transporte. Através dos trens as pessoas chegavam e partiam da cidade e transportavam produtos diversos. Entretanto, a qualidade dos serviços prestados pela empresa também não escapou das críticas dos jacobinenses que fizeram do jornal local seu porta-voz. Muitas denúncias foram feitas sobre atrasos, super lotação, despreparo dos condutores, etc.⁵

Do ponto de vista econômico, a cidade possuía uma produção diversa. Na agricultura produzia-se arroz, cana-de-açúcar, mamona, feijão, milho, mandioca, algodão e batata inglesa. Na área pastoril, dedicavam-se as criações de bovino, eqüino, asinino, muar, suíno, ovino e caprino. No campo da indústria extrativa, o município explorava e comercializava ouro, cal, cerâmica, lã de barriguda, coquilho de ouricuri e mel de abelhas. Na indústria agrícola sobressaía-se a fabricação de farinha de mandioca, farinha de tapioca, polvilho, aguardente e rapadura, e na indústria de origem animal, a principal produção estava centrada nas fábricas de laticínios.⁶

Em relação ao lazer e a cultura, Jacobina realizava anualmente a micareta, festa que mobilizava principalmente os membros mais abastados da sociedade jacobinense, que formavam blocos e se dedicavam à confecção de fantasias e elaboração das marchinhas. Os bares com bilhares, rádios e gelados também eram anunciados, convidando principalmente a população masculina a desfrutarem desses recursos modernos. As festas religiosas como as de São Benedito e Santo Antônio também preenchiam o calendário festivo da cidade. Nessas ocasiões, as filarmônicas, a marujada e o “Jazz” de Jaime Ribeiro (conjunto

⁵ Uma das denúncias e protestos mais sérios no que diz respeito à qualidade dos serviços de que dispunham os jacobinenses, ocorreu com a Companhia Leste Brasileiro. Em 1937, os comerciantes locais, sobretudo os exportadores, cansados do descaso da ferrovia, resolveram boicotar os serviços da empresa e se recusaram a transportar seus produtos através da Leste, criando estradas para que pudessem escoar a produção. As mercadorias iam sendo empilhadas nos armazéns particulares e, apesar dos prejuízos, os comerciantes não pareciam dispostos a cederem. Para resolver o impasse, Juracy Magalhães telegrafou ao deputado Francisco Rocha Pires solicitando sua intervenção junto aos comerciantes da praça. O deputado jacobinense por sua vez, telegrafou ao superintendente da Leste afirmando que a solução do problema consistia numa maior oferta de carros para transporte das mercadorias e juntamente com o deputado José Jatobá, escreveu ao ministro Marques dos Reis, pedindo providências no sentido de interferir junto a Leste para que a empresa cumprisse contratos e disponibilizasse condições favoráveis de transporte para os produtos de exportação de Jacobina. *O Lidador*, nº 169 de 17 de janeiro de 1937. (*Governo do Estado solicita intervenção de Chico Rocha junto aos exportadores dessa praça*) p. 1; *O Lidador*, nº 170 de 24 de janeiro de 1937. (*Continua a questão dos exportadores e da Leste*) p. 1; *O Lidador*, nº 171 de 31 de janeiro de 1937. (*Os protestos contra a Leste*) p. 4; *O Lidador*, nº 172 de 07 de fevereiro de 1937. (*A crise da Leste*) p. 1 e *O Lidador*, nº 217 de 26 de dezembro de 1937. (*Até quando sofreremos?*) p. 1.

⁶ Monografia dos municípios baianos. In: COSTA, Cornélio F. Legislação que interessa aos municípios. Salvador, Estado da Bahia, 1941.

musical) davam o tom da festa. O cinema também era bastante divulgado e juntamente com os “assustados”, bailes realizados nas residências, atraíam a sociedade jacobinense.

Em termos de saúde pública, as condições eram precárias. Havia um posto de saúde e poucos médicos. Na década de trinta foi construído o primeiro hospital da cidade, o Antonio Teixeira Sobrinho.⁷ Antenados com as idéias higiênicas, os jacobinenses, por meio da imprensa, procuravam constantemente o Delegado de Higiene para resolver questões sobre o asseio, bem como as doenças infecto-contagiosas que grassavam na região. Através do Posto de Higiene, distribuía-se remédios, vacinas, faziam-se consultas e, principalmente, combatia-se os maus hábitos que afrontavam a idéia de cidade higiênica.

A falta de água encanada fazia com que boa parte da população desenvolvesse o costume de banhar-se nos rios. Hábitos que incomodavam a população; pois, muitas vezes, a depender do horário, a nudez dos banhistas afrontava a moral e os bons costumes. Sem contar as reclamações em torno da falta de higiene, provocada não só pelos banhos, mas, pela lavagem de roupas, animais e cascalho. Até mesmo a água potável consumida pela população ficava comprometida em função da poluição dos rios, provocada pelo costume de lavar cascalho e ainda pela busca do ouro nos rios da cidade.⁸

Não obstante os aspectos vistos como negativos para a cidade, como a falta de higiene e carência de melhor infra-estrutura, os jacobinenses acreditavam que Jacobina

⁷ Em 1933 o tabelião Davino Teixeira deixava registrado em seu *Livro de Tabelionato*, uma lista de nomes em que figuravam os senhores mais abastados e de prestígio político da cidade, e que deveriam compor o 1º Conselho Diretor do Hospital de Caridade. Para o Conselho Diretor foram indicados nomes como o de Ernestino Alves Pires, Galdino César de Moraes, Manoel Teixeira Valois Coutinho, Reynaldo Jacobina Vieira, Francisco Rocha Pires, Antonio Valois Coutinho, Arsênio Cezar de Moraes, José Rocha Pires, José Dias Pires entre outros. Esse estabelecimento deveria ser construído com o valor de 200 contos de réis deixado pelo Sr. Antonio Teixeira Sobrinho, que faleceu aos 83 anos de idade sem parentes que herdassem a fortuna construída ao longo dos anos. Segundo o registro, Antonio Teixeira Sobrinho era solteiro, criador e proprietário e teria deixado um espólio a ser dividido com sobrinhos e outras pessoas. Dentre as suas doações estavam as 200 apólices da Dívida Pública Federal no valor de um conto de réis cada uma, destinadas à construção do hospital. Realizado o seu desejo, os jacobinenses passaram a contar com esse hospital público desde a década de trinta até a atualidade. Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Judiciária – Livro de Tabelionato S.R.J./26/138 (1932-1939).

⁸ A polêmica causada por esse hábito foi registrada no jornal, cujas referências se encontram no terceiro capítulo desse trabalho.

poderia galgar a modernidade⁹. Se fizeram presentes nas idéias dos membros representantes da sociedade jacobinense, no delegado de higiene, no jornal *O Lيدador*, na justiça e demais autoridades, todo o discurso de progresso, civilidade e combate às práticas que contrariavam os princípios higiênicos. Discurso esse, difundido no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX em várias capitais brasileiras, através das reformas urbanas.

A economia aurífera que ganhou novo fôlego nas décadas de trinta e quarenta trouxe implícitas as expectativas de inserir Jacobina na direção do progresso e do desenvolvimento. As milhares de pessoas atraídas pelas notícias do ouro traziam as possibilidades de através do trabalho, gerarem riqueza que deveria ser investida na construção de uma cidade mais urbana, mais asseada e mais progressista. Paradoxalmente, as mazelas que também acompanhavam esses forasteiros pareciam ameaçar o ideal de cidade limpa, desenvolvida, pacata e moderna que se pretendia. Considerados como “males da civilização”, a bebida, o jogo e a prostituição foram combatidos, mas representavam alternativas de entretenimento para os garimpeiros e pessoas mais pobres.

Os garimpeiros foram vistos ora como facilitadores desse ideal de modernidade, através dos lucros auferidos pelo seu trabalho, ora como séria ameaça a uma ordem vigente que garantia a tranquilidade e progresso de Jacobina. Seus modos de vida, suas condições de trabalho, suas lutas diárias confundiam-se com o cotidiano dos moradores locais. As áreas de garimpagem localizadas no entorno da cidade ofereciam uma rede de relações que instituía um constante ir e vir da cidade para os garimpos e vice-versa.

Para as pessoas envolvidas com o comércio, a exploração do ouro em Jacobina se mostrou favorável a novos empreendimentos. Grandes negociantes rapidamente entenderam que além de oferecer produtos diversos para aqueles que passaram a residir nas Serras de Jacobina, comprar e vender o ouro também era um negócio bastante promissor. Pequenos comerciantes também descobriram que subir as serras todos os dias para

⁹ O termo modernidade foi aqui empregado como práticas culturais, sociais e civilizatórias. Para a imprensa e boa parte da elite jacobinense, abraçar a civilização e a modernidade equivalia alterar os aspectos arquitetônicos e higiênicos da cidade de Jacobina, defendendo construções com fachadas mais atuais, reivindicando o asseio das vias públicas, proibindo animais soltos nas ruas, buscando a melhoria no sistema de abastecimento de água e energia da cidade, etc. Em relação às práticas culturais, eram consideradas “civilizadas” e “modernas”, aquelas relacionadas à elite, como por exemplo: as reuniões nas casas de amigos, os bailes, o cinema, etc. Entretanto, os hábitos da população pobre, geralmente, eram criticados e vistos como sinônimo de atraso, principalmente, quando se tratava de jogos, bebedeiras e envolvimento com prostitutas.

mercadejarem seus produtos era uma atividade altamente lucrativa. Mas, não foram só os negociantes que tomaram os caminhos dos garimpos, homens, mulheres e crianças subiam as serras diariamente em busca dos “serviços de ouro”. Entre eles, as prostitutas que, segundo consta nos depoimentos, nem sempre esperavam pelas visitas dos clientes, chegando mesmo a irem em busca deles nas serras durante o dia. Nas lembranças de seu Matias, as serras do Cruzeiro e o monte Tabor, guardam sempre a imagem semelhante a um “formigueiro”, dada a quantidade de gente que protagonizava essa imagem em dois períodos do dia: pela manhã quando subiam a serra e no final da tarde quando desciam depois de um dia de trabalho.¹⁰

Esse labor diário se apresentou como atenuante das conseqüências geradas pelas estiagens que assolaram os primeiros anos da década de 1930. O ouro, como atividade promissora, ao ser descoberto nas serras de Jacobina, permitiu que muitos sertanejos buscassem sua sobrevivência nos diversos garimpos espalhados ao longo da cordilheira que se estendia desde a cidade de Djalma Dutra, até o município de Senhor do Bonfim. Nos limites do município de Jacobina, vários filões auríferos foram descobertos. Lugares como Itapicurú, Canavieiras, Jaboticaba, Coxo de Dentro e de Fora, Figuras, Jaqueira e tantos outros experimentaram um rápido desenvolvimento provocado pela chegada repentina de muitas pessoas em busca do ouro.

É esse dia-a-dia daqueles que se envolveram com os garimpos e, sobretudo, dos garimpeiros que tratarei nesse estudo. Para isso, dividi essa análise em quatro capítulos. No primeiro intitulado de “*Vou para o ouro*” busco demonstrar que, seguindo a trilha da busca do ouro através dos séculos, as expectativas de uma economia gravitando em torno da atividade aurífera em Jacobina iam se perpetuando. Empurrados pelas condições históricas específicas, homens, mulheres e crianças tiraram desse metal seu sustento e em muitos casos sua ruína. Também veremos que as condições que se estabeleceram com o advento do ouro nas décadas de trinta e quarenta mudaram o cotidiano de povoados, que antes das

¹⁰ Entrevista concedida em 05 de fevereiro de 2003 pelo Sr. José Matias dos Reis, ex-garimpeiro. O depoente nasceu na região de Senhor do Bonfim e foi para Jacobina pela primeira vez com a família por volta de 1932 em função da seca. Numa segunda vez, já no ano de 1937 o senhor Matias retornou a Jacobina e iniciou o trabalho nos garimpos aos 13 anos de idade. Entrevistado aos 79 anos de idade, seu Matias apresenta perda parcial da visão em decorrência de cataratas. Suas lembranças acerca da experiência do garimpo são bastante vivas. O entrevistado revelou-se um excelente depoente narrando com fluidez sua história de vida com ênfase na sua experiência em vários garimpos de ouro na região de Jacobina, incluindo também um garimpo de cristal na Chapada Diamantina.

novas ocorrências mal figuravam como lugares ermos e despovoados. Esse novo modo de vida que se instalou nos garimpos e na cidade trouxe soluções para as difíceis condições de vida das pessoas que habitavam nesses locais, mas também trouxe problemas, inseguranças e riscos.

Num segundo momento desse capítulo, demonstro que grande parte dos problemas oriundos do mundo do garimpo estavam relacionados às condições de lazer e divertimento dos garimpeiros e porque não dizer, de grande parte da população pobre, tanto local como itinerante, oriunda tanto de regiões vizinhas quanto longínquas, que se aventurava em busca do sonho dourado. Jogatinas, bebedeiras e prostituição estiveram na mira da sociedade jacobinense e, particularmente, da polícia. Essas práticas tiveram largo espaço entre aqueles que buscavam sobreviver dos garimpos e entre os moradores locais. Se, por um lado, o comércio se movimentava, concedendo a Jacobina e região uma maior expressividade econômica e conseqüentemente maiores chances de galgarem uma vida mais moderna, os problemas decorrentes desse novo dia-a-dia era o preço a se pagar pelo ingresso na “civilização”, visto que todos esses “males” se intensificavam com a chegada de aspectos relacionados a tão sonhada modernidade e de uma maior circulação de dinheiro proporcionada pelo ouro.

No segundo capítulo, “*Quebrando a ordem*” apresento o garimpeiro Joaquim Jacundino de Matos, por entender que a figura desse trabalhador traduz a maior parte dos temores vividos tanto pela justiça, como por policiais e sociedade de maneira geral, com relação a quebra da ordem e criminalidade. Demonstrando que o estereótipo construído para o garimpeiro, Jacundino, ao mesmo tempo em que despertava medo, também despertava admiração. A sua personalidade forte embalou histórias sobre os “perigosos tipos” que apareciam nos garimpos. Sua coragem para o trabalho, suas atitudes destemidas e, muitas vezes, supersticiosas estimularam o imaginário garimpeiro, para o qual existe a crença de que não é a pessoa que escolhe o ouro, e sim o ouro que escolhe a pessoa. Entre aqueles que conviveram com Jacundino, corria a fama de que por onde ele passava surgia o ouro.¹¹ Mas, o que explica a opção de dedicar essa primeira parte a esse garimpeiro, é,

¹¹ Conforme um artigo escrito pelo ex-juiz de direito Amarílio Benjamin na ocasião da morte de Jacundino. In: *O Lidador*, Nº 179 de 28 de março de 1937. “*Azougue*”. P. 4.

sobretudo, a sua capacidade de incomodar a justiça, pois foi protagonista de muitos “barulhos” na região do Itapicurú.

Veremos num segundo momento desse capítulo que os garimpeiros, além de se aproximarem do álcool, do jogo e da prostituição, considerados como “males da civilização”, também protagonizaram episódios relacionados com a criminalidade como homicídios, espancamentos, lesões corporais, entre outros. Veremos, portanto, como a sociedade jacobinense reagiu a esses “forasteiros”, atentando para a imbricação do discurso de progresso e civilidade no combate a essas práticas, bem como as tentativas de enquadrar os garimpeiros como os responsáveis pela “quebra da ordem”, fato bastante temido num local repleto de “forasteiros”. Para exemplificar essas reações busquei apontar o discurso da justiça sobre os garimpeiros considerados “desordeiros”. Veremos também que se criou um estereótipo para o garimpeiro pautado numa imagem de imprevidência, irresponsabilidade e aventura. Essa imagem não só reforça a idéia de uma violência latente e inerente ao garimpo como homogeneíza todo um comportamento atribuído ao garimpeiro de forma indiscriminada. Vale ressaltar que não só os forasteiros foram responsáveis pela garimpagem nas serras de Jacobina, nem tão pouco, os únicos a se envolverem na criminalidade que foi apontada como “elemento de desordem” na região de Jacobina.

O terceiro capítulo recebeu como título a expressão “*A vida por um fio*”, nele busco examinar as condições de trabalho nos garimpos atentando para os riscos e perigos a que estavam expostos. Esses riscos estavam nos desmoronamentos, soterramentos, nas doenças infecto-contagiosas que se alastravam rapidamente, estimuladas pelas péssimas condições de higiene e pela alta concentração de pessoas nesses lugares. Além disso, os riscos provenientes do manuseio de produtos químicos, como o mercúrio, afetavam não só os garimpeiros, mas toda a população da cidade, visto que, o uso indiscriminado desse produto poluía os rios que abasteciam o município de Jacobina. Ao abordar esses aspectos procuro demonstrar que a falta de infra-estrutura tanto nos garimpos quanto na cidade dificultavam ainda mais o socorro aos garimpeiros nas horas de emergência, um exemplo disso era a falta de estradas e um serviço médico que atendesse essas populações. Os incêndios também eram constantes e provocados pelo tipo de construção adotado nos garimpos, muitas vezes foram vistos pelo ponto de vista do imaginário.

O último capítulo, “*Disputando o ouro*” apresenta dois momentos nos quais o demonstro as tensões e conflitos da sociedade do garimpo, buscando perceber a imbricação da política local com as questões relacionadas às atividades auríferas em Jacobina. Num primeiro momento, as reflexões giram em torno das tensões e das situações de conflito em que se envolveram os garimpeiros considerados “autônomos”¹² e os denominados de “proprietários”¹³ de garimpos. Algumas áreas nas serras de Jacobina passaram por momentos de tensões, como por exemplo, o garimpo das Figuras, que a partir da descoberta de um serviço promissor se criou todo um clima de disputas e tensões que envolveram o coronel Francisco Rocha Pires, membros da família Valois, que faziam parte da elite jacobinense, o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia e o governador Otávio Mangabeira. Outros casos de disputa noticiados no jornal *O Lidador*, também serão apresentados demonstrando o clima competitivo que se instalou nas serras de Jacobina a partir das novas ocorrências auríferas. Ao longo dessas considerações também será feita referências à legislação aurífera da época com o intuito de identificar as limitações dessas leis como precedentes para a instalação desses conflitos.

Num segundo momento, analiso as relações entre os trabalhadores dos garimpos, a Companhia das Minas de Jacobina e os compradores de ouro que atuavam nas minas do Itapicurú, destacando as intervenções dos políticos nessas ocorrências conflituosas e tentando demonstrar que essas relações impregnavam situações específicas do universo garimpeiro, extrapolando, na maioria das vezes, os limites do poder local, se estendendo ao âmbito estadual.

Para as análises acima foi empreendida uma verdadeira “garimpagem” por arquivos, bibliotecas e acervos particulares. As dificuldades em encontrar dados acerca do período estudado foram constantes. No Arquivo Público Municipal de Jacobina são raros os

¹² Entende-se por garimpeiro autônomo, os indivíduos que laboravam na serra de forma independente, que tanto podiam explorar uma área já descoberta e considerada de propriedade livre, ou seja, sem um determinado “dono”, ou aquele garimpeiro que explorando a serra se tornava o “descobridor” de um novo “serviço de ouro”.

¹³ Os proprietários de garimpos nem sempre eram “simples” garimpeiros que descobriram algum filão depois do trabalho de exploração. Nas décadas em estudo é possível verificar que muitas pessoas buscaram requerer a posse de terrenos que se demonstraram promissores após a exploração feita pelos garimpeiros autônomos. Antecipando-se e registrando esses garimpos como sua propriedade, algumas dessas pessoas tiveram que provar na justiça que eram legalmente proprietários dos garimpos requeridos. Eram também considerados garimpeiros proprietários, as pessoas com recursos suficientes para empreenderem a busca pelo ouro nas serras de Jacobina usando como mão-de-obra os garimpeiros denominados de meia-praça, ou seja, indivíduos que trabalhavam na condição de dividirem com o dono do garimpo os lucros do que fosse encontrado.

documentos relacionados à temática. Ali apenas alguns atestados de óbito foram encontrados. No Fórum Jorge Calmon também localizado em Jacobina, encontrei os processos crimes dos anos de 1930 e 1940. No acervo da família Barberino encontrei os exemplares do jornal *O Lidador*, fonte bastante privilegiada e que me permitiu avançar nas análises pretendidas.

Boa parte da pesquisa foi desenvolvida na cidade de Salvador em instituições como: Arquivo Público da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Seção de Obras Raras da Biblioteca Central do Estado da Bahia, Fundação Clemente Mariani, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral, CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, SEI – Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia.

As fontes pesquisadas revelaram-se difíceis tanto no que diz respeito ao tratamento, quanto ao acesso. Ou seja, problemas comuns aos pesquisadores que enveredam pela pesquisa histórica acerca de cidades como Jacobina. A falta de classificação, dispersão das fontes e a má conservação foi um problema recorrente. No caso de Jacobina, um grande empecilho deveu-se a um considerável número de documentos restritos aos acervos particulares. Essa foi mais uma limitação para essa pesquisa, pois, apesar da existência de fontes inéditas e relevantes, o acesso às mesmas dependeu sempre da boa vontade e do humor de quem as possuía. Grande parte dessa documentação foi guardada por pessoas que ocuparam cargos públicos e que se acharam no direito de se apropriarem da mesma. Outro fator gravíssimo na formação desses “arquivos particulares” diz respeito à intenção de ocultar determinadas questões relacionadas à história da cidade. Tal prática justifica-se pelo envolvimento de interesses conflitantes entre diversos grupos e famílias locais.

A documentação utilizada nesse trabalho não é seriada e se caracteriza pela diversidade. Espalhados por várias Instituições de pesquisa e órgãos públicos, esses documentos apresentaram limitações e potencialidades, que exigiram uma série de cuidados a fim de evitar interpretações lacunares e descuidadas. Dentre esses documentos os jornais, processos crimes e depoimentos foram os mais utilizados.

O Jornal *O Lidador*, circulou de setembro de 1933 até 1940 e publicou uma série de notícias sobre as áreas de garimpo, principalmente o do Itapicurú. Composto de quatro páginas e publicado semanalmente, aos domingos, noticiava assuntos tanto de ordem

nacional e internacional, quanto do dia-a-dia de Jacobina e cidades vizinhas, incluindo aí aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. A data de abertura em 7 de setembro (de 1933), parece coincidir também com a data natalícia do seu fundador, Nemésio Lima. Todo o ano, nessa data, circulava uma edição comemorativa do jornal. Ocasão em que editava cerca de sete ou oito páginas e mostrava reportagens especiais, sempre destacando a sociedade jacobinense.

Nos seus sete anos de vida, esse jornal anunciou não só a trajetória do ouro, mas, praticamente todos os aspectos referentes à história da cidade. Seu discurso se pautava nos ideais de trabalho, progresso e nacionalismo bastante característicos do período em que circulou. Em várias edições, trás localizado abaixo do nome, *O Lidador*, a expressão “Para o progresso de Jacobina”. Nele, o Delegado de Higiene encontrou um forte aliado. Desde quando começou a circular, colocou-se como um ferrenho defensor de uma cidade higienizada. Se autodenominando de “imprensa sertaneja” ou “imprensa indígena”, o periódico publicou matérias exaltando ações que pudessem promover o desenvolvimento de Jacobina e condenando hábitos que afastavam a cidade do ideal de modernidade e progresso. Em 1934 quando cobrava dívidas de seus assinantes, aproveitou a ocasião para lembrar a sua “missão” enquanto defensor da idéia de cidade civilizada, higiênica e moderna. Para isso, afirmava que o “jornal era o termômetro que marca (va) o grau de civilização, de adiantamento de um povo”. E ia mais longe ao declarar que nenhuma cidade poderia se declarar civilizada se não possuísse uma imprensa.¹⁴

O nome *O Lidador*, dá idéia de uma associação com o trabalho, acredito que o trabalhismo vigente no período de circulação do periódico tenha influenciado a nomenclatura, assumindo claramente a idéia de que pelo trabalho se constrói a Pátria. Embora utilize esse nome e demonstre ao longo dos anos um discurso favorável aos sertanejos trabalhadores nas diversas áreas, inclusive dos garimpos, esse veículo de comunicação estava voltado para um público que se localizava nos setores mais bem situados socialmente. Os assinantes e leitores do jornal, assim como os anunciantes, eram os grandes comerciantes, políticos, fazendeiros, dentistas, médicos, advogados, rábulas e outros profissionais que faziam parte da sociedade jacobinense. Mesmo que o jornal fosse lido por outros grupos desprovidos de prestígio social ou econômico, suas matérias em

¹⁴ *O Lidador*, nº 40 de 08 de junho de 1934. (*Aos nossos assinantes*) p.1.

geral, apresentava uma grande preocupação com a chamada alta sociedade jacobinense. As ações, as comemorações e outros aspectos que envolviam as pessoas de destaque social sempre eram notícias no jornal.

Além disso, fica patente nas matérias publicadas a aliança política estabelecida entre Nemésio Lima, diretor do jornal, e o coronel Francisco Rocha Pires. A parcialidade marca as notícias sobre esse político. A direção do jornal fez questão de tornar visível a simpatia e a gratidão que nutria por Chico Rocha, político que o acolheu quando, por questões políticas teve que deixar a vizinha cidade de Mundo Novo e mudar-se para Jacobina instalando ali seu jornal.

Esse perfil do *O Lيدador* foi observado na tentativa de usá-lo para além da fonte de informações, atentando para a análise do discurso que o mesmo apresenta e cruzando-o na medida do possível com outros documentos. Esse procedimento permitiu avaliar que, embora se posicionasse favorável aos garimpeiros, o jornal acabava produzindo um discurso voltado para os grandes proprietários de garimpo, amigos e partidários do coronel Francisco Rocha Pires. No caso dos embates em torno das disputas pelo ouro, protagonizados por garimpeiros, políticos, comerciantes locais e Companhia Minas de Jacobina, torna-se visível a intenção de formular uma opinião pública desfavorável a empresa mineradora. Além disso, foi observada uma característica comum a imprensa – a facilidade em mudar de opinião. Essa postura explica as oscilações no que se refere à visão que o jornal apresenta sobre a Companhia das Minas de Jacobina. No início das atividades dessa empresa ela é vista como agente de progresso, com o desenrolar dos acontecimentos, diante da tentativa de monopolização da atividade de exploração aurífera apresentada pela Companhia, o jornal torna-se seu crítico mais severo.

Utilizei o *Diário de Notícias* e *A Tarde*, ambos da capital. Nesses jornais encontrei matérias acerca das tensões entre garimpeiros, mineradores e compradores de ouro. O cruzamento dessas notícias com as correspondências expedidas e recebidas pela Secretaria de Segurança Pública apontaram a intensidade dos conflitos nos garimpos e o envolvimento das lideranças locais nessas brigas. O tratamento para esses jornais foi o mesmo dispensado ao periódico local.

Consultei vários documentos localizados na Seção Republicana do Arquivo Público do Estado da Bahia intitulados “Documentos da pasta do Ministério de Justiça e do

Interior”. Apesar da busca frustrada, pois, encontrei poucas referências sobre Jacobina, destaco a correspondência da Secretaria de Segurança Pública, onde localizei Inquéritos Policiais e correspondências diversas que tratavam de assuntos referentes ao período estudado. A grande limitação dessa documentação consiste na forma como está classificada, ou seja, os documentos não são separados nem por municípios, nem por assunto, dificultando a busca e a identificação dos mesmos. Por isso, trata-se de uma documentação de difícil trato, pois está depositada em cerca de 600 caixas distribuídas nas Pastas da Secretaria da Justiça e do Interior.

No que se refere à Legislação aurífera, foi indispensável a consulta ao Código de Minas, documento que permite entender o funcionamento das questões relacionadas à extração de ouro no país, nas décadas de 1930 e de 1940. Cruzando-o com outros documentos e depoimentos, foi possível perceber que essa legislação deixava margem para que se instalassem conflitos em torno das disputas pelo ouro, já que ela, enquanto lei, não era suficiente para garantir os direitos dos garimpeiros.

No Diário Oficial do Estado e da União encontrei decretos referentes às questões relacionadas à legislação do ouro e notas sobre a economia aurífera e a questão das secas. Esses dados foram importantes na medida em que busquei analisar no primeiro capítulo como a redescoberta do ouro foi vista enquanto solução para as graves consequências das estiagens ocorridas nos primeiros anos da década de 1930. Além disso, dados encontrados permitiram avaliar o cenário nacional indicando a importância desse metal para a economia do Brasil.

Os Censos Demográficos e Econômicos forneceram dados que pude utilizar muito pouco, uma vez que, as informações recolhidas nos censos se mostraram insuficientes para uma análise do crescimento populacional no período. Essa intenção foi inviabilizada a partir da constatação de que ao longo das duas décadas estudadas, o município de Jacobina sofreu desmembramentos territoriais que dificultaram essa análise. Além disso, por se tratar de uma população itinerante que vagava de garimpo em garimpo, fica difícil saber se foi recenseada. Quanto aos censos econômicos, nada dizem sobre a produção de ouro, levando-me a inferir sobre a clandestinidade dessas atividades.

Nos Depoimentos Orais percebi fontes fundamentais para esse estudo. Entrevistando ex-garimpeiros e demais pessoas que tiveram experiências comuns com o

garimpo, encontrei respostas para uma série de questões cuja documentação escrita já referida não especificava. Apesar das dificuldades em trabalhar com esse tipo de fonte, destaco a riqueza das experiências registradas. O cuidado no trato desses depoimentos foi, sem dúvida, perceber que se tratavam de leituras do passado, resignificadas no tempo presente e, portanto, deveriam ser interpretados e cruzados com outras fontes, dispensando-lhes um tratamento crítico semelhante ao que se faz com outro tipo de documento.

Utilizei quinze processos crimes que foram lidos não no intuito de identificar culpados ou inocentes, mas avaliar as pressões e tensões contidas no dia-a-dia do garimpo. A leitura desses documentos visou, sobretudo, perceber, como ações protagonizadas pelos garimpeiros foram vistas como quebra da ordem ou da norma, levando em consideração a idéia de “construção da fábula” desenvolvida por Mariza Correia ao trabalhar com esse tipo de documentação. Para essa autora, ao cometer um assassinato, a morte da vítima é despojada de seu peso concreto e é transformada numa fábula onde estão contidas todas as mortes possíveis de acontecer. Logo, é para esse crime que se volta o olhar jurídico, que ordena o mundo da criminalidade, partindo de uma visão que organiza essa realidade de acordo com as normas legais preestabelecidas, mas também de acordo com as normas sociais, as que não estão escritas, que serão debatidas pelos encarregados do julgamento.¹⁵ Nos casos ocorridos com os garimpeiros, tanto no que se refere aos assassinatos quanto as lesões corporais, percebe-se a preocupação dos chamados “atores jurídicos” em desenvolverem um discurso moralizador, punitivo e de precaução. Ao proferir as sentenças, para cada caso, era comum as referências à adoção de medidas que visassem coibir comportamentos semelhantes ao do réu julgado, impedindo que se expandissem por áreas já “propensas a esses tipos de atitudes”.

No que se refere à bibliografia utilizada, as limitações também não foram poucas. A escassa produção de estudos sobre Jacobina constituiu-se numa das grandes dificuldades ao longo dessa pesquisa. O conhecimento da história das cidades interioranas ainda representa uma lacuna considerável na historiografia baiana, embora os programas de pós-graduação venham revelando, cada vez mais, uma certa produção nesse sentido, esses estudos ainda

¹⁵ CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro. Graal, 1983. p. 25.

não são divulgados de forma mais efetiva e, no caso de cidades como Jacobina, com uma história ainda por escrever, estudá-las ainda é um grande desafio.

Essa bibliografia restrita sobre Jacobina aponta, de certa forma, uma busca pela preservação da memória histórica do município, porém, muitos desses trabalhos ressaltam os aspectos factuais, alguns porque foram produzidos em um contexto em que a forma de se escrever a história era marcada pelo positivismo, outros por tratar-se do esforço de moradores locais que buscam recolher e registrar os principais acontecimentos, datas mais salientes, apontar lideranças do cenário político e “personagens importantes”, geralmente ligados às famílias tradicionais.¹⁶ Diferencia-se dessa produção, as dissertações de Mestrado defendidas a partir da década de 1990. Nelas, os sujeitos históricos e as questões políticas, econômicas, sociais e culturais ganharam visibilidade.¹⁷

No que se refere à temática do ouro em Jacobina, os poucos estudos são geralmente voltados para os aspectos técnicos, cujo objetivo maior é a caracterização e definição do potencial aurífero dos garimpos. É o caso, por exemplo, dos trabalhos intitulados *Ouro na Serra de Jacobina e Garimpos na Região de Jacobina – Estado da Bahia*¹⁸ de autoria do engenheiro Henrique Cápper Alves de Souza, do DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral, que percorreu as Serras de Jacobina na década de 1940, avaliando os garimpos ali existentes. Embora esses trabalhos estejam voltados para a análise geológica da serra, contemplam também aspectos do cotidiano garimpeiro, permitindo uma boa compreensão dos trabalhos de garimpagem no período. Outro aspecto importante dos estudos de Henrique Cápper é a opinião que o autor emite acerca da viabilidade da garimpagem livre nas serras de Jacobina.

¹⁶ COSTA, Affonso. “*Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora*” In Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geographia. II Volume, Salvador, 1916 – “*200 annos depois e então Villa de Jacobina.*” In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, (48) 1923 - “*As Minas de Prata de Roberio Dias; a luz da crítica hodierna*”. Bahia, Liv. Econômica, 1915 e “*Nomes que dignificam; da história de Jacobina*”. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, (79) 1955. Ver também: Doracy Araújo Lemos, citados na Bibliografia. Ver também: LEMOS, Doracy Araújo. “*Jacobina sua História e sua Gente*”. Jacobina, 1995.

¹⁷ FONSECA. Antonio Ângelo Martins da. “*Poder, Crise Regional e Novas Estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina/Bahia*”. Dissertação apresentada ao Mestrado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995 e MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva, “*Um olhar sobre a Festa da marujada em Jacobina*”. Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social da PUC. São Paulo, 1999.

¹⁸ SOUZA, Henrique Caper Alves de. “Ouro na Serra de Jacobina”, Ministério da agricultura – DNPM, Boletim N.º 51. Rio de Janeiro, 1942. “Garimpos na região de Jacobina, Estado da Bahia”. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1941.

Também vinculado às publicações do DNPM, o trabalho *Panorama do Ouro na Bahia*, aponta dados sobre a economia aurífera em Jacobina. É um estudo que pontua alguns aspectos da economia aurífera na Bahia e trás informações oficiais sobre a trajetória do ouro em Jacobina, sendo importante, portanto, para cruzar com outros dados e traçar uma caracterização mais detalhada do período estudado.¹⁹

Ao analisar os conflitos entre a Companhia Minas de Jacobina²⁰, garimpeiros e compradores de ouro, fez-se necessário uma avaliação da Legislação Aurífera do período, para essa finalidade foi bastante produtiva a leitura da obra *Garimpagem: seus aspectos Jurídicos – Sociais*²¹. Trata-se da análise jurídica de um conflito ocorrido entre garimpeiros e concessionários da localidade de Brejinho no município de Caitité e apresenta semelhanças com Jacobina, oferecendo, portanto, condições que permitem relacionar as convergências desses dois casos. Outro aspecto importante nessa obra é a discussão da legislação vigente na década de 40 sobre o assunto.

O estudo, “*Garimpos e Garimpeiros na Bahia*”,²² aborda os garimpos de diamantes em Lençóis e de esmeraldas em Carnaíba. É um estudo amplo e comparativo dessas duas regiões, que auxiliou na percepção das diferenças e semelhanças dos sistemas internos de relações sociais, econômicas e culturais dos garimpos abordados pelos autores e aqueles que se desenvolveram nas serras de Jacobina.

Circunscritas ao século XVIII, as obras: “*Desclassificados do Ouro: a pobreza Mineira no Século XVIII*”,²³ e “*O Avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*”²⁴, foram importantes para pensar as questões em torno da pobreza que se ergue paradoxalmente ao lado das promessas de riqueza que as áreas de garimpo encerram e a inserção das mulheres no universo do garimpo.

Voltados para o século XIX, os trabalhos sobre a Chapada Diamantina, também ajudaram a pensar o garimpo em Jacobina. A dissertação de Mestrado intitulada “*Santa*

¹⁹ PONTE NETO, Oséas & RIBEIRO, Adalberto Figueiredo. “*Panorama do Ouro na Bahia*”. Salvador: Superintendência de Geologia e recursos Minerais, 1998.

²⁰ Ao longo desse trabalho usei as iniciais CMJ para referir-me a essa empresa.

²¹ RIBEIRO, A. Varela. “*Garimpagem: seus aspectos Jurídicos-Sociais*” - s/ed. Rio de Janeiro, 1946.

²² MACHADO NETO, Zahidé. “*Garimpos e garimpeiros na Bahia*”. Projeto de Pesquisa. Salvador, UFBA/FFCH, 1972.

²³ SOUZA, Laura de Mello e. “*Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*”. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

²⁴ FIGUEIREDO. Luciano. “*O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*”. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF:Edunb,1993.

*Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX*²⁵, e o livro *“Bambúrrios e Quimeras: olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura”*²⁶, ajudaram a estabelecer relações entre as duas regiões, mesmo em contextos diferentes.

A obra talvez mais pertinente e que me permitiu um diálogo mais amplo foi *“Grupiaras e Monchões: Cidades da Mineração – Mato Grosso na Primeira Metade do Século Vinte”*²⁷. Trata-se de um estudo que aborda também o período ao qual me dedico e faz largo uso das fontes orais. Embora esteja voltado para a questão do povoamento do Mato Grosso, vários aspectos abordados pela autora me auxiliaram no tratamento das fontes e nas análises das especificidades de Jacobina. Obras literárias como *Cascalho* de Herberto Sales e *Maria Dusá*²⁸ de Lindolfo Rocha, sobre o garimpo de diamantes nas Lavras Diamantinas, também foram importantes na medida em que puderam ser confrontadas com outras fontes.

Outros estudos foram realizados sob a forma de monografias de final de curso apresentadas no curso de História da UNEB – Campus IV, localizado na cidade de Jacobina. Esses trabalhos, incipientes pelo grau de maturidade, servem principalmente para apontar aspectos relevantes da história da cidade que podem culminar em trabalhos mais aprofundados. Na impossibilidade de citar e comentar todos eles, até pela imperdoável falta de registro no Departamento, destaco dois deles que me chama atenção por revelarem documentos inéditos e temas significativos: *“O Coronelismo na Chapada Diamantina e*

²⁵ PINA, Maria Cristina Dantas. *“Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em História Social. UFBA. Salvador, 2000.

²⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes, ARAÚJO, Delmar Alves de e SENNA. Ronaldo Salles. *“Bambúrrios e Quimeras: olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura”*. Feira de Santana: UEFS, 2002.

²⁷ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Grupiaras e Monchões: Cidades da Mineração – Mato Grosso na Primeira Metade do Século Vinte*. Tese de Doutorado. ICHS/História – UNICAMP, São Paulo.

²⁸ SALES, Herberto. *“Cascalho”*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. ROCHA, Lindolfo. *“Maria Dusá”*. São Paulo: Ática, 2001.

*Piemonte (1880-1930) e “Seduzidas e defloradas em Jacobina na década de 30.”*²⁹

Essa bibliografia, de contextos diversos e específicos, foi utilizada na perspectiva de estabelecer um diálogo capaz de detectar semelhanças, ausências, rupturas e continuidades nos garimpos da Serra de Jacobina e contribuiu para ampliar o conhecimento em torno dessa região cuja história está relacionada à conquista, ocupação e povoamento do território brasileiro e particularmente a conquista dos Sertões Baianos.

Diante da carência de estudos sobre Jacobina, abordar a história do ouro que, por vários séculos, esteve presente acompanhando inclusive a formação da vila e se estendendo até os dias atuais, significa preencher um pouco das lacunas que marcam a história desse município. É curioso o fato de que inexistem estudos sobre o período colonial do atual município de Jacobina, especialmente quando lembramos que, desde o século XVII, se tem notícias das primeiras ocorrências de ouro da região. As referências a esse período aparecem de forma fragmentada em obras que abordam a conquista dos “Sertões do Brasil”. Se a temática da mineração que despertou o interesse de vários cronistas não foi devidamente abordada, muitos outros aspectos e períodos da história de Jacobina ainda se constituem verdadeiros silêncios. Assim, conhecer um pouco mais sobre os garimpos e garimpeiros que nas décadas de 1930 e 1940 emprestaram uma nova dinâmica à cidade de Jacobina torna esse trabalho relevante, sobretudo, para a história da Bahia.

As limitações que se fazem presentes no curso da pesquisa, bem como as preferências pessoais implicam em recortes e abordagens possíveis de se realizar em consonância com as condições em que foi desenvolvido o trabalho. Portanto, outras vertentes que certamente poderiam ter orientado esse estudo, como, por exemplo, as questões políticas que envolveram a atividade de garimpagem, ou possíveis estudos das relações de gêneros nos garimpos, entre outros, aparecem como esboços que apontam possibilidades de análises futuras, até porque nenhuma pesquisa se esgota. Há sempre um

²⁹ MURITIBA, Itanar Reis. Et. & alli. O Coronelismo na Chapada Diamantina (1880-1930). Jacobina FFPJ/UNEB, 1997 e SOUZA, Jozinete Oliveira. Seduzidas e defloradas em Jacobina na década de 30. Monografia apresentada ao curso de História. UNEB – Campus IV, Jacobina, 2000. Outras monografias apresentadas no final do curso de História do Departamento de Ciências Humanas – UNEB – Jacobina, versam sobre temas diversos como: a Marujada, a Companhia de Força e Luz, a Sociedade dos Artífices, as greves da Mineração Morro Velho S/A, a prostituição em Jacobina, a ferrovia, entre outros. No conjunto de monografias já produzidas pode-se dizer que são autores iniciando a busca por um conhecimento maior em torno de Jacobina e região. Entretanto, falta uma maior circulação desses estudos que concluídos, geralmente não são disponibilizados na Biblioteca na Universidade para conhecimento dos interessados.

“por fazer” que se prolonga para além da fase final. É com base nessas constatações que mesmo detectando aspectos que poderiam ter sido melhor analisados, tenho a clareza de que, tais alternativas implicariam num trabalho de pesquisa mais detalhado e aprofundado que o tempo e as condições em que se processaram esse estudo não comportariam.

CAPÍTULO I

VOU PARA O OURO!

*Mil bateias vão rodando sobre córregos escuros;
A terra vai sendo aberta por intermináveis sulcos;
Infinitas galerias penetram morros profundos.³⁰*

Introdução.

O ouro é a alavanca do progresso. Sem ele os arranha-céus se não ergueriam desafiando as alturas nem os aeroplanos desafiariam a magnitude dos arranha-céus. Sem ele não surgiriam as cidades deslumbrantes, nem as instituições beneméritas. Sem ele as artes não teriam mérito e a vida não teria o movimento, a agitação, o ruído dinâmico das oficinas, o silvo das locomotivas e um símbolo de força e inteligência no ranger metálico das engrenagens nem haveria o turbilhonar constante em que confundem as raças e as castas.³¹

O trecho acima foi retirado de um longo artigo escrito em março de 1934, por L. J. M. Barreto, escritor e um dos colaboradores do jornal *O Lidador*. Para este colunista o ouro era bendito, era bom. E justamente por ser bom era ambicionado, invejado e caluniado. Segundo Barreto, o ouro era a solução para muitos males que afligiam a humanidade como, por exemplo, a fome e a miséria. Além disso, era um metal que não poderia ser “destronado”, nem “ultrajado” e, muito menos, “menosprezado”, pois ele era o passaporte para o mundo civilizado. Era ele quem trazia o tão sonhado progresso e igualava a todos, independente da “raça” ou da “casta”.

Ainda em março de 1934 com o título *Vêm cavar ouro*, o *Lidador* reproduzia uma notícia veiculada no Jornal *A Tarde* em que anunciava a autorização dada a particulares para exploração de ouro em Jacobina.³² Visando estimular a busca dessa riqueza, eram publicados os achados, a exemplo da pepita que pesava 33 gramas encontrada por uma lavradora e que teria lhe rendido cerca de 350\$.³³ O jornal também procurava ressaltar as facilidades e as possibilidades do enriquecimento rápido, pois no povoado de Figuras seis garimpeiros teriam encontrado uma “Mancha” de cascalho com apenas três horas de

³⁰ Trecho extraído do poema *Romance II ou do ouro incansável*, de autoria de MEIRELES, Cecília. In: *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 47

³¹ *O Lidador* nº 28 de 16 de março de 1934. (*O ouro*) p. 1.

³² *O Lidador* nº 29 de 23 de março de 1934. (*Vêm cavar ouro*) p. 1.

³³ *O Lidador* nº 30 de 30 de março de 1934. (*Um sonho feliz*) p. 1.

trabalho. Essa descoberta teria rendido aos garimpeiros³⁴ cerca de cento e noventa e sete gramas e meia de ouro.³⁵

No período pós 1935 são abundantes as notícias sobre as minas que iam sendo descobertas dia-a-dia. O intuito do jornal era demonstrar o potencial aurífero das serras com vistas a atrair os garimpeiros para os trabalhos de exploração.³⁶ A imprensa via na extração aurífera a grande oportunidade de Jacobina se desenvolver economicamente, tornando-se uma cidade civilizada. Constituíam-se sobre os garimpos jacobinenses uma visão de terra prometida, cheia de oportunidades enfatizando os benefícios e a facilidade em se cavar ouro. Geralmente esses apelos eram dirigidos aos “sertanejos pobres dos municípios vizinhos”. Conforme o periódico, aqueles que atendessem o clamor dos garimpos seriam bem recompensados, pois nessas áreas costumavam produzir mensalmente cerca de 20 kg de ouro, cuja arrecadação ficava em torno de trezentos contos de réis, equaninamente “distribuído com todos os que mourejam nas minas do garimpo”.³⁷

Para a construção de uma imagem idílica as zonas de mineração são vistas como lugares que encerram expectativas de felicidade, alegria e tranquilidade. Outro aspecto curioso é a referência qualidade de vida que os garimpeiros teriam ao trabalharem nas montanhas respirando ar puro e saudável. Nas matérias foram omitidos sistematicamente a insalubridade e os riscos decorrentes dessas atividades.³⁸ Ocultando esses aspectos, a propaganda jornalística sobre o ouro vendia ilusões, alardeando possibilidades e potencialidades dos garimpos. Dessa forma, afirmavam que “nas minas prodigiosas” havia muitas riquezas e que estas chegariam para aqueles que tivessem “coragem de trabalhar e esperar”.

³⁴ O salário médio dos trabalhadores, principalmente os da zona rural na região de Jacobina equivalia a mais ou menos 13,80 no ano de 1932. Conforme CALMON, Jorge. *As estradas corriam para o Sul: migração nordestina para São Paulo*. Salvador: EGBA, 1998. p. 203.

³⁵ *O Lidador* nº 60 de 26 de outubro de 1934. (*Ouro! Ouro!*) p. 1.

³⁶ Ver por exemplo: *O Lidador* nº 101 de 18 de agosto de 1935. (*Uma pepita de peso*) p.1; nº 106 de 29 de setembro de 1935 (*Formidáveis jazidas de ouro a 2 Km da cidade*) p. 1; nº 107 de 06 de outubro de 1935 (*surpresas do garimpo*) p. 1; nº 111 de 03 de novembro de 1935 (*Vendo de perto as minas de ouro*) p. 1; nº 149 de 02 de agosto de 1936 (*Um belo achado*) p. 1; nº 180 de 04 de abril de 1937. (*Ainda as minas prodigiosas*) p. 1; nº 256 de 09 de outubro de 1938. (*Uma pepita de ouro com 273 gramas!*) p.1; nº 257 de 23 de outubro de 1938. (*Ouro e diamantes no Caen*)p. 1; nº 285 de 14 de maio de 1939 (*20 quilos de ouro por semana produzem as minas de Jacobina*) P. 1 e o nº 288 de 11 de julho de 1939 (*garimpos prodigiosos. Formidável jazida aluvionar a dois passos da cidade*). P.1;

³⁷ *O Lidador*, nº 152 de 23 de agosto de 1936. (*O que os faiscadores de ouro precisam saber*) p.1.

³⁸ *O Lidador*, nº 180 de 04 de abril de 1937. (*Ainda as minas prodigiosas*) P.1.

O *Lidador* será o grande divulgador das riquezas, esperanças e venturas proporcionadas pelas novas ocorrências auríferas na região de Jacobina. Defendendo a bandeira do progresso garantido pelo trabalho, o jornal via nas minas de ouro um dos caminhos para o desenvolvimento da cidade. De 1933 até o fechamento do jornal em 1940 foram publicadas várias notícias que buscavam anunciar as potencialidades das minas, as ações dos garimpeiros e as possibilidades de lucratividade em função da comercialização do ouro.³⁹

As notícias sobre as novas descobertas dos filões auríferos se sucediam e, conforme o jornal, todas as pessoas que tivessem coragem para trabalhar sem esmorecer poderiam ser gratificados, uma vez que, havia ouro “em toda a parte que se lave a bateia e há dinheiro a rodo!”.⁴⁰ Ao referir-se a essas últimas condições o jornal acrescentava novas ilusões às promessas contidas nas reportagens, que insistiam em afirmar a facilidade que era cavar ouro na Serra de Jacobina. Os garimpeiros que se aventuravam nessas atividades não eram de todo convencidos pela propaganda jornalística e sabiam que a paciência e a sorte eram indispensáveis. No entanto, as duras condições de vida que o sertanejo enfrentava naquele contexto emprestavam um caráter mágico a atividade do garimpo. Sorte, destino, proteção divina, enfim, todo um imaginário providencialista associado à busca de ouro, fizeram com que milhares de pessoas fossem tentar a sorte, compactuando com as promessas encerradas na imprensa.

A estratégia de convencimento das populações sertanejas, veiculadas pelo *Lidador*, repetia os apelos de outras regiões sequiosas por mão-de-obra barata, como aquelas do sudeste. Com a seca de 1932, o próprio Estado da Bahia engajou-se na campanha migratória, facilitando o deslocamento da população nordestina para o sudeste.⁴¹ Seu Matias, ex-garimpeiro, conta que chegou em Jacobina por volta de 1932 acompanhado de

³⁹ *O Lidador* nº 08 de 27 de outubro de 1933. (*As minas de ouro de Jacobina*) p. 1

⁴⁰ *O Lidador*, 04 de agosto de 1935. (*Ouro e muito em Saúde*) p.1 e (*Quanto Jacobina exportou no mês de julho*) p.1.

⁴¹ Entretanto em 1936, quando já se atenuavam às conseqüências da seca, os baianos por meio de um Comunicado da Bolsa de Mercadorias da Bahia, publicado no Diário Oficial intitulado “Braços para São Paulo”, se mostraram indignados com o recrutamento feito por agentes paulistas. Alegando que, não satisfeitos com a contratação dos trabalhadores das zonas do São Francisco e do Alto Sertão do Estado, esses agentes estavam invadindo as zonas suburbanas contratando não só lavradores como operários outros, com promessas de bons salários e outros auxílios. Naquele momento, a Bahia precisava daqueles braços “para desenvolver as suas inúmeras atividades, quer na zona rural, quer na urbana”. Diário oficial, quarta feira, 5 de fevereiro de 1936. p. 2035.

toda a família e, embora ainda fosse um menino de mais ou menos oito anos de idade, lembra que os pais estavam decididos a migrarem para o “sul”. Entretanto, em função das epidemias que grassavam com a seca, o próprio governo teria suspenso a imigração. A família então, decidiu ficar em Jacobina e se aventurar na busca pelo ouro.⁴²

Logo, as difíceis condições de vida dos sertanejos propiciadas pelas longas estiagens que castigaram todo o nordeste na década de 1930 tornaram-se aliadas da propaganda jornalística. Seduzindo as populações pobres com as promessas de um paraíso terreal, cujo passaporte era a busca pelo ouro, o jornal *O Lيدador* usava os mesmos argumentos dos recrutadores de mão-de-obra para o Sul do país.

Os primeiros anos de descoberta do ouro coincidiram com esse período difícil marcado pelas conseqüências dessa seca. O quadro de miséria instituído pela fome que assolava a região, pela perda da propriedade, geralmente vendida aos grandes proprietários a preços baixos e pelas migrações compulsórias, estimulou a procura de soluções. Conforme os depoimentos, a serra de Jacobina proporcionou uma grande saída para aqueles que foram em busca do precioso metal. Seu Matias, ao nos contar as lembranças desse período, reforça a imagem de um lugar bastante procurado a partir das notícias sobre o ouro: “Esse mundo tinha gente... Esses garimpos foi numa época ruim, foi aonde o pessoal vieram se refrigerar.”⁴³

Nos depoimentos coletados as referências à seca de 1932 são recorrentes. Segundo os depoentes, os filões auríferos representaram a grande alternativa de sobrevivência para a população de Jacobina e cidades vizinhas que ainda sofriam com as perdas ocasionadas pelo período de estiagem. Todos os entrevistados guardam vivas lembranças dessa época e fazem relação entre os “tempos ruins” provocados pela longa estiagem e os anos “dourados” que se seguiram após a descoberta do ouro. Pelo visto, o nobre metal se colocava como solução possível para os graves problemas enfrentados pela população. É possível assinalar nesses depoimentos, referências às dificuldades que boa parte da população encontrou para garantir a própria sobrevivência durante os anos de seca. São lembranças da infância e adolescência, provavelmente misturadas às histórias ouvidas ao longo dos anos.

⁴² José Matias dos Reis. Entrevista já citada.

⁴³ Idem.

Com o florescimento da economia aurífera, muitos sertanejos castigados pela seca buscaram alternativas nas serras. Ao menos é o que aponta seu Matias sobre a longa peregrinação de sua família por vários lugares da região em busca de condições de vida menos hostis. Conta ainda que quando retornaram para Jacobina e se fixaram no garimpo da Pingadeira, a situação melhorou pois: “fiquemo aqui no garimpo de ouro, tudo muito bom, tudo com muito dinheiro e muita coisa”...⁴⁴

As péssimas condições proporcionadas pela seca com certeza exerceram papel decisivo para que muitos sertanejos se arriscassem nos garimpos de Jacobina em busca de uma saída para os impasses da crise vivida⁴⁵. Esse aspecto, aliado ao fascínio exercido pelo ouro, explica porque homens e mulheres foram suscetíveis aos apelos da imprensa que, por muitas vezes, apresentaram os garimpos como lugares privilegiados, nos quais a fartura e a abundância permitiriam a qualquer um enriquecer da noite para o dia.

A instalação das atividades de garimpagem nas serras de Jacobina, nesse período, encontrou um contexto nacional bastante favorável. Segundo Henrique Souza, nas décadas de trinta e quarenta, a garimpagem se constituiu em forma de sobrevivência e esperança de uma grande parcela da população pobre que migrou para a região dos garimpos jacobinenses. O desenvolvimento dessas atividades foram favorecidos pela política do governo Vargas, “que compreendia a importância do ouro, para o equilíbrio da balança econômica”. Assim, a nova Legislação aurífera, observada principalmente no Código de Minas criado em 1934 e a permanência do alto valor do ouro no mercado, por cerca de três décadas – 1930, 1940 e 1950 - deram margem para um trabalho intensivo de garimpagem nesta região.⁴⁶ No contexto internacional, havia condições favoráveis e estimulantes para a extração aurífera. Conforme um comunicado da Bolsa de Mercadorias publicado no Diário Oficial, a produção mundial do ouro em 1934 teve um aumento de 13%, passando de 756.767 Kg no ano de 1932, para 862.222 Kg. Somente na América Latina onde ocorreu

⁴⁴ José Matias dos Reis. Entrevista já citada.

⁴⁵ As épocas de secas tornam-se propícias para que muitos fazendeiros aumentem seu patrimônio, incorporando propriedades e animais adquiridos a preços muito baixos, tais práticas permitem que nem todos estejam tão suscetíveis às conseqüências das estiagens. Não é objetivo desse trabalho uma análise mais específica sobre a seca e suas conseqüências, entretanto, é preciso considerar o período de estiagens para além do fenômeno climático, atentando para a construção do discurso da seca, que “unifica interesses regionais” e detona “práticas políticas e econômicas” envolvendo os espaços sujeitos a esse fenômeno. Ver: ALBUQUERQUE Jr. Durval Muiniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

⁴⁶ SOUZA, Henrique Capper Alves de. (1942) Op. Cit. p. 16.

uma maior produção, o aumento foi de 39%. Nessas estatísticas o Brasil figurava em 4º lugar com 4.408 quilos, demonstrando um aumento considerável na extração.⁴⁷

No Brasil, com esse quadro instituído em 1934, registrou-se um crescimento nas oportunidades de trabalho, desenvolvimento de vários ramos de atividades, e, conseqüentemente, uma maior circulação de dinheiro. Esses fatores estimularam outras iniciativas e realizações, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial. A valorização do ouro no mercado nacional e internacional beneficiou companhias de mineração e garimpeiros autônomos que trabalhavam na exploração desse metal.⁴⁸ Portanto, as novas ocorrências auríferas das serras de Jacobina contaram com um contexto favorável a sua comercialização, e, seguindo a regra, atraíram um grande contingente de pessoas para uma economia de caráter peculiar, pois, diferente das outras, em muitos casos, os primeiros achados auríferos podem se tornar investimentos altamente lucrativos. Sem necessariamente passar pelo período de espera da rentabilidade dos investimentos aplicados em outras atividades, o ouro pode proporcionar repentinamente a chance de “bamburrar”,⁴⁹ oferecendo ao garimpeiro ou minerador a oportunidade de enriquecimento rápido.

Tanto nas áreas próximas como nos locais mais distantes da cidade, desenvolveu-se um comércio intenso e lucrativo, em virtude dos garimpos. A descoberta do ouro por toda a serra instituiu novas relações entre a cidade e essas áreas. Através dos depoimentos percebe-se que o comércio informal foi amplamente disseminado. Nesse ramo as mulheres se destacavam levando aos garimpos diversos produtos, sendo que os gêneros alimentícios eram os mais comercializados por elas. As lembranças dos ex-garimpeiros, seu Matias e seu Manoel⁵⁰ são povoadas de homens e mulheres que todos os dias subiam as serras

⁴⁷ Diário Oficial, sábado, 25 de janeiro de 1936. (Comunicado da Bolsa de Mercadorias da Bahia) p. 1810.

⁴⁸ Diário Oficial, sábado, 25 de janeiro de 1936. (Comunicado da Bolsa de Mercadorias da Bahia) p. 1810.

⁴⁹ Expressão que significa encontrar um filão aurífero. No caso do garimpo de pedras preciosas corresponde a encontrar uma pedra de grande valor.

⁵⁰ Entrevista concedida em 03 de março de 2003, pelo ex-garimpeiro o Sr. Manoel Bispo de Almeida, na sua residência na localidade do Coxo de Dentro na zona rural de Jacobina. O depoente nasceu e sempre viveu naquele local, além de trabalhar com roça, trabalhou nos garimpos de ouro e de ametista a partir dos 14 a 15 anos de idade. Na época da entrevista seu Neo contava 84 anos de idade e além de boas condições físicas apresentava boas lembranças sobre o cotidiano do Coxo na época do garimpo e suas experiências de vida foram fundamentais para a reconstrução de aspectos importantes do período. Além disso, seu Neo é marujo, ou seja, faz parte da Marujada um tipo de manifestação cultural existente em Jacobina e nos contou detalhes importantes das festas na cidade e no Coxo de Dentro.

puxando animais carregados de diversos produtos ou com balaios a cabeça para mercadejarem frutas, doces, bolos, pães, etc.⁵¹

Esse vai e vem instituído entre a cidade e o garimpo permitiu que, além dos garimpeiros e compradores, outras pessoas participassem ativamente do cotidiano nas serras. Ainda segundo seu Matias, no bairro Félix Tomás, provavelmente no Monte Tabor, era possível presenciar todas as manhãs e nos fins de tarde a ida e vinda de pessoas que subiam as serras em busca do ouro e também para comercializar. A longa fila de mulheres, homens e crianças no trajeto da serra “parecia um formigueiro”.⁵²

Nessas áreas, além do comércio do ouro, de produtos alimentícios, vestimentas, etc., estabeleceu-se também um lucrativo comércio de bebidas, jogos e prostituição. A chegada dos forasteiros para os garimpos forçou a rápida constituição de uma rede de comércio e serviços improvisada e precária por toda a cidade e arredores. O impacto dessas novas ocorrências auríferas sobre as populações da cidade e dos garimpos pode ser verificado em todos os aspectos da vida da população local. Os novos empreendimentos criaram também expectativas em torno do progresso e desenvolvimento de Jacobina. Mas, o ouro possuía um papel ambíguo, se produzia grandeza, com seus altos lucros, com o progresso, vinha também os chamados “males da civilização”.

Seguindo a trilha do ouro e rumando para o progresso

O título deste capítulo foi retirado de uma notícia veiculada em *O Lيدador* e, conforme esse periódico, foi uma frase que estava na boca de muitas pessoas que habitavam a região próxima da cidade de Jacobina. A expressão teria se tornado popular entre os moradores de cidades como Irecê, Mundo Novo, Monte Alegre, Morro do Chapéu entre outras, que, decidindo ir para Jacobina trabalhar nos garimpos repetiam freqüentemente -“Vou para o ouro!”. O jornal informava que negociantes, artistas,

⁵¹ José Matias dos Reis em entrevista já citada.

⁵² Idem.

lavradores, empregados do comércio, entre outros, chegavam diariamente na cidade de Jacobina atraídos pelas notícias sobre as “minas prodigiosas”.⁵³

A prosperidade e as potencialidades das minas de ouro localizadas nas serras de Jacobina atraíram a atenção de muitas pessoas não apenas das regiões circunvizinhas, mas também de outros Estados brasileiros, a exemplo de Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Nos primeiros anos da década de 1930, os garimpos jacobinenses experimentaram uma fase de grande movimento. A riqueza propagada atraiu um grande contingente de interessados em explorar os garimpos localizados sobretudo nas regiões do Itapicurú, Jaboticaba, Coxo de Dentro e Figuras. Com o passar dos anos, novos locais revelaram seus potenciais auríferos e também se transformaram, na medida em que a chegada de várias pessoas concorria para a fundação de arraiais nas proximidades das serras ou mudavam completamente a rotina dos núcleos de povoamento já existentes, dando-lhes uma nova dinâmica.

As novas ocorrências auríferas encontradas a partir da década de 1930 proporcionaram à cidade de Jacobina e sua região várias transformações de ordem econômica, social e também cultural. No plano econômico, o ouro viabilizou a circulação de dinheiro e a intensificação de atividades comerciais, tanto na sede do município quanto nas áreas dos garimpos. Os negociantes instalados na cidade e na região das minas ampliaram seus negócios oferecendo à população uma grande variedade de produtos. Esses mesmos comerciantes, na sua maioria compravam e vendiam o ouro, alcançando assim grande prosperidade.

Nesse período, a cidade de Jacobina experimentou um certo desenvolvimento pautado em melhorias urbanas como iluminação pública, construção de pontes e estradas, hospital, etc. Alguns locais de garimpo como o Itapicurú ganharam iluminação pública e um comércio promissor. A vida social e cultural da cidade também se tornou mais movimentada, os bares, cinemas, as festividades religiosas, bem como as micaretas e outros eventos como peças de teatro e apresentações das bandas de jazz e filarmônicas tornaram-se mais animadas, mediante a grande movimentação que se fazia sentir na cidade e arredores com a chegada de novas pessoas. Boa parte dessa gente se instalou na sede do município abrindo comércio, jornal, e uma rede complexa de serviços. Outra parte perambulava pelos arredores, de garimpo em garimpo em busca da sorte, sonhando

⁵³ *O Lidador* nº 117 de 15 de dezembro de 1935. (*Vou para o ouro!*) p. 4.

encontrar o tão famoso ouro.⁵⁴

Essa corrida pelo ouro marca a história de Jacobina desde a sua formação enquanto Vila. O trecho abaixo, extraído da obra *Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora*, de autoria de Afonso Costa trata da formação de Jacobina. Dois fatores de povoamento e ocupação territorial foram evidenciados – os currais e a busca de metais e pedras preciosas. Ações que juntamente com o apresamento e extermínio indígena marcaram o processo de expansão, ocupação e povoamento do território da América Portuguesa. No caso de Jacobina sua história está relacionada a esse contexto. Supõe-se que os primeiros sinais de ouro foram encontrados no local por volta de 1572, no entanto somente no início do século XVIII é que encontramos informações oficiais relativas ao ouro de Jacobina.

Ao correr dos anos e dos lustros, marcando os jubileus da impenetração de suas terras, plantaram-lhe os currais e distribuíram-lhe as criações, os vaqueijadores entrando o regaço inviolado da soberba mata, e depois os mineiros açulados da ambição de riqueza a lhes chicotear o ânimo para as auríferas explorações. Começava a raiar fulgorante dos triunfos então vindouros. O áureo metal não mais era que o chamamento de seduções ao abrigo de conquistas maiores.⁵⁵

Ainda no século XVII Garcia d'Ávila registrou terras das sesmarias recebidas por seu pai no ano de 1621. Essas terras começavam das cabeceiras da fazenda de Belchior Dias Moréia indo até os campos de Pindaguassutuba, nas quais foram implantados currais de gado.⁵⁶ Essas providências adotadas por Garcia d'Ávila visavam assegurar a posse e a propriedade das terras e a localização das minas de prata que o seu tio-avô Belchior Dias Moréia dizia ter descoberto.⁵⁷ Ao que parece as minas de prata que Belchior afirmava ter encontrado, estariam localizadas nas serras de Jacobina e não na região de Itabaiana, pois,

⁵⁴ Não é minha intenção analisar todas as transformações ocorridas na cidade de Jacobina e arredores, tarefa que extrapola os objetivos desse trabalho. As referências panorâmicas inseridas aqui visam apenas demonstrar que tanto a cidade de Jacobina quanto as regiões dos garimpos passaram por transformações significativas, na medida em que grandes contingentes de homens, mulheres e crianças chegavam para se instalar na cidade ou arredores em busca do ouro. A cidade já possuía um certo desenvolvimento econômico, recursos urbanos, uma vida social e cultural. Contudo, acredito que a chegada de muitos forasteiros e uma circulação de dinheiro proporcionada pela comercialização do ouro tenha imprimido uma nova dinâmica a essas atividades. A idéia é demonstrar pontualmente ao longo do texto, respeitando os limites da documentação, o impacto dessa “corrida do ouro” para a cidade e, principalmente, a reação da sociedade jacobinense diante desses forasteiros.

⁵⁵ COSTA, Afonso. *Minha Terra (Jacobina de antanho e de agora)* Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia Realizado em Salvador de 7 a 16 de setembro de 1916. Bahia: Imprensa Official, 1918. p. 236.

⁵⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 150-151.

⁵⁷ Idem. p. 151.

acredita-se que Belchior teria enganado o governador Martim de Sá e seu filho Salvador de Sá, levando-os a Serra de Itabaiana e preservando o segredo da localização das minas em Jacobina.⁵⁸

No mesmo século as notícias de que na região de Jacobina havia não só minas de prata, mas também de ouro, suscitou o interesse de Francisco Dias d'Ávila, o primeiro a solicitar ao governador D. Diogo Luís de Oliveira permissão para adentrar o sertão e também para “assenhorear as minas de ouro e prata e outros metais que descobrisse desde o rio São Francisco até o rio Cachoeira,... as serras todas de Jacobina”...⁵⁹ Em 1655, convicto de que era nas serras de Jacobina que se localizavam as minas de Belchior, o padre Antônio Pereira, enviou João Calhelha para novas diligências naquela região.⁶⁰ A partir de 1701, o ouro de Jacobina já era conhecido.

As notícias de que havia ouro nas serras de Jacobina se espalharam e atraíram muitas pessoas. Jacobina revelou-se a grande esperança da mineração, pois constituiu-se o epicentro da atividade mineradora. Entretanto, a Coroa portuguesa proibiu que se lavrassem minas no local, temendo que essas atividades aguçasse ainda mais a cobiça dos corsários e piratas tornando ainda mais exposta a capitania da Bahia. Em 1710, o governador D. Lourenço de Almeida mandou prender ao coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque, o sargento-mor Fernão Pereira de Macedo e todas as demais pessoas que estivessem em suas companhias, por desrespeitarem as ordens reais, dando prosseguimento aos descobrimentos de minas de ouro em Jacobina, tanto nas terras dos Guedes de Brito como nas de Garcia d'Ávila.⁶¹

Foi somente em 1720 que o Conde de Sabugosa recebeu a Carta Régia autorizando a instalação da Vila de Jacobina e conseqüentemente as explorações auríferas também foram liberadas. Conforme Afonso Costa “Nasceu a vila. Regalaram-lhe com a Ouvidoria, e a tudo pagou com a prodigiosa mineração. Jacobina agrandava-se distribuindo o mando de sua autoridade pelas imensas terras que lhes deram a governar...”⁶² Algumas providências foram tomadas, como: construção e instalação da Casa para Audiência, a Casa

⁵⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 150-151

⁵⁹ Apud, BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. Cit. (2000). p. 236.

⁶⁰ Idem. P. 236-237.

⁶¹ Idem. Ibidem.

⁶² COSTA, Afonso. Op. Cit. (1918). p. 236.

da Câmara, uma cadeia, um pelourinho e uma forca e, posteriormente a instalação de uma Casa de Fundição, bem como a ordenação de que oficiais de justiça residissem na Vila continuamente e que a mesma fosse foro público para tratar as causas e litígios ocorridos.⁶³ Ou seja, Jacobina tornava-se uma importante vila, com atributos legais e competências próprias de um centro de trânsito de muitas pessoas e de muitas riquezas, concorrendo em termos de importância, com a capital e Cachoeira.⁶⁴

As medidas adotadas pela Coroa Portuguesa possuíam também a finalidade de impor uma certa ordem no local que, de “arraial de vaqueiros” transformou-se em um “refúgio de aventureiros” em busca do ouro e da prata. Conforme Pedro Calmon, no século XVIII, a região de Jacobina teria se tornado violenta e no intervalo de sete anos já havia sido retirada cerca de 20.000 oitavas de ouro e ocorrido quinhentas mortes em função da disputa pelo metal.⁶⁵ No período da criação da Vila, segundo Afonso Costa já se encontrava em Jacobina cerca de 700 bateias laborando ouro no Itapicurú e nos seus afluentes. Não é possível, no âmbito desse trabalho, estimar a quantidade de pessoas que participaram dessas atividades durante o século XVIII, entretanto, ficou evidente que Jacobina apresentava potencialidades em relação a economia aurífera a serem exploradas também nos séculos seguintes.⁶⁶

Esta relação com o ouro se manteve também no século XIX, quando a Vila de Santo Antonio de Jacobina foi elevada à categoria de cidade, passando a ser chamada de “Agrícola Cidade de Santo Antonio de Jacobina”. O novo nome não retirou da cidade o papel de articuladora regional, estreitando os circuitos entre as regiões Nordeste, Litoral e Chapada Diamantina. Embora a cidade tenha surgido em 1880 com esse nome, provavelmente evidenciando outras atividades econômicas, o ouro continuou sendo um dos

⁶³COSTA, Afonso. Op. Cit. (1918). p. 236.

⁶⁴ TEXEIRA, Cid. *Mineração na Bahia – Ciclos históricos e panorama atual*. Superintendência de Geologia e Recursos Minerais – SGM – Governo da Bahia – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Salvador, 1998. p. 63-64. Ver também: ACCIOLI, I. e AMARAL, Braz do. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. V. VI, Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1940; BARROS, Francisco Borges de. *Diccionario Geographico e Histórico da Bahia*. P. 256, 257, s/d; CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1958 e AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra. Brasília, Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura. 1979.

⁶⁵ CALMON, Pedro. *A Conquista – História das Bandeiras Bahianas* (Tese de concurso à cadeira de História do Brasil da Escola Normal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929. p. 134.

⁶⁶ Sobre esse aspecto consultar entre outros documentos os Annaes do Archivo Publico e do Museu do Estado da Bahia. V. XXXIII. Arquivo Público de Salvador.

componentes da economia da mesma.⁶⁷ É provável que no final do século XIX, as atividades de exploração aurífera tenham diminuído. Mesmo não tendo encontrado muitas referências sobre esse período, pois a literatura sobre o ouro na Bahia trata muito pouco do tema, acredito que garimpeiros e mineiros continuaram explorando o solo jacobinense, de forma rudimentar, talvez sem a “febre” de outrora.

Segundo informações da Superintendência de Geologia e Recursos Minerais (SGM), o século XIX na Bahia marca o início de uma “fase empresarial” nas explorações de ouro.⁶⁸ No caso de Jacobina, a ênfase recai sobre a presença da Companhia das Minas de Jacobina, indicada como a segunda empresa de mineração na província. Apesar disso, as informações sobre essa empresa não são suficientes para traçarmos um perfil mais preciso sobre a sua trajetória e atuação no período. Henrique Capper A. de Souza, engenheiro a serviço do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) é quem apresenta essa Companhia com maiores detalhes, mesmo assim, são dados insuficientes para um conhecimento mais aprofundado da história do ouro no século XIX.⁶⁹

Conforme Souza, a Companhia Minas de Jacobina representou a primeira tentativa empresarial de exploração aurífera na região. Através de empreendimento particular, Eduardo Dias de Moraes conseguiu permissão para explorar ouro e outros minerais na comarca de Jacobina através do Decreto Imperial 9242, de 17 de maio de 1884, ampliado pelo decreto 9705, de 29 de fevereiro de 1887. Pouco depois, com a colaboração de Manoel Teixeira Soares, João Pinto de Oliveira e Sousa, Manoel Martins de Oliveira, Carlos Martins Viana e Manoel Gomes da Costa surgiu a idéia de organização da Companhia.⁷⁰ Esta empresa constituiu-se com o nome de “Companhia das Minas Áureas de Jacobina”. Foi montada uma instalação com pesados pilões californianos em Itapicurú, ao sul de Jacobina. Mas, apesar de ter começado bem, pois produziu 90 kg de ouro no período de 1889/1896, a empresa teve vida efêmera. Logo, em 1897 a Companhia Minas de Jacobina decretou falência, abandonando restos das suas instalações na região do Itapicurú. Numa nova fase aurífera, já no século XX, foi possível encontrar esses vestígios da antiga Companhia.

⁶⁷ COSTA, Afonso. Op. Cit. (1918). p. 259. e AGUIAR, Durval Vieira de. Op. Cit. 1979. p. 123-124.

⁶⁸ PONTE NETO, Oséas & RIBEIRO, Adalberto Figueiredo. “Panorama do Ouro na Bahia”. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998.

⁶⁹ SOUZA, Henrique Capper Alves de. (1942). Op. Cit. P.26.

⁷⁰ Idem. p. 27. Ao que parece essas pessoas eram de Jacobina.

Na década de quarenta do século XX quando foi enviado pelo DNPM para avaliar as potencialidades das serras de Jacobina, o engenheiro Henrique Souza também analisou as possíveis causas para o fechamento da Companhia das Minas de Jacobina no final do século XIX. Para Souza, uma das razões para o insucesso da empresa teria sido em função da forma como foi aberta a galeria, pois não teria sido tecnicamente adequada ao tipo de serviço que a Companhia Minas de Jacobina pretendia desenvolver ali.⁷¹ De acordo com o engenheiro, as reservas de ouro visíveis eram pequenas e não justificava a aplicação de máquinas com o objetivo de aumentar a produção na maior parte das ocorrências.⁷²

Para o período compreendido entre o fechamento da Companhia no final do século XIX e o início da década de trinta do século XX, não encontrei informações acerca da exploração aurífera nas serras de Jacobina, constituindo-se em uma lacuna documental. Contudo, acredito que algumas pessoas tenham dado prosseguimento ao trabalho de extração do ouro, não mais com a abundância já registrada nos séculos XVIII e parte do XIX. Insistindo nessas atividades, garimpeiros sonhadores continuaram a revolver o cascalho já mexido e remexido durante longos anos. A persistência da garimpagem foi responsável pela descoberta de novos e promissores filões nas décadas de 30 e 40 do século XX. Essa hipótese foi sugerida pelo jornal *O Lidador* ao referir-se a Leonídio Miranda como “o maior comprador de ouro daquela zona” e um dos “grandes descobridores de minas”, que “teria com o seu idealismo, levantado de profunda letargia em que acerca de 48 anos se encontrava” as minas de Jacobina.⁷³

No intervalo de tempo que marca o fechamento da companhia e a retomada das atividades auríferas por milhares de pessoas a partir da década de 1930, assiste-se a uma diminuição da exploração aurífera. A garimpagem em Jacobina era baseada em processos manuais com a utilização de instrumentos rudimentares como picaretas, marretas, pás, bateias, etc. Para retirar o ouro da superfície das rochas, esses instrumentos eram suficientes. No entanto, na medida em que para encontrar o metal tornava-se necessário aumentar a profundidade das escavações, a atividade exigia novas técnicas de trabalho e o uso de equipamentos mais modernos e possantes. Nesses casos, restava aos garimpeiros

⁷¹ SOUZA, Henrique Capper Alves de. (1942). Op. Cit. P.27.

⁷² Idem. pp. 15-16.

⁷³ *O Lidador*, nº 151 de 16 de agosto de 1936. (*O que diz a respeito o maior comprador de ouro para o BB, Leonídio Miranda*). P. 1.

desprovidos desses recursos a alternativa de mudar-se para outras áreas em que o ouro estivesse mais na superfície, portanto, mais fácil de ser retirado. Assim, o garimpeiro itinerante ia abandonando os garimpos em busca de outros mais promissores e dessa forma, o clima “febril” que marcava a descoberta e exploração das áreas garimpeiras ia se arrefecendo, dando lugar a uma imagem que, na maioria das vezes, foi interpretada como a decadência do ouro.

No caso da Companhia das Minas, essa situação não parece ter sido diferente. Considerando as observações de Henrique Capper, acredito que o serviço empreendido pela empresa tenha conseguido êxito na exploração do ouro enquanto este metal se encontrava em locais de fácil acesso. Entretanto, o aprofundamento dos veios pode ter comprometido o destino da Companhia ao requerer novas tecnologias para retirada do metal em locais que os recursos disponíveis naquele momento não foram capazes de alcançar. Com o fechamento da empresa, as serras de Jacobina passaram por um momento de retração das atividades exploradoras.

Nos primeiros anos da década de 1930, Leonídio Miranda teria deixado Djalma Dutra⁷⁴ por questões políticas⁷⁵ e buscado apoio junto ao coronel Francisco Rocha Pires para se instalar nos garimpos do Itapicurú acompanhado de um significativo contingente de 2.000 homens, conforme declarou ao jornal.⁷⁶ Empreendimento de tão grande vulto pode ser justificado por notícias consistentes da existência dos metais naquela região. Não só Leonídio Miranda com o seu pessoal buscaram o ouro nas serras de Jacobina. Vejamos qual o impacto dessas novas ocorrências para esta cidade e para as áreas de garimpagem.

⁷⁴ Em 1913, Miguel Calmon era um distrito de Jacobina. Em 06/08/1924 foi desmembrado permanecendo com o mesmo nome. Entretanto, em 11 de dezembro de 1930, esse município passou a se chamar Djalma Dutra. De 1943 até os dias atuais, voltou a se chamar Miguel Calmon. Parte das serras de Jacobina se localizava nesse município e também possuía reservas auríferas. Conforme dados colhidos In: Demográfico e Divisão territorial do Estado da Bahia de 1940 a 1970. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas – CPE, 1971.

⁷⁵ Apesar de alegar questões políticas como o motivo de sua saída de Djalma Dutra, Leonídio não esclareceu que questões eram essas. A documentação consultada não permite maiores inferências sobre esse aspecto.

⁷⁶ *O Lidador* nº 97 de 21 de julho de 1935. (*Em torno da orientação política de Rocha Pires*) p. 1.

As serras, a cidade e os garimpos.

Quando o engenheiro Henrique Souza, na década de quarenta do século XX, percorreu as serras de Jacobina a serviço do DNPM, elaborou relatórios carregados de otimismo acerca do potencial econômico das serras, alegando que formavam um “verdadeiro oásis numa região seca de poucos recursos”.⁷⁷ A existência de águas perenes e recursos auríferos concorreriam como fatores de fixação de mão-de-obra e equilíbrio financeiro dessa parte do Sertão. Além disso, a multiplicidade dos pequenos veios, as facilidades locais, as vantagens de um clima excelente e a permanência do alto valor do ouro em relação a moeda brasileira, por cerca de três décadas – 1930, 1940 e 1950 - deram margem para um trabalho intensivo de garimpagem naquela região.⁷⁸

Exagerando nas expectativas sobre as serras, Souza viu além do potencial aurífero constatado, possibilidades de instalação de uma Estação de Cura e de Recreio devido as condições climáticas favoráveis da região. Com a conclusão da Estrada de Ferro que passaria por Mundo Novo e Castro Alves, essa Estação deveria atrair a população da capital da Bahia. Enaltecendo o que chamou de propriedades de Oásis, em virtude da vegetação, do clima e da abundância de água de boa qualidade, o engenheiro definiu a serra como a “Teresópolis do Salvador ou a Campos do Jordão das populações litorâneas do Estado”.⁷⁹ No entanto, as Serras de Jacobina não chegaram a cumprir o sentido de balneário medicinal que Souza tentou lhe atribuir. Ao invés dos possíveis frequentadores de uma Estação de Cura, milhares de pessoas foram atraídas pela busca do ouro. A partir da década de 1930, garimpeiros e faiscadores descobriram novas ocorrências de ouro ao longo de toda a serra e voltaram a ocupar garimpos como Figuras, Jaqueira, Maravilha, Goela da Ema, Biquinha, Canavieira, Lagedo Preto, Água Fria, Milagres, Paciência, Barriquinha, Cai de Costa, Encrenca, Lagartixa, Maricota, Morro do Cruzeiro, Morro do Cuscuz, Morro do Vento, Pingadeira, Rio do Almoço, Serra Branca, Serra do Ouro, Brito, João Belo Sul, Serra da Viúva, Vila Itapicurú, Coxo de Dentro, Dedo de Couro, Canta Galo, Peritoso, Serra da Gávea, Serra de Jaboticaba e Serra do Córrego, entre outros.

⁷⁷ SOUZA, Henrique Capper Alves de. Op. Cit (1942). pp.15-16.

⁷⁸ Idem. P. 15

⁷⁹ Idem. Ibid.

Alguns desses garimpos ficavam próximos da cidade, outros se localizavam mais distantes, chegando às proximidades dos municípios de Miguel Calmon, Saúde e Caém, este último, pertencia ao município de Jacobina. O fato é que todos esses povoados, mantinham uma estreita relação com a cidade, promovendo um intenso movimento de ida e vinda entre essas áreas. Essa “febre do ouro” atraiu uma população itinerante, mas que, apesar do caráter de transitoriedade e improvisação, contribuiu para a formação e/ou crescimento de povoados próximos aos garimpos na serra, como o Itapicurú, Coxo de Dentro, Canavieira, Jaboticaba e muitos outros. Nesses lugares, o crescimento foi acelerado, surgindo muitos núcleos de habitação em lugares que antes não passavam de algumas roças ou fazendas. Pelos relatos e notícias de jornal, é possível concluir que rapidamente, centenas de barracas de palha criavam núcleos habitacionais da noite para o dia, provocando um trânsito intenso nessas áreas que abrigava um grande número de pessoas e uma forte atividade comercial que ganhava rapidamente grande expressividade, tornando-se cada vez maior, favorecendo pequenos, médios e grandes comerciantes.

Não foi possível verificar com precisão ou mesmo quantificar o aumento populacional nesse período, nem medir a partir de dados estatísticos o crescimento econômico alcançado por essas áreas.⁸⁰ As inferências sobre esse aspecto foram baseadas nas notícias de jornal e nos depoimentos de ex-garimpeiros e pessoas que vivenciaram aquele contexto. A partir dessas informações podemos observar algumas transformações

⁸⁰ Essa limitação deve-se a falta de documentos mais apropriados para esse tipo de análise. Dados como os censos demográficos trazem informações acerca da população da zona urbana e da zona rural, mas, mesmo assim, o processo de desmembramento sofrido pelo município de Jacobina desde a década de 20 até a década de 60, criou obstáculos que dificultaram uma análise comparativa desses dados a fim de perceber as alterações populacionais. Outro fator que dificultou essa investigação foi a falta de recenseamento referente a década de 1930. Tentei comparar os dados da década de 20 com as informações da década de 40, porém, as alterações em termos territoriais ocorridos no município não permitiram cálculos confiáveis. Por exemplo, segundo dados do IBGE em 1920 Jacobina possuía 48.804 habitantes. Os dados fornecidos pela publicação *Comportamento Demográfico...* indicava 34.815 habitantes para o ano de 1940, esse número já estava reajustado de acordo com a divisão administrativa do período. E em 1950 a população foi calculada segundo dados do IBGE em 61.681 habitantes; já a publicação *Comportamento demográfico...* indicava 43.040 habitantes para o mesmo período e 53.400 para 1960, se trata de um número ainda menor do que o indicado pelo IBGE para a década anterior. Além dessas variantes, analisar os dados econômicos também se tornou inviável em função da falta de registros. Cabe ressaltar que a economia aurífera comportava uma prática bastante usual – o contrabando. Portanto, os números sobre esse comércio, caso tivessem sido localizados não garantiria por si mesmo precisão nas informações desse gênero. As informações sobre população constam no Recenseamento de 1920. 4º Censo Geral da População e 1º da Agricultura e das Indústrias. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em setembro de 1920. V. IV, 2ª parte – Tomo I – População do Brasil por Estados e municípios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro-Typ. da Estatística, 1928. IBGE e *Comportamento demográfico...* Op. Cit.).

ocorridas em garimpos localizados nas serras de Jacobina. Obviamente, não serão contemplados todos os locais de garimpagem, mas apenas aqueles evidenciados pela documentação, mais precisamente, os garimpos do Coxo de Dentro e do Itapicurú. Ressaltarei, sempre que possível, as relações estabelecidas entre esses locais e a cidade de Jacobina. Não obstante as notícias sobre ocorrências auríferas em vários locais como Figuras, Jaqueira⁸¹, Jaboticaba, Canavieiras e outros, as localidades de Coxo de Dentro e Itapicurú foram destacadas pela imprensa, que através de várias matérias fornece informações importantes para uma caracterização dessas áreas sob o impacto do advento do ouro.

O povoado do Coxo de Dentro que antes desenvolvia uma economia voltada para a agricultura, teve a partir da segunda metade da década de trinta sua fase áurea em função das descobertas auríferas na região. Pouco povoado, o Coxo passou por uma efervescência socioeconômica motivada pelos filões auríferos e minas de ametistas. Essas ocorrências atraíram um grande número de pessoas que se instalaram no local alterando o seu pacato cotidiano. O Sr. Manoel Bispo de 85 anos, ex-garimpeiro conhecido por “seu Neo”, faz a comparação do Coxo de Dentro antes e depois da chegada dos garimpeiros. Esse depoente sempre morou no local e começou a trabalhar no garimpo por volta dos 14 ou 15 anos de idade. Na época do depoimento, o Sr. Manoel relembrou como era rarefeita a população do Coxo antes dos garimpos: “O povo era pouco, era sarteado. E de lá donde eu moro até aqui em cima uma légua e tanto só tinha duas famias deferente da minha”.⁸²

O depoente fala também do tempo em que o ouro transformou completamente o lugar, dando-nos idéia do processo dinâmico ocorrido no Coxo e da reformulação do espaço que mudou completamente o seu dia-a-dia. Os elementos das mudanças são apontados por seu Neo ao narrar esse passado, tentando demonstrar os espaços comerciais já extintos apontando para o espaço atual, como se ainda fosse possível visualizá-los:

Isso aqui virou um comércio todo, nesse mundo aqui de casa de palha (...) logo ai tinha uma padaria, mais adiante tinha outra, aqui em baixo nesse brejo tinha o açougue de

⁸¹ Em *O Lidador* n° 225 de 27 de fevereiro de 1938 aparecem referências às reservas auríferas desse garimpo. Com o título *Há ouro em toda parte nos garimpos da Jaqueira*, a matéria trazia informações de que a produção na Jaqueira em apenas uma semana teria sido de 12:450\$000, sendo que somente um garimpeiro teria apurado 250 gramas de ouro.

⁸² Manoel Bispo em entrevista concedida a Cleidimar e Manoel em janeiro de 2001 e cedida ao NEO - Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia da UNEB – CAMPUS IV – Jacobina – Ba.

matar boi. Tinha duas ou três padarias ai, nesse tempo não dava conta o garimpo, tinha as cargas de jegue. Nesse tempo não tinha transporte, não tinha carro, não tinha nada. Era o jegue da rua pra cá, com carga de carne, carga de pão e o diacho. E ai era direto e as muiés com os balaios na cabeça pra suprir aqui os garimpos.⁸³

Em julho de 1939, *O Lidador* publicou com estardalhaço a descoberta de uma nova jazida na localidade do Coxo de Dentro, ressaltando que nesse período “convergiram faiscadores de toda a parte em busca do metal”, cuja qualidade era superior a muitas jazidas já em exploração.⁸⁴ Na edição seguinte o jornal deu mais dados sobre a nova jazida informando que rapidamente foram erguidas cerca de 300 barracas de palha, fora as que estavam em construção. Além disso, o periódico avaliava em aproximadamente 4.000 pessoas exercendo a atividade de garimpagem no local. Falava também das “casas de negócio improvisadas” anunciando que em breve também estaria sendo instalado um “bar com serviços de gelados, bilhares, rádio, etc”.⁸⁵ Logo as transformações no Coxo se fizeram sentir tanto no campo econômico quanto nas formas de lazer e diversão.

Além de ressaltar as duras condições de trabalho a que estavam expostos os garimpeiros, o jornal traz também informações que permitem um entendimento de que nessas áreas as questões relacionadas com o lazer se faziam presentes. No Itapicurú, maior garimpo da região, as relações entre os moradores da cidade de Jacobina e os do garimpo iam para além da comercialização do ouro e produtos diversos. Muitas vezes os acontecimentos festivos realizados no Itapicurú atraíram as pessoas da cidade, inclusive figuras da alta sociedade jacobinense, como relata dona Áurea:

A vida em itapicurú era muito boa, tinha aqueles clubes, aquelas festas muito boa, feira, de tudo que procurava encontrava, tinha três farmácias, umas, três ou quatro lojas, gente muito educada, gente de princípio, de educação,... o jaz de Jaime Ribeiro é quem ia tocar lá... Todos, Netinho Rocha, Dú Rocha, todos iam nas festas do Itapicurú...⁸⁶

⁸³ Manoel Bispo em entrevista já citada.

⁸⁴ *O Lidador* nº 288 de 11 de julho de 1939. (*Formidável jazida aluvionar a dois passos da cidade*) p. 2.

⁸⁵ *O Lidador* nº 289 de 16 de julho de 1939. (*Ainda os garimpos do Coxo*) p. 4

⁸⁶ Entrevista concedida por Dona Áurea Borges Soares de Lima em 24/12/1998 a Maria Conceição, cuja transcrição foi cedida para elaboração desse trabalho. Dona Áurea é dona de casa, na época dessa entrevista a depoente estava com 76 anos e ressaltou os aspectos sociais da vida no Itapicurú, apresentando boas lembranças sobre o período em que morou no Itapicurú. Nascida em Miguel Calmon a 04 de julho de 1922 se mudou com o pai para o Itapicurú em 1935 no período em que o ouro estava em alta e só saiu de lá em 1988, vivendo, portanto, mais de cinquenta anos de sua vida naquele local. Por isso, foi capaz de informar sobre vários aspectos do lugar, desde a experiência como filha de comerciante até a de compradora de ouro.

Na fala de Dona Áurea encontramos referências não só às festas, mas a vários outros aspectos que conferiram ao Itapicurú um clima mais urbano. Único povoado além da sede, dotado de iluminação pública, o Itapicurú possuía um comércio expressivo. Os comerciantes já estabelecidos na cidade de Jacobina viram no promissor povoado a oportunidade de expandirem seus comércios. Assim, donos de lojas que comercializavam produtos variados se instalaram também no Itapicurú como, por exemplo, o conhecido comerciante Amado Barberino com sua loja “A Primavera”. Donos de padarias, de açougue, farmácias e as chamadas casas de retalhos também abriram filiais e aproveitaram para comercializar um novo produto – o ouro.

Com um correspondente instalado no Itapicurú, *O Lidador* garantia, além do envio das notícias locais, um bom número de assinantes, pelo menos é o que sugere este veículo de comunicação com frequência ao referir-se aquele povoado. Diante disso, é possível que grande parte dos garimpeiros que laboravam no Itapicurú estivessem sempre informados das novidades. Embora grande parte deles fosse analfabeta, a oralidade certamente se incumbia de ventilar as notícias, principalmente aquelas relacionadas diretamente ao cotidiano garimpeiro. É através desse veículo de comunicação que tomamos conhecimento da implantação de uma escola no local, das festividades cívicas e teatrais, das micaretas, das alternativas de divertimento dos garimpeiros. Além disso, o lado mais violento do garimpo também é evidenciado: os crimes, as tragédias relacionadas aos acidentes de trabalho, os incêndios, as tensões, os conflitos, enfim, diversos acontecimentos no Itapicurú encontraram espaço nas páginas desse jornal.

Em 1939, era anunciado a chegada da energia elétrica e do cinema falado para o Itapicurú.⁸⁷ E por falar em cinema, é bom lembrar que ainda no ano de 1937, esse povoado demonstrava sua importância econômica em função da grandiosidade das suas jazidas, pois, o jornal anunciou uma medida da Câmara Municipal de Jacobina que autorizava uma verba no valor de 2:100\$000 destinada ao pagamento da filmagem da cidade de Jacobina e das minas do Itapicurú.⁸⁸ Assim, naquele mesmo mês, a população de Jacobina e vizinhança assistia a película “A Lei do País das Neves” exibida no Cine Jacobinense. Com esse título

⁸⁷ *O Lidador* nº 287 de 02 de julho de 1939. (*Luz elétrica e cinema falado para o Itapicurú*) p.2

⁸⁸ *O Lidador* nº 209 de 31 de outubro de 1937. (*A Câmara de Vereadores*) p. 1

no mínimo estranho, o filme referia-se à cidade de Jacobina, à micareta e aos garimpos do Itapicurú.⁸⁹

Outro ponto de destaque e também de polêmica que mereceu registro nas páginas do jornal foi a feira livre do Itapicurú. Bastante movimentada, essa feira, foi capaz de rivalizar com a sede - a cidade de Jacobina. Muitas foram as queixas dos moradores da cidade em torno da carestia dos gêneros vendidos na feira de Jacobina que acontecia todos os sábados. Em 20 de março de 1938 o jornal solicitava ao prefeito Reynaldo Jacobina que transferisse a feira do Itapicurú para um outro dia na semana que não fosse o domingo, pois, além de ser um dia de descanso para os garimpeiros, a feira naquele dia era a responsável pela carestia dos gêneros tanto naquele povoado como na feira da cidade.⁹⁰ Conforme a imprensa, os feirantes, acostumados a venderem os produtos no Itapicurú nos dias de domingo, aumentavam exageradamente os preços dos gêneros oferecidos na feira de Jacobina. Esse abuso devia-se a certeza de que sendo rejeitados pela população da cidade, esses mesmos gêneros seriam comprados no Itapicurú, muitas vezes, por preços ainda maiores.

Segundo podemos observar o principal fator dessa carestia, é a compra por espertalhões, quando mal começa a feira, dos gêneros de primeira necessidade, para revender no Itapicurú no dia seguinte.

Ciente de que nas minas a sua mercadoria “voa logo”, o lavrador ensimesmado e vitorioso, berra para quem reclama do preço. “Não compre, deixe ai que amanhã eu vendo no Itapicurú”.⁹¹

Além disso, as reclamações sobre os pesos e medidas ilegais utilizados pelos feirantes completavam o rol das queixas sobre as estratégias usadas para lesar os consumidores. Desde 1937 que o jornal denunciava as explorações tanto em decorrência dos preços exorbitantes como de estratégias como essas. Conforme o periódico, os “águias sem asas” usavam um quilo que não passava de 900 gramas, além de adulterarem também as medidas do litro e do prato.⁹² Em julho de 1938 a imprensa considerava-se vencida, pois já havia solicitado inúmeras vezes que o poder municipal tomasse alguma providência para

⁸⁹ *O Lidador* n° 205 de 03 de outubro de 1937. (*A cidade, a micareta e os garimpos na tela do Cine Jacobinense*) p. 4

⁹⁰ *O Lidador* n° 228 de 20 de março de 1938. (*A feira do Itapicurú deve ser mudada. O nosso apelo ao digno prefeito municipal*) p. 1

⁹¹ *O Lidador* n° 204 de 26 de setembro de 1937 (*Tudo pela hora da morte*) p. 1

⁹² *O Lidador* n° 181 de 11 de abril de 1937 (*Pesos ilegais!*) p. 1

combater “o Trust dos gêneros alimentícios nos dias de feira”. Suas solicitações foram em vão, tudo continuava como antes, apesar das chuvas que caíam, criando expectativa de que contribuiriam para baratear os alimentos, a carestia continuava. O jornal decidiu apelar para uma prática que se tornava cada vez mais usual no Estado Novo, a petição. Indicando esse recurso com mais uma tentativa, o *Lidador* assim se expressava: “eis o recurso recomendável no momento, uma vez que a imprensa, cansada de clamar no deserto, entrega os pontos, vencida como quem não tem remédio”.⁹³

Ao contrário do que anunciou, o jornal não ficou indiferente ao problema da carestia dos gêneros alimentícios em função da concorrência da feira do Itapicurú. Em 1939 voltava a denunciar as atitudes atravessadoras dos feirantes e demonstrava o desejo de que as leis baixadas pelo governo federal em relação a esse tipo de problema, “só conhecidas através do rádio, no programa ‘A Hora do Brasil’”, também chegassem a Jacobina.⁹⁴ Foi com alívio que na véspera do Natal de 1939, o jornal publicou, finalmente, a Tabela dos Gêneros Alimentícios, assinada pelo prefeito, delegado regional, delegado de polícia, coletor estadual, fiscal geral e agente de estatísticas, a qual buscava fixar preços para vários produtos de origem animal e vegetal.⁹⁵ Poucos dias depois, já se fazia presente as denúncias do não cumprimento da tabela. O motivo do desrespeito foi atribuído à falta de fiscalização, além disso, a imprensa fazia referência ao envolvimento de funcionários públicos no comércio do Itapicurú, daí a necessidade de uma fiscalização mais ostensiva.⁹⁶

Outro indicativo da alta do custo de vida em Jacobina estimulada pelo advento das novas ocorrências auríferas foi o alto preço de casas para aluguel. O jornal denunciou essa situação em 10 de maio de 1936 informando que havia uma “crise de casas” em Jacobina, representada tanto na dificuldade em se encontrar imóveis para alugar quanto nos preços exorbitantes que eram cobrados pela locação dos mesmos. Havia também reclamações acerca dos prédios comerciais bastante procurados. Para o jornal, “a praça comercial” da

⁹³ *O Lidador* nº 243 de 03 de julho de 1938. (*Quem não tem remédio*) p. 3

⁹⁴ *O Lidador* nº 303 de 05 de novembro de 1939. (*A Lei não é para todos? Como não se faz o mesmo em Jacobina?*) p. 1

⁹⁵ *O Lidador* nº 310 de 24 de dezembro de 1939. (*Ao público. Tabela de gêneros alimentícios*) p. 1

⁹⁶ *O Lidador* nº 311 de 31 de dezembro de 1939. (*Sem fiscalização não poderá haver tabelamento de preços*) p. 1

cidade “já estava devidamente subdividida”. Eis aí, uma possível resistência aos novos aventureiros que se voltavam para o estabelecimento de comércios na promissora cidade.⁹⁷

Fica evidente que além dos benefícios decorrentes de um novo surto aurífero na região, muitos problemas também se fizeram presentes exigindo soluções nem sempre fáceis. Todo o crescimento experimentado por essas áreas deu uma nova dinâmica que não pode ser analisada apenas do ponto de vista econômico. As alterações socioculturais também se fizeram sentir, principalmente no que diz respeito às alternativas de divertimento para uma boa parte da população que compunha as áreas de garimpos e também da cidade. Essas pessoas não deixaram de experimentar transformações significativas no seu dia-a-dia. No entanto, essas condições de lazer e divertimento estavam longe de serem vistas de forma natural. Aos olhos deslumbrados, mediante as chances de Jacobina galgar mais um degrau na escada do desenvolvimento com progresso, as práticas de diversão pautadas nos jogos, bebida e prostituição foram amplamente refutadas como veremos a seguir.

“Jogatinas”, prostituição e “bebedeiras”: os “males da civilização” que atrasavam o progresso.

No contexto da exploração das minas de ouro em Jacobina, o combate ao jogo era assunto que transcendia à municipalidade, ganhando proporções nacionais. Fortemente recriminada, essa prática encontrou em *O Lidador* grande opositor. Além de publicar notícias contra o jogo em Jacobina e, principalmente, nos locais de garimpo, o jornal também noticiava as decisões tomadas em outros Estados para coibir os mais diversos tipos de jogo. Na matéria “*Combatendo o jogo*”, comentava-se uma das primeiras medidas do novo interventor de São Paulo no combate a essa prática. A matéria tratava de um Decreto revogando um Decreto anterior que autorizava o jogo naquele Estado. Segundo a notícia, o Secretário de Polícia da Bahia, Capitão Facó, foi o segundo no país a tomar atitude parecida naquele momento, pois enviou ao Delegado de Polícia de São Felipe um ofício com o seguinte teor:

⁹⁷ *O Lidador* nº 138 de 10 de maio de 1936. (*A crise de casas em Jacobina*) p. 1

Mais uma vez, reitero-vos as minhas determinações no sentido de não ser permitida a prática de quaesquer jogos, inclusive o denominado “jogo do bicho”, cumprindo-vos agir com os infractores na forma da Lei Penal vigente.

Na hypothese que chegue ao meu conhecimento a existência, nesse município, de casas de tavolagem, em desrespeito ás recommendações emanadas, dessa Secretaria, farei punir severamente as autoridades policiaes que isto permitirem, conforme a gravidade do caso...⁹⁸

Segundo o jornal esse officio foi extensivo a todas as Delegacias de Polícia do interior da Bahia e concordando com a medida, o periódico fechava a nota incentivando que houvesse “severa repressão ao jogo”, pois seria “uma obra meritória”.

Preocupado com o progresso da cidade, *O Lidador* publicava notícias que comentavam todos os “males” que poderiam macular a imagem de uma cidade que pretendia civilizar-se. Assim, o jogo, a prostituição e o álcool foram objetos de artigos que buscavam demonstrar para a sociedade todo o mal que esses “vícios” faziam. Em sua coluna sobre espiritismo, o Sr. Paulo Bento dedicou-se, em setembro de 1934, a analisar a relação entre o jogo e a diversão. Discutindo a falta de princípios morais da prática do jogo, o autor concluía que não havia nada de divertido num vício que levava muitas pessoas, a num “golpe de sorte”, deixar o parceiro sem nada, tirando-lhe, muitas vezes, todos os seus bens. Reforçando o quanto o jogo desfazia os valores familiares, destruindo não só a família e amigos, mas, também o indivíduo viciado. Paulo Bento chamava a atenção para o fato de que o jogo servia como porta de entrada para outros males além de causar sérios prejuízos, que, em muitos casos, levava até mesmo ao suicídio.

O jogo é um vício perniciosíssimo; quasi sempre elle serve de orifício para dar entrada a outros vícios não menos perigosos, os quaes se transformam em abutres, para juntos e com a mesma força de cohesão, disputarem a dignidade e os brios de um homem que póde bani-los somente opondo-lhes uma vontade poderosa e tenaz...⁹⁹

Assim, o jornal difundia através de seus colunistas e editoriais valores voltados para a criação de um conjunto de regras que visavam orientar os indivíduos a trilharem os “bons caminhos” da vida na cidade, alertando-os sobre os perigos que ameaçavam a convivência familiar e, principalmente, recriminando hábitos comuns ao universo garimpeiro.

⁹⁸ *O Lidador* Nº 4 de 29 de setembro de 1933. (*Combatendo o jogo*). p. 1.

⁹⁹ *O Lidador* Nº 55 de 21 de setembro de 1934. (*O jogo é uma diversão?*) p. 2.

Além das opiniões que veiculava em artigos como o do Sr. Paulo Bento, o jornal também publicava poemas de cunho moral com a intenção de alertar a população para os malefícios do jogo, enfatizando as conseqüências dessa prática enquanto risco de desagregação familiar, corrosão de valores morais e prejuízos para o trabalho.¹⁰⁰

Nas primeiras ações do governo provisório de Getúlio Vargas, estavam as medidas voltadas para a questão trabalhista. Desde o início dos anos trinta era nítida a preocupação com os trabalhadores. Logo, qualquer motivo que ferisse o ideal corrente voltado para o trabalho enquanto construtor de um “progresso com ordem” seria encarado como um “desvio” e passível de desaprovação.¹⁰¹ O jogo era um desses motivos e, como veremos adiante, no Estado Novo, quando essa idéia de progresso construído com a manutenção da ordem ganhou maior fôlego, a repressão ao jogo recrudesciu.

O Lidador, durante os sete anos em que circulou, publicou notícias denunciando e recriminando o jogo em Jacobina e nos seus distritos. Por sua vez, os jogadores e donos de bancas de jogos se mostraram indiferentes a essas denúncias e críticas, pois o jogo proliferou por todo esse período, às vezes diminuindo em função de medidas mais enérgicas, mas, no geral, reincidiam tão logo achasse uma brecha da fiscalização.

Antenado com o discurso do progresso, *O Lidador* via no jogo uma ameaça ao projeto de civilização da cidade e, comparando-o a uma doença, previa que as conseqüências em função de uma banca de jogo do bicho, assim como outros tipos de jogos, instalados na praça Rio Branco, seriam maiores que as sofridas quando o “impaludismo, a varíola, as verminoses, etc.”, assolaram o município de Jacobina. As previsões do jornal decorriam da crença de que o jogo além de “arruinar o caráter pelo bolso, foi, é, e continuará sendo, enquanto existir, a pior de todas as desgraças”. Além disso, conforme o jornal, à noite funcionava uma “banca de jogo de azar” que atraía “crianças e capadócios”. O jornal acusava o jogo de “canalizar as minguadas economias da classe pobre” que muitas vezes deixava de “satisfazer o estomago” para “apostar no bicho que havia sonhado”. Lamentava também a falta de providências por parte da polícia e

¹⁰⁰ *O Lidador* Nº 14 de 08 de dezembro de 1933. (*O jogador*) p. 2.

¹⁰¹ Sobre essas questões no governo de Vargas ver: CAPELATO. Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? e D'ARAÚJO. Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. Ambos in: FERREIRA, Jorge e DELGADO. Lucília de Almeida Neves. (Org.) O Brasil Republicano - o tempo do nacional-estatismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

frisava: “precisamos em Jacobina é de movimentos de progresso; e o jogo significa atrazo, preguiça e miséria...”¹⁰²

Com a chegada de muita gente para o trabalho nos garimpos, certamente, muitas dessas pessoas residiam na sede do município e concorriam para aumentar o número de indivíduos envolvidos com o chamado “clima de desordem” instalado com os jogos e outros “males”. É o que evidencia *O Lidador* ao anunciar que, na cidade de Jacobina, havia uma constância dessa prática no coreto da cidade: “Hontem, cerca de quarenta capadocios se achavam reunidos no coreto, jogando cartas e dados, numa algazarra infernal”.¹⁰³ O jornal também acusava a polícia de nada fazer para impedir essa situação, o que viria a ser a tônica da maioria das notícias sobre o jogo. Uma outra preocupação que o jornal demonstra é quanto à imagem da cidade. Que impacto teria para os visitantes de Jacobina a cena do coreto? Para o jornal aquele “espetáculo em plena praça pública” não ficaria nada bem diante dos visitantes.

O povoado do Itapicurú também ficou famoso nas páginas desse jornal, não só pelo ouro abundante, mas também pela recorrência dos jogos. A preocupação com essa prática nesse local ganhava ressonância na medida em que era visto como um local de desordem, que, como vimos, segundo a justiça, desfilavam indivíduos pouco afeitos a ordem e aos bons costumes. Além disso, o jogo foi responsabilizado por possíveis prejuízos ao comércio. Diante dessa ameaça, setores que detinham interesses econômicos nesse povoado se mobilizaram juntamente com autoridades policiais e representantes do poder municipal para pedir a extinção do jogo.

O Snr. Delegado de Policia, Promotor Publico, Prefeito Municipal e mais pessoas de representação, attendendo a repetidas e justas reclamações recebidas do commercio, reclamações estas, sobretudo reforçadas pelas ponderações que lhes foram feitas pelo Snr. Dr. Fernando Bergstein, alto funcionário do Banco do Brasil tomaram a, por todos os princípios, louvável iniciativa de acabar terminantemente com todos os jogos de azar que existiam não somente nesta cidade como nas minas do Itapicurú. Felizmente a praga está extinta.¹⁰⁴

Ao que tudo indica, o jogo no Itapicurú foi extinto por pouco tempo, pois seis meses após as determinações apontadas na notícia acima, *O Lidador* anunciava que apesar da

¹⁰² *O Lidador* Nº 99 de 04 de agosto de 1935. (*A polícia precisa tomar providência quanto a jogatina*) p. 4.

¹⁰³ *O Lidador* Nº 71 de 18 de janeiro de 1935. (*A jogatina no Coreto Municipal*) p. 4.

¹⁰⁴ *O Lidador* Nº 106 de 29 de setembro de 1935. (*Extinto o jogo na cidade e no Itapicurú*) p. 1.

polícia ter “posto freio na jogatina” na cidade de Jacobina e no Itapicurú, nesse último, o jogo continuava livre, prejudicando o comércio já que absorvia todas as “economias do garimpeiro”. Listando a grande quantidade de jogos existentes no Itapicurú, o jornal conclamava a polícia a tomar providências, não sem insinuar a possibilidade dos policiais também estarem lucrando com essa prática. Acrescenta-se às críticas diretas à prática do jogo, as críticas da imprensa às autoridades policiais, que compactuavam com a jogatina, na medida que não coíbiam aquele costume da maneira que se esperava. Percebe-se que apesar da repressão, as medidas de contenção ao jogo se intensificaram mediante maior pressão de grupos importantes da sociedade ou de diretrizes nacionais, em outros momentos, não parece ter ocorrido medidas mais severas. Além de fazer “vistas grossas”, é provável que alguns policiais tirassem proveito dessas situações recebendo dinheiro para deixar que o jogo corresse livre, conforme sugere a notícia do jornal ao afirmar que “naquele arraial todos os jogos de azar, taes como “estado”, “roleta”, cispladim, bacarat, ponto maior, jaburu, sete bahiano, lasquinet, ronda, e uma infinidade de jogos que não se precisa enumerar” corriam livremente sem que a polícia tomasse providências.¹⁰⁵

Em abril de 1936, portanto um mês após a notícia citada, o correspondente do *O Lidador* no Itapicurú, escrevia para aquele veículo de comunicação se queixando do jogo naquele local. As preocupações do correspondente giravam em torno dos prejuízos para o trabalho de extração de ouro, e da presença de menores de 12 a 15 anos que sucumbiam ao vício do jogo e alimentavam as ações de uma “casta de gente” que perambulava semanas inteiras com jogos feitos para “lesarem a boa fé dos tolos, dignos de melhor ventura.”¹⁰⁶

Percebe-se também a referência a um dos costumes comuns nesses locais, o hábito de andar armado. Certamente, a relação entre jogos, bebidas e armas reforçaram as confusões noticiadas pelo jornal. As denúncias não paravam por aí. No mesmo mês, o correspondente do jornal voltava a denunciar a força da “jogatina” no Itapicurú, chamando a atenção para o fato do jogo se desenrolar tanto de dia quanto a noite, motivando “discussões calorosas seguidas de impropérios”, incomodando a “todos e a tudo”.¹⁰⁷

O jogo causava grande incômodo aos comerciantes do Itapicurú, pelo menos é o que demonstra o correspondente do *O Lidador* que, incansável, continuava com suas denúncias

¹⁰⁵ *O Lidador* Nº 130 de 15 de março de 1936. (*A jogatina continua*). p. 1.

¹⁰⁶ *O Lidador* Nº 133 de 05 de abril de 1936. (*Notícias do Itapicurú*) p. 4

¹⁰⁷ *O Lidador* Nº 136 de 26 de abril de 1936. (*Notícias do Itapicurú*) p. 1.

em setembro de 1936. Dessa vez, o correspondente apelava para o chefe político, o Coronel Francisco Rocha Pires, enfatizando os prejuízos do comércio, que segundo consta, naqueles “últimos dias” estava “desanimado” em decorrência da falta de controle da polícia e dos fiscais do município, que não procuravam “impedir semelhante desgraça entre os pobres mineiros, que aos poucos vão perdendo as suas economias”. E enfatizava que era de “S. Exa., filho dos mais dignos dessa terra, que o comércio deste arraial espera uma providência séria” no sentido de por fim as “doze bancas de jogos que se vêem dia e noite, no Itapicurú”.¹⁰⁸

O apelo ao deputado Chico Rocha surtiu pouco efeito, pois, em dezembro daquele mesmo ano, a “jogatina no Itapicurú” voltava a ser alvo das críticas do jornal que insistia nos prejuízos dos comerciantes em decorrência dos jogos. E ressaltava que tal insistência estava pautada no “dever de um jornal que se dedica ao progresso deste futuro município”. Portanto, se colocando como porta voz de mais “de cem pessoas” que reclamavam das conseqüências do jogo, o jornal solicitava ao delegado de polícia que tomasse as providências cabíveis para extirpar “o abominável vício” que se proliferava no Itapicurú.¹⁰⁹ Nesse mesmo mês de dezembro, o jornal voltava a se referir ao jogo que continuava a “desgraçar” o Itapicurú. Das 12 bancas referidas em setembro, o jornal anunciava que tinha aumentado para 80. É possível que esse aumento expressivo nem tenha existido efetivamente, resultando de uma estratégia do jornal para pressionar as autoridades, impressionando a polícia para que esta se mobilizasse e colocasse fim àquelas atividades. Mais uma vez, se fazia referência ao impacto do jogo sobre o comércio local, já que segundo o jornal, “as bancas de jogo consumiam o dinheiro do garimpo enquanto o comércio local sofria as conseqüências de semelhante praga”.¹¹⁰

Também na cidade de Jacobina, o jogo era recorrente. Desde 1933 *O Lidador* já denunciava essa prática. Assim, o estabelecimento do Sr. Miguel Francelino não escapou das observações do periódico que, anunciando como “Coisas do jogo” registrou “mais um rolo” no “ispora” daquele proprietário, que pelo visto, não faltaram “tombos, gritos, zuada, pancadaria e corre-corre”¹¹¹ Diante desses casos, o jornal aproveitava para denunciar a falta

¹⁰⁸ *O Lidador* Nº 154 de 06 de setembro de 1936. (*Notícias do Itapicurú*) p. 4.

¹⁰⁹ *O Lidador* Nº 163 de 06 de dezembro de 1936. (*A jogatina no Itapicurú*) p. 1.

¹¹⁰ *O Lidador* Nº 165 de 20 de dezembro de 1936. (*80 Bancas de jogos*) p. 4.

¹¹¹ *O Lidador* Nº 127 de 23 de fevereiro de 1936. (*Coisas do jogo*) p. 1.

de providências enérgicas por parte da polícia, como o fez em julho de 1936. Naquela ocasião, o alvo foi as bancas de jogos de azar que vinham funcionando nos apartamentos no fundo da casa comercial do Sr. Afrânio Ribeiro. Conforme o jornal, a polícia “fechava os olhos” para “uma praga” que “desgraçava a bolsa de muita gente”.¹¹²

Os anos de 1937 e 1938 foi de recrudescimento das medidas que buscavam conter o jogo na região de Jacobina, pois foram poucas as notícias denunciando a existência desses eventos. Tal recrudescimento pode está relacionado ao clima ditatorial instalado no Brasil com o advento do Estado Novo. Entretanto no ano de 1939 o jornal voltou a se manifestar sobre o assunto, quando o delegado de polícia Manoel Teixeira Valois Coutinho mandou publicar um Edital proibindo o jogo na cidade. Nesse documento não há só a proibição do jogo, mas de outros costumes considerados impróprios para uma cidade “civilizada”.¹¹³

A mesma edição de *O Lidador* que publicou na 1ª página o Edital proibindo o jogo, trazia na página quatro a seguinte manchete: “*As barbas das autoridades o jogo rola no Itapicurú*”. O jornal denunciava os senhores Domingos Mendonça e José Campestre, residentes no Itapicurú, como os “maiores banqueiros do jogo de cartas” naquele local, embora existissem outros, cujos nomes não foram revelados. Segundo o jornal, o jogo não era segredo, mas como se tratava de “cousa proibida” chamava a atenção do delegado para que tomasse providências.¹¹⁴ Ora, o jornal mais uma vez apontava a conivência das autoridades nesses casos, dessa vez, a acusação foi mais direta.

Também em 1939 as atenções se voltaram para os garimpos de Canavieiras, povoado que assim como o Itapicurú mereceu uma maior atenção no que se refere à repressão ao jogo. Esse olhar mais cuidadoso para Canavieiras era consequência da constância dessa prática nas regiões de exploração aurífera. Considerados como locais onde o “dinheiro corria solto”, era comum a existência de bancas de jogos de todos os tipos. Podemos ver que da mesma forma como se referiam ao Itapicurú, as notícias sobre Canavieiras se voltaram para os prejuízos do comércio, negligência e/ou conivência das autoridades policiais perante a prática da “jogatina”.

Percebe-se que o jogo em Canavieiras deixava de ser visto como uma das formas de divertimento dos garimpeiros para ser analisado apenas sob o enfoque policial e, tratado

¹¹² *O Lidador* Nº 148 de 26 de julho de 1936. (*O jogo na cidade*) p. 1

¹¹³ *O Lidador* Nº 284 de 07 de maio de 1939. (*Edital*) p. 1

¹¹⁴ *Idem*. p. 4.

enquanto contravenção, teria que ser abolido. O jornal se empenhou nessa questão apontando a existência de “uma banca de jogo de azar que afrontava as leis e as autoridades dizendo-se autorizada”.¹¹⁵ Na semana seguinte a essa denúncia, *O Lidador* insistia informando que a “jogatina” continuava forte em Canavieiras, pois o número de bancas havia triplicado. Informava também que um dos proprietários das casas de jogos, o Sr. Benvindo de Tal teria elevado o número de bancas “assegurando que ninguém conseguirá impedir o funcionamento de suas mesas de jogo com o concurso da polícia dessa cidade”. Assim, o jornal insinuava que Benvindo tinha a proteção de alguém para fazer funcionar o jogo. Provavelmente esse protetor fizesse parte da própria polícia. Essa notícia causou polêmica entre os comerciantes que reclamaram não só por desconhecerem a origem “das imunidades” do dono dos jogos, mas, pelos prejuízos comerciais decorrentes do fato dos garimpeiros serem atraídos para o jogo gastando o dinheiro que geralmente gastariam no comércio local.¹¹⁶

Ao que parece a insistência do jornal denunciando o jogo em Canavieiras por duas semanas seguidas surtiu efeito. Na terceira semana o periódico anunciava que o delegado de polícia havia tomado as medidas necessárias no combate ao jogo em Canavieiras. E pelo visto a opinião do jornal possuía um certo peso, pois, segundo consta, o delegado teria ido até a redação do *O Lidador* acompanhado do senhor Benvindo que, por sua vez, negou o seu envolvimento com o jogo em Canavieiras. No entanto, o jornal não parece ter acreditado na inocência de Benvindo e encerrou a nota “aplaudindo a ação do senhor delegado”, que agiu “contra os que não querem ocupação honesta”.¹¹⁷

O jogo em Canavieiras não se encerrou com a prisão de Benvindo. Nas semanas seguintes esse tema continuou alimentando as notícias do jornal que fez questão de anunciar que, em face das medidas enérgicas adotadas pelo delegado Manoel Valois Coutinho, o distrito de Canavieiras havia se libertado do “mal que no dizer de Rui (Barbosa), arruína o caráter pelo bolso”. Afirmava também que conforme as palavras do delegado, “a polícia estava vigilante e pronta para agir contra o primeiro que transgredisse a lei”.¹¹⁸

¹¹⁵ *O Lidador* Nº 299 de 08 de outubro de 1939. (*O jogo em Canavieira*) p. 2

¹¹⁶ *O Lidador* Nº 300 de 15 de outubro de 1939. (*A jogatina continua forte em Canavieira*) p. 1.

¹¹⁷ *O Lidador* Nº 301 de 22 de outubro de 1939. (*Ação da polícia com o jogo em Canavieira*) p. 1.

¹¹⁸ *O Lidador* Nº 302 de 29 de outubro de 1939. (*Acabou-se o jogo em Canavieira*) p. 1.

Continuando a sua fiel perseguição ao jogo, *O Lidador* anunciou no início de novembro de 1939, que através de uma diligência no povoado de Canavieiras, a polícia havia surpreendido uma banca em pleno funcionamento dentro do mato. A banca era de propriedade do senhor Pedro Pinto, que teve apreendido seus “baralhos, dominós e pano de jaburu”, isto é, a armadilha com que o citado transgressor da lei recolhia as economias das pessoas incautas e viciadas”.¹¹⁹ Na semana seguinte a veiculação dessa notícia, *O Lidador* publicou uma carta que lhe foi endereçada pelo Sr. Pedro Pinto protestando contra a referida nota e afirmando sua inocência no caso do jogo. Segundo ele, todo o material foi encontrado no povoado de Canavieiras e não no mato como foi noticiado, informava também, que nada daquilo lhe pertencia, a não ser “um couro oleado com pintura de jaburu, porém, sem o respectivo aparelho”. Quanto aos baralhos teriam sido apreendidos na praça principal do povoado, e, em relação ao dominó, não sabia em que local foi apreendido. Em síntese, Pedro se eximia da culpa e insinuava que algum jogador para se livrar da responsabilidade, teria citado o seu nome como proprietário do negócio. No entanto, frisava que “a sua profissão era comerciante e não de transgressor da lei”, por isso esperava que o diretor do jornal publicasse a carta que ele enviava, não apenas na condição de acusado por exercer uma atividade ilegal, mas pelo fato de ser amigo do diretor e assinante do jornal.¹²⁰

Em 1940, o jornal anunciava na mesma matéria, o fechamento de uma escola particular no povoado de Canavieiras ressaltando que, apesar disso, o jogo continuava existindo naquele lugar. O jornal queria chamar a atenção não só para o descaso com a educação, já que a escola fechou por falta de recursos, mas também para a continuidade do jogo, alimentado com o dinheiro que deveria servir para investir no comércio e educação do povoado, dois itens considerados básicos para o progresso do lugar.

Nesse mesmo ano o delegado de polícia Vivaldino Jacobina Vieira, lançou mais um Edital proibindo, entre outras coisas, os “jogos a dinheiro de qualquer natureza”. Essa foi a última referência ao jogo nesse veículo de comunicação. As últimas notícias sobre a jogatina na região de Jacobina coincidem tanto com os últimos meses em que circulou o *Lidador*, quanto com as notícias sobre a decadência da exploração aurífera na região. Com

¹¹⁹ *O Lidador* Nº 303 de 05 de novembro de 1939. (*Baralhos, dominós e panos de jaburú apreendidos pela policia em Canavieira*) p. 1.

¹²⁰ *O Lidador* Nº 304 de 12 de novembro de 1939. (*Notícia de Canavieira - Defende-se o acusado de ter jogo*) p. 1.

o fechamento do jornal ficou inviável sabermos se permaneceu a prática de jogos nesses locais. Ao que tudo indica, em Canavieiras, os primeiros sinais de decadência aurífera já se fazia sentir por volta de 1940. Logo, a saída dos garimpeiros em busca de outros garimpos mais promissores pode ter colaborado para o arrefecimento do jogo nos povoados garimpeiros. Conforme o jornal, o povoado de Canavieiras estava “decrecendo bastante em função da retirada dos mineiros”, que foram em busca do ouro nos garimpos de Maravilha, também na serra de Jacobina, mas localizados no município de Saúde. Nesse contexto de retração da economia aurífera, o jogo também era apontado como um dos motivos responsáveis pela crise que começava a se instalar no povoado, pois ainda era visto como uma atividade que canalizava as “economias” dos mineiros.¹²¹

A despeito de todas as implicações criminais que pudesse envolver o costume de jogar é importante frisar que foi nas áreas de garimpo onde essa prática encontrou maior ressonância. Na medida em que a maioria dos garimpeiros consumia a maior parte do seu tempo nas atividades de busca pelo ouro, é compreensível a sua preferência pelo jogo. Certamente, quando desciam das serras, uma “boa partida” regada a cachaça e um bate-papo seriam opções convidativas. Porém, o grande incômodo causado por esse hábito estava relacionado com a idéia de ócio, ao se envolverem com as jogatinas, os trabalhadores dos garimpos desviavam sua atenção do trabalho, logo, os prejuízos seriam notados, pois o dinheiro que deveria ser investido no comércio local era canalizado para os donos de bancas de jogos. O garimpeiro que deveria está cumprindo o “dever sagrado” do trabalho estava entregue ao vício improdutivo dos jogos. Assim, o discurso do jornal não se pautava apenas no aspecto moral da questão e sim, na defesa dos interesses econômicos dos comerciantes das áreas de garimpos.

O Edital de 1940 proibindo o jogo na região de Jacobina também chama a atenção de outro item proibitivo, a prostituição. Conforme a ordem do delegado ficava “terminantemente proibido mundanas pelas ruas antes das dez horas”.¹²² Mais uma vez entrava em cena uma das preocupações que também afligiam a sociedade jacobinense desde a década de trinta e, como veremos, na fase áurea da economia do ouro, teve também seus momentos de repressão e críticas, muitas vezes evidenciados pela imprensa local.

¹²¹ *O Lidador* Nº 323 de 31 de março de 1940. (*Fechada a escola de Canavieira mas o jogo continua*) p. 4.

¹²² *O Lidador* Nº 334 de 16 de junho de 1940. (*Edital*) p. 4.

Assim como o jogo, a prostituição era uma das opções de divertimento do garimpeiro. Na verdade, esses dois itens sempre estiveram associados tanto no que diz respeito ao lazer deste trabalhador, quanto aos aspectos negativos que lhes eram atribuídos constantemente pelos defensores de uma sociedade centrada na moral e nos bons costumes, bem como, na defesa de interesses econômicos capazes de proporcionar a Jacobina um amplo desenvolvimento comercial.

Alberto Heráclito ao analisar a condição feminina na cidade do Salvador durante o período republicano constatou que “ao exhibir as mulheres no espaço público, a cidade republicana tratou de diferenciá-las, salvaguardando aquelas que com mais “moralidade” apropriavam-se dela: a ‘moça’ ou a ‘senhora de família’”. Esses dois tipos se opunham as ‘mulheres públicas’, representadas pelas prostitutas. Essas últimas foram vistas pela imprensa como “seres perigosos”, que “ameaçavam com suas práticas eróticas a saúde física e moral das famílias”.¹²³ Em Jacobina, nas décadas de 30 e 40 do século XX essa visão sobre a prostituição também prevaleceu. A implantação de uma economia aurífera a partir dos vários garimpos que se instalaram nas serras de Jacobina criou condições para que se formasse um ambiente propício à prática do meretrício.

Tratando da sociedade mineira do século XVIII, Laura de Mello e Souza englobou essas mulheres como parte da sociedade das minas, destacando o quanto foram numerosas por todo o período em que durou a atividade aurífera. Para a autora, muitas se dirigiram para as lavras, assim como tantos outros, atraídos pelo ouro. Ressaltou ainda, que os primeiros anos de exploração aurífera com o grande afluxo de homens devem ter sido especialmente propícios para o exercício dessa atividade.¹²⁴

Também na literatura sobre o tema, mulheres como Helena, Cleonice, Vitalina, Elvirinha, Joana Magra, Florinda, Maria Boca-da-Gruna e outras desfilam nas páginas de *Cascalho*¹²⁵, obra literária sobre a região diamantífera que trata com muita propriedade o cotidiano dos garimpeiros daquela área. Seu autor, Herberto Sales, demonstra como essas

¹²³ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Quem pariu e bateu, que balance!Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003. p. 78-79.

¹²⁴ SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII.Rio de Janeiro: Graal, 1986. 3ª ed. p. 180.

¹²⁵ SALES, Herberto. Cascalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

mulheres participavam ativamente dessa sociedade, testemunhando os “bamburrios” e “enfuzamentos”¹²⁶ dos garimpeiros, dividindo com eles alegrias e infortúnios.

É conhecida também a presença das prostitutas no romance *Maria Dusá*, no qual fica claro que muitas mulheres seguiam para as áreas de garimpos com objetivo de se prostituírem em troca do dinheiro dos garimpeiros. Lindolfo Rocha também aponta casos em que os pais, movidos pelo desespero da fome, vendiam suas filhas que acabavam como prostitutas nos garimpos de diamantes.¹²⁷

Na região de Jacobina, a presença dos garimpos também concorreu para reunir um grande número de mulheres dedicadas ao meretrício. Segundo o sr. Matias, a prostituição se localizava tanto dentro da cidade como nas serras onde estavam situados os garimpos. As mulheres que atuavam nos cabarés da cidade como no caso do “Pilunga”, conhecida área de prostituição de Jacobina, iam durante o dia para os garimpos que se localizavam nas proximidades da cidade, passavam o dia por lá “fazendo zoeira” e à noite retornavam. Já as áreas mais afastadas possuíam cabarés nos quais as mulheres residiam. Conforme esse depoente, havia poucas famílias nessas áreas, ao contrário das “mulheres da vida” que eram bastante numerosas.¹²⁸

Na localidade do Coxo de Dentro, o cabaré localizava-se num galpão de madeira nas imediações do garimpo, conforme nos informa Dona Luzia, uma moradora do Coxo de Dentro que vivenciou a fase áurea da exploração do ouro naquele povoado: “A casa do cabaré era de dia à noite quebrando o pau. Era só dançano aquela dança porca”. Para essa senhora que por muito tempo fez parte das poucas famílias que residiam no Coxo, a prostituição era uma afronta a moral e aos bons costumes, pois além da “dança porca” tinha o fato dos homens buscarem o prazer vendido pelas mesmas, bem como o comportamento provocante das prostitutas. Hostilizadas, essas mulheres assumiam atitudes que visavam sua afirmação naquele contexto e principalmente objetivavam demarcar seu território. Sendo os garimpos locais atrativos para a prostituição, as mulheres que atuavam no Coxo de Dentro procuravam demonstrar para as outras mulheres, consideradas de “família”, que naquele local suas presenças eram bem vindas e que estavam satisfeitas com a sua condição de prostituta, ainda que essa afirmação fosse meramente provocativa como sugere a frase

¹²⁶ “Enfuzado”, é assim que é chamado o garimpeiro que passa muito tempo sem encontrar pedras ou metais.

¹²⁷ ROCHA, Lindolfo. *“Maria Dusá”*. São Paulo: Ática, 2001.

¹²⁸ José Matias em entrevista já citada.

relembrada por Dona Luzia, em seu depoimento, ao recordar o comportamento das prostitutas do Coxo de Dentro. Segundo ela nas idas e vindas para a cidade de Jacobina, ao cruzarem as ruas do Coxo, falavam bem alto a seguinte frase: “Eu sou puta, sou puta, mil vezes puta”.¹²⁹

Associados aos “males que corroíam a sociedade”, constituindo tema recorrente no jornal *O Lidador*, a prostituição e os cabarés foram considerados, por esse veículo de comunicação, prejudiciais à sociedade de Jacobina e responsáveis pela maioria dos delitos registrados na Delegacia de Polícia. Em 19 de janeiro de 1934, o periódico conclamava ao Delegado de Polícia Antonio Rocha Passos que acabasse urgentemente com os referidos cabarés, pois, assim procedendo prestaria, “não só como autoridade, mas também como jacobinense, um grande serviço à sociedade”. Além disso, as casas de prostituição eram relacionadas diretamente com outros fatores que ameaçavam a “ordem” em Jacobina e arredores:

Os “cabarets”, nesta cidade, freqüentados por mundanas da pior espécie, tem dado péssimos resultados.

De quando em quando há um “sururu” que encomoda a polícia, há bofetadas, espancamentos, cachaçadas, etc., etc.¹³⁰

Em agosto de 1934 o jornal chamava novamente a atenção do delegado Antonio Rocha Passos, para a existência de um cabaré situado nas imediações da Igreja da Conceição. E mais uma vez, solicitava que atendesse aos anseios da população, fechando o referido prostíbulo, pois, não era nada lícito “um cabaré de mulheres decaídas” funcionar no “coração da cidade”. O jornal ressaltava que além de atrapalhar o sossego público, o cabaré desobedecia as Leis Municipal e Penal.¹³¹

Em 1940, o jornal voltava a atenção mais uma vez para um “cabaré de mundanas” situado na rua 24 de outubro, alegando que se tratava de um “centro de habitações familiares” e que eram justas as constantes reclamações dos residentes daquela área, já que o cabaré “atentava contra os bons costumes locais”. Além disso, assim como o jogo, a prostituição deveria ser terminantemente proibida, pois, “não traziam nenhum bem a

¹²⁹ Entrevista concedida a Emanuel e Cleidimar por Dona Luzia Maria do Espírito Santo, moradora do Coxo de Dentro desde o período de exploração aurífera. A entrevista foi cedida ao NEO - Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia, localizado no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, em Jacobina.

¹³⁰ *O Lidador* nº 20 de 19 de janeiro de 1934. (*Com os cabarets*) p. 1.

¹³¹ *O Lidador* nº 51 de 24 de agosto de 1934. (*Os cabarets continuam*) p. 1.

coletividade, antes contribuem para o crime”. O jornal também insinuava que a polícia lucrava com esse tipo de negócio. O referido estabelecimento já havia sido impedido de funcionar pelo delegado regional, mas, ao pagar o imposto exigido, teve liberado o seu funcionamento. Para a imprensa, o fechamento do bordel também se justificaria pelo fato da “polícia não ter lá essas necessidades de rendas” e conclui afirmando que a melhor maneira da polícia servir ao público e a justiça era proibindo o funcionamento do cabaré.¹³² Pelo visto, o imposto citado ficava nas mãos da polícia, logo, manter o cabaré funcionando equivalia a uma maior lucratividade por parte dos policiais.

Nos garimpos da Jaqueira, no povoado de Caen, distrito de Jacobina, dois cabarés também despertaram as queixas da população que solicitaram junto à redação do jornal ajuda para impedir a continuidade do “desregramento de dois cabarés que funcionavam ali noite e dia com grande desrespeito para com a família e o sossego público”. Para o jornal, a falta de fiscalização tornava ainda mais graves as cenas de imoralidade que ali desfilavam todos os dias. Um dos cabarés pertencia a um dos chamados “inspetor de quarteirão”¹³³, portanto, a ação da polícia tornava-se mais “urgente” como “medida saneadora e disciplinar”.¹³⁴

Numa das matérias sobre os cabarés publicada pelo jornal, depreende-se que entre os seus freqüentadores também estavam os policiais, a quem constantemente eram direcionados os apelos para que tomassem providências nas questões sobre esses locais. Na rua Pulo do Bode havia um cabaré de propriedade de José Francisco da Silva no qual um dos clientes, o senhor Joaquim do Nascimento foi furtado em 5:120\$000. Apurado os fatos, a autoria do crime recaiu sobre três soldados da polícia que se encontravam na região de Jacobina em diligência. Aproveitando a viagem os soldados tiraram um “tempinho” para ir

¹³² *O Lidador* nº 322 de 24 de março de 1940. (*Jogos e cabarés*) p. 1.

¹³³ Na documentação não fica claro quem seriam os “inspetores de quarteirão”, é possível que seja uma denominação para moradores que colaborassem com a vigilância dos lugares. Se tomarmos como certas as informações dadas por seu Manoel Bispo (depoente já citado nesse trabalho) sobre esse aspecto, veremos que era comum que a própria polícia nomeasse alguns moradores para colaborar com ela. Segundo esse depoente isso ocorreu com ele quando o delegado de Jacobina o chamou e disse que ele ficaria no Coxo como “um soldado”, qualquer briga ou confusão ele poderia apartar, mas, se por acaso se voltassem contra ele, que se defendesse ou se “saísse”. Ao que consta, o que teria motivado a atitude do delegado seria a falta de policiamento nas áreas de garimpo e o número de distúrbios que ocorriam freqüentemente. No entanto, as referências ao envolvimento dessas pessoas nas confusões são recorrentes. É possível que se sentindo investidas de algum poder, exagerassem tentando demonstrá-lo.

¹³⁴ *O Lidador* nº 336 de 30 de junho de 1940. (*Os cabarés no garimpo da Jaqueira reclamam a atenção da polícia*) p. 1.

até o cabaré que, segundo o jornal, era bem servido de “cachaça, mulher e jogo”. Eis aí os três ingredientes da desordem tão recriminada. O jornal encerrou a matéria amaldiçoando os cabarés.¹³⁵

Ao mesmo tempo em que solicitava o fechamento dos bordéis, o jornal se colocava contra um soldado que espancou uma prostituta. A violência foi denunciada por pessoas “merecedoras de toda confiança” que procuraram a redação do periódico para se queixarem do soldado, que, pelo visto, já era acostumado a esse tipo de comportamento. Tendo partido de pessoas provavelmente bem situadas socialmente e talvez clientes da prostituta, a denúncia ganhou facilmente o apoio do jornal.

Ainda no dia de terça-feira, desta semana, esse soldado, que devia ser um Guarda da Lei, espancou, a vergalho de boi, uma infeliz mundana, em quem não se fez corpo de delito. (...) Urge que o Dr. Promotor Público tome conhecimento do exposto e, com o Sr. Delegado de Polícia, tomem providencias para que tão aviltantes attentados aos brios de uma cidade pacata e morigerada como Jacobina, não mais se reproduzam.¹³⁶

A preocupação premente do *O Lidador* estava relacionada ao receio de que atitudes como a do soldado colocasse abaixo a fama de cidade pacífica, tranqüila e de um povo educado, dotado de bons costumes e respeitador da lei que se fazia presente, através das autoridades citadas na nota.

Diferente do artigo que escreveu sobre o jogo, o espírita Paulo Bento era uma voz dissonante no que se refere ao discurso sobre o meretrício naquele período. Em 1935, ele dedicou em sua coluna espaço para analisar as causas e conseqüências da prostituição. E perguntava: “Será por fraqueza ou por falta de amor próprio, que algumas mulheres “derrapam” e se entregam a uma vida de degradação moral, segregando-se do meio social para onde foram chamadas a viver”? A resposta do espírita se pautava na culpa do sexo oposto. Segundo ele, era o homem o responsável direto pela situação a que muitas mulheres estavam expostas e suscetíveis de “caírem na prostituição”. As falsas promessas de amor, de casamento e o defloramento foram razões que o espírita encontrou para justificar os motivos pelos quais a grande maioria das mulheres se prostituía. E mais, Paulo Bento analisava como injusta a sociedade que excluía as prostitutas e alertava aos homens que os seus atos não ficariam impunes.

¹³⁵ *O Lidador* nº 237 de 22 de maio de 1938. (*Envolvidos num furto de 5120\$000 três soldados da policia. Jogo, cachaça e mulher*) p. 1.

¹³⁶ *O Lidador* nº 58 de 12 de outubro de 1934. (*Espancamento da prostituta pela policia*) p. 4.

Uma sociedade que repudia e despreza e chama de escoria os fracos que são vencidos pelos fortes é uma sociedade injusta e digna de lástima! Pensarão os homens, que desvirginar uma donzela e lançar-lhe ao molejo popular, á miséria, tolhendo-a do sagrado direito de ser esposa, será um acto tão banal quanto o de cortar uma árvore, ou arrancar um simples arbusto? Estão enganados; cada qual é punido naquilo em que pecou.¹³⁷

No que pese à ponderação do Sr. Bento, o discurso dominante reservava uma outra imagem para essas mulheres. Sempre relacionadas aos delitos que aconteciam na cidade, muitas vezes as prostitutas receberam a fama de “mulheres de maus bofes” e nem sempre escapavam do olhar vigilante da polícia. Há de se considerar também que nesse contexto, as mulheres deveriam seguir um padrão de comportamento considerado adequado a sociedade, visando o casamento e a construção de uma família. As mulheres deveriam ser dotadas de qualidades como: doçura, abnegação, fragilidade, simplicidade. O modelo de mulher pretendido levava em consideração “a representação simbólica da mulher” enquanto a “esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada”.¹³⁸ No ano de 1934 a matéria intitulada “*Como se conhece as mulheres pelo andar*”, publicada no nº 61 de *O Lيدador*, trazia dicas de como através do andar se poderia reconhecer uma “mulher direita”. A depender dos movimentos do corpo, da forma de pisar no chão e também de olhar e sorrir, poderia se constatar se a mulher era: “dengosa, fastidiosa, precipitada, geniosa, descansada, bom caráter, maliciosa, mentirosa, enganadora, etc.” Ou seja, a fórmula mesclava vários tipos de comportamento e trazia uma confusa definição de como a mulher deveria se portar para ser considerada uma “mulher de bem”¹³⁹.

Assim, qualquer mulher que apresentasse um comportamento diferenciado poderia ser vista com reservas e até mesmo confundida com as “mulheres públicas”. Em alguns casos um comportamento mais agressivo poderia lhe conferir o rótulo das famosas “mundanas”. Foi o que ocorreu com Dona Josepha Maria de Jesus, que atirou no roceiro João José de Carvalho, quando este foi lhe exigir um recibo de quitação de uma terra que a mesma havia comprado em sua mão. Perante a recusa de dona Josepha em dar-lhe o recibo, o roceiro invadiu sua casa e para amedrontá-la investiu contra a mesma com uma faca em

¹³⁷ *O Lيدador* nº 111 de 03 de novembro de 1935. (*A prostituição: seus males e conseqüências*) p. 4.

¹³⁸ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1985. p. 62.

¹³⁹ *O Lيدador* nº 61 de 02 de novembro de 1934 “*Como se conhece a mulher pelo andar*” p. 4.

punho. A mulher não contou conversa e lançando mão de uma espingarda de caça abriu fogo contra João José. Logo depois essa senhora se entregou à polícia e a notícia veiculada após a sua prisão era de que se tratava de uma mulher de “maus bofes”, uma mundana que assim que a polícia tomou conhecimento do crime, “trancafiou a valentona e instaurou o inquérito”.¹⁴⁰ No número seguinte o jornal se viu na obrigação de desfazer o mal entendido e se retratar com dona Josepha, inclusive dando a informação de que esta senhora “era casada legalmente”.¹⁴¹

Como vimos, o jornal deu crédito a boatos, esse, aliás, é um aspecto complicado no trabalho com esse tipo de fonte. Por várias vezes, os órgãos de imprensa apresentam um discurso dúbio sobre os mais diversos aspectos e, no caso das prostitutas, o periódico optou por um alargamento do conceito de prostituição, o que justificaria a atitude irresponsável exemplificada no caso de Dona Josefa. Aliás, essa visão expansiva sob a prostituição era corrente no período, a mulher que não se enquadrava num comportamento padrão, era, muitas vezes vista como prostituta. Nesse sentido não bastava apenas a mercancia do corpo, requisito básico para caracterizá-la. Ser amasiada, freqüentar lugares públicos como os bares em companhia de outras mulheres ou sozinha, ou ainda, não se vestir adequadamente ou portar certos acessórios que não fossem utilizados pelas consideradas senhoras ou “moças de família” eram requisitos suficientes para enquadrar uma mulher no rol da prostituição.

Seja como for, as mulheres declaradas prostitutas estiveram sempre relacionadas à ameaça da ordem em Jacobina e, principalmente, nas regiões dos garimpos. Muitas vezes protagonizaram os chamados “barulhos”, em outras, porém, acabaram como vítimas. Foi o caso de Juracy, prostituta também conhecida por Julia, filha de Pranchão, ferida mortalmente quando Manoel Borges, ao entrar na sua casa, no arraial de Figuras, derrubou uma pistola que disparou atingindo-a.¹⁴² Nesse caso, identifica-se outro aspecto que preocupava a polícia e que era comum nas áreas de garimpo, o costume que as pessoas possuíam de portarem armas. Certamente, muitos casos que começaram com discussões acaloradas foram agravados devido a esse comportamento.

¹⁴⁰ *O Lidador* nº 59 de 19 de outubro de 1934. (*Mulher de maus bofes*). p. 4.

¹⁴¹ *O Lidador* nº 60 de 26 de outubro de 1934. (*Como nos relatam o crime de Dona Josepha de Jesus*) p. 1.

¹⁴² *O Lidador* nº 71 de 18 de janeiro de 1935. (*Matou culposamente a pobre mulher*) p. 1.

Reforçando a idéia dos chamados “sururus”, as prostitutas também brigavam entre si. Episódios como o que ocorreu em janeiro de 1935, na rua da Serra em Jacobina, alimentava as notícias jornalísticas que associavam prostituição e desordem. Foi o que aconteceu quando Antonia Maria e Victoriana Costa se atracaram, distribuindo bofetadas e beliscões, saindo ambas com as roupas rasgadas e narizes quebrados, diretamente para a cadeia.¹⁴³

As autoridades policiais tentavam “colocar ordem” na cidade e arredores através da contenção do jogo, da prostituição, etc. No entanto alguns soldados esqueciam-se do seu papel e também participavam de eventos que deveriam combater. A exemplo dos que participaram do “cabaret de encomenda” nas “bandas do Teixeira”,

Na noite de 3 do andante houve, lá para a bandas do “Teixeiras”, um “cabaret” de encomenda.

Ao romper do dia seguinte, tontos de sono e aguardente voltaram da festança algumas mundanas, soldados do destacamento local e civis que da mesma fizeram parte, quando, ao passar pela pinguela existente sobre o rio Itapicurú, no lugar “Bracinho”, onze pessoas ao todo, a referida pinguela foi abaixo, e; com ella, os folgazãos, maioria dos quaes receberam contuzões e ferimentos graves.¹⁴⁴

Essa notícia sugere também que os serviços da prostituição poderiam ser encomendados. Tudo indica que as prostitutas da cidade foram contratadas para esse evento ocorrido no Teixeira.

Não era só a prostituição ou o jogo que “animava” o universo masculino do garimpo. Conforme o senhor Matias, não havia festas com dança nos moldes das que aconteciam na cidade com a participação da elite jacobinense, entretanto, era possível se divertir com serenatas, cantorias de violão e samba. No caso desse último, era comum ocorrer brigas quando da realização do mesmo, por isso, a polícia proibiu, durante certo tempo, os sambas, principalmente, na região dos garimpos. O depoente conta que era comum que fizessem esse evento de forma escondida, com as portas fechadas. No entanto, em alguns casos, o segredo era revelado através de pessoas que “deduravam” tais intenções, facilitando a ação da polícia que colocava fim a esses divertimentos. Segundo seu Matias, em alguns casos, a policia prendia os participantes do samba, conduzia-os para a cadeia e,

¹⁴³ *O Lidador* nº 71 de 18 de janeiro de 1935. *(Mulheres de maus bofes)* p. 1.

¹⁴⁴ *O Lidador* nº 10 de 10 de novembro de 1933. *(Depois da festa... a pinguela foi ao chão)* p. 1.

no dia seguinte, a título de punição utilizava a mão-de-obra dessas pessoas em trabalhos como o de capinar a cidade.¹⁴⁵

Também segundo seu Matias, os garimpeiros passavam a semana trabalhando nas serras e na sexta-feira à noite ou nos sábados era comum que vários grupos de até quinze pessoas descessem as serras para procurarem diversão na cidade. Na maioria eram rapazes de quinze a vinte e poucos anos que vinham “beber cachaça, pintar e bordar...” Essa expressão usada por seu Matias pode equivaler aos temores da sociedade e das autoridades locais, uma vez que na maioria das vezes, os acontecimentos “fora da ordem” envolveram o consumo de bebidas. Tanto os depoentes quanto o jornal associam álcool, mulheres, jogo, etc. Seu Matias, ao ser perguntado sobre o motivo das confusões nos garimpos, atribui as brigas à disputa entre os garimpeiros pelas mulheres, para esse depoente, era comum que nessas ocasiões os garimpeiros estivessem embriagados.¹⁴⁶

Uma nota do *O Lidador* denominada “Dicionário de algibeira” trazia em 1936 a colaboração de um leitor sobre o significado de algumas palavras, entre elas estavam: *Mulher* = “negócio escabroso” e *Cachaça* = “Espírito forte, que, por isso mesmo, enfraquece o espírito de muita gente. É remédio que cura todos os males, sendo um mal que todos os remédios não curam. É sempre lembrada nos cabarets e nas sessões do jury”.¹⁴⁷ Sempre associado a mulheres e baderna, o álcool encabeçava a lista dos motivos que impulsionavam alguns crimes, bem como, a dos males que degeneravam o ser humano.

O alcoolismo ou vício de beber é um dos mais terríveis males que afligem a humanidade. O vício prejudica a quem bebe, à sua família e à sociedade. Seus filhos geralmente nascem doentes, idiotas, epiléticos ou aleijados.

O fim do viciado é vir a sofrer do coração, dos rins, do fígado e muitas vezes termina com o *delirium tremens*, a qual se segue a morte.¹⁴⁸

A opinião de quem escreveu o artigo acima estava em consonância com as idéias do professor Miguel Couto sobre os efeitos do álcool. A visão do professor remonta ao ano de 1934, quando *O Lidador* publicou uma conferência feita por ele. O jornal transcreveu a parte em que o professor frisava o efeito degenerativo do álcool e ressaltava que o alcoólatra não possuía “caráter -no sentido filosófico da expressão -, ou seja, a consciência

¹⁴⁵ José Matias dos Reis em entrevista já citada.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ *O Lidador* nº 101 de 18 de agosto de 1935.(*Dicionário de algibeira*) p. 4.

¹⁴⁸ *O Lidador* nº 138 de 10 de maio de 1936.(*O alcoolismo*) p. 4.

a espreita”, já que o álcool tirava a consciência das pessoas. Logo, as pessoas que consumiam álcool, tornavam-se – por falta desse caráter – “uma cera inconsistente e amoldável”.

Geralmente o vício do álcool estava associado a outras práticas também recriminadas, portanto, os consumidores de álcool se envolviam em questões que freqüentemente paravam na justiça, pois se tornavam pessoas suspeitas, desacreditadas e excluídas de uma sociedade que primava por outros princípios. As autoridades da região de Jacobina tiveram dificuldades para conter essas práticas, visto que a própria polícia não estava imune a esses “males” e em alguns casos, colaboravam para a quebra da ordem. Foi o caso do soldado apelidado de “Chinês” que, conforme o jornal, numa noite de sábado para domingo no início do mês de dezembro de 1935, “tomava na intenção de uma desordem”. O soldado se encontrava numa casa de jogo, quando um guarda “mata-mosquito” entrou armado. O soldado não pestanejou, tomou-lhe a arma e levou para a delegacia de Polícia, porém, embriagado, se recusou a entregá-la ao delegado de polícia entrando em luta corporal com aquela autoridade, fato que motivou sua demissão logo em seguida.¹⁴⁹

No caso relatado foi atribuído ao soldado a intenção de beber com o objetivo de procurar confusão. A presença dessa “autoridade” numa casa de jogo reforça a associação entre bebida e essa prática e indica a convivência que havia por parte de alguns policiais com o jogo. Logo, os responsáveis pela manutenção da ordem, também eram suscetíveis aos “males” que incomodavam a sociedade.¹⁵⁰

Em abril de 1939 o povoado do Itapicurú recebeu a “visita indesejada”, do soldado Artur Faustino de Almeida, lotado no Destacamento de Djalma Dutra. Esse soldado teria chegado ao Itapicurú, se embriagado, e cometido alguns delitos, como o espancamento de um proprietário de um café e aos gritos pelo arraial, deu alguns tiros desafiando os moradores. Acionada, a polícia de Jacobina se dirigiu ao Itapicurú e prendeu o soldado pondo fim “ao escândalo e terror” que o tal visitante espalhou entre os habitantes do lugar.¹⁵¹

¹⁴⁹ *O Lidador* Nº 115 de 01 de dezembro de 1935. (*Delegado desobedecido e agredido*) p. 4.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ *O Lidador* Nº 281 de 09 de abril de 1939. (*Visitante indesejável*) p. 1.

Também no Caen, mais um soldado protagonizou discussões acaloradas e acompanhadas do consumo de álcool. No dia 18 de julho de 1940, por volta das dez horas da noite o senhor Isac Bezerra, condutor de um carro de praça, bebia no bar local com alguns companheiros quando, exaltados, começaram a discutir. Um soldado ali presente que também bebia com eles, achou-se no direito de esbofetear a face do condutor. Este por sua vez não contou conversa e sacando de uma pistola “desfechou dois retumbantes tiros no soldado” que lhe “atravessaram a pele da barriga”. Após os tiros, o condutor fugiu, restando ao delegado apreender o carro e instaurar o inquérito.¹⁵²

A idéia de lazer enquanto aproveitamento do tempo livre teve significado diferenciado para os garimpeiros das serras de Jacobina, pois ao fazer uso de costumes condenados socialmente, os garimpeiros reforçaram os temores da justiça quanto as suas “aptidões” para “violarem os preceitos legais” instituindo assim um clima de desordem que ameaçava o mundo do trabalho. Enquanto para os garimpeiros e boa parte da população pobre que também vivia nas áreas de garimpo, essas modalidades se apresentavam como formas de diversão; para a imprensa, setores mais bem situados socialmente, a polícia e justiça de forma geral, esses costumes traduziam perigos e ameaças a uma cidade que deveria aproveitar a boa fase econômica a partir dos lucros auferidos pelo ouro para crescer e progredir e não seguir a trilha do atraso e do ócio conferida pelos “males” que retardavam a civilização. É preciso lembrar que era corrente a idéia do trabalho como fator de progresso para o país, logo, o ócio inerente aos costumes aqui referidos representava a inversão do mundo do trabalho provocada pela aproximação do mundo da criminalidade e marginalidade e se contrapunha à noção de produtividade e progresso. Além disso, praticados por uma parcela majoritária de forasteiros, esses costumes também representavam uma séria ameaça ao ideal de cidade pacata e civilizada, para a qual a “quebra da ordem” deveria ser evitada.

¹⁵² *O Lidador* Nº 339 de 21 de julho de 1940. (*Rusga-rusga*) p. 1.

CAPÍTULO II

“QUEBRANDO A ORDEM”

*Ruas da perdição
e muitas vezes do crime e da maldição.
Lá, conviviam forasteiros, meretrizes,
garimpeiros e baderneiros.¹⁵³*

Introdução.

O Jornal *O Lidador* de 17 de março de 1935 trazia estampado em sua primeira página a foto do Coronel Francisco Rocha Pires numa matéria de boas vindas ao deputado, que retornava da capital do Estado onde se encontrava a passeio. Nessa matéria a imprensa se reportava à cidade de Jacobina como: “um ambiente de tranqüilidade, ordem e trabalho”. Conforme o jornal, a “paz de espírito” que inundava a cidade era obra e mérito da condução daquele chefe político que “bem intencionado e operoso” se encontrava à frente “dos destinos políticos” da cidade. E mais, essa atuação conforme o jornal, era “incontestavelmente proclamada sem distinção de cores partidárias, pelo povo jacobinense que ama a liberdade e o progresso”.¹⁵⁴

O jornal também caracterizava a cidade como um “oásis”, no qual várias pessoas “ameaçadas na sua liberdade” haviam sido acolhidas encontrando “refúgio e proteção amiga”. Cabe ressaltar, embora a nota não anuncie, que dentre essas pessoas, estavam o próprio diretor do jornal, Nemésio Lima, que por questões políticas teve que sair da cidade de Mundo Novo e encontrou abrigo em Jacobina com o aval do Coronel Chico Rocha. Caso semelhante ao de Leonídio Miranda, conhecido dono de garimpo, que também por questões de ordem político-partidária saiu de Djalma Dutra e obteve o apoio do Coronel para se instalar no Itapicurú. Além deles, outros comerciantes buscaram a promissora cidade para instalarem seus comércios, como atesta o jornal.¹⁵⁵

Conforme as notícias jornalísticas, o município “marchava a passos largos em direção a um futuro brilhante”, que não tardaria mediante a colaboração dos “bons elementos” que chegaram na cidade. A colaboração para tal progresso viria de pessoas

¹⁵³ Trecho do Poema “As ruas do pecado” de autoria de José Moreira Pinto. In: Lençóis, garimpos e Garimpeiros. (Poemas). P. 13. – (Sem dados bibliográficos).

¹⁵⁴ *O Lidador* Nº 79 de 17 de março de 1935. (Em Jacobina, há ordem, respeito e trabalho) P. 1.

¹⁵⁵ Idem. P.1.

detentoras de recursos que seriam aplicados em Jacobina, como por exemplo, o diretor do jornal que via no desenvolvimento da imprensa uma forma de promover o crescimento e progresso ou de Leonídio Miranda, que empregando centenas de garimpeiros passou a explorar ouro nas serras do Itapicurú e foi apontado como o responsável por acabar com a letargia que a exploração aurífera apresentava desde o final do século XIX. E vários comerciantes que se estabeleceram tanto na cidade quanto na região dos garimpos e dinamizaram a economia local. Por outro lado, o jornal enfatizava os riscos representados pelos vários garimpeiros que chegavam a Jacobina com o objetivo de explorarem o ouro das suas serras. A idéia corrente era de que o garimpeiro por encarnar o forasteiro aventureiro trazia um clima de insegurança e perigo para as regiões onde o ouro se fazia presente. Logo, a paz, a tranqüilidade e conseqüentemente as possibilidades de um “futuro brilhante” para Jacobina estariam ameaçadas. Esse futuro se pautava na idéia de progresso mediante a fase promissora que a cidade vivia em decorrência da atividade aurífera. Paradoxalmente, o garimpeiro que, através do seu trabalho colaboraria com a crescente economia de Jacobina também era o “elemento nocivo” que arruinaria a imagem de cidade pacata e civilizada que se pretendia defender.

As cidades que se formaram em torno de garimpos sempre foram vistas como lugares de oportunidades e de riqueza fácil e atraíram pessoas de todas as procedências. No caso de Jacobina, como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, a imprensa procurou estimular o desenvolvimento da produção aurífera fazendo propaganda das vantagens que os trabalhadores teriam se fossem para as serras desenvolver a atividade garimpeira.

Assim que as notícias de novas ocorrências de ouro se espalharam, estabeleceu-se em Jacobina uma dinâmica que quebrou completamente a rotina local. Oriundas de vários lugares, uma grande quantidade de pessoas se instalou em Jacobina e nas serras dos seus arredores. O intenso movimento de ir e vir que se estabeleceu entre a cidade e os garimpos, fez com que no entendimento de Amarílio Benjamin, juiz de direito no período, esses povoados traduzissem a “a imagem do provisório”, da instabilidade. Para o juiz, nos garimpos “tudo era instável. Os homens, as cousas e a própria vida”.¹⁵⁶ A imagem caótica desses lugares reforçava os temores em torno das desordens, pois, ali desfilavam “gente de

¹⁵⁶ *O Lidador*, Nº 179 de 28 de março de 1937. (*Azougue*). P. 4.

todo o tipo”. Ao estudar as cidades do Mato Grosso que surgiram a partir do garimpo, Regina Guimarães, teve a seguinte percepção acerca desses movimentos e desses espaços:

Contudo, era o movimento garimpeiro, nas pequenas cidades, apontado como o termômetro de sua economia: através dele, injetava-se dinheiro no comércio local, dinamizando-o; ampliava-se e diversificava-se o espaço da cidade, as construções, as habitações, etc; e tanto trazia negociantes e homens de profissões as mais variadas, como fazia aparecer gente de todo tipo, segundo a sua população.¹⁵⁷

A população que se formava nos garimpos era marcada pela diversidade e composta principalmente de forasteiros. Nos garimpos de Jacobina, percebemos através dos processos, que muitos vieram de cidades vizinhas como Mundo Novo, Morro do Chapéu, entre outras. Mas, também era recorrente as referências de pessoas naturais da Paraíba e de Pernambuco. Assim, nesses locais não só a fartura e as facilidades de enriquecimento rápido se fizeram presentes, muitos foram os perigos, as tensões e os conflitos gerados a partir de uma grande e diversa concentração de pessoas. De acordo com os relatos de ex-garimpeiros, andar armado nesses locais era imprescindível e “natural”. Esse era sem dúvida, um dos motivos para o clima de vigilância e controle instalado nessas áreas.

Pela quantidade de notícias apontando os crimes de homicídios e de agressões físicas, as bebedeiras, jogatinas, a prostituição e, até mesmo, os inúmeros e graves acidentes de trabalho, verifica-se que as áreas de garimpo não foram grandes recantos de tranqüilidade. No dia a dia, garimpeiros e demais moradores dessas áreas se envolveram em questões que mereceram repressão policial. Os casos ocorridos principalmente nos garimpos do Itapicurú despertaram a atenção e as atitudes de policiais, juizes, advogados e da imprensa que construíram um discurso em favor da manutenção da ordem nesses locais, discurso esse, que visava livrar Jacobina das ações dos indivíduos tidos como perigosos.

No contexto aqui trabalhado, as preocupações com a manutenção da ordem se fizeram presentes e apesar de ganharem ênfase a partir do advento do Estado Novo, desde os primeiros anos de exploração do ouro, se detecta esforços por parte dos setores referidos acima para impedir a quebra da ordem. No caso das áreas de garimpo, essas preocupações tornavam-se mais presentes diante do intenso movimento promovido pelos milhares de pessoas que se deslocavam entre um garimpo e outro. Na maioria, indivíduos que estavam

¹⁵⁷ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. (1996) Op. Cit. p. 144.

“de passagem”, nesse caso, as preocupações se tornavam mais latentes, haja vista que em muitos crimes, a fuga se tornava inevitável.

Assim, os garimpos poderiam abrigar seguramente “malfeitores” que tendo “contas a acertar” com a justiça, muitas vezes se escondiam, passando de um garimpo para outro contando com a ajuda dos companheiros que freqüentemente os “acobertavam”.¹⁵⁸ Portanto, para a justiça, nos casos ocorridos nos garimpos, as punições deveriam ser também exemplares, pois, ao mesmo tempo em que se evitava a impunidade, também se coibia a criminalidade.

Antenado com as idéias de progresso, o jornal *O Lidador* trazia sempre epigrafado a frase: “*pelo progresso de Jacobina*”, e o próprio nome desse periódico já demonstra sua defesa em relação a um outro discurso também corrente no contexto: o do trabalho. Defendendo a construção de uma pátria com progresso e trabalho, o jornal ora se colocava no papel de defensor dos garimpeiros estimulando as suas atividades que eram vistas como essenciais para o progresso e crescimento econômico de Jacobina. Ora, reproduzia o discurso que apontava esses trabalhadores como sérias ameaças à ordem social. Nas notícias jornalísticas sobre os casos de “desordem”, era nítida a intenção sensacionalista. As considerações que precediam as notícias eram sempre de caráter moralizador visando sensibilizar ao público leitor e convencê-lo da periculosidade desses indivíduos. Partindo do caso de Joaquim Jacundino, veremos que, tanto a imprensa quanto a justiça de Jacobina, demonstrou temores em torno desses indivíduos.

“Joaquim Azogue: um caboclo azogado, nortista, moderno e disposto”.

“Vieram como tem vindo muitos, centenas, mais de três mil, atraídos pelas notícias de que está saindo muito ouro, nas paragens por mais de uma vez manchadas de sangue, do Itapicurú. Mas aos prováveis lucros preferirão os acusados a liberdade, e amanhã chamados à conta irão para bem longe como muitas vezes tem acontecido, e mais uma vez ficará burlada a ação da justiça repressiva. Mas isto não deve acontecer, é preciso que se saiba, no Itapicurú, onde os crimes estão se sucedendo num crescendo assustador, que a justiça de Jacobina está vigilante e decidida a agir com serena energia, contra os trânsfugas da lei”.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Quanto ao fato do garimpo se mostrar como esconderijo ou refúgio, ver: CARVALHO, Fábio Lamachia. *Sonho Verde: aventura num garimpo de esmeraldas*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 69-70. E GUIMARÃES NETO, Regina. Op. Cit. (1996) 144.

¹⁵⁹ Fórum Jorge Calmon - Jacobina Bahia – Seção Judiciária – Sumário Crime de Joaquim Jacundino de Matos, Marinho Silva, João Martins e Lúcio Vilela. (1936) fls. 59/60. (Sem classificação).

O trecho relata uma das preocupações da justiça local com crimes protagonizados pelos garimpeiros de Jacobina, no caso específico, no Povoado do Itapicurú. Trata-se do crime de lesão corporal praticado por Jacundino e outros colegas contra os garimpeiros Alvino e João Fernandes. Chama a atenção nesse processo a figura de Joaquim Jacundino conhecido pela alcunha de “Azogue”. Sendo Jacundino um garimpeiro, seu apelido tanto pode estar relacionado ao mercúrio, elemento químico usado pelos garimpeiros para captar o ouro, ou à outra acepção do termo “azogue”, cujo significado seria: “pessoa ladina, esperta e inquieta”.¹⁶⁰ A imagem de Jacundino propagada pela justiça e pela imprensa corresponde a essa última interpretação. Apresentado como “valentão”, esse garimpeiro ficou famoso no Itapicurú pelas desordens que protagonizou e, se considerarmos o estereótipo do garimpeiro como desordeiro, barulhento, entregue as bebedeiras e, em muitos casos, violentos, diríamos que a imagem produzida sobre Jacundino se adapta perfeitamente a essa representação.

Passemos então ao crime e, em seguida, às considerações feitas para formulação do perfil de Jacundino. Em meio as várias versões desse caso registradas no processo crime e na imprensa, se depreende que na noite de vinte e quatro de janeiro, por volta das 20 a 21 horas, no lugar denominado Jaboticaba nas minas do Itapicurú, encontraram-se os garimpeiros Joaquim Jacundino de Matos, Marinho Silva, Lucio Vilela e João Martins para mais uma mesa de jogo na casa de Osvaldo Modesto, estando também presente, o garimpeiro Deoclécio. Mas eis que tudo desanda em pancadaria por causa de uma discussão entre João Martins e Deoclécio. Tal discussão teria se propagado a ponto de envolver também os demais companheiros, João, Deoclécio e o garimpeiro Alvino que chegara no momento. Tudo indica que Alvino resolveu intervir na discussão aconselhando-os a encerrarem a briga, porém, foi repellido por Azogue através de um empurrão. Alvino, ao ser empurrado, desistiu da intervenção e prosseguiu seu percurso juntamente com João

¹⁶⁰ Conforme FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. P. 77.

Fernandes em direção a barraca que ocupavam. Não sabiam eles, que o encontro com Jacudino e seus amigos ainda não estaria encerrado.¹⁶¹

Passada a confusão, seguiram os jogadores em direção a barraca de Alvino e João Fernandes, surpreendendo-os. Conforme o processo, foi travada uma grande briga entre os garimpeiros e além das agressões a base de facas, facões e punhais, também tocaram fogo na barraca de Alvino no momento em que Jacundino se atracava com o mesmo. Confusões á parte, o fato é que essa briga terminou com Alvino e João gravemente feridos. Hospitalizado, Alvino correu risco de vida em virtude de uma facada recebida “pelas costas” no momento da luta. Jacundino também saiu ferido no rosto em virtude de um corte feito com facão¹⁶²

Nem o processo, nem o jornal revelaram o motivo da briga, mas, demonstraram que Jacundino não era uma pessoa bem quista. As testemunhas do processo fizeram questão de responder a pergunta sobre o procedimento de Azogue, reforçando o seu caráter “baderneiro e valentão”. Assim, dentre as respostas chamou a atenção as que tentaram demonstrar o quanto Azogue era perigoso, desrespeitador e valente. A primeira testemunha se referiu a ele como alguém que “parece ser camaradeiro, porém com arroças e festas de valentia”. Para Octacílio Rodrigues, que se declarou lavrador e residente provisoriamente em Jaboticaba, “Joaquim Azogue, desde que chegou, a noticia é que era um valentão, mas só de poucos dias para cá foi que vio elle dezastrado”. A quarta testemunha, Aguielo Ribeiro que também era garimpeiro afirmou: “Joaquim desde que o conhece é sempre nesta vida, fazer barulho pela rua e procurar valentia”. O negociante João Severo também opinou considerando que o procedimento de Joaquim Azogue era mau.¹⁶³

Também empenhado em demonstrar o mau comportamento de Azogue, Carlos Navarro Sampaio, natural da cidade do Morro do Chapéu, prestou uma declaração em que acusava Jacundino de ter invadido a casa do seu tio Francisco Britto no povoado de Jaboticaba por volta das quinze horas da tarde no dia do crime. Conforme Carlos, Joaquim

¹⁶¹ Resumo do Processo Crime localizado no Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Joaquim Jacundino de Matos, Marinho Silva, João Martins e Lúcio Vilela. (1936) fls. 59/60. (Sem classificação); Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 189 – Habeas Corpus. Doc. 49. Jornal *O Lيدador*, nº 123 de 26 de janeiro de 1936. (*Mais crimes nas minas de Jaboticaba*).p. 1.

¹⁶² Idem. Ibidem.

¹⁶³ Fórum Jorge Calmon – Seção Judiciária – Sumário Crime de Joaquim Jacundino de Matos, Marinho Silva, João Martins e Lúcio Vilela. (1936) fls. 31/36. (Sem classificação)

Azougue teria penetrado até a sala de jantar e se dirigido ao seu tio de forma desrespeitosa, tendo com ele uma discussão alterada. O declarante informou que

“ao entrar na sala para ver o que se passava foi agredido pelo “famigerado” Joaquim Azougue, agressão esta que principiou por todos os nomes em que se possa imaginar, e não saptisfeito atracou-se com elle declarante o esbofeteando o que milagrozamente pode se ver salvo ao se desgarrar do tal bandido; salvação que deve a intervenção dos Senhores Osvaldo Mudesto, Elpidio e muitos outros que no momento entraram”.¹⁶⁴

Ao ser questionado sobre os motivos que teriam levado Jacundino a agir de forma tão agressiva, Carlos respondeu que atribuía a origem de tudo a um tal casamento que Azougue queria com uma das suas tias. O casamento não era do agrado da família e que ao receber uma carta não aceitando o casamento, Jacundino teria ficado furioso e dirigido sua fúria para outras pessoas. Assim, o declarante continuou descrevendo as façanhas de Azougue, que teria entrado na casa de uma outra tia sua num lugar denominado “Cuia”, em Itapicurú, derrubando alguns bancos, toucinho e mais cereais. Além disso, havia “decomposto as moças, e saio provocando para Jaboticaba dizendo que vinha matar o moleque do Carlos filho de João Navarro, que tinha feito com que sua noiva acabasse com o casamento”.¹⁶⁵

Aliás, sobre essa questão do casamento, *O Lidador* anunciou que “Jacundino gostava de uma moça, e por causa disso entrou em luta corporal, com um primo da mesma por lhe ter este reprovado a intenção, uma vez que a família não leva a bem o casamento”.¹⁶⁶ Cruzando essa informação com a declaração de Carlos é possível especular sobre os motivos que teria levado Jacundino a agredir o declarante. A raiva que o acusado nutria por aquele senhor seria justificada pelas interferências nas suas intenções em casar-se com Amália Brito. A imagem criada em torno de Jacundino sem dúvida alimentou a reprovação da família da noiva. Pardo, de vinte e nove anos de idade, natural de Rio do Cláudio na Paraíba¹⁶⁷ e descrito sempre como um “caboclo azougado”, a imagem desse garimpeiro era constantemente relacionada a “confusões e barulhos”.

¹⁶⁴ Fórum Jorge Calmon – Seção Judiciária – Sumário Crime de Joaquim Jacundino de Matos, Marinho Silva, João Martins e Lúcio Vilela. (1936) (Sem classificação). fl.s. 29/30.

¹⁶⁵ Idem. Ibidem.

¹⁶⁶ Jornal *O Lidador*, Nº 123 de 26 de janeiro de 1936. (*Mais crimes nas Minas de Jaboticaba*) P. 1.

¹⁶⁷ Arquivo Público Municipal de Jacobina – Atestado de óbito. Ano de 1937 (Sem classificação)

Assim, visto como causador de problemas por onde passava e tendo vários processos na polícia, certamente, Jacundino não era o “partido” que a família desejava para Amália, embora a julgar pelas descrições físicas desse garimpeiro, é provável que se tratasse de um tipo que agradasse ao público feminino.¹⁶⁸ Ao que parece, Carlos possuía respaldo com a moça e tentou dissuadi-la do tal relacionamento, obtendo sucesso naquele momento, já que existem indícios de que Jacundino havia recebido uma carta terminando o casamento. Sendo Joaquim Azougue uma figura conhecida nos garimpos em virtude do seu forte temperamento e considerado um “homem perigoso” para a sociedade jacobinense¹⁶⁹, é justificável o empenho de Carlos em mostrar através da sua declaração que a agressividade de Jacundino não poupava ninguém, desde velhinhos indefesos até as figuras importantes do cenário político local e nacional. O declarante fez questão de registrar que depois que Azougue saiu da casa de sua tia,

seguiu pelas ruas azarotando a todo mundo e espancando um velho indefeso, não matando por ter outros se intervido; de dentro da caza onde se encontrava elle declarante, ainda ouviu os seus gritos na rua dizendo: **“que naquela hora levava na faca o Zé Chico Rocha ou Jurasi que lhe aparecesse”**, e dali em diante nada sabe de vista mais sabe pela voz do povo, que, foi jogar em caza de Osvaldo Mudesto e de lá voltou e atacou o Alvino em sua caza, de onde resultou o conflito, nesta hora elle ouviu as vozes delle dizer: “tome a facão cabra da peste assim é que se fura”. E provocou até quando foi prezo, quando veio a tranqüilidade pública e dos offendidos que elle muitas vezes tentava Mattar...¹⁷⁰

Ora, analisando essas acusações fica evidente o esforço em convencer a justiça de que Jacundino era de fato perigoso. No caso da família da noiva esse temor se justifica pela reprovação do casamento. Mas, um motivo tão particular teria sido suficiente para que tantas pessoas se empenhassem através do processo em afirmar uma imagem tão negativa para Jacundino? Seria Azougue um, entre os vários bandidos perigosos que, segundo a justiça, costumavam buscar abrigo nas regiões de garimpos, na tentativa de galgarem a impunidade? Estaria Jacundino ameaçando interesses particulares numa região de disputas

¹⁶⁸ Conforme o artigo de Amarílio Benjamim, “o caboclo nordestino tinha nele um raro e belo exemplar”. In: *O Lidador*, Nº 179 de 28 de março de 1937.(Azougue). P. 4.

¹⁶⁹ Essa idéia está evidenciada quando o juiz de direito de Jacobina enviou seu parecer à Corte de Apelação, que julgaria o pedido de habeas corpus de Jacundino, pois não mediu palavras para classificar o réu como alguém perigoso para a sociedade jacobinense. Ver: Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 189, habeas Corpus Doc. 49.

¹⁷⁰ Fórum Jorge Calmon – Seção Judiciária – Sumário Crime de Joaquim Jacundino de Matos, Marinho Silva, João Martins e Lúcio Vilela. (1936) fls. 29/30. (Sem classificação)

pelos filões auríferos? Ou seria apenas um dos personagens do discurso elaborado pela justiça. Discurso esse pautado na visão de que o forasteiro era uma ameaça à ordem que se tentava manter? É possível que esses motivos se entrelacem, se observarmos atentamente a trajetória desse garimpeiro, ou melhor, se filtrarmos as informações sobre a sua passagem pelos garimpos do Itapicurú é provável que essas questões encontrem ressonância.

No que se refere ao casamento de Joaquim Jacundino, mesmo com a desaprovação da família, Amália Novaes de Brito aceitou se casar com ele, pois menos de um mês após o desfecho do pedido de -corpus, Jacundino e Amália se casaram por procuração. Em três de junho de 1936, o tabelião Davino Teixeira dos Santos foi chamado ao prédio da Cadeia Pública para lavrar a procuração que nomeou o comerciante Antonio Leite para: “Fim especial de, por si e em seu nome receber em casamento, como se ele próprio fora a exma. Senr^a D. Amália Novaes de Brito”.¹⁷¹ Pelo visto, a fama do garimpeiro não assustou a pretendente.

Já no caso das ameaças dirigidas ao coronel Francisco Rocha Pires e ao governador Juracy Magalhães, é possível que tal frase só tenha sido incluída no texto da denúncia com intuito de mostrar que o réu estava imbuído de perigosas intenções. É também provável que conhecendo a aproximação que Chico Rocha mantinha com o interventor, Jacundino, num arroubo de coragem estimulado pela bebida, tenha demonstrado que não fazia questão de nutrir respeito e admiração pelos dois políticos. Essa atitude de Jacundino se assemelha, inclusive, com a postura tomada por um garimpeiro saído das páginas do romance *Cascalho*. Trata-se de Zé de Peixoto, homem da confiança do coronel Germano que se excedeu ao se embriagar.¹⁷² Através dessa passagem, percebe-se que em algumas ocasiões, a cachaça conferia uma grande dose de coragem aos garimpeiros, fazendo-os assumir atitudes que em circunstâncias sóbrias jamais seriam capazes de tomar.

Vejamos em linhas gerais como se deu essa cena: Após inspecionar pessoalmente os estragos causados pela cheia do Rio Paraguaçu o coronel se preparava para recolher-se quando ouviu um tiro. Com o estrondo janelas e portas se fecharam e o coronel ficou sem compreender o que se passava. Quando ouviu o segundo tiro indagou: - “Quem é esse doido”? Em resposta ouviu o terceiro e constatou que a arma em questão estava sendo

¹⁷¹ Arquivo Público da Bahia. Sessão Judiciária. Livro de Procuração nº 141, fl. 34 (S.R.J./26/141)

¹⁷² SALES, Herberto. *Cascalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 6ª Edição, 1975. p. 28-29.

descarregada na porta do barracão de sua propriedade, armado para vender alimentos e outros produtos aos garimpeiros sob a gerência de Zé de Peixoto. Nesse ínterim viu surgir das “trevas” Zé de Peixoto, armado e gritando como louco: “Cadê um homem de coragem? Eu hoje estou com coragem de fazer um fecha”. Ao ser alertado pelo velho Justino que também era da confiança do coronel e conhecia há muito tempo o seu temperamento, Zé de Peixoto retrucou: “Vá escovar urubu na praia. Eu hoje não estou respeitando nem meu padrinho”.

Essa frase selou o destino de Zé de Peixoto, a partir daquele momento sua vida não valia mais nada. O Coronel Germano “sentiu o sangue subir-lhe à cabeça” diante da falta de respeito que o jagunço acabara de demonstrar na frente de uma platéia de garimpeiros acostumados a temer e respeitar o coronel. Partindo pra cima do jagunço jogou-lhe na lama tomando-lhe a arma enquanto Zé de Peixoto num lapso de lucidez compreendera a bobagem que havia feito e a enrascada em que se metera. Dias depois, Zé de Peixoto acostumado a fazer com que todos a sua volta estremecessem de medo perante a sua pessoa seria morto numa emboscada organizada pelo irmão do coronel Germano, amigos, delegado e capachos.

A referência a esse trecho de Cascalho tem como objetivo demonstrar que no caso de Jacundino, bradar uma possível vontade de matar Francisco Rocha Pires e Juracy Magalhães pode não ter passado de uma reação provocada pela bebida. Se dermos crédito ao perfil traçado pelo jornal e pelo processo crime, temos também a possibilidade desse garimpeiro estimulado pelo alto teor alcoólico ter citado os nomes de Chico Rocha e Juracy Magalhães para demonstrar sua valentia, intimidando aos que o rodeava naquele momento.

Quanto ao fato de Azougue ter sido ou não um foragido que buscou refúgio no Itapicurú nada tenho de evidências. Essa possibilidade foi por várias vezes, apontada pela justiça para definir principalmente o Itapicurú como um local que atraia os “elementos perigosos”, ou seja, os foras da lei. Entretanto, é evidente que existe uma preocupação em classificar Jacundino como um “indivíduo turbulento e mau”, inclusive atribuindo-lhe uma passagem pelo bando de Lampião.¹⁷³ Essa informação foi dada por uma testemunha que afirmou ouvir do próprio Jacundino as suas histórias de aproximação com Lampião. Ora, o

¹⁷³ Informação dada á Corte de Apelação pelo juiz de direito Antonio Abílio Bensabaht, anexadas ao pedido de Corpus: Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 189, Doc. 49.

cangaceiro temido por todos, era personagem de histórias de pânico e violência que os sertanejos estavam acostumados a ouvir e temer. Supor Jacudino como um provável integrante do Cangaço significava assegurar a periculosidade daquele garimpeiro e servia para reforçar o risco que a cidade corria ao deixar passar impunes ações como as executadas pelo réu. Jacundino mexia com a imaginação da população do Itapicurú e dos representantes da Lei, pois sendo o garimpeiro acostumado a contar estórias sobre a sua valentia, é possível que a aproximação com o cangaço se tratasse de uma fanfarrice.

No que toca a possibilidade do garimpeiro ameaçar interesses maiores em torno dos filões auríferos, essa questão pode ser considerada mediante a informação de que Jacundino teria sido morto em uma contenda sobre um “serviço de ouro”. No capítulo IV, essas questões serão analisadas e veremos com detalhes que a morte de Azougue pode ter sido “encomendada” em função das disputas pelo ouro. Pelo menos é o que sugere a sua viúva Dona Amália de Brito ao entrar com o processo na justiça pedindo que fosse investigada a sua morte e a punição para o culpado.¹⁷⁴

Independente das ações de Jacundino, não é meu interesse julgá-lo culpado ou inocente, nem tão pouco minimizar os seus feitos. Entretanto, cabe analisar por meio do processo crime e da imprensa as intenções de um discurso que generaliza um comportamento atribuído aos garimpeiros. É interessante verificar que através de Jacundino e outros acusados, a justiça procurou demonstrar que os forasteiros que vieram para Jacobina em busca do ouro foram responsáveis pela transgressão de uma ordem estabelecida. A apresentação do réu tem o intuito de demonstrar a sua periculosidade, instrumentando-se a negação da liberdade. Portanto, as pessoas encarregadas do julgamento precisam ser convencidas de que, colocar em liberdade, alguém com o perfil de Jacundino é um risco para toda a sociedade. Nesse caso, a montagem do processo deve ser bem sucedida no sentido de garantir a punição do culpado e a prevenção de casos que venham perturbar a ordem que se pretende manter. Para isso, a justiça deve fazer o seu papel, demonstrando rigor e controle da situação. Era o que pensava o juiz de direito de Jacobina quando anunciava que “as minas de ouro do Itapicurú, deste Termo, onde estão trabalhando

¹⁷⁴ Fórum Jorge Calmon – Seção Judiciária – Sumário Crime de Leonídio Miranda e Raymundo Pereira da Silva. 1938. (Sem classificação)

mais de três mil pessoas vindas de várias partes, muito trabalho já estão dando a justiça e mais não de dar se esta não se mostrar severa, rigorosa e inflexível”.¹⁷⁵

É em nome da manutenção da ordem que é montado, passo a passo, os sumários crimes que tratam de casos como o de Jacudino. Os envolvidos no processo se esforçaram para convencer as partes envolvidas de suas “verdades”.¹⁷⁶ Por isso, enquanto promotores, juízes e testemunhas se empenhavam em demonstrar os traços negativos da personalidade de Jacundino, seu advogado de defesa, no intuito de livrá-lo da cadeia onde se encontrava preso, em virtude do crime cometido contra Alvino, buscou convencer as autoridades que o perigo não era tão grande quanto imaginavam. Ao impetrar o a corpus a favor do seu cliente, o Dr. Oscar Armando de Souza Galo¹⁷⁷ alegou que não havia necessidade da prisão preventiva, pois essa representava o receio do preso fugir da ação da justiça, mas que esse temor era infundado, pois foi o réu, o primeiro, desde a sua detenção, a constituir advogado para acompanhar o caso, denotando está inteiramente a disposição da justiça. Insistindo na tentativa de convencimento, Souza Galo encaminhou uma correspondência ao diretor do Hospital de Caridade, onde estava internada a vítima, solicitando declaração da probabilidade de alta em poucos dias. A resposta afirmava que devido a gravidade das lesões não se podia prever uma alta dentro de poucos dias.¹⁷⁸

Por sua vez, o juiz de direito da Comarca de Jacobina buscou convencer a Corte de Apelação de que não era seguro conceder o habeas corpus solicitado. No documento enviado à referida Corte estão os receios que a justiça tinha em relação ao clima de “desordem” que se instalara na cidade a partir da exploração do ouro, onde milhares de pessoas oriundas de várias partes do Estado da Bahia e de outros Estados brasileiros chegavam todos os dias seguindo o brilho do ouro. Caracterizando Jacudino como um dos “elementos perniciosos que estão ali (no Itapicurú) dando rédeas aos seus sentimentos vis”,

¹⁷⁵ Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 189, habeas Corpus Doc. 49.

¹⁷⁶ Sob esse aspecto consultar, CORRÊA, Mariza. Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro. Graal, 1983. pp. 25-84.

¹⁷⁷ Jacundino dispunha de dinheiro para pagar um advogado e não fez por menos, ao invés de buscar os serviços dos rábulas da cidade, contratou o advogado Souza Galo que, ao que consta, residia na capital. É provável que a decisão de trazer um advogado que não residisse na cidade, estivesse relacionada a má fama atribuída a esse garimpeiro. Residiria nessa escolha um possível temor de que os da cidade se recusassem a defendê-lo?

¹⁷⁸ Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 189, habeas Corpus Doc. 49.

o juiz foi taxativo ao referir-se ao réu, como “indivíduo turbulento e mau” conforme já vimos anteriormente.

Não consentir que Jacudino retornasse ao Itapicurú era uma medida que evitaria o desalento da população e o descrédito na justiça. Além do mais, segundo o juiz, a liberdade seria um incentivo para o réu e outros “elementos” que proliferavam no local. Procurando demonstrar que seria um grande erro deferir o -corpus, o juiz relatava “a maneira insólita com que Jacudino se portou no curso do inquérito, insultando ao escrivão, ameaçando testemunhas e respondendo grosseiramente ao delegado”. Para o juiz o réu ao ser solto fugiria como tantos outros, portanto, a negação do corpus previa tal atitude e visava:

acautelar os interesses da justiça e mostrar aos desviados do Itapicurú que a justiça de Jacobina está vigilante, nesta hora de desordens e inquietações, e decidida agir, com serena energia contra os transfugos da lei, que o juízo decretou a prisão preventiva de Jacudino.¹⁷⁹

A medida adotada não visava atingir apenas Jacudino, mas intimidar os demais e garantir a tranqüilidade do lugar: “... a medida de prevenção contra uns intimidaria a muitos, com proveito da justiça, da paz e da ordem, num meio onde, por força de crimes que se vão repetindo, já reina intranqüilidade”.¹⁸⁰ Diante da veemência do juiz, a Corte de Apelação, em 10 de março de 1936, negou o -corpus solicitado ressaltando que tomava tal atitude ao considerar as informações contidas no documento que lhe fora enviado.

Para o promotor público, tanto Jacudino, quanto seus companheiros já eram conhecido pelas suas “bravatas, valentias e barulhos” e que, portanto, faziam parte dos muitos “indivíduos de má procedência, de todas as qualidades, de todos os mistérios, verdadeira ganga, que infelizmente, não passaram pela bateia do alfabeto, da educação, da civilização”. Esses homens, atraídos pelo ouro do Itapicurú vivam “na cachaça e no baralho” e naquele dia 24 especialmente, formaram o “grupo da desordem” e tentaram dar cabo da vida de Alvino. Insistindo no horror da briga e descrevendo as investidas com punhais e facões, o promotor pedia a condenação dos réus.¹⁸¹

No caso de João Martins, a fuga o livrou da cadeia, pois, seu paradeiro continuou ignorado até o encerramento do processo. Quanto aos outros três acusados, foram

¹⁷⁹ Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 189, Habeas Corpus Doc. 49.

¹⁸⁰ Idem. Ibidem.

¹⁸¹ Fórum Jorge Calmon – Seção Judiciária – Sumário Crime de Joaquim Jacudino de Matos, Marinho Silva, João Martins e Lúcio Vilela. (1936) fl. 127. (Sem classificação)

defendidos por Souza Galo e Dionizio Teles, porém, foram indiciados no crime de lesão corporal com tentativa de homicídio. Em junho de 1936, os advogados citados entraram com recurso recorrendo da sentença. A despeito de todos os trâmites que se segue nesse tipo de processo, no dia 14 de outubro de 1936, foram a julgamento Joaquim Jacundino, Marinho Silva e Lúcio Vilela, e sob a alegação feita pelos advogados de que no momento do crime os réus se encontravam em “perturbação dos sentidos e de inteligência”, foram absolvidos.¹⁸²

A liberdade de Jacundino durou pouco tempo, o *Lidador* noticiou sua morte em 21 de março de 1937 com a seguinte manchete: “Os dramas de sangue do Itapicurú: sempre o fim dos valentes”. O assassinato teria ocorrido por volta das 16:30 horas do dia 15 de março de 1937, quando o garimpeiro, laborando na serra do Cuscuz, no povoado do Itapicurú, teria sido abordado por Raimundo Pereira, que teria dito ao mesmo que “não trabalhasse ali, porque aquele serviço não lhe pertencia, prometendo-lhe um tiro se continuasse a trabalhar”. Conforme o jornal, Jacundino retrucou mandando que Raimundo atirasse e recebeu um tiro no estômago. Apesar de ferido, travou luta corporal com seu agressor, no entanto, já muito combalido, faleceu. Raimundo fugiu e até aquela data não havia sido capturado. O atestado de óbito de Jacundino também foi encontrado e traz como causa da morte “ferimento penetrante no abdômen”.¹⁸³

Pelo relato do jornal tem-se a impressão de que a morte de Jacundino envolveu muito mais que a sua postura de “valentão”, atingindo o campo da disputa pelos locais de garimpagem. No entanto, voltarei a essa questão um pouco mais adiante quando tratarei das disputas ocorridas nesses espaços. No momento, quero chamar a atenção para um artigo publicado no *O Lidador* de março de 1937, cerca de quinze dias após a morte do garimpeiro. Escrito pelo ex-juíz de direito Amarílio Benjamim, o longo artigo intitulado “Azougue” era uma demonstração de que as impressões sobre Jacundino oscilavam entre o temor, a reprovação e a admiração. Nas duas partes do artigo o ex-juiz recordava as façanhas de Azougue, destacando o fato do garimpeiro ter sido “um ponto alto” no Itapicurú, respeitado e admirado pela maioria dos garimpeiros.¹⁸⁴

¹⁸² Fórum Jorge Calmon – Seção Judiciária – Sumário Crime de Joaquim Jacundino de Matos, Marinho Silva, João Martins e Lúcio Vilela. (1936) Fls. 144-205. (Sem classificação).

¹⁸³ Arquivo Público Municipal de Jacobina. Atestados de óbito. Ano de 1937 (Sem classificação)

¹⁸⁴ *O Lidador*, Nº 179 de 28 de março de 1937. (*Azougue*). P. 4.

Além disso, Amarílio reforça a imagem supersticiosa do garimpeiro, ao contar que Souza Galo, o advogado que defendeu Azogue nos Tribunais, teria lhe dito que certa feita presenciara Azogue “matar uma jaracussú, abrir-lhe o ventre e engolir rapidamente uma das vísceras” afirmando que a partir daquele momento “seu corpo estava fechado”. Essas estórias se juntavam a outras tantas contadas pelo próprio Jacundino nas rodas de garimpeiros que se reuniam para beber e jogar até altas horas, conforme indica o juiz, já que à “faina diária sucedia a parolagem alegre até noite alta, a cupidez do jogo ou a vertigem do álcool, quando ele, então, era terrível”. Ao falar do estado em que Jacundino ficava quando bebia, o juiz arrolou uma série de acontecimentos protagonizados por Jacundino, destacando sua “audácia selvagem”. “Numa de suas lutas quase abre o crânio de um adversário a punhal. Noutra deslocou, com um safanão, o braço do contendor. Na ultima vibrou, na estreiteza e escuridão de uma barraca, nove punhaladas num temerário”.¹⁸⁵

Ao merecer a atenção do ex-juíz nesse artigo, notamos que a passagem de Jacundino pelo Itapicurú pode ter sido transitória, mas ficou marcada na memória das pessoas. Aliás, para Amarílio, o seu tipo era,

daquelles cujas linhas assentam, de uma só vez, na memória da gente. Alto. Musculoso. Espadaúdo. Um olhar forte, mas esquivo. Uma cabelleira negra e descuidada emoldurando a fronte altiva. Andando não parecia andar. Denotava a mobilização permanente das energias para o gesto rápido, para o salto, para o acomettimento.¹⁸⁶

O artigo do juiz traduzia um clima de comoção instalado com a morte repentina de Azogue. Sendo dono de “serviço de ouro”, Jacundino também possuía a “sua gente”, e por ela “brigava” quando preciso. Era também tido como um trabalhador obstinado que não escolhia hora do dia ou da noite para laborar, mesmo que após o trabalho desse vazão aos sentimentos condenados pela sociedade, suas qualidades de trabalhador foram ressaltadas após sua morte. E justamente ele, que tantas vezes havia colocado em risco a vida de outros e, em outras tantas, havia defendido seus companheiros, “acabava a sua própria vida” em circunstâncias mal explicadas. Para uns, tratava-se de vinganças ou acertos de contas. Para a viúva e amigos mais próximos tratava-se de um “crime encomendado” por aqueles que

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem. Ibidem.

costumavam cobiçar os “serviços de ouro” mais prósperos. Para Amarílio Benjamin, importava definir quem foi Jacundino e relacionar a inevitabilidade da sua morte, bem como a sua existência polêmica a iniciante condição de civilização e progresso que o Brasil experimentava.

Hoje – oh ingênua humanidade – elle está bem morto. Elle foi, coitado, um producto do nosso Brasil de civilização incipiente, arrastando ainda na escala do progresso humano, um mundo primitivo no seu seio. Tivesse Azogue encontrado instrução e estímulo as suas qualidades nobres, e elle as tinha á vista, seria sem duvida nas excellentes condições vitais que demonstrava, um elemento útil e sociável, como nós outros. Nasceu e viveu ao léo, no entanto, e assim foi apenas um athleta com o espírito de creança, sujeito aos caprichos dessa phase da vida. O meio deletério (Que destrói, Nocivo à saúde; venenoso) apontou-lhe, tragicamente, o tumulto ao envez do cárcere, que seria o outro caminho lógico da sua existência de paria...¹⁸⁷

O argumento de que a instrução poderia livrar os indivíduos da criminalidade também foi utilizado pelo espírita Paulo Bento em sua coluna de 23 de outubro de 1938 para conclamar aos homens brasileiros a terem clemência perante aqueles que cometeram crimes. Paulo Bento havia presenciado uma cena na estação ferroviária que lhe chocara. Segundo ele, uma multidão de curiosos estava agitada a espera de um criminoso capturado pela justiça, o homem era um cearense acusado de ter matado a mulher e o sogro de forma escabrosa. A multidão teria acompanhado o deslocamento do preso da estação até a cadeia pedindo a morte do mesmo. O colunista, indignado com a reação popular ressaltava que o Estado Novo com a finalidade de assegurar a ordem e o bem estar da Pátria, justificava a punição de crimes com a morte. Mas, que era preciso atentar para o fato de que a sociedade sempre foi mais rigorosa em punir os criminosos do que instruí-los a fim de poder livrá-los desse mal.¹⁸⁸

Observando que medidas preventivas se tornavam muito mais caras que as punitivas, o espírita lembrava que o índice de analfabetos era grande e vergonhoso e que o radicalismo nunca teria resolvido nenhum problema de pacificação e ordem, ao contrário, que se implantava o terror, mas não se extinguíam as idéias subversivas.¹⁸⁹ Certamente, não eram só as vítimas do Estado Novo, ou o cearense preso que ocupava as preocupações de Paulo Bento, os vários crimes ocorridos tanto na cidade como nas áreas de garimpos

¹⁸⁷ *O Lidador*, Nº 179 de 28 de março de 1937. (*Azogue*). P. 4.

¹⁸⁸ *O Lidador* Nº 257 de 23 de outubro de 1938. (*Mais luzes e menos castigos*) P. 1.

¹⁸⁹ *O Lidador* Nº 257 de 23 de outubro de 1938. (*Mais luzes e menos castigos*) P. 1.

preocupavam não só a ele como toda a sociedade e indicavam que a tranquilidade da cidade estava ameaçada como veremos na parte que segue.

Garimpeiros brigões: “indivíduos de má procedência que não passaram pela bateia do alfabeto, da educação, da civilização”.

Não foi apenas o quarteto composto por Jacundino e seus companheiros que, conforme vimos no início desse capítulo, mobilizou as discussões na justiça em torno da segurança e da violência nos garimpos. Outros casos ocorreram tendo muitas vezes como estopim discussões por causa de jogo, embriaguez, desafios à masculinidade, etc. Também nesses acontecimentos percebe-se a tentativa da imprensa e dos agentes policiais e jurídicos em estigmatizar padrões comportamentais dos garimpeiros. Rotulando-os quase sempre de indivíduos temidos e perigosos.

Em meados do ano de 1938, nos garimpos da Jaboticaba, dois proprietários de “serviço de ouro”, Manoel Ferreira dos Santos, conhecido por Nino Rocha e Ângelo Alves de Almeida, vulgo Ângelo Catureba despertaram as ações da polícia e da justiça de Jacobina. Acusados de homicídio, os dois garimpeiros foram presos e o advogado tratou de providenciar o -corpus, informando que os dois possuíam há cerca de dois anos “casas, roças e um rico serviço de exploração de ouro” no povoado de Jaboticaba nas proximidades do Itapicurú e que o fato de terem residência constituída e posses os colocava em situação diferente dos forasteiros que compunham grande parte da população nos garimpos. Alegavam ainda que os mesmos se envolveram no conflito em legítima defesa, quando, armado de faca, investiu contra eles Valdemar Souza, o advogado ressaltava que “a liberdade dos seus pacientes era um ato de verdadeira justiça, pois tinham constituído procurador”. Além de citar o desrespeito a Consolidação Das Leis do Estado, o documento foi encerrado solicitando a liberdade “dos pacientes para que cuidassem de se defenderem soltos, zelando dos haveres, filhos e família”.¹⁹⁰

Os argumentos de trabalho, filhos e família não comoveram o juiz que respondeu ao Tribunal de Apelação informando que os dois acusados se “encontravam no município,

¹⁹⁰ Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária - Estante 219, Caixa 165- Habeas Corpus, Doc. 34.

ostensivamente, ameaçando pessoas, pelos garimpos”. Acrescentava já ter sido procurado por Simplicio Colombo Gomes que lhe pediu garantias de vida, uma vez que havia sido ameaçado de morte pelos dois acusados. Baseados mais uma vez nas informações do juiz, o habeas corpus foi negado. No entanto, esses dois garimpeiros encontraram brechas para fuga, pois em 1940 o jornal anunciava a captura dos dois que, naquele momento, já haviam adquirido fama regionalmente.¹⁹¹

Vimos que nos discursos dos juizes de direito, a região do Itapicurú figurava como uma das mais perigosas e ameaçadoras a ordem vigente e é justamente naquela região, mais precisamente no garimpo da “Cuia”, que em 1º de novembro de 1937, outros personagens mereceram destaque nas páginas jornalísticas e nos autos policiais. Foi o caso dos garimpeiros Aloysio Moreira e José Pinheiro, acusados de assassinar Herculano a cacetadas.

Nesse acontecimento há referência a uma prostituta como “pivô” do crime. Tratava-se de Maria Celeste Duarte, conhecida por Marocas. Conforme o processo, na cena do crime Marocas se encontrava “amasiada” com Aloysio, mas, anteriormente, havia sido amante do “preto Herculano de Tal”, natural de Mundo Novo. Segundo as testemunhas do processo crime, Maria Celeste, mesmo na companhia de Aloysio, continuava tendo encontros com Herculano, comportamento que conforme o jornal, acentuava rivalidades entre esses dois garimpeiros.¹⁹² Na noite de 1º de novembro Herculano teria se dirigido para a barraca onde viviam Aloysio, José Pinheiro e Marocas com o intuito de dormir com esta última. Não sabia, porém, que mais cedo, ao anunciar suas intenções, teria alertado Aloysio, que se preparou para recebê-lo munido com um cacete. No momento em que Herculano rondava a barraca de Aloysio, este o atacou a cacetadas até a morte.¹⁹³

Na versão publicada pelo *O Lيدador*, a responsabilidade do crime foi atribuída à “Mundana Marocas”. Já o autor do crime fugiu e seu companheiro de barraca José Pinheiro foi preso acusado de cumplicidade, mas foi absolvido no julgamento realizado em 12 de maio de 1938, em virtude do júri ter entendido que a sua culpa se resumia ao fato de ter se

¹⁹¹ *O Lيدador* Nº 335 de 23 de junho de 1940. (*A polícia agindo eficientemente. Presos dois criminosos de fama regional*) P. 1.

¹⁹² *O Lيدador* Nº 210 de 07 de novembro de 1937. (*Assassinato nas Minas do Itapicurú*). P. 1.

¹⁹³ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária. Sumário Crime de Aloysio Moreira de Assis e José Pinheiro de Matos. Ano de 1937. (Sem classificação).

omitido perante o crime, assistido-o e não tomou nenhuma providência no sentido de defender a vítima ou reter o criminoso.

Aliás, a atitude passiva e omissa era geralmente adotada por aqueles que presenciavam as contendas. É como se existisse uma espécie de código entre os contendores, pois a decisão de se intrometer em uma briga não era tomada imediatamente. Ao que parece, a atitude mais corrente era deixar que os contendores resolvessem seus problemas, só se intrometendo na medida em que os conflitos se tornassem mais sérios e em casos de um ou outro ter a vida ameaçada. Nem sempre as intervenções eram mais rápidas que as facas e punhais, logo, as brigas quase sempre acabavam de forma mais séria. Em alguns casos, a confusão sobrava para aqueles que interferiram. No caso de José Pinheiro, a omissão se deu principalmente por Aloysio ser seu amigo e companheiro de barraco. Assistir ao amigo assassinar Herculano a cacetadas sem esboçar nenhum movimento para impedi-lo e nem tentar retê-lo após o crime, significava deixar que Aloysio “acertasse as contas” resolvendo um assunto, no qual, provavelmente, para José Pinheiro, o amigo possuía suas razões.

Quanto a Marocas, também foi intimada a prestar declarações e apesar de ter escapado da cadeia, não ficou imune às acusações de culpa pelo assassinato de Herculano. Das nove testemunhas ouvidas, apenas uma respondeu que não sabia o motivo pelo qual Aloysio teria assassinado o garimpeiro. Os demais foram unânimes em afirmar que o motivo do crime decorreu da disputa pela prostituta, existente entre os dois. O Promotor Público Fernando Alves Dias declarou nas vistas do processo a responsabilidade de Marocas no assassinato:

Sempre a mulher. Mais uma vez confirma-se o brocardo francez. Maroca, ou melhor, Maria Celeste Duarte, mundana do Povoado do Itapicurú, foi a causadora da morte de Herculano. Ela tinha sido amasia deste e ultimamente estava morando com Aloysio Moreira de Assis. O ex-amante sentia ciúmes”.¹⁹⁴

Nas palavras do promotor estava explícita a idéia de que a “mulher pública” era sinal de problema. É provável que esse também tenha sido o entendimento para a maior parte dos moradores do Itapicurú. Logo, estigmatizada pela ocupação que exercia, Marocas também teria que conviver com o peso da acusação de ter sido pivô de um crime. Enquanto

¹⁹⁴ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Aloysio Moreira de Assis e José Pinheiro de Matos. Ano de 1937. (Sem classificação). Fl. 51.

isso, Aloysio ficava impune, pois, ao que tudo indica, a polícia não teve mais notícias do seu paradeiro. Utilizando as considerações de Chalhoub poderíamos concluir que na idéia do promotor está presente também o entendimento de que

“Qualquer relação amorosa tende a um modelo absoluto e universal segundo o qual o homem ocupa o pólo ativo e dominador, enquanto a mulher se encontra no pólo passivo e submisso. Sendo assim, as crises amorosas registradas nos processos se explicam geralmente a partir da constatação de que a mulher não assumiu devidamente a sua passividade e submissão...”¹⁹⁵

Outro acontecimento que também envolvia uma prostituta teve como cenário o arraial de Caen, também distrito de Jacobina, cujo “Garimpo da Jaqueira”, trouxe preocupações para a justiça. Nota-se, pelo jornal, a recorrência de queixas sobre a presença de forasteiros, da proliferação da prostituição e das conseqüências dessa prática naquele arraial. Dentre os episódios apontados como ameaçadores da ordem naquele local, está o caso de Octávio, que “consternou profundamente a população” de Caen. Octávio possuía fama de valentão e já havia protagonizado outras cenas de pancadaria. Em janeiro de 1936, no dia da eleição municipal, Octávio teria dito que futuramente não seria mais eleitor, pois “naquele dia ou matava, ou morria”. Dito isso, teria saído na companhia de um colega por nome de José Miúdo e “uma mundana” a quem Octávio feriu no braço com um charuto aceso. Ao ser recriminado por José Miúdo, Octávio repetiu o gesto e recebeu novamente a recriminação do colega. A essa segunda recriminação Octávio teria reagido com uma bofetada no rosto do companheiro de “farra”, que teria se calado e retornado para casa. No entanto, ao cair da noite, José Miúdo preparou a sua vingança e saiu em busca do seu agressor, matando-o com quatro facadas.¹⁹⁶

Também motivado por ciúmes, o garimpeiro Genésio respondeu por crime de lesão corporal. Esse acontecimento foi protagonizado por dois garimpeiros, um “artista”, um negociante e uma mulher. O caso demonstra o quanto as pessoas, em nome da amizade, acabavam tomando partido nas confusões e complicando suas vidas por não agirem racionalmente em momentos críticos como os que ocorreram com esses personagens, como sugere o relato que segue.

¹⁹⁵ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo. Brasiliense, 1986. P. 163.

¹⁹⁶ *O Lidador* nº 122 de 19 de janeiro de 1936. (*Revidou uma bofetada com quatro facadas*). p. 1.

Em 4 de junho de 1939, o delegado de polícia Manoel Teixeira Valois Coutinho ordenou que fosse transportado urgentemente para o Hospital Antonio Teixeira Sobrinho, três feridos “em estado assustador” que acabavam de chegar do Itapicurú em um caminhão. Tratava-se do garimpeiro Genésio, do “artista” Graciliano Cuiúba e do garimpeiro Manoel Luiz feridos num conflito ocorrido no garimpo denominado “Rio do Almoço” na região do Itapicurú.

Conforme o processo, Manoel Luiz e Graciliano foram ao Rio do Almoço, em busca de um “serviço de ouro” e lá Manoel Luiz encontrou uma antiga conhecida, a “rapariga Minervina”, que naquele local já estava “amasiada” com Genésio. Entretanto, Manoel Luiz procurou a antiga conhecida e entrou em desentendimento com Genésio, este último no meio da discussão, agrediu Manoel Luiz com uma barra de ferro. Graciliano ao ver seu amigo cair em decorrência da pancada na cabeça, foi em busca de um facão e deu uma “cutilada” em Genésio. Nesse momento entra em cena o negociante Policarpo Muniz para o qual Genésio trabalhava, certamente cavando ouro, e saiu em socorro do garimpeiro Genésio. Para impedir que Graciliano o atingisse novamente com o facão deu-lhe um tiro na perna e fugiu em seguida.¹⁹⁷

O rábula Kardeck Ribeiro defendeu Policarpo e Genésio alegando que no caso do primeiro se tratava de legítima defesa, que a ação de Policarpo impediu o assassinato de Genésio. Já o garimpeiro, “ferido no amor próprio e ainda provocado na sua própria casa”, “não pode” medir as conseqüências do seu ato, pois, se encontrava “em completa perturbação dos sentidos e da inteligência”. No parecer dado em 27 de maio de 1941, sobre a defesa escrita apresentada por Kardeck Ribeiro, o promotor Joaquim Gouveia não reconheceu os motivos alegados pela defesa. No dia 30 daquele mesmo mês o juiz Plínio Mariani julgava culpado os três réus. Insatisfeito o provisionado recorreu da sentença. Policarpo pagou fiança de quinhentos e cinquenta mil reis e aguardou o julgamento em liberdade. Já Genésio, não conseguiu pagar os trezentos mil réis de fiança e foi preso enquanto aguardava o julgamento. Entretanto, tendo provado o seu “estado de miserabilidade” o juiz concedeu-lhe liberdade provisória.

¹⁹⁷ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Policarpo Muniz Barreto. Nº 1.232. Ano de 1939. (Sem classificação). Fl. 2/7.

Quanto a Graciliano o processo não faz referência, mas continuou sendo indiciado. Em trinta de junho de 1942 o juiz concluía que os réus deveriam pegar a pena mínima de três meses de prisão, sendo decretada a prisão de Graciliano e Policarpo, pois, no caso de Genésio este já havia cumprido a pena. Enquanto o garimpeiro Genésio pagava a sua pena, o comerciante Policarpo pedia revisão da pena, alegando o seu bom procedimento e o seu meio honesto de vida. Seu defensor insistia no bem que ele fez para a sociedade impedindo o assassinato de Genésio. Não tendo sucesso, apelou para a prescrição do crime devido o tempo decorrido. No entanto, ainda em 1943 a justiça negava-lhe o recurso impetrado discordando dos seus argumentos e insistindo na pena de Policarpo.¹⁹⁸

Também por motivos passionais Antonio Rocha agrediu o comerciante Israel Gomes. O crime aconteceu no Garimpo do Rio do Almoço no dia 12 de maio de 1938 por volta das quinze horas, quando Israel juntamente com o amigo Eulálio se dirigiam ao rio para tomar banho. Conforme o processo, Eulálio esqueceu o sabonete e voltou para buscá-lo deixando Israel em pé a sua espera. Ao retornar surpreendeu Antonio Rocha também conhecido por “Talsinho” atacando o amigo com um canivete. Nos depoimentos, as testemunhas afirmaram que Antonio teria agredido Israel porque soube que ele estava mantendo um caso com a sua mulher. Ao que parece, ao passar pelo local que Israel estava, Antonio ouviu alguma provocação do tipo: “a mulher de Talsinho é namorada” e ainda segundo as testemunhas, Israel teria afirmado o seu caso com a mulher do réu. Antonio José Rocha então sacou um “canivete ou um punhal” e investiu contra seu desafeto ferindo-o no rosto e no pescoço.¹⁹⁹

Baltazar Rocha, irmão de Antonio, também foi indiciado sob a alegação de que havia segurado Israel para que Antonio o agredisse. Durante o processo Baltazar alegou que a sua participação naquele dia resumiu-se à tentativa de conter a briga, tirando o seu irmão para que o acontecimento não tivesse um desfecho mais grave. Assim, quase três anos após a agressão, Baltazar foi inocentado da acusação de ter sido cúmplice do irmão. O promotor

¹⁹⁸ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Policarpo Muniz Barreto. Nº 1.232. Ano de 1939. (Sem classificação). Fls. 40/74.

¹⁹⁹ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Antonio Rocha e Baltazar Rocha. S/ Nº. Ano de 1938. (Sem classificação). Fl. 2/47.

deu o parecer favorável a sua absolvição, considerando que as provas não foram suficientes para acusá-lo.²⁰⁰

Quanto a Antonio Rocha, vale a pena tomarmos conhecimento de um trecho da defesa feita pelo seu advogado, Agnaldo Caldas, pois os argumentos usados de fato convenceram ao juiz que, em junho de 1942, após ter decretado a pena mínima de três meses de detenção, decidiu suspendê-la optando pelo pagamento de uma fiança no valor de duzentos mil réis. Vejamos os argumentos:

A absolvição do réu Antonio Rocha se impõe em nome da própria defesa, em benefício da própria existência da sociedade. O respeito à mulher do próximo, é sem dúvida alguma a mais bela conquista moral do homem através da sua trajetória evolutiva, em função da necessidade maior da harmonia entre os membros dos grupamentos sociais...²⁰¹

Os argumentos prosseguiram ressaltando que “nenhum Código Penal de país civilizado, poderia deixar impune um indivíduo que arruinasse a felicidade de um lar”. Na verdade, os crimes desta natureza colocavam a honra acima de qualquer questão e para o homem, de maneira geral, ter a sua honra maculada significava perder o respeito perante toda a sociedade. Assim, muitos casos que tiveram envolvimento com mulheres, tanto as “mulheres de família” quanto as prostitutas, tiveram desfechos buscaram provar a afirmação masculina em um universo em que estas questões eram fundamentais.

Alguns casos apontados nos processos crimes da época resultaram de desentendimentos ocorridos em festas e mesas de jogo. A bebida em excesso estimulou o descontrole e por motivos banais algumas pessoas acabaram se envolvendo em crimes de lesões corporais. É o que indica os casos de Douta de Tal, José Aparício e Pedro Roxo narrados abaixo. Em alguns desses episódios, os autores conseguiram escapar da justiça, fugindo sem deixar pistas.

No dia 26 de agosto de 1937, o senhor Antonio Ferreira da Silva promoveu uma festa em sua casa no garimpo do Coxo de Dentro e colocou o garimpeiro Hercídio Lima de 18 anos para cobrar “uma bolsa” dos presentes com a finalidade de custear as despesas com a festa. Um desconhecido que se achava no local discutiu com Hercídio recusando-se a colaborar. Momento depois, ao sair para a área externa da casa, Hercídio foi agredido com

²⁰⁰ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Antonio Rocha e Baltazar Rocha. S/ N°. Ano de 1938. (Sem classificação). Fls. 80/81.

²⁰¹ Idem. fl. 95.

uma facada. Na polícia o jovem garimpeiro responsabilizou o desconhecido, que anteriormente havia se recusado a pagar a cota da festa. Tendo o crime ocorrido no escuro, Hercídio não pode ver seu agressor, entretanto, todas as suspeitas recaíram sobre o desconhecido que posteriormente foi identificado como Douta de Tal. Porém, quando o processo começou a correr em Jacobina, Douta já estava distante e em lugar ignorado. Citado publicamente, jamais compareceu as audiências e restou ao juiz encerrar o caso dando a absolvição ao réu ausente, já que não foram apresentadas provas suficientes para incriminá-lo.²⁰²

No povoado de Canaveira, em maio de 1938, aconteceu mais um crime de lesão corporal. Dessa vez, o cenário em que ocorreu a briga entre José Aparício e Bento Rosa foi uma das famosas casas de jogo. Segundo os autos os dois garimpeiros estavam jogando juntamente com outras pessoas, quando Bento Rosa ganhou “uma parada” e José Aparício se recusou a dar-lhe o dinheiro, ao que se seguiu uma acalorada discussão entre os dois que, segundo consta, não tomou maiores proporções, pois foi feita uma rápida conciliação pelos presentes. No entanto, no dia seguinte, quando Bento Rosa conversava com uma mulher de nome Adelina, Aparício o desafiou com uma pistola. Bento reagiu se atracando com o outro garimpeiro e no final da briga saiu ferido a faca. Durante o processo, Aparício se manteve ausente, já que fugiu após o acontecimento. Em junho de 1941 o juiz Plínio Mariani julgou a impronúncia do réu, alegando que durante o processo as testemunhas não garantiram que os ferimentos de Bento Rosa tivessem realmente sido de autoria de Aparício.²⁰³

Também discordando por “causa de jogo” Manoel Marcelino Teixeira e Francisco Lira apelidado de Chiquinho, disputavam a sorte num “baralho” no garimpo do Rio do Almoço. Quando se alteraram e após “pancadas, murros e muita zoada”, Chiquinho puxou um punhal e feriu gravemente o seu parceiro de jogo. Segundo o jornal, Manoel Marcelino, a vítima da agressão, já era velho e residia em Conceição do Coité. Após, o crime, Chiquinho desapareceu.²⁰⁴

Em 10 de outubro de 1941, numa festa no povoado de “Cuia” o garimpeiro Pedro Rodrigues, vulgo Pedro Roxo, esfaqueou Alcides Lima. Conforme declarações no processo,

²⁰² Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Douta de Tal. S/ Nº. Ano de 1937. (Sem classificação). Fl. 1/44.

²⁰³ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de José Aparício. S/ Nº. Ano de 1938. (Sem classificação). Fl. 2/48.

²⁰⁴ *O Lidador*, Nº 156 de 04 de outubro de 1936. (*Desastres e facadas nos garimpos*) p. 1.

uma das cordas do violão tocado por Cyriaco quebrou durante a festa. Como se tratava do instrumento principal, Alcides reivindicou que se remendassem a corda. Ao que parece, Alcides já estava bastante embriagado e a insistência com que exigia o reparo na corda do violão desagradou a Pedro Roxo que em confronto com Alcides, acabou furando-lhe na coxa com uma faca.²⁰⁵

A defesa de Pedro foi apresentada por Aguinaldo Caldas, nela, a atitude criminosa de Pedro foi atribuída “às tentações do diabo”, pois, sendo Pedro um garimpeiro “escravizado pelo trabalho”, naquela noite especialmente teria sido atraído para uma “farra” a luz do luar “numa rua sinuosa e estreita de zona própria do garimpo”. É lembrado também que o povoado era “um ambiente pobre de alegria e lazeres” e que, portanto, estaria justificado o porque de Pedro ter sucumbido às seduções do convite. A defesa pedia a impronúncia de Pedro Roxo, alegando que todas as testemunhas indicaram o seu bom procedimento e negaram que o mesmo tivesse o costume de beber e que naquele dia “fatídico” foi estimulado pelos companheiros. Pedro havia se entregado plenamente a bebida e que, portanto, o ato praticado em Alcides se dera sob completa ausência de consciência e por isso não seria um crime, antes, intemperança pela qual o garimpeiro já vinha pagando uma vez, que preso estava privado do convívio com a família, etc.²⁰⁶

A despeito da defesa, o juiz Plínio Mariani julgou procedente a denúncia e arbitrou a fiança em trezentos mil réis. Atestando seu estado de miserabilidade Pedro não pagou a fiança, mas, teve em março de 1942, expedido um alvará de soltura em seu favor. Em 15 de junho de 1942, o juiz Plínio condenou Pedro a pena mínima de três meses, resultado atribuído ao bom comportamento e a falta de agravantes durante o processo. O detalhe é que enquanto a justiça agia e chegava a conclusão de que o preso se portava de maneira adequada, o garimpeiro já havia cumprido cinco meses de prisão, tempo maior do que a pena que lhe foi atribuída.²⁰⁷

Em alguns casos, motivos considerados banais davam lugar a trágicos acontecimentos como o que ocorreu no Garimpo das Figuras em que Artur Ciriaco de Sousa, de dezesseis anos, matou com um “pau de mocambo” ao seu companheiro de

²⁰⁵ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Pedro Rodrigues do Nascimento S/Nº. Ano de 1941 (Sem classificação). Fl. 2.

²⁰⁶ Idem. Fls. 53/54.

²⁰⁷ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Pedro Rodrigues do Nascimento S/Nº. Ano de 1941 (Sem classificação). fls. 71/73.

garimpo, Olívio de Tal que, segundo os peritos, aparentava 35 anos de idade. Conforme os depoimentos, o motivo desse crime foi por desentendimento relacionado a um candeeiro que Olívio pegou de Artur e levou para a gruna sem o consentimento do dono. Os dois viviam a discutir por esse motivo, sendo que Artur insistia em cobrar mil e quinhentos réis pelo fifó, mas Olívio se recusava a pagar. Embora Artur tenha confessado o crime na época, sua prisão não foi efetuada. O processo correu a revelia, pois Artur fugiu e em 1941 quando o oficial de Justiça foi efetuar a prisão, já não o encontrou, o seu paradeiro era ignorado.²⁰⁸ Apesar do motivo apontado parecer banal, acredito que se tratasse de situações em que as tensões já eram preexistentes e que em dado momento chegassem a um certo limite, dando vazão a atitudes como a de Artur.

O garimpeiro Antonio de Antão, de vinte anos de idade, natural de Pernambuco, assassinou Recima Pinto de Moraes em 18 de janeiro de 1945, quando a vítima lhe negou um prato de comida. Conforme o garimpeiro, a negação de Recima, fez com que ele a agredisse, segurando-a pela garganta e atirando-a contra um armário e um esteio existentes na cozinha da vítima. Desses ferimentos, resultou a morte de Recima. O crime foi, considerado bárbaro e gravíssimo. Antonio foi conduzido para a capital do Estado. Sua defesa foi pautada em argumentos que solicitavam que o júri observasse a idade do acusado e seu estado de abandono, já que desconhecia os pais. Na prisão, frequentou aulas na escola de sapateiro, mas, não aprendeu absolutamente nada. Essa condição pesou para que fosse negado o pedido de liberdade condicional. Para a comissão que julgou a solicitação, Antão era um “atrasado pedagógico”, quase um “débil mental”, portanto, despreparado para viver livremente. Num segundo pedido, mediante promessa de emprego por parte de irmã Dulce, Antão finalmente conseguiu a liberdade condicional.²⁰⁹

Percebe-se que todos os casos foram seguidos de discussões. Mas, nem sempre provocaram respostas imediatas em forma de agressões. Em alguns casos, a parte que se sentia ofendida se recolhia momentaneamente e na melhor oportunidade buscava se vingar de quem lhe ofendeu ou humilhou. Temos como exemplo o bate-boca ocorrido entre José Constancio dos Reis, de 61 anos de idade, e o garimpeiro Ferreirinha. O primeiro era

²⁰⁸ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Artur Ciriaco de Sousa. S/Nº. Ano de 1940 (Sem classificação). Fl. 2/40.

²⁰⁹ Arquivo Público da Bahia – Seção Judiciária. Processos Crimes de Miguel de Antão. Homicídio. Est. 38. Caixa. 1158 – Doc. 19 – 87 fls. Ano de 1945.

proprietário de um café, em Canavieiras, onde os garimpeiros costumavam se reunir até altas horas.²¹⁰ Numa dessas ocasiões, Ferreirinha se “gabando” por conhecer a capital do Estado, foi contrariado pelo dono do café que afirmou ter um conhecimento maior que o dele, pois havia morado na capital cerca de quinze anos. Descontente com a intervenção, Ferreirinha discutiu com José e, pelo visto, acabou levando “tapas”. Segundo as testemunhas aquele incidente não se encerraria por ali, Ferreirinha teria aguardado uma boa oportunidade para se vingar de José Constancio. Pelo menos é o que sugere o processo ao descrever o atentado sofrido por José Constâncio.

Por volta das 23 ou 24 horas do dia três de outubro de 1943, o senhor José Constancio dos Reis, se dirigiu a padaria com objetivo de comprar o pão para vender no café em que era proprietário no povoado de Canavieira. Eis que ao passar em um beco ou quina de rua recebeu pelas costas um tiro de espingarda. Ao ser perguntado se conhecia o autor do disparo, José Constancio apontou duas possibilidades. A primeira foi um garimpeiro apelidado de Ferreirinha que como vimos, o dono do Café havia discutido alguns dias atrás. A segunda suspeita seria uma mulher de nome Elza, de 21 anos de idade, com quem a vítima havia morado, mas estava em litígio, pois Constancio havia se recusado a devolver-lhes os seus pertences quando a mulher anunciou a separação. Todas as testemunhas foram unânimes em afirmar que Ferreirinha havia tomado de empréstimo uma espingarda a José Antas um comerciante espanhol que residia em Canavieira e que após a noite do crime o garimpeiro teria sumido levando a espingarda e os demais pertences. A segunda suspeita de José nem chegou a ser considerada, a própria Elza ao depor também acusou Ferreirinha como o autor do disparo. O processo foi concluído tendo Ferreirinha sido acusado pelo crime, no entanto, jamais se soube do paradeiro do garimpeiro.²¹¹

A despeito de todas as acusações de que os garimpeiros eram brigões e desordeiros, nem só os trabalhadores dos garimpos protagonizaram os casos de homicídios, lesões corporais e espancamentos. Policiais, inspetores e, em alguns casos, comerciantes, também colaboraram para abalar a “ordem” nas regiões de garimpo. Em novembro de 1935, *O Lidador* afirmava que:

²¹⁰ Essa é a designação que aparece na documentação. Pela descrição parece tratar-se de um estabelecimento comercial que fornecia refeições principalmente café para os garimpeiros.

²¹¹ Fórum Jorge Calmon – Seção Judiciária – Sumário Crime de Ferreirinha S/ Nº. Ano de 1940. (Sem classificação). Fls. 2/53.

Toda semana registra-se um sururu nas minas de ouro do Itapicurú. Bofetadas, pancadarias, descomposturas, etc, etc, são cafés pequenos naquele arraial, sobretudo nos dias de feira.

A polícia é sempre quem canta de cima, metendo a peia nos valentes, mas desta vez a roda também rodou ao contrário.²¹²

A “roda rodou ao contrário” para o soldado Philomeno de Souza, cearense de 22 anos de idade que foi agredido e gravemente ferido por Nathanael e Felicíssimo no Itapicurú. Conforme o processo, dias depois de ter “abafado a banca de jogo” o soldado compareceu a uma festa na casa de Etelvino Alves Barreto. Sendo indicado pelo dono da casa para angariar contribuições junto aos presentes, no intuito de gratificar ao tocador de harmônica, o soldado, atendendo ao apelo do dono da festa, começou a recolher os donativos quando um parente avisou-lhe que alguns garimpeiros estavam planejando dar uma surra no soldado para vingar o incidente com a banca de jogo. Diante do alerta, Philomeno se retirou da festa, mas, resolveu voltar para entregar o dinheiro ao tocador, pois, na pressa esqueceu de fazê-lo. Ao retornar, acabou discutindo com Natanael e Felicíssimo. Discussão esta que chegou as vias de fato e foi contida com a intervenção do dono da casa que separou os “lutadores”.²¹³

De acordo com o jornal e com o processo, o policial, vendo-se ferido, foi buscar um fuzil e se dirigiu á “Rua do Pé de Serra” e lá assassinou Felicíssimo. Quanto a Nathanael, conforme o jornal, teria recebido ajuda de outros companheiros e munidos de facas, pistola e cacete “queriam reduzi-lo a ossos de borboleta”. No processo, o soldado Philomeno foi indiciado pelo homicídio de Felicíssimo, Natanael Ferreira e Antonio de Amâncio por crime de lesão corporal produzida em Philomeno. Em 18 de novembro de 1935 foi pedida a prisão preventiva do soldado Philomeno, que segundo o juiz Amarílio Bejamin, era reincidente, pois teria “tradições criminosas”, em virtude de algum acontecimento que se envolveu no Termo de Saúde, onde não gozava de “bom conceito” e respondia a processo.²¹⁴

²¹² *O Lidador*, Nº 113 de 17 de novembro de 1935. (*Mortes e ferimentos em Itapicurú*). P. 1.

²¹³ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Philomeno Pereira da Silva, Nattanael Ferreira da Silva e Antonio de Amâncio.S/ Nº. Ano de 1935. (Sem classificação). Fl.2/3.

²¹⁴ Ainda conforme o juiz, Philomeno teria pedido, em juízo, autorização para ir até Jacobina receber o pagamento com intuito de contratar um advogado, porém, adoeceu. Mas, havia ficado bom e esquecido de regressar a Saúde. Ficou no Itapicurú “se intrometendo no policiamento local, adquirindo rixas, travando

Os garimpeiros Natanael e Antonio de Amâncio também tiveram a prisão preventiva solicitada. Entretanto, as provas apresentadas não foram suficientes, mas, considerando que se “tratavam de indivíduos temíveis”, a justiça procurou assegurar a prisão dos mesmos. Conforme o juiz Amarílio, esses dois garimpeiros foram a “alma diabólica da trama” e não recuaram “ante a farda” que era sempre “um argumento pro-paz”. O juiz afirmou que faltou aos dois, “sentimento de ordem ou mesmo receio”. E se os dois réus não fossem retirados a tempo do Itapicurú, corria-se o risco de novas desavenças entre a “blusa militar e a camisa de riscado desabusada”, o que fatalmente “viria enrubescer de sangue novamente o povoado”.²¹⁵

As preocupações do juiz iam mais longe. Segundo ele, o conflito teria deixado lançada “a semente ruim da rivalidade” e por isso era conveniente deixar claro que a justiça estava vigilante diante da “turbulência” que ameaçava tomar conta do Itapicurú. Aliás, para o juiz, essa preocupação era secular, pois, nas minerações de outrora, a turbulência sempre estivera presente. Portanto, “a menor tolerância podia parecer um abraço na arruaça, um aplauso á desordem”.²¹⁶ Essa preocupação também indica que muitos dos casos que aparentemente surgiram repentinamente possuíam raízes anteriores, pois alguma rixa poderia ser desenvolvida em situações aparentemente triviais e alimentada no dia-a-dia em situações controláveis. Geralmente as provocações contumazes se transformavam num desafio maior, culminado numa reação mais violenta levando o conflito ao extremo.

O crime do soldado sobrou também para Antonio Domingos Rios, irmão de Felicíssimo, o garimpeiro assassinado por Philomeno. No dia 24 de novembro de 1935, o provisionado Kardec Ribeiro impetrou um -corpus em favor de Antonio Domingos que havia sido preso acusado de ter participado do conflito. O rábula narrou os fatos, descrevendo a briga ocorrida no dia 10 de novembro daquele ano, quando se deu a morte de Felicíssimo e os ferimentos no soldado Philomeno que, segundo Kardec, seria a “figura principal da desordem estabelecida”. No habeas corpus percebe-se que o rábula ressaltou a personalidade forte do soldado, alegando que no conflito muitos foram envolvidos e que

lutas”, etc. Na ocasião do crime cometido por Nathanael, em virtude do estado de saúde, o soldado foi encaminhado ao Hospital da Polícia Militar do 3º Batalhão na cidade de Bonfim.

²¹⁵ Idem. fl. 33.

²¹⁶ Idem. Ibidem.

não havia provas do envolvimento de Antonio de Amâncio como era conhecido o seu cliente.²¹⁷

Em 17 de fevereiro de 1936, Antonio Domingos Rios voltava a ser personagem de novo pedido de habeas corpus, dessa vez, com novo advogado, o já conhecido Oscar Gallo. Nesse documento há informações de que Antônio estaria preso há mais de sessenta dias, sem que lhe houvessem fornecido a nota de culpa. O motivo de acusação ficou mais detalhado quando o advogado afirmou que seu cliente estava sendo acusado de “testemunhar o bárbaro assassinato de um seu irmão por um soldado da força pública do Estado”. Diante do novo pedido o juiz de Direito respondeu à Corte de Apelação quando foi solicitado através do ofício 64 no mesmo mês:

No dia 9 de novembro do ano passado, nas minas do Itapicurú onde os crimes estão se sucedendo num crescendo assustador e onde a desordem assumira graves proporções se a justiça não se mostrar severa e rigorosa – nas minas de ouro do Itapicurú, no curso de medonha luta entre garimpeiros , o soldado da polícia militar Filomeno Pereira da Silva assassinou a Felicíssimo Soares dos Santos e Antônio Domingos Rios o paciente e Nathanael Ferreira da Silva produziram em Filomeno graves lesões corporais.²¹⁸

O juiz prossegue afirmando que decretou a prisão preventiva dos três citados. No caso do soldado, foi transferido de Bonfim e internado no Hospital da Polícia Militar na capital. No entanto, ao receber alta acabou fugindo, fato que *O Lidador* atribuiu a uma possível colaboração dos colegas.²¹⁹ Ao que parece a fuga teve êxito, pois em primeiro de março de 1936 o jornal voltava a indagar sobre o paradeiro do soldado já que ainda não havia sido capturado.²²⁰

Natanael também fugiu e juntamente com Philomeno permaneceu impune. Já Antonio de Amâncio foi preso e respondeu a processo até maio de 1936, quando foi absolvido uma vez que não ficou provada sua participação no crime contra Philomeno. É interessante que apesar das primeiras impressões da justiça sobre Antonio, o parecer final concordava com as testemunhas, que o indicava como um indivíduo de bom procedimento. Foi concluído que os ferimentos no soldado teriam sido feitos por Felicíssimo, a vítima fatal desse caso, e que Natanael teria lhe prestado auxílio. No caso de Philomeno, julgou-se

²¹⁷ Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 180, Habeas Corpus Doc. 5.

²¹⁸ Arquivo Público da Bahia. Seção Judiciária. Estante 220, Caixa 179, Habeas corpus Doc. 2.

²¹⁹ *O Lidador*, Nº 126 de 16 de fevereiro de 1936. (*Ao ser encarcerado – fugiu*) p. 1.

²²⁰ *O Lidador*, Nº 128 de 01 de março de 1936. (*Onde andará Philomeno?*) p. 1.

que o seu crime não tinha justificativa, pois teria procurado os “inimigos”, não na condição de “um policiador que buscava conter turbulentos”, mas, na condição de um “ofendido” em busca de vingança. O processo foi concluído com a autorização para que Antonio de Amâncio fosse libertado e com a expedição do mandado de prisão contra Philomeno. Quanto a Natanel, a ação penal que lhe fora impetrada foi julgada prescrita no final do processo.²²¹

É bom lembrar que esse processo remonta aos primeiros anos em que começaram as novas ocorrências de ouro no Itapicurú. Com a chegada de muitos forasteiros - nota-se que nos processos tanto os indiciados quanto as testemunhas não são de Jacobina - a idéia do Itapicurú como um lugar violento ganhou muita força e para a justiça sérias providências deveriam ser tomadas energicamente. Portanto, essas preocupações prevaleciam como elemento de convencimento quanto à alta periculosidade dos garimpeiros envolvidos. Os habeas corpus citados, tanto no caso de Antonio de Amâncio como em outros, foram indeferidos com base nos pareceres enviados pelo juiz. Ao dar o resultado, o presidente da Corte de Apelação frisava que o indeferimento estava baseado nos referidos pareceres.

Através da defesa feita pelo defensor de Antonio nota-se a preocupação em ressaltar a propensão do soldado para criar desordens, bem como em evidenciar no caso de Natanael, um aspecto que esperava despertasse a atenção do juiz - o envolvimento com o jogo. Afirmando não ter a justiça motivos para manter Antonio de Amâncio preso, o advogado usou argumentos que demonstraram a grande preocupação em instaurar e manter a ordem, como também traçar o perfil do seu cliente dentro das expectativas do que deveria ser o comportamento de um cidadão desejado: “Nenhum benefício à conservação da ordem social traz a prisão de Antônio, para que se torne a mesma necessária. – Ele não é desses indivíduos perigosos à sociedade. É antes, pacato, ordeiro, respeitador da ordem e da lei”.²²²

Os chamados “inspetores de quarteirão” que, supostamente, deveriam zelar pela ordem nesses locais também assumiram atitudes opostas. Numa reportagem que teve como título: “Repetem-se os espancamentos em Itapicurú” *O Lidador* denunciava que não era a

²²¹ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Philomeno Pereira da Silva, Nattanael Ferreira da Silva e Antonio de Amâncio.S/ N°. Ano de 1935. (Sem classificação). Fl.114/115.

²²² Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime de Philomeno Pereira da Silva, Nattanael Ferreira da Silva e Antonio de Amâncio.S/ N°. Ano de 1935. (Sem classificação). Fl.114/115.

primeira vez que aquelas minas “incomodavam” a polícia para tomar conhecimento de espancamentos. Dessa vez, era envolvido o inspetor Manoel Domingos, acusado de espancar Cantidio Oliveira de Souza e Anthero Oliveira de Souza, ambos sobrinhos do sargento Agenor Menezes, comandante do destacamento Policial de Jacobina. O início se deu com uma discussão entre Cantidio e um empregado do Sr. Leonídio Miranda. Conforme a notícia, já estando os dois citados aos empurrões, Anthero teria tentado separá-los enquanto Leonídio pedia providencias ao inspetor. Desmanchada a briga os dois irmãos se afastaram cerca de cem metros do local quando foram surpreendidos por Manoel Domingos que: “Auxiliados por alguns particulares alcançaram os rapazes, aos quais prenderam e surraram, impiedosamente, a facção.”²²³

Esse caso também ocorreu em 1935, ano em que estava iniciando a corrida do ouro em Jacobina e segundo o jornal, a polícia tomou conhecimento e abriu inquérito. Na falta desse, não podemos saber qual o desfecho desse episódio. Teria sido diferente dos outros por tratar-se de parentes do comandante de polícia? Ou a atitude do inspetor seria justificada pelas preocupações com a manutenção da ordem?

No ano de 1937 o inspetor de quartirão Manoel Domingos Sá Barreto foi acusado de crime de lesão corporal praticado contra um garimpeiro em Canavieiras. Seria o mesmo inspetor do episódio narrado acima? Na ausência do processo anterior fica difícil saber se tratava-se da mesma pessoa ou se foi coincidência de nomes. O fato é que mais uma vez, um dos responsáveis pela manutenção da ordem pública acabou se envolvendo nos famosos “barulhos”. Segundo as testemunhas, Cláudio havia agredido um “rapazinho tocador de ganzá”, ou seja, de reco-reco, e o ameaçara com uma faca, quando foi surpreendido pelo inspetor que lhe tomou a mesma. Ao que consta, Cláudio reagiu agredindo ao inspetor com golpes de capoeira e esse, por sua vez, investiu contra o garimpeiro furando-lhe no peito esquerdo.²²⁴

No processo de Cláudio percebe-se também a preocupação dos depoentes em enquadrá-lo como “desordeiro, lambanceiro e cachaceiro”. Todas as testemunhas foram unânimes em afirmar que se tratava de um garimpeiro de mau procedimento que vivia a fazer arruaças e atrair inimizades. Mesmo assim, para a justiça, a atitude do inspetor não

²²³ *O Lidador*, Nº 108 de 13 de outubro de 1935. (*Repetem-se os espancamentos em Itapicurú*). P. 1.

²²⁴ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime nº 383 de Manoel Domingos Sá Barreto. (Sem classificação). Fls. 01-74.

poderia ficar impune. Apesar das alegações de que a agressão teria se dado em decorrência da “legítima defesa”, Manoel Domingos foi condenado a pena de cinco meses, sete dias e duas horas de prisão celular. Para o juiz, o ferimento causado pelo inspetor era desnecessário na medida em que ele já havia desarmado o garimpeiro e que a atitude de Manoel Domingos só demonstrava a sua indignação por ter tido a sua autoridade desafiada. Ao recorrer da sentença, o advogado de defesa alegou justamente o contrário. Argumentando que ao inspetor não cabia alternativa, pois se pedisse ajuda a numerosa platéia de garimpeiros que assistia a briga, como sugeriu o juiz, acabaria desmoralizado e de nada mais valeria sua autoridade de inspetor. Diante disso, sua pena que anteriormente havia sido classificada de grau sub-médio passou para grau mínimo.²²⁵

Ao que parece os chamados inspetores de quarteirão davam tanto trabalho quanto os garimpeiros. Em outra notícia, o jornal deixa transparecer que tal envolvimento se tratava de casos recorrentes e atribui esses acontecimentos à falta de policiamento no Itapicurú, ressaltando a impunidade que imperava diante de casos como bofetadas, cacetadas, surras, etc. Em outra notícia o periódico denuncia mais um envolvimento de inspetor - o senhor José Campestre, dessa vez, com um comerciante local, o Sr. Altino Ribeiro Lima:

Segundo apuramos o sr. Altino fora levado a cometer o fato delituoso porque está sendo processado, em virtude do citado inspetor (sempre os inspetores) haver surrado um filho seu, em plena praça por motivo sem importância. Pai extremoso que é, aqui impulsionado pela amargura que lhe causara o gesto do inspetor de quarteirão, alvejando-o assim que o encontrou.²²⁶

Dessa vez, o jornal ao denunciar esse caso, mudou o tom de acusação e a adoção da linguagem policial já verificada nos outros casos não se fez presente. Ao contrário, a notícia revela um certo pesar por ter um comerciante conceituado se envolvido num crime: “O acontecimento entristeceu geralmente o público jacobinense, sobretudo por envolver o nome de pessoa criteriosa e chefe de família conceituada como o sr. Altino”.²²⁷ Para o jornal, o “ato de desespero” cometido por esse senhor seria motivado por questões já referidas, ou seja, pela falta de policiamento e impunidade que imperavam no Itapicurú: “O

²²⁵ Fórum Jorge Calmon - Seção Judiciária – Sumário Crime nº 383 de Manoel Domingos Sá Barreto. (Sem classificação). Fls. 01-74.

²²⁶ *O Lidor*, Nº 322 de 24 de março de 1940. (*Mais um crime no Itapicurú*). P.1.

²²⁷ *O Lidor*, Nº 322 de 24 de março de 1940. (*Mais um crime no Itapicurú*). P.1.

que ressalta de tudo isso é a falta de policiamento no Itapicurú, lugar onde se dá bofetadas, cacetadas, surras etc, em plena via pública, e tudo ficando vai sem a necessária punição”.²²⁸

É curiosa a afirmação do jornal, uma vez que pelo discurso da justiça havia uma preocupação recorrente com o Itapicurú, preocupação, aliás, compartilhada pela imprensa que também trazia nas suas notícias as preocupações com a quebra da ordem e sempre frisou o empenho dos policiais para combater o clima de desordem. Dentre as notícias publicadas, essa é a única exceção, pois nos outros casos, o jornal sempre se refere à presença da força policial e os esforços para combater os crimes. O fato das delegacias lançarem mão dos chamados inspetores para auxiliarem no controle da ordem e a quantidade de pessoas que circulavam nas áreas de garimpo indica que o policiamento nesses locais era feito de forma precária.

A despeito das preocupações com a ordem, nem todas as autoridades que atuavam no Termo de Jacobina estavam afinadas com elas. O delegado José Domingos que atuou no povoado de Caen, foi acusado por várias vezes de “Mercanciar a Lei”, deixando passar impunemente determinados casos. O delegado foi acusado de não abrir inquérito, logo, não efetuava nenhuma prisão desde que os “contendores ou delinqüentes” lhe pagasse pelo “favor”. Um cidadão por nome de José Augusto da Silva enviou por duas vezes cartas ao jornal acusando o Delegado. A primeira carta suscitou o direito de resposta daquela autoridade que procurou a imprensa para desfazer as acusações que lhes foram imputadas. Entretanto, José Augusto voltou a escrever para *O Lidador* demonstrando as falhas do delegado, nos casos em que no Garimpo da Jaqueira José Domingos teria deixado de prender os garimpeiros Manoel Passos e Elmiro de Tal após uma briga. Em troca da liberdade os garimpeiros teriam pagado ao delegado cerca de 10\$000 cada um. Quando tentou se defender, o delegado alegou que muitos casos não precisaram de inquérito, pois haviam sido “resolvidos amigavelmente”. O denunciador citou outros casos de espancamentos e até homicídios em que José Domingos teria deixado impunes e ironizou perguntando se esses casos também foram resolvidos amigavelmente.²²⁹

Em abril de 1939, *O Lidador* publicou uma nota informando que moradores no Garimpo da Jaqueira, em Caen, solicitava a atenção do Delegado de Polícia de Jacobina

²²⁸ Idem. Ibidem.

²²⁹ *O Lidador* Nº 272 de 05 de fevereiro de 1939. (A pedido – Autoridade “Sui Generis”) P. 4.

para os “valentões” que se encontravam naquele local incomodando muitas pessoas. A denúncia era de que esses indivíduos espancavam “pessoas indefesas e pobres mulheres”. Segundo a nota, os crimes ocorriam em virtude da ausência de policiamento e ficavam impunes porque as vítimas não possuíam recursos para “subirem os degraus da justiça”. E mais, os famosos “valentões” também foram acusados de expulsarem as “pessoas indefesas” dando-lhes prazos irrevogáveis para deixarem o garimpo.²³⁰ Essa notícia foi publicada dois meses após as denúncias feitas contra o delegado de Caen. Eis aí um indício de que as denúncias poderiam estar corretas.

As atitudes dos policiais e inspetores aqui apontadas é um forte indicativo da falta de preparo para as atividades que deveriam realizar. Conforme Luiz Bretas, no início do século XX, em quase toda parte do mundo as forças policiais tinham pouco ou nenhum treinamento formal. Delegados e policiais, tinham, na maioria das vezes, que lançar mão das suas próprias experiências de vida ou da ajuda de colegas mais experientes para resolverem diversas situações.²³¹ Nas décadas de 30 e 40 em Jacobina, esse quadro não parece ter avançado muito, policiais despreparados e inspetores pareciam “improvisar” as medidas de policiamento nos garimpos, invertendo posições em muitos casos, como vimos acima. Na discussão de quem era “bandido” ou “desordeiro” muitos policiais parecem ter se esquecido das funções e cometido abusos que violavam os chamados “princípios da autoridade”.

Diante do exposto, fica evidente que os garimpos de Jacobina provocaram discussões e preocupações em torno das questões de segurança. Os povoados garimpeiros deparavam-se constantemente com problemas complicados de enfrentar. A falta de bons modos, a pobreza e a indisciplina da população, em sua maioria, forasteira, colocava em risco a paz principalmente para aqueles que já eram moradores, e, portanto, já se encontravam estabelecidos. Nesses casos, os garimpeiros foram vistos como pessoas capazes de desestruturarem a ordem social merecendo, em função disso, um tratamento enérgico que visava não apenas conter, mas prevenir as desordens e o aumento da violência.

²³⁰ *O Lidador* Nº 282 de 16 de abril de 1939. (*Surras, espancamentos e expulsões nos garimpos de Jaqueira*) P. 1.

²³¹ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco., 1997. p. 144.

Nesse contexto, além dos casos reais, o imaginário também era atizado. Figuras temidas do cangaço eram às vezes incorporadas ao universo do garimpo aumentando os receios já existentes tanto por parte da justiça como da população jacobinense, inclusive a dos garimpos. Foi o caso da possível relação, já citada, entre Jacudino e o bando de Lampião, suscitada pelo juiz da comarca e a notícia veiculada pelo *Lidador* em fevereiro de 1936:

Asseguram pessoas vindas das minas do Itapicurú que o bandoleiro Curisco e mais dois companheiros estiveram vendendo ouro e enormes facas de ponta...
A notícia tem provocado, a curiosidade geral de modo que o sr. Delegado de polícia precisa investigar a sua procedência, procurando identificar este curisco negociante de facas, antes que ele comece a rabear no meio da gente.²³²

Apesar de um certo tom irônico presente na forma como o jornal dá a notícia, é visível outro aspecto do garimpo: a presença nessas áreas de todo o tipo de gente e o fato das pessoas andarem armadas. Esses fatores, sem dúvida, reforçaram as atitudes que a justiça e a imprensa tiveram frente aos casos aqui relacionados e certamente promoveram os acontecimentos narrados nesse capítulo. O costume que as pessoas possuíam em andar armado facilitou os crimes de lesão corporal que, na maioria dos casos, como vimos, foram causados por ferimentos com facas.

Nos episódios aqui relatados meu objetivo não é decidir qual a versão mais próxima da verdade, nem justificar as atitudes daqueles apontados como réus, muito menos inocentá-los das acusações levantadas. Mas entender esses episódios como parte integrante do cotidiano dos garimpos, sem, contudo, confundir a violência contida nesses casos como uma manifestação inerente ao garimpeiro. Os casos apontados poderiam ocorrer em qualquer espaço onde houvesse convivência entre as pessoas, independentes da categoria profissional. Por isso, a intenção foi detectar os discursos erigidos em torno da violência que é atribuída a esses locais e que instituem um “tempo e imagens de violência” para essas áreas.²³³ No caso do jornal, essa imagem também é recorrente, fato que se explica tanto pela adoção da linguagem contida nos autos criminais, - pois, de maneira geral o discurso dos referidos autos é transposto para a imprensa, muitas vezes de forma imprecisa e equivocada - quanto pela crença de que a quebra da ordem exprime obstáculos

²³² *O Lidador*, Nº 172 de 07 de fevereiro de 1937. (*Curisco esteve no Itapicurú?*). P.4.

²³³ Expressão usada por GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. (1996) Op. Cit. p. 150

na marcha do progresso e desenvolvimento que a cidade de Jacobina teria a experimentar a partir do desenvolvimento da economia aurífera. Já a Justiça, segundo análise de Marisa Correia, segue trâmites já estabelecidos, instituindo verdades, construindo versões capazes de convencer aos interessados que a quebra da ordem é algo para ser contido a qualquer custo.²³⁴

A partir dos crimes aqui relatados vimos que em muitas ocasiões motivos considerados banais despertaram reações que culminaram em crimes de lesão corporal e até mesmo homicídios. Mesmo assim, é preciso relativizar a violência apontada para essas áreas e postulada nesses casos, pois acredito que a mesma era tão assustadora e grande quanto a violência também ocorrida em outras partes da cidade, onde outros crimes também aconteceram e foram protagonizados por outras categorias de trabalho. Observa-se que na maioria dos casos ocorridos nos garimpos, os motivos foram corriqueiros, ligados a questões pessoais, excesso de bebida, jogo e disputa por mulheres. Talvez o fato desses componentes estarem muito presente na vida dos garimpeiros fortaleça a crença de que o garimpeiro é um tipo valentão e causador de badernas, mas não, necessariamente, um criminoso em potencial, já que se considerarmos as notícias de crimes e outros processos referentes a outras áreas do município de Jacobina onde não havia exploração aurífera, veremos que também ocorreram casos envolvendo essas questões.

Os garimpos possuíam um caráter de transitoriedade e muitos dos que ali chegavam para aventurar a sorte estavam de passagem. Sem ter raízes, famílias ou maiores amizades, tornava-se mais fácil escaparem da lei. Como vimos, muitos dos acusados nos crimes que analisei fugiram impunemente. É provável que essa possibilidade possa ser apontada como um elemento, digamos, não inibidor desses crimes, pois o indivíduo que cometia algum delito sabendo que da mesma forma que chegou ao garimpo, também podia sair, certamente não pararia para pensar nas conseqüências dos seus atos. Sabedor de uma possível impunidade mediante a facilidade da fuga, muitos deles podem não ter hesitado em agir ao sabor dos acontecimentos.

Ainda assim, é preciso atentar para a fala dissonante dos depoentes que colaboraram com esse trabalho. Os ex-garimpeiros entrevistados negaram veementemente as perguntas acerca da violência nos garimpos e, principalmente, a imagem baderneira do garimpeiro.

²³⁴ CORRÊA, Mariza. (1983) Op. Cit. p. 25

Quando as perguntas sobre a existência de violência no garimpo foram respondidas de forma negativa, pareceu-me que essa negação estava relacionada a uma possibilidade de que esses garimpeiros sentindo-se estigmatizados, buscassem negar o estereótipo construído para explicar uma possível índole violenta e bagunceira. Essa hipótese pode ser considerada, no entanto, o entendimento das perguntas parece ter sido comprometido, já que essas pessoas admitiram a existência de desavenças causadas por excesso de bebidas, disputas por mulheres, desentendimentos em festas, etc.

Parece-me que as perguntas foram interpretadas como uma violência que correspondia às disputas entre os próprios garimpeiros em função dos garimpos. Como também, a idéia de desordem foi associada pelos garimpeiros ao roubo. Assim, seu Matias, por exemplo, deslocou a resposta de uma pergunta sobre violência, respondendo que não havia roubo no garimpo, que o garimpeiro era um homem honesto. Um outro aspecto que parece colaborar para uma possível negação da violência entre os depoentes é o anacronismo. Para esses garimpeiros, o tempo presente se torna muito mais violento do que o contexto em que exploraram o ouro de Jacobina nas décadas de 30 e 40.

Frisando a honestidade do garimpeiro, seu Matias fez questão de dizer que era impossível que um garimpeiro roubasse ao outro. Que naquele período muitos “bebiam até cair e acordavam com a carteira intacta, pois ninguém se atrevia a faltar-lhe com o respeito”, coisa que hoje seria impossível acontecer.²³⁵ No que se refere ao roubo, o comportamento descrito por seu Matias não era homogêneo, pois em dezembro de 1938 o Sr. Joaquim Bastos Ribeiro foi roubado por Manoel Vilaça dos Santos, descrito como um caboclo de estatura mediana e de fala fina. Ao que parece, Manoel era encarregado de comprar ouro para aquele senhor, mas não resistiu a tentação e fugiu levando a quantia de 250\$000 e uma capa colonial pertencentes ao Sr, Joaquim.²³⁶ Entretanto, não encontrei processos envolvendo outros garimpeiros em delitos dessa natureza. Tanto Herberto Sales quanto Regina Guimarães apontam uma intolerância com relação ao roubo por parte dos garimpeiros. Segundo esses autores, o roubo era imperdoável entre eles. Regina reconhece que o garimpo possuía suas próprias leis, e mesmo que não fossem escritas, estavam arraigadas nos costumes, com um código de conduta que determinava o que era intolerável.

²³⁵ José Matias dos Reis. Entrevista já citada.

²³⁶ *O Lidador* Nº 264 de 11 de dezembro de 1938. (*Leva dinheiro e uma capa que não lhe pertencem*) P. 1.

Nessa perspectiva podia-se entender porque um “matador” podia ser respeitado e um “ladrão” executado.²³⁷

Voltando a negação da violência, seu Manoel Bispo, ao ser perguntado sobre a existência da mesma também negou. Mas, afirmou que havia muitas brigas por causa de “cachaça e mulher” mas que não era como é hoje.²³⁸ Seu Milton, também garimpeiro e filho de garimpeiro que cresceu sobrevivendo do garimpo, pondera que “pelo tanto de dinheiro que circulava e como todo mundo andava armado, e ainda pela quantidade de gente estranha que havia até que a violência não era tão grande”.²³⁹

Percebe-se que entre os garimpeiros eram poucas as questões que culminavam em homicídios ou agressões em função da disputa pelos espaços de garimpagem. Veremos no último capítulo desse trabalho que os conflitos em torno desse aspecto se fizeram presentes, mas, envolveram, sobretudo comerciantes, empresa de mineração, políticos e grandes donos de garimpo. No caso dos simples garimpeiros, são pouquíssimos os casos de disputas pela busca do ouro. Ao contrário, a solidariedade e o companheirismo parecem ter marcado de forma mais efetiva as relações dessa categoria. Portanto, as respostas negativas em relação ao garimpo enquanto um local violento que suscitava disputas entre os garimpeiros são procedentes.

Porém, ao admitirem a presença de confusões e crimes em função de “cachaça, jogo e mulheres” os depoentes nos revelam uma característica significativa do garimpo. A existência de um possível código de conduta que apesar de não ser escrito é compreendido e respeitado por todos através do costume. Esse código torna “natural” a atitude em que para garantir o respeito e a honra o homem lança mão da violência. Assim, os casos aqui apresentados podem não ser vistos como violentos na medida em que para os garimpeiros era perfeitamente aceitável garantir que seu respeito e sua honra não fossem ameaçados.

²³⁷ SALES, Herberto. Garimpos da Bahia... Op. Cit. p. 43 e NETO GUIMARÃES, Grupiaras... Op. Cit. p. 155.

²³⁸ Manoel Bispo de Almeida. Entrevista já citada.

²³⁹ Entrevista concedida por Milton Carvalho Teixeira em 07 de julho de 2002 na cidade de Jacobina. O depoente apesar de ter apenas 51 anos de idade, demonstrou conhecimento acerca das atividades de garimpo adquiridas segundo o mesmo através do trabalho que iniciou desde os nove anos de idade e da convivência com o pai já falecido que foi garimpeiro a vida inteira. Trabalhou no garimpo de ouro em Jacobina e no de esmeralda na Carnaíba. No entanto, sua experiência mais direta parece está pautada nas décadas de 1960 e 1970 no garimpo de esmeraldas na Carnaíba.

Logo, esses objetivos poderiam ser atingidos mediante a demonstração de coragem e rejeição da humilhação, mesmo que para isso fosse necessário matar seu ofensor. Um homem corajoso certamente ganharia fama entre os companheiros e conseqüentemente se tornaria respeitado em qualquer local. No entanto, um homem humilhado não só perderia o respeito como ficaria desmoralizado, tornando-se motivo de chacotas onde quer que ele fosse.

Enfim, marcada pelo caráter da transitoriedade, a vida nos garimpos conferia ao garimpeiro o rótulo de indivíduo *desregrado, instável, supersticioso, gastador, mulherengo, beberrão, baderneiro, etc.* Herberto Sales escrevendo sobre os garimpos de diamantes, acredita na existência de uma *índole garimpeira*, responsável por um comportamento imprevidente e gastador. Para ele, quanto mais tempo o garimpeiro ficar sem encontrar uma pedra, mais gastador ele será no momento em que a sorte mudar. Assim, algo semelhante a um “sentimento de vingança”, fazia com que o garimpeiro esbanjasse no momento em que estivesse com dinheiro proveniente da venda dos diamantes que por ventura viesse encontrar após o período de “enfuzamento”.²⁴⁰

A idéia de uma *índole garimpeira* homogênea todo um comportamento, anulando as especificidades de caráter individual. Além disso, traços que são comuns também em outras pessoas, acabam sendo atribuídos aos garimpeiros quase como uma predestinação. Assim, os garimpeiros de forma indiscriminada estariam fadados ao jogo, a bebida, as mulheres e conseqüentemente as brigas por possuírem uma personalidade destemida e valente. É bom lembrar que ninguém nasce garimpeiro, a grande maioria de pessoas envolvidas nos crimes declarou serem lavradores e temporariamente garimpeiros. Muitos deles eram moradores da região de Jacobina e não forasteiros de terras longínquas, mas nem por isso ficaram imunes as contendas que surgiram no dia-a-dia. Ao contrário, as duras condições de trabalho exigiam do garimpeiro muita resistência, equilíbrio e controle. No caso dos garimpeiros apresentados aqui, nem sempre essas condições se fizeram presentes. Mas, de maneira geral, os trabalhadores dos garimpos enfrentaram com destemor vicissitudes que normalmente colocavam suas vidas por um fio.

²⁴⁰ SALES, Herberto. Garimpos da Bahia. Op. Cit. P. 41-42.

CAPÍTULO III

“A VIDA POR UM FIO”

*O sangue é que corre forte enquanto a força não some:
o ouro a tantos consome clamando contra o seu corte.
Quem cava o morro tem fome, tem frio, raiva, tem sede,
seu desvalor não se mede, nada vale a sua sorte.*²⁴¹

Introdução

... a seca é o único obstáculo natural que consegue afastar dos garimpos o braço forte do faisgador de ouro, mas quando chove ei-lo de novo, a pulverizar a pedra rica com um martelo, ei-lo bateiando o seu cascalho, numa alegria que só gozam os que **respiram o ar puro e saudável das montanhas, numa tranqüilidade** que só chega para os que vivem afastados do trabalho da cidade”.²⁴²

Nas serras de Jacobina, o trabalho dos garimpeiros obedecia aos seus contornos e suas características. Insegurança e insalubridade marcavam o dia-a-dia dos que se aventuravam na busca do ouro, lavando o cascalho nos córregos que desciam das encostas, explorando minúsculos veios ou, ainda, adentrando grunas, cujas formas só lhes permitiam uma descida, arrastando-se sobre os joelhos.²⁴³

Não obstante a referência ao “ar puro e saudável das montanhas”, a notícia citada transmite uma visão onírica do trabalho do garimpeiro. Os riscos a que estavam expostos os trabalhadores na lida das serras de Jacobina, contradizem a idéia de tranqüilidade que o jornal *O Lidador* buscou passar com a referida nota.

A salubridade natural encontrada nas montanhas era alterada em função do sistema de exploração empregado pelo processo de garimpagem. Portanto, o meio em que atuavam os garimpeiros tendia a uma insalubridade progressiva, pois sofria as ações predatórias da exploração que, independente das técnicas e processos empregados, alteravam o relevo

²⁴¹ Trecho da Lenda de Pedro da Silva ou lembranças de histórias de velhos garimpeiros, contadas ao pé do fogão de lenha em noites frias de inverno. A lenda é fundamentada na oralidade e me foi cedida por Marcos Trindade, neto de garimpeiro. Rio de Contas, junho de 1994.

²⁴² *O Lidador*, Jacobina, 04 de abril de 1937. (*Ainda as minas prodigiosas*) P.1.

²⁴³ Sobre as formas de trabalho nos garimpos das serras de Jacobina ver, SOUZA, Henrique Caper. Garimpos na Região de Jacobina - Estado da Bahia. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 3 (4):815-24. Out/Dez. 1941.

através do esgravatamento do terreno e perfuração das serras. A destruição da vegetação e o indiscriminado uso do mercúrio contribuía para que o garimpeiro, nos seus sonhos de conforto, produzisse para si um ambiente pouco saudável.

No caso das serras de Jacobina, o sistema de exploração, independente do tipo de garimpo, expunha seus exploradores e também a população da cidade a perigos e riscos, tanto de ordem física, quanto química ou biológica. Mesmo vendendo as ilusões do mundo garimpeiro, *O Lidador*, durante o período em que tratou da exploração de ouro na região de Jacobina, noticiou tanto os desastres ocorridos com garimpeiros quanto as reclamações da população local, em função da contaminação do rio do Ouro pelo constante uso do mercúrio.

A partir das notícias vinculadas em *O Lidador* e nos depoimentos de ex-garimpeiros, identificamos a ocorrência de doenças infecto-contagiosas que se disseminavam atingindo principalmente a população das zonas de garimpo. Essa população sofria com as péssimas condições de vida que lhes reservava a aventura da busca do ouro. Tanto os locais de moradia, quanto os de trabalho não ofereciam ao garimpeiro condições propícias à saúde. Habitando áreas sem nenhuma infra-estrutura - ausência de água encanada ou sistema de esgoto, dormindo e se alimentando mal, enfrentando situações de perigo durante o trabalho e sem atendimento médico - os garimpeiros estavam vulneráveis a todos os males e na dependência de um serviço de saúde pública muito deficiente.

Ao estudar o Jarê, uma manifestação religiosa da Chapada Diamantina, Ronaldo Senna constatou que muitos dos problemas de saúde que afligiam os garimpeiros daquela área estavam relacionados “à subnutrição, a uma vida de penúria, aos desgastes físicos e emocionais e um ambiente hostil a todos eles”.²⁴⁴ Os garimpeiros de Jacobina pareciam repetir sorte semelhante àqueles da Chapada. Pelos depoimentos, percebe-se que mesmo tendo acesso a outros alimentos, a rapadura e a farinha constituíam itens básicos da comida de grande parte das pessoas que trabalhavam nos garimpos. Faltavam-lhes, portanto, nutrientes que proporcionassem as calorias e outras substâncias adequadas a uma dieta mais saudável.

²⁴⁴ SENNA, Ronaldo de Salles. Jarê: Manifestação Religiosa na Chapada Diamantina. São Paulo. USP, 1984. (Tese de Doutorado) p. 301.

Esses trabalhadores também estavam expostos às oscilações climáticas e a insalubridade do meio em que viviam e atuavam, bem como corriam risco de vida diante dos vários acidentes de trabalho, razões suficientes para viverem sob o regime de grandes desgastes físicos e emocionais. Para analisar melhor as questões relacionadas às doenças que atingiam os garimpeiros, seria interessante pensar também as condições de saúde desse grupo profissional. A ausência de indicadores mais seguros que apontem os níveis de saúde dessas pessoas no período estudado, não nos permite afirmações mais incisivas. No entanto, as notícias de jornal, os atestados de óbito e os depoimentos dos informantes apontam para algumas considerações, mesmo que lacunares, acerca das doenças que rondavam as áreas de garimpo.

Referindo-se às condições de vida e trabalho dos garimpeiros da região de Jacobina, *O Lidador* publicou uma nota escrita por um morador de Caén, distrito de Jacobina. A matéria enfatizava a tragédia que envolvia o dia-a-dia desses trabalhadores que, a cada nascer do sol, subiam as montanhas em busca do sonho de enriquecer, munidos dos seus inseparáveis instrumentos de trabalho: a marreta, o martelo, alguns vergalhões de ferro e o clorato, explosivo responsável por graves acidentes que vitimavam muitos deles. O autor da nota citada faz referências aos soterramentos, explosões e outros acidentes que, na maioria das vezes, foram fatais para muitos pais de famílias, provedores de numerosa prole, e nos dá idéia de quão abandonados ficavam os que conseguiam sobreviver a situações tão graves. Inutilizados, tornavam-se improdutivos em uma sociedade que primava pela capacidade do homem em realizar o trabalho. Noção que integra o discurso trabalhista do período e *o Lidador* propagava esse discurso. Por muitas vezes, as matérias veiculadas se referem ao trabalho como fator de progresso. No entanto, outros trechos da referida nota também critica esse discurso quando chama a atenção para o fato de que os garimpeiros foram excluídos dos benefícios destinados aos trabalhadores urbanos.

... e quando raríssimas vezes, acontece ficar algum ainda vivo, jamais será aquele indômito e obscuro construtor de uma pátria ignorado e esquecido...

Oh! Meu amigo garimpeiro se já tivesse chegado a essas paragens, segundo as leis vigentes, a “ação da assistência ao desamparado; do socorro ao aflito, da instrução ao analfabeto, da medicina ao doente”. Então, tu não precisarias ser levado 4 ou 5 léguas pelas mãos nervosas dos teus companheiros, para receber um curativo que, dada a demora, e a má condução, já não te és mais salutar...²⁴⁵

²⁴⁵ *O Lidador* nº 268 de 08 de janeiro de 1939. (*O Garimpeiro*) p. 3.

Bravejava o jornal *O Lيدador* em 1939, sobre os benefícios anunciados no contexto para os trabalhadores. Sugere também que após serem mutiladas pelos acidentes, essas pessoas além de perderem a capacidade de trabalhar, perdiam também a oportunidade de contribuir com a política de um governo que pregava a construção de uma pátria pelo trabalho.

Outro aspecto que a nota evidencia é a realidade a que estavam expostos os garimpeiros que, nos momentos de acidentes, faltava-lhes o mais importante, o socorro médico. Essa situação os deixava a mercê da sorte e da esperança de que os companheiros conseguissem transportá-los o mais breve possível por estradas, cujas condições de tráfego eram as mais precárias e dificultavam o acesso aos serviços que deveriam fazer parte do seu cotidiano.

Os perigos do garimpo não se restringiam apenas às alterações imediatas do meio ambiente e a falta de infra-estrutura. Além dos riscos de caráter físico existiam os de ordem química e/ou biológica. Esses, se entrelaçavam e passavam a ser uma constante na vida dos garimpeiros. Em estudo realizado na década de setenta nos garimpos de Carnaíba e Lençóis, Zahidé Machado Neto e Célia Maria Braga constataram que os riscos provocados por agentes físicos, como desabamentos, soterramentos, se apresentavam como os mais importantes para o garimpeiro e concluíram que essa percepção era decorrente da proximidade que esses trabalhadores possuíam desses agentes e da consciência de que as forças físicas podiam invalidá-los para o trabalho nos garimpos, enquanto que no caso dos agentes químicos ou biológicos, apesar de depauperarem sua saúde, não os tornavam necessariamente inválidos para o exercício da garimpagem.²⁴⁶ Ou seja, os acidentes causados por explosões, deslizamentos, etc, eram mais temidos, pois podiam afastar permanentemente os garimpeiros de suas atividades, pela morte ou pela invalidez.

Os garimpeiros das serras de Jacobina enfrentaram diariamente todos esses perigos, em muitos casos a fatalidade pôs fim aos sonhos do tão buscado bambúrrio. Esses trabalhadores estiveram expostos a situações não só perigosas, mas também trágicas em função de desastres com automóveis, de incêndios, explosões, soterramentos, deslizamentos, contaminações por doenças como varíolas, febres, impaludismo, etc. Além

²⁴⁶ MACHADO NETO, Zahidé e Célia Maria Leal Braga. Garimpos e garimpeiros na Bahia. Governo do Estado da Bahia – Secretaria das Minas e Energia – coordenação da produção Mineral e Universidade Federal da Bahia-Salvador: 1974. p. 183.

disso, constatamos que os garimpeiros também enfrentaram as críticas da imprensa local e as ações dos poderes públicos, que visavam coibir o caráter poluente de um trabalho que extrapolava as áreas do garimpo e desciam as águas do rio do Ouro nas quais o mercúrio, utilizado nas bateias para separar o ouro do cascalho, colocava em risco a sua própria saúde e a de toda a população jacobinense.

A vida em perigo: das estradas dos garimpos aos incêndios nas barracas

Até 1930 Jacobina enfrentava a falta de estradas de rodagem que ligasse aquela região às demais partes da Bahia. O deslocamento era feito pela Estrada de Ferro Leste Brasileiro, cujo ramal Bonfim-França servia ao município de Jacobina com uma estação. Fora isso, estava em construção uma estrada carroçável ligando Jacobina a Monte Alegre, e outra também em construção, com 15 quilômetros já em tráfego, ligando Jacobina a Riachuelo²⁴⁷. Em 1932 além das estradas aludidas, estava já em tráfego uma ligando Jacobina a Djalma Dutra e em construção - com o auxílio do Governo Federal e Prefeitura de Jacobina - a rodovia que ligaria Jacobina a Riachão de Jacuípe.²⁴⁸

Na década de 1930, as estradas que ligavam Jacobina a outras regiões estavam sendo construídas, os caminhos que levavam às minas do entorno de Jacobina sofriam várias críticas em decorrência do mau estado de conservação. Em alguns lugares essas estradas eram inexistentes, para percorrer determinadas distâncias os garimpeiros se deslocavam a pé por trilhas, correndo riscos em função da grande quantidade de pedras e cortes de serras onde qualquer passo em falso representava perigos concretos à integridade física dos transeuntes. Era o risco de tombos mais graves, ficar preso entre as pedras ou mesmo a exposição a animais, como as constantes picadas de cobras.

Muitas das pessoas que chegaram a Jacobina em busca do ouro foram transportadas pelos trens da Ferrovia Leste Brasileiro, contudo, esse meio de transporte sofreu inúmeras

²⁴⁷ Riachuelo nesse período ficava nos limites de Saúde, localidade que passou a Vila em 1914, se desmembrando de Jacobina. Já em 1931, o município foi suprimido e o seu território reincorporado ao território de Jacobina. Porém, foi restaurado em 01/06/1933. Em 1940, Saúde passou a ser município com a sede e o distrito de Riachuelo. Mas, já em 1943, Riachuelo passou a ser chamado de Mirangaba. Ver Comportamento Demográfico e Divisão Territorial do Estado da Bahia de 1940 a 1970. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisa – CPE. Salvador, 1971.

²⁴⁸ Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930) – Diretoria Geral de Estatística da Bahia - Imprensa Oficial do Estado, 1933, p. 527. E Anuário Estatístico da Bahia (1931-1932) – Diretoria Geral de Estatística da Bahia - Imprensa Oficial do Estado, 1934. p. 409.

críticas ao longo dos anos 30 e 40. A má qualidade dos serviços dessa companhia alimentou muitas notícias do jornal *O Lيدador* que sempre procurou expor o descontentamento dos usuários daqueles transportes. Com o aumento da quantidade de pessoas circulando na região de Jacobina, em função dos garimpos, o jornal denunciou a superlotação que se tornou comum no Ramal Bonfim-França chamando a atenção para o fato de que o movimento maior se concentrava na estação de Jacobina.

Desde que teve início o serviço de extração de ouro nas minas de Itapicurú, andam superlotados os carros de 2ª classe da ferrovia que serve a esta zona. O Comboio de sábado passado levou, cerca de 180 passageiros, sendo que 130 desta cidade, pois assistimos a venda dos bilhetes na estação. O conforto que tal viagem até Piritiba, ocasiona a esses pobres itinerantes, é horrível e dispensa comentários pois até na “privada” viajam.²⁴⁹

Além dos incômodos e desconfortos da superlotação essas pessoas também estavam suscetíveis aos desastres que também ocorriam com os trens da Companhia.

No que diz respeito as outras alternativas de transportes nesse mesmo período, conforme o Anuário Estatístico da Bahia, havia em Jacobina, nos anos de 1930, três automóveis para passageiros, dois caminhões para carga e veículos movidos a tração animal (duas charretes para passageiros, oito carroças para carga e cento e vinte carros de boi). Havia também quatro bicicletas e quarenta e um carros de mão para carga. Já em 1937 os veículos automotores para passageiros e carga eram em número de treze e oito respectivamente.²⁵⁰ Quinze carroças de duas ou quatro rodas, sessenta e nove carros de boi, doze bicicletas e seis carrinhos de mão. Cresceu nesse período o número de veículos automotores e a diminuição dos veículos movidos a tração animal em circulação.

Em função da escassez de transportes automotivos, a grande maioria das pessoas se locomovia utilizando animais ou a pé. Os próprios carros não pareciam dotados de maiores confortos e ao que parece, a superlotação era uma constante, uma vez que as referências a um número grande de pessoas nos momentos de acidentes deixam entrever esse aspecto. Dessa forma, as questões de segurança extrapolavam as condições da estrada e a não observância da capacidade do veículo também significava situação de perigo.

²⁴⁹ *O Lيدador* nº 134 de 12 de abril de 1936. (*Cento e oitenta passageiros viajando nos trens da Leste.*) p. 1.

²⁵⁰ Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930) – Diretoria Geral de Estatística da Bahia - Imprensa Oficial do Estado, 1933, p. 516 e Anuário estatístico da Bahia - Ano IV - 1937 – Departamento de Estatística Geral e Publicidade – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Escola de Tip. Salesiana – Bahia, 1938. p. 124.

Já vimos anteriormente que o mau estado das estradas na região das minas dificultava o socorro imediato aos garimpeiros nos momentos de acidentes, mas as conseqüências desse mau estado de conservação não paravam por aí. Por várias vezes, O *Lidador* publicou queixas sobre o mau estado das estradas que ligavam a região das minas à cidade de Jacobina, chamando atenção para os desastres que ocorriam. Esse jornal noticiou que próximo ao Itapicurú aconteceu, em 1939, um desastre de caminhão provocado pelas péssimas condições da estrada. O veículo virou quando conduzia passageiros para as minas do Itapicurú deixando várias pessoas feridas. Segundo o jornal a estrada merecia ser interdita dado o seu péssimo estado.²⁵¹

Também no Itapicurú ocorreu o desastre com um ônibus deixando alguns feridos e entre eles dois em estado bastante grave. Mais uma vez, o condutor da “marinete” alegou que se tratava de uma estrada bastante movimentada e em péssimo estado de conservação, além disso, as grandes ladeiras colocavam em risco a vida dos que trafegavam por ela.²⁵² Já a população das Minas de Canavieiras também reclamou providências urgentes para a estrada que lhes servia. Apelando para que a prefeitura observasse que se tratava de “um povoado, cuja população ascende a mais de mil pessoas, que reclamam com direitos contra o pedaço de mau caminho por onde se transportam à cidade, justo seria que a municipalidade mandasse reparar conveniente a estrada”.²⁵³

Por se tratarem de povoados que, na maioria das vezes, surgiram repentinamente seguindo a trajetória da “febre” do ouro, observamos que um caráter de imprevisto regia a edificação desses locais. Se a falta de estradas, iluminação adequada, escolas, médicos, melhores condições de higiene, segurança, etc, já eram problemas em cidades como Jacobina, que possuíam um mínimo de infra-estrutura, nas regiões das minas essas condições praticamente inexistiam. Barracas de palhas eram erguidas da noite para o dia formando verdadeiras ruas e abrigando uma grande quantidade de pessoas que não paravam de chegar, atraídas pelo sonho de mudarem de vida com a descoberta das supostas riquezas propaladas aos quatro ventos. Toda essa falta de organização na ordenação dos espaços, aliada ao tipo de construção que determinava o traçado dos povoados garimpeiros, favoreciam incêndios que, em pouco tempo, transformavam uma rua inteira de casas em

²⁵¹ O *Lidador* nº 278 de 19 de março de 1939. (*Desastre na estrada do Itapicurú*) p. 1.

²⁵² O *Lidador* nº 308 de 10 de dezembro de 1939. (*Dois feridos num desastre de ônibus*) p. 4.

²⁵³ O *Lidador* nº 297 de 24 de setembro de 1939. (*Reclamam os mineiros da Canavieira*) p. 4.

cinzas, colocando muitas famílias em situação de desamparo, quando não faziam vítimas fatais.

Dona Áurea Borges, depoente que na companhia do pai, seu Antônio, se deslocou, ainda menina, de Miguel Calmon para o Itapicurú, relembrou os casos de incêndio que ocorriam no lugar. Dentre eles destacou um que desamparou pelo menos por uma noite ao pai, a ela e outros vizinhos:

Então viemos embora, (de Miguel Calmon para o Itapicurú) viemos morar em casa beirando o chão. Depois muito tempo ele (o pai) comprou outra casa já alta, bem alta e lá quase todo mês tinha um incêndio, quando não era numa rua era em outra. Teve em Jaboticaba, teve na Cuia, teve no rio do Almoço, princípio do rio do Almoço, teve em Canavieira e teve no Itapicurú. Esse último do Itapicurú foi triste, esse eu me lembro muito que papai tava sentado, deitado numa caminha na venda e eu tinha ido na casa de uma vizinha, mandaram buscar uma água de beber, quando eu fui virando a moça disse: “olha como tá o fogo lá na cumieira da tua casa”. Então pegou fogo (em) doze barracas... Queimou tudo... queimou tudo. Então, dizem que era um espírito mal, ai não sei. Sei que todo mundo ficou, né? Como é que diz? Dizem que era um espírito mal que dava nesse lugares, ai eu não sei. Então nós ficamos sem ter aonde dormir. Fomos dormir, eu com papai e mais três ou quatro famílias, embaixo de um pé de jenipapo muito grande que tinha no fundo do quintal.²⁵⁴

Filha de comerciante, Dona Áurea viu a partir daquele incêndio a maior parte dos seus bens se transformarem em cinzas. A casa de palha que morava e que também servia de ponto para o chamado “comércio de retalhos” foi completamente queimada. De acordo com a depoente restaram ao pai algumas casas de aluguel que, ao que tudo indica, foram incapazes de recuperar o prejuízo da perda do comércio. Dona Áurea relata que seu pai veio a falecer alguns meses depois desse episódio em decorrência de uma tristeza por ter perdido quase tudo nesse incêndio. Ainda de acordo com a depoente, o pai dela, com sessenta e cinco anos de idade, não teria suportado o trauma provocado pelo incêndio. “Ele sabia que naquela idade ele não ia fazer mais o que já tinha feito, o fogo comeu tudo”.²⁵⁵

Sabendo que eram comuns os incêndios nesses locais busquei, durante as entrevistas, explicações para esses episódios. No entanto, as respostas obtidas pareciam

²⁵⁴ Entrevista concedida nos dias 30 e 31 de julho de 2002 pela dona de casa Dona Áurea Borges Soares de Lima, na sua residência em Jacobina – Ba. Dona Áurea foi entrevistada no alto dos seus 80 anos recém completados e apresentou uma boa memória sobre o período em que morou no Itapicurú. Nascida em Miguel Calmon a 04 de julho de 1922 se mudou com o pai para o Itapicurú em 1935 no período em que o ouro estava em alta e só saiu de lá em 1988, vivendo, portanto, mais de cinquenta anos de sua vida naquele local. Por isso, foi capaz de informar sobre vários aspectos do lugar, desde a experiência como filha de comerciante até a de compradora de ouro. Tem boas lembranças sobre os aspectos da vida social no Itapicurú.

²⁵⁵ Idem.

dissociadas da realidade. No relato de dona Áurea, as lembranças de menina giram em torno de explicações que certamente ouviu muitas vezes. Ou seja, a associação entre o fogo e um provável espírito maligno, que rondava as minas de ouro: “Dizem que era um espírito. Sei não. Não sei o que era não. Não sei se era alguma chama do ouro, eu não sei. Sei que queimava e queimou vários lugares”.²⁵⁶

É provável que essa explicação relacionada a um espírito maligno tenha circulado na época como parte integrante de um conjunto de crenças que alimentava a imaginação dos garimpeiros. Seu Manoel Bispo, ex-garimpeiro do Coxo de Dentro também tem referências parecidas para explicar os incêndios nas regiões de garimpo. Ele nos contou que na região do Coxo de Dentro, o fogo grassou em muitos lugares e narrou em especial um dos incêndios ocorridos naquele povoado atribuindo a causa a um “castigo divino”. Vejamos a sua versão:

Esse (incêndio) daí (do Coxo) me pareceu que foi um castigo, pois, tava relampiano muito e trovejando e era assim detardizinha e então nesse lugar que incendiou tinha um casal de garimpeiro, dois garimpeiros e duas garimpeiras dentro das barracas, deitados numa rede dizendo o que bem queria pela boca e tomando pinga e faltando com o respeito não era? Pois se tava vendo o trovão como é que tava né? Tinha é que... Pois é... eles nem ligaram... (Um raio) pegou lá num lote de parmeira que tinha assim, pegou lá na serra e pegou aqui no acampamento do povo, ai o povo se alvoroçou... O fogo ainda queimou umas três barracas.²⁵⁷

Mais uma vez, o fato das barracas serem de palha e coladas uma nas outras passou despercebido para o garimpeiro acostumado às construções imaginárias para explicar os mais diversos aspectos dos garimpos. O dia com bastante relâmpago e trovões como foi relatado, ganha um *status* divino, pois, sendo essas forças atribuídas a Deus, na idéia de seu Manoel, o romance entre os garimpeiros afrontava essas forças naturais. Logo, o raio que atingiu as barracas foi mandado pelo criador para castigar aqueles que de certa forma o desrespeitava. Nesse sentido, o fogo que atingiu as barracas, cujas palhas incendiaram e propagaram o incêndio rapidamente, ajudado pelos ventos, deixa de ser um acidente e passa a ter um significado sobrenatural.

Herberto Sales, ao narrar a enchente do rio Paraguaçu, no Povoado de Passagem, situado na região de Andaraí, fala da destruição que suas águas fizeram nos garimpos de

²⁵⁶ Áurea Borges. Entrevista já citada.

²⁵⁷ Manoel Bispo de Almeida. Entrevista já citada.

diamantes do Coronel Germano. Essa passagem do romance *Cascalho* demonstra que no imaginário garimpeiro os fenômenos da natureza estavam intimamente relacionados com os aspectos sobrenaturais. A crença de que o rio era encantado dava a idéia de que a enchente veio para punir àqueles que se atreviam a invadir seus domínios. Eis um trecho dos pensamentos que atormentavam o Coronel Germano no dia da enchente:

... Oh, a chuva!... Desabara de uma vez, como um castigo... Por que viera ela surpreender a garimpagem justamente na sua fase mais importante? Deus do céu! Só podia ser mesmo maldição... Aquela maldição das cheias inesperadas que pesava sobre o seu garimpo. Exemplos de outras mais antigas, ocorridas no tempo do Cel. Joca de Carvalho, vinham fortalecer suas crenças: o rio era, de fato, o único “dono” daquelas paragens. Havia como que um poder sobrenatural, uma força oculta pairando em tudo aquilo...²⁵⁸

Aqui, observamos, tal qual no relato de seu Manoel, a idéia de que as ações humanas seriam punidas por Deus por intermédio dos fenômenos naturais. Seja por meio de raios ou pela força das águas, tudo leva a crer que os garimpeiros, não obstante a consciência dos riscos inerentes as suas atividades, optavam por ver nesses acidentes uma forma de “expiarem” culpas em função de práticas condenáveis pela moral cristã, que nos exemplos narrados estão representadas no ato sexual dos garimpeiros e na usura do coronel.

Seja como for, a população garimpeira se via apavorada, em função da impotência de conter o avanço do fogo sem as devidas condições. Na falta de um combate adequado aos incêndios, os métodos empregados deviam ser os mais improvisados possíveis, podendo ou não surtir efeito. Infelizmente não temos detalhes de como o fogo era contido, mas, conforme seu Manoel, a providência divina se fazia presente nesses momentos. Além disso, as pessoas se preocupavam em retirar das barracas próximas tudo o que o tempo permitisse. No incêndio narrado acima, ele relembra de como todos os que estavam presentes naquele dia se preocuparam com a barraca que servia como loja de um gringo, que também era comprador de ouro:

... eu tinha um compadre aí, que correu pra casa do gringo quando viu o fogo jogar para casa do gringo e assombrou todo mundo. (E era) uns (a) panhando os trens e jogando lá pra onde via que o fogo não ia... E aí o couro comeu e o povo desocupou a loja toda, era uns panhando as peças de pano e jogando para fora molde o fogo... O fogo não queimou o barracão antes de chegar lá o povo ataiou. Deus deu um jeito.²⁵⁹

²⁵⁸ SALES, Herberto. (1975) Op. Cit. p. 19.

²⁵⁹ Manoel Bispo de Almeida. Entrevista já citada.

Conforme *O Lيدador*, num incêndio ocorrido em 1936 no povoado do Itapicurú “os moradores locais empregaram os meios ao seu alcance dominando as chamas”. Desta vez, o fogo teve origem numa tenda de ferreiro e se espalhou rapidamente reduzindo a cinzas duas barracas contíguas. Segundo o jornal, o fogo não tomou maiores proporções graças à intervenção dos moradores.²⁶⁰ Mesmo não tendo sido registrado mortes nesses acontecimentos, os prejuízos materiais foram grandes, como informou o referido jornal ao anunciar mais um incêndio nas minas de Canavieiras. O fogo teve início na barraca de um senhor de nome Baio e teria destruído cerca de cinquenta barracas, incluindo dois grandes barracões, o que, segundo a nota, representava “um grande prejuízo”.²⁶¹

Nenhum dos incêndios noticiados pelo Jornal apresentou vítimas fatais, no entanto, o registro de óbito de Francisco Bainita de vinte e três anos de idade, em 18 de janeiro de 1941, acusava como causa da morte queimaduras generalizadas de 3º grau. Desprovidos de maiores detalhes, o atestado de óbito não nos dá certeza de ter sido em decorrência de incêndio, mas, durante as entrevistas tive notícias de que um morador da Rua da Missão havia morrido queimado em um dos muitos incêndios nos garimpos. Coincidência ou não, Francisco morava na rua da Missão.

Conforme Laura de Mello e Souza, “o grupo dos garimpeiros foi um dos mais solidários de que se teve notícia no período colonial”,²⁶² pelo visto, solidariedade foi o que não faltou entre os garimpeiros da serra de Jacobina em pleno século XX. Como vimos, nos momentos difíceis como nas ocasiões dos incêndios, as ações conjuntas dos garimpeiros foram fundamentais para evitar tragédias maiores. Assim como nos momentos das doenças ou nos terríveis acidentes, uns sempre podiam contar com o outro.

²⁶⁰ *O Lيدador* nº 165 de 20 de dezembro de 1936. (*Incêndio no Itapicurú*) p. 4.

²⁶¹ *O Lيدador* nº 222 de 03 de fevereiro de 1938. (*Incêndio nas Minas de Canavieira*) p. 3.

²⁶² SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição, 1986. p. 203

Entre médicos e curandeiros: as doenças no garimpo

Um outro fator que dificultava ainda mais a vida dos garimpeiros está relacionado às doenças contagiosas. A população dos garimpos não era a única a ser atingida. Na cidade de Jacobina e vilas vizinhas ocorreram muitos casos. Porém, se as condições higiênicas que sempre favoreceram os surtos, epidemias, etc. já era um problema bastante criticado em Jacobina, que era o centro de toda a região garimpeira, nos locais de garimpo essas condições se tornavam ainda mais complicadas. A pobreza, a sujeira e a insalubridade que em épocas remotas já haviam facilitado a presença de epidemias do cólera-morbus, febre amarela, varíola, etc., como as que ocorreram na Bahia durante o século XIX, ainda se faziam presentes em muitas cidades da Bahia em pleno século XX. Esse era o caso de Jacobina e, principalmente, dos seus arredores nas serras. Além disso, a alta concentração de pessoas nesses locais favorecia o contágio de doenças, que, em alguns, casos tornaram-se fatais.

Na literatura sobre o garimpo as questões relacionadas à saúde do garimpeiro estão associadas, na maioria das vezes, com o trabalho e com os locais onde a lida se realizava. A exposição, sem a devida proteção às temperaturas muito baixas nas serras, o permanente contato com a água e a constante exposição do corpo durante o trabalho deixava os garimpeiros suscetíveis a insetos, muitas vezes transmissores de doenças infecto-contagiosas. A grande concentração de garimpeiros em pequenos espaços como já falamos, facilitava a insalubridade que era favorecida pelo escoamento de dejetos ou da poluição da água.²⁶³ Várias doenças como a varíola, a sífilis, verminoses, impaludismo, enterite, tuberculose, pneumonia, dentre outras, acometiam a população garimpeira, atingindo também os seus filhos.

No caso da varíola, *O Lيدador* de 05 de outubro de 1934 publicou uma nota conclamando as autoridades de Jacobina e Djalma Dutra a “descruzarem os braços” e romperem com a indiferença diante de uma epidemia de varíola que se alastrava nas serras entre esses dois municípios. Segundo o jornal, trabalhavam nesse lugar mais de mil pessoas nos serviços das minas de ouro e, embora ainda não houvesse ocorrido morte, o número de pessoas infectadas crescia vertiginosamente em decorrência do “alastrim”, como estava

²⁶³ Ver o trabalho de MACHADO NETO. Op. Cit. pp. 187/188.

sendo denominada a epidemia.²⁶⁴ Cerca de quinze dias após essa nota, o referido jornal se dirigia mais uma vez às autoridades publicando um comunicado enviado ao citado veículo de comunicação pelo senhor Leonídio Miranda, dono de garimpos na região assolada pela doença. Na nota, Leonídio afirmava que ele estava com trabalhadores que contraíram varíola e “alastrim” em isolamento há cerca de quatro semanas. Leonídio fazia a diferenciação entre as duas moléstias, afirmando que no caso do alastrim esse era benigno e que não causava morte. Afirmava também que o mal estava mais ou menos contornado por ele, mas, que se os poderes públicos tomassem a decisão de ajudá-lo, vacinando os demais habitantes, estariam evitando um flagelo maior.²⁶⁵

No ano de 1935, os moradores da “Rua da Serra” reclamavam providências para o afastamento de doentes acometidos por alastrim naquela “via pública”.²⁶⁶ Vale ressaltar que se tratava de um dos caminhos que levavam aos garimpos do entorno da cidade. Já em 1936 pessoas que circulavam no Itapicurú informavam ao jornal que, nas minas daquele local, era grande o número de pessoas infectadas pelo “alastrim”.²⁶⁷ Um mês depois dessa notícia o Sr. Vicente Lima, correspondente do jornal no Itapicurú escrevia lamentando o estado de pobreza daquele local e informava que a varicela estava devastando a população e que não existindo um isolamento os doentes viviam “coitados, no meio da rua, necessitando, deste modo, da caridade pública”. E sugeria que a prefeitura cometesse um “ato de philanthropia” mandando construir longe do local, “um isolamento, embora coberto de palha”, para abrigo dos tais doentes.²⁶⁸

Outra doença comum na região era o impaludismo ou malária, que aparece como a causa da morte em diversos casos, a partir do ano de 1932. Como os atestados de óbitos não são seriados, tornou-se impossível fazer uma estatística desses casos, porém, essa foi uma das doenças recorrente entre os garimpeiros e seus filhos seguida da enterite, inflamação da mucosa que forra os intestinos.²⁶⁹ Em abril de 1935 *O Lidador* fazia menção às fortes chuvas que caíram na região provocando a cheia do rio Itapicurú e a estagnação de águas nos quintais. Nesse período o impaludismo também conhecido como “febre palustre”

²⁶⁴ *O Lidador* nº 57 de 05 de outubro de 1934. (*Variola nas minas*) p. 4.

²⁶⁵ *O Lidador* nº 59 de 19 de outubro de 1934. (*Sobre a varíola na Serra do Ouro*) p. 1.

²⁶⁶ *O Lidador* nº 87 de 12 de maio de 1935. (*Impaludismo e alastrim*) p. 1.

²⁶⁷ *O Lidador* nº 129 de 08 de março de 1936. (*Há alastrim nas minas*) p. 1.

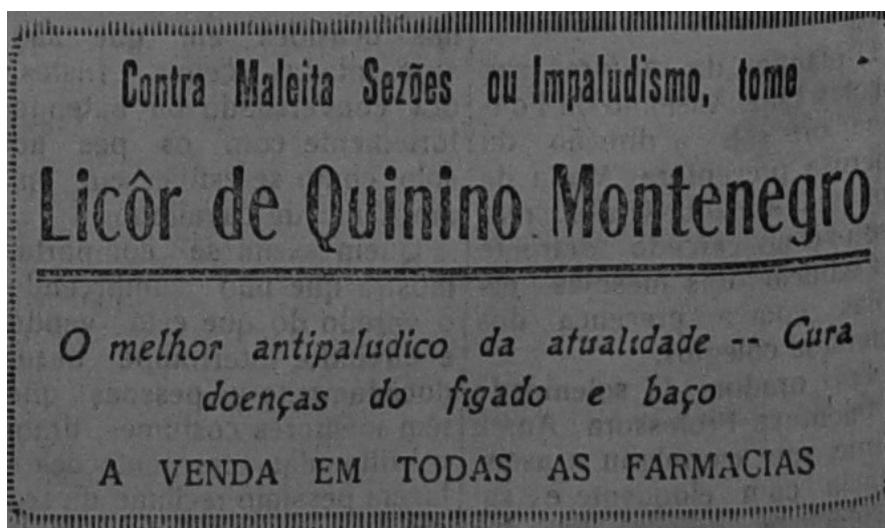
²⁶⁸ *O Lidador* nº 133 de 05 de abril de 1936. (*Notícias do Itapicurú*) p. 4.

²⁶⁹ Arquivo Público Municipal de Jacobina – Atestados de Óbito -1932 – 1951. (Sem classificação)

encontrou ambiente para agir causando grandes preocupações na população que reclamavam da ausência do Serviço de Higiene. Conforme o jornal, os “mata-mosquitos” após controlarem o inseto transmissor da febre amarela só visitavam a cidade de mês em mês.²⁷⁰

O fato é que o combate à febre amarela também servia ao impaludismo, pois acabavam com os focos de mosquitos, portanto, o jornal lembrava ao “Diretor do Serviço da Febre Amarela” que o envio de uma turma de mata-mosquitos “evitaria a tempo, maiores prejuízos”.²⁷¹ Um mês depois, os habitantes da região de Jacobina ainda pediam providências para acabar com o impaludismo que já se espalhava tomando a zona rural e contagiando várias pessoas. O jornal alegou que não sabia mais a quem recorrer para que se tomasse as devidas providências, restava-lhe, portanto, “apelar para o Dr. Secretário da Saúde Pública da Bahia” , que “se quisesse poderia mandar fornecer remédios à pobreza”.²⁷²

Nas páginas de *O Lidor*, a exemplo do recorte abaixo, apareciam freqüentes anúncios indicando o Licor de Quinino Montenegro para a cura do impaludismo,



O Lidor nº 297 de 24 de setembro de 1939. p. 2.

²⁷⁰ *O Lidor* nº 82 de 07 de abril de 1935. (*O impaludismo está agindo*) p. 4.

²⁷¹ *Idem*.

²⁷² *O Lidor* nº 87 de 12 de maio de 1935. (*Impaludismo e alastrim*) p. 1.

Entretanto, o mesmo jornal publicou uma matéria anunciando novos recursos para o combate da doença e indicava um substituto para o quinino, sob a alegação de que os efeitos colaterais provocados pelo uso da substância eram bastante desconfortáveis. Segundo a nota o quinino não era um “anti-palúdico ideal” pois provocava “dores de cabeça, alquebramento, zumbido dos ouvidos, perturbações gástricas e intestinais”, além de ser contra-indicado nos casos de gravidez. Em substituição ao quinino foi descoberta a *atebrina*, substância que “exterminava os parasitas do impaludismo, extinguiu a fonte de infecção e evitava a propagação da doença”, sem causar os já referidos efeitos colaterais. Mas, as inovações do medicamento não paravam aí. Conforme o laboratório, se a droga fosse administrada regularmente entre a população das zonas infectadas, garantia “cura rápida, o restabelecimento dos doentes sem recaídas” e a possibilidade de combater com menor custo à doença, já que oferecia uma “forma mais simples de saneamento”, dispensando “o combate ao mosquito”.²⁷³ Apesar de tantas vantagens do novo remédio, como vimos, em 1939, o reclame do Licor de Quinino continuava presente no jornal.

Também em dezembro de 1939, uma das preocupações do médico higienista em Jacobina era alertar a população quanto aos cuidados que deveriam ser adotados para evitar a febre tifo. As medidas profiláticas visavam evitar uma epidemia dessa moléstia e a população deveria se preocupar principalmente com as condições higiênicas. Deveriam ser evitados os acúmulos de lixo, esterco e outras imundices nos quintais, a fim de se impedir a proliferação da doença. Consumir apenas água fervida, evitar verduras cruas, bem como ingerir frutas bem lavadas, também fazia parte dos conselhos dados à população. Parte integrante dessas medidas era a vacinação que, conforme o Dr. Hidelgado Meireles, não causava nenhuma reação, não provocava distúrbios, não carecia resguardo e era usada da seguinte forma:

A dose para adulto é de (1) centímetro cúbico por dia, (ou 30 gotas) e dada em três dias sucessivos, pela manhã, em jejum, em um pouco de água. $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ hora, antes da primeira refeição, no mínimo. Para crianças de 10 a 15 anos administra-se metade da dose acima; para menores de 10 anos, um quarto da mesma.²⁷⁴

²⁷³ *O Lidador* nº 128 de 08 de março de 1936. (*Novos recursos de combate ao impaludismo*) Pp. 2 e 4.

²⁷⁴ *O Lidador* nº 310 de 24 de dezembro de 1939. (*O médico da Higiene ensina a combater a febre tífica*) p. 4.

Consultando os registros de óbito de garimpeiros e filhos de garimpeiros mortos no período de 1930 a 1940, constatei que não houve referências a febre tifo como causa de nenhuma morte, embora, em alguns casos, a febre apareça associada aos sintomas descritos como a causa do óbito. No *Lidador*, encontrei apenas um caso, o do advogado Dionísio Teles, bastante conhecido em Jacobina e na região das minas, que teria morrido em decorrência da febre tifo seis meses antes da adoção das medidas acima.²⁷⁵

Mesmo não tendo encontrado registros, é improvável que apenas um caso fatal de febre tifo tenha ocorrido no período. Como dei atenção exclusivamente aos casos de garimpeiros, bem como de suas famílias, é possível que outras mortes tenham sido registradas, mas não foram observadas para esse estudo, uma vez que outros grupos não faziam parte dos propósitos desse. Quanto ao fato do jornal ter noticiado apenas um caso, acredito que a referência à morte do advogado tenha sido em função da sua posição social, pois era costume desse jornal noticiar nascimentos, aniversários e falecimento de pessoas de destaque na sociedade jacobinense.

Considerando as condições de trabalho e moradia dos garimpeiros, como já fizemos anteriormente, é no mínimo estranho que nenhum trabalhador das minas tenha sido vítima de febre tifo nesse período. Apesar dos atestados não indicarem nenhum caso, é preciso considerar que muitas mortes ocorriam sem assistência médica e, portanto, sem diagnosticar a causa morte, um indício dessa possibilidade é a nota dada pelo *O Lidador* afirmando que em janeiro de 1935 foram sepultadas dezoito pessoas e até 17 de fevereiro do mesmo ano, já contavam treze pessoas mortas em decorrência de “febres infecciosas”.²⁷⁶

Em janeiro de 1940, *O Lidador* voltava a publicar 13 itens que deveriam ser observados para se evitar a febre tifóide. A insistência girava em torno da vacina que era distribuída pelo Posto de Higiene e que deveria ser bebida por todos, bem como voltava a frisar a necessidade de que fossem adotados os cuidados já descritos, acrescentando àqueles a recomendação de que se fervesse o leite por no mínimo 10 minutos antes de ingeri-lo. A nota também orientava sobre os cuidados que deveriam ser observados para os que já estavam infectados. Era prescrito o isolamento sob mosquiteiros, proibição de visitas, tratamento das secreções e dejetos do doente com desinfetante lisol a 2%, antes de os

²⁷⁵ *O Lidador* nº 286 de 11 de junho de 1939. (*O tifo toma proporções*) p. 1.

²⁷⁶ *O Lidador* nº 75 de 17 de fevereiro de 1935. (*O cemitério está se regalando*) p. 4.

lançarem nos esgotos, as roupas do doente deveriam ser mergulhadas nesse desinfetante enquanto não fossem fervidas. Os objetos de uso pessoal deveriam ser lavados com água fervente, a exemplo de talheres, pratos, etc., as pessoas que estivessem em contato com o doente deveriam ter o máximo de cuidado com a higiene das mãos após o trato com os mesmos. Era recomendada a continuidade dessas medidas durante a convalescença e a cura, até que o indivíduo deixasse de ser portador do germe e a saúde pública autorizasse a suspensão dos cuidados.²⁷⁷

É provável, que em 1940, Jacobina tenha estado sob a ameaça também da febre amarela, pois, após fortes chuvas a presença de muitos mosquitos que se proliferaram nas águas estagnadas, incentivou a visita do Dr. Guilhermino Silveira, diretor do Serviço Nacional de Febre Amarela, a fim de investigar as condições sanitárias da cidade. O jornal sugeriu que se formasse um bom contingente de guardas para iniciar o combate aos incômodos pernolongos.²⁷⁸ Nessa ocasião o Dr. Hidalgardo, médico da higiene, se encontrava em Salvador para tratamento de saúde. Os moradores da cidade, ao que parece aproveitando a ausência dele, se sentiram mais à vontade para transgredirem as determinações do “Delegado da Higiene”.

Conforme *O Lidador*, a cidade aguardava ansiosamente a volta do médico para que tomasse as devidas providências contra “os porcos, vacas e terríveis focos de muriçocas que, por falta de repressão, voltam a cidade”.²⁷⁹ A transgressão dos costumes higiênicos comuns até os dias de hoje, certamente também ocorria nos locais dos garimpos. Se na cidade a presença de um delegado da higiene não impedia certos hábitos pouco saudáveis, na região das minas, com esgotos a céu aberto, barracas de chão batido sem as mínimas exigências sanitárias e ruas sem calçamento, os focos de doenças pareciam ser constantes. Logo após as chuvas, a lama costumava tomar conta desses locais e os mosquitos também se proliferavam traduzindo-se em riscos constantes para a saúde dos garimpeiros.²⁸⁰

Os atestados de óbitos dos anos de 1932 a 1941 apontam doenças como impaludismo, enterite, tuberculose, problemas cardíacos, pneumonia, etc. como a causa da

²⁷⁷ *O Lidador* nº 312 de 07 de janeiro de 1940. (*Conselhos para evitar a febre tífica*) p. 1.

²⁷⁸ *O Lidador* nº 321 de 17 de março de 1940. (*Vem investigar o estado sanitário da cidade*) p. 1.

²⁷⁹ *O Lidador* nº 322 de 24 de março de 1940. (*Vacas, porcos e mosquitos tomam conta, a pouco e pouco, da cidade*) p. 1.

²⁸⁰ MACHADO NETO. Op. Cit. pp. 199-202. As autoras apontam condições semelhantes para os garimpos de Carnaíba na década de 70. Tomando por base os jornais e os depoimentos, a situação não parece ser muito diferente nos garimpos da região de Jacobina nas décadas de 30 e 40.

morte de garimpeiros e família, chamando atenção para o alto índice de mortalidade infantil. O ano de 1939 é o que possui um maior número de óbitos registrados entre os garimpeiros. Foram cinquenta e dois casos, desses, trinta e um se referem a crianças abaixo de quatorze anos, a maioria com menos de um ano de idade. Em 1940, foram registrados quatorze óbitos de garimpeiros e onze de filhos de garimpeiros menores de 15 anos.²⁸¹ Entrevistando dois ex-garimpeiros constatamos que era comum a perda de filhos menores. Seu Matias, morador do Coxo de Fora em Jacobina, perdeu cinco dos doze filhos²⁸² e durante o depoimento de seu Manoel Bispo, a esposa interrompeu para lembrar que dos treze filhos que ela teve só restaram três.²⁸³

Ainda em 1940 o encarregado do Posto Médico da cidade de Jacobina levou ao conhecimento do Lidador para que fossem divulgados os seguintes dados: no primeiro semestre daquele ano foram registrados 121 óbitos na cidade e arredores, sendo 68 crianças e 53 adultos. Desses casos, 41 crianças e 23 adultos teriam falecido sem nenhuma assistência médica.²⁸⁴ De maneira geral, nos registros referentes aos filhos de garimpeiros, percebe-se que muitos sucumbiram sem a devida assistência médica, motivo provável para a denominação “indeterminada” ou “ignorada”, apontada na causa da morte da grande maioria dos casos.

O jornal alegou que o referido quadro era decorrente da falta de apoio do Departamento de Saúde do Estado, que não enviava medicamentos. Mas a falta de assistência médica não significava apenas que essas pessoas não tiveram acesso aos remédios. A ausência do médico aliado à falta de infra-estrutura das áreas onde residiam os garimpeiros com certeza foi um fator decisivo para a configuração desse quadro. O Sr. Manoel Bispo nos relatou as dificuldades que enfrentavam quando alguém adoecia no Coxo de Dentro, a busca pelo socorro médico na cidade de Jacobina era dificultada pela falta de médico na cidade e pela falta de estradas:

²⁸¹ Arquivo Público Municipal de Jacobina – Atestados de óbitos. Convém lembrar que essa documentação não é seriada e os anos anteriores a 1939 possuem poucos casos. O aumento dos registros nesse ano provavelmente se deve a um cuidado maior por parte dos órgãos públicos ao registrarem os óbitos.

²⁸² José Matias dos Reis. Entrevista já citada.

²⁸³ Manoel Bispo de Almeida. Entrevista já citada.

²⁸⁴ *O Lidador* nº 337 de 07 de julho de 1940. (*Enquanto se promove a campanha pela defesa da criança... Aqui morrem as crianças por falta de assistência médica*) p. 4.

Médico tinha um Dr. Vitório, mas, só vivia mais em Sarvador. E tinha o Dr. Ornóbe (Arnóbio Meireles) e Dr. Alfredo. Mas, de tudo, era Dr. Alfredo (Souza). (Quando adoecia alguém) eu mesmo pegava dois animais, montava em um, ia puxando o outro e ia buscar Dr. Alfredo pra aqui... (O Dr. Alfredo) Uma hora tava ai (em Jacobina), outra hora tava no mundo, outra hora eu não sei o quê...²⁸⁵

Segundo seu Manoel, era difícil encontrar o médico. Essa ausência tornava-se mais grave quando as mulheres entravam em trabalho de parto e ocorria alguma complicação que as parteiras não podiam resolver, ou alguém adoecia de forma mais grave que não podia esperar pelo médico, ou ainda, quando alguém se acidentava. A busca pelos recursos se tornava além, de complicada, muito penosa: “Jogava essa mulher (qualquer uma que adoecesse) numa rede e tocava nas costas”.²⁸⁶ Dessa forma, se buscava o socorro médico por caminhos extremamente difíceis de transitar, já que não havia estradas como afirma o depoente:

Não tinha estrada. Eu não alcancei estrada aqui não. Esse lote de estrada que a senhora vê daqui pra Salvador, esse mundo bom ai, eu não achei isso não. (risos). (Para ir) a Jacobina tinha que ir ai aberando aquele rio até chegar lá. E quando o rio tava cheio nós tinha que deixar as cargas e ir a pé pra ir por riba da serra até chegar na rua aproveitando um pedaço de estrada aqui e acolá e o mais era serra. O rio tomava esses buracos aí do Coxo de Fora pra dentro da rua, aquela grota ali enchia d’água. Agente saltava pelo corte...²⁸⁷

Assim, diante de tantas dificuldades em se conseguir um médico, voltamos aos dados publicados em *O Lidador* sobre as mortes em decorrência da ausência de assistência médica ocorridas no primeiro semestre de 1940. Chama a atenção que as primeiras referências ao posto de higiene na cidade de Jacobina remontam ao ano de 1939 e, conforme o jornal, uma das preocupações desse órgão era o tratamento dos pobres. O jornal anunciava que:

Os que reconhecidamente não possuem meios de se tratar de sífiles, verminoses ou impaludismo, encontram amparo seguro no Posto de Higiene que funciona numa das salas do hospital sob a criteriosa direção do Sr. Dr. Hidelgado Meireles, homem sério, humanitário e cumpridor dos deveres.²⁸⁸

Pelo visto, os filhos dos garimpeiros tiveram pouco acesso aos serviços desse posto. E o “amparo seguro” anunciado pelo médico da higiene parece não ter se efetivado.

²⁸⁵ Manoel Bispo de Almeida. Entrevista já citada.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Manoel Bispo de Almeida. Entrevista já citada.

²⁸⁸ *O Lidador* nº 278 de 19 de março de 1939. (*Serviço de higiene em Jacobina*), p. 1.

No entanto, é possível que os recursos disponíveis no posto tenham servido aos garimpeiros contaminados por doenças sexualmente transmissíveis, pois, em fevereiro de 1940, o médico higienista Hidelgado viajou de férias para Salvador, mas antes fez questão de anunciar todas as atividades desenvolvidas pelo Posto de Higiene durante o ano de 1939. Dentre as ações do médico, consta a aplicação de 2.332 injeções anti-sífilis. Já as injeções com outras indicações somavam apenas 697 ²⁸⁹, número curioso se levarmos em consideração que em 1939 ocorreram casos de febre tifo e que a principal recomendação era a vacina. A diferença entre os números pode apontar uma incidência maior da sífilis naquele período. Há de se lembrar que se trata de uma doença comumente encontrada em regiões de garimpo. Herberto Sales descreve em *Cascalho*, romance sobre os garimpos de Andaraí, como a prostituta Lindaura passou da fase de intensa procura dos garimpeiros para o total esquecimento ao contrair esse tipo de doença:

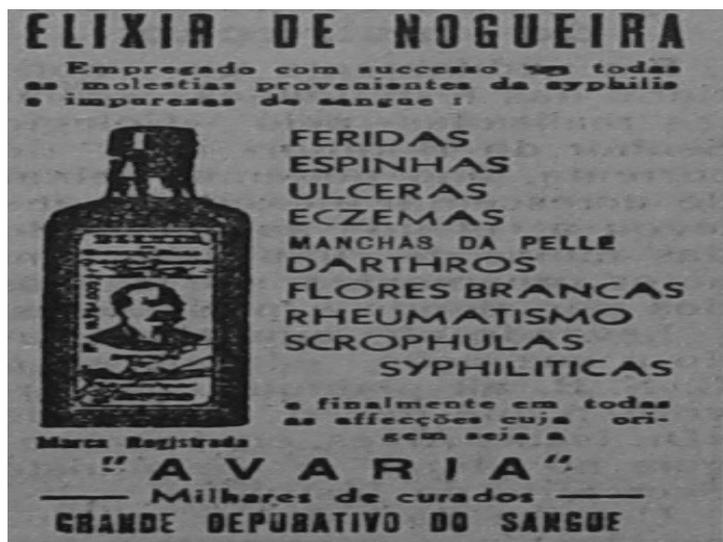
Um dia... Contava-se:

“Apareceu na cidade uma rapariga chamada Lindaura, que estava morando na Rua do Bucho, em casa de Joana Pela-Pau. Era uma negrinha nova, lisa, com peitinhos duros, uma fêmea de primeira” – assim a descreviam. “A notícia correu entre os garimpeiros: havia petisco fresco, uma menina, quase. Lindaura amou então debaixo das pontes, gemeu de prazer nos braços de homens diversos nas noites de sábado, quando os garimpeiros regressavam da serra. Um dia, porém, a negrinha deu para andar de pernas abertas e, como a notícia de sua chegada, a de sua doença circulou rapidamente entre os homens. Outros males foram aparecendo, e dentro em pouco ela ficava completamente esquecida – os antigos freqüentadores correndo dela às léguas.”²⁹⁰

Na região das minas de Jacobina, muitas pessoas foram infectadas por esse tipo de moléstia. No jornal *O Lidador*, era comum, como podemos observar no recorte abaixo, o anúncio do elixir de noqueira para a cura das doenças decorrentes da sífilis.

²⁸⁹ *O Lidador* nº 315 de 02 de fevereiro de 1940. (*Serviço Médico de Higiene*) p. 1.

²⁹⁰ SALES, Herberto. *Cascalho*... Op. Cit. P. 233.



O Lidador nº 297 de 24 de setembro de 1939. p. 3.

O senhor Manoel Bispo também nos informou sobre a incidência dessas doenças entre os garimpeiros das serras de Jacobina:

Tinha uma doença aqui nesse garimpo que derrubou gente que só machado derrubando boi pro açougue. E era doença mesmo da vida, do tempo. (as pessoas) se jogava e não se tratava, não ficava velho não. Era doença ai mesmo, pegava ai de um zozotos (de uns e de outros) e se acabava mesmo. Acabou muito colega meu novo, novo, ai, a mingua mesmo, acabado. Eu não pegava não que eu não ia lá... (risos) eu ia lá nada....²⁹¹

As informações de seu Manoel se referem às doenças transmitidas pelo sexo, mas para que ele fizesse essa relação fez-se necessário perguntar diretamente. Se observarmos, ele se refere a “doenças da vida, do tempo”. O tabu em torno desse tipo de doença pode ter servido como entrave para que muitas pessoas não procurassem o tratamento adequado. A presença de muitos cabarés nessas áreas colaborou para a proliferação dessas doenças.

Muitos dos contaminados, na ausência do médico, podem ter recorrido aos medicamentos alternativos. Ainda no romance *Cascalho*, era comum que os garimpeiros buscassem nas ervas e garrafadas a cura para muitos males, inclusive para essas doenças. Foi o caso do filho do garimpeiro Tindô, que, tendo contraído gonorréia, buscou a cura nas receitas de Sinhá do ouro:

²⁹¹ Manoel Bispo de Almeida. Entrevista já citada.

Tindô - Sinhá do ouro, eu estou até com vergonha. Mas o diabo deste menino pegou uma doença de rua e eu quero que a senhora trate dele.

A boa mulher não regateou os seus serviços. Disse ao menino:

- Olhe, meu filho, você pegue uma lagartixa, dê a sua mãe pra torrar, com tripas e tudo, e depois moa bem moída, até virar pó. Depois bote o pó num quarto de cachaça, mexa bem mexido e beba.²⁹²

Na cidade de Jacobina e povoados vizinhos era comum a existência dos chamados “curandeiros”. Pessoas que, combatidas pela polícia, tanto se dedicavam a prática do candomblé, como a fabricação das “garrafadas” que prometiam a cura para várias doenças. Um desses curandeiros se chamava Eduardo José de Araújo e residia na rua da Missão em Jacobina. Conforme *O Lidador*, o curandeiro havia se especializado em combater doenças como a sífilis, dos intestinos, do estômago, além de dores e feridas. Ao tomar conhecimento da existência do “garapeiro” como se refere o jornal, o médico da higiene o prendeu e revelou para publicação, - certamente com intenções de desmascarar o curandeiro - a composição que Eduardo usava para curar os referidos males:

Para sífilis aplicava Eduardo uma garrafada composta de vinho de jurubeba com pós de Joanes; para o estômago e intestinos, bálsamo Galdino e vinho de jurubeba; para dor de dente, folhas de losna em infusão com sal; além de outras fórmulas diabólicas, que a sua mentalidade criara.²⁹³

Ao se referir a “mente diabólica” do curandeiro, o Jornal demonstrou a intenção de demonizar essas práticas. Contudo, as pessoas buscavam essas alternativas, pois, Domingos Vilela, preso em Jacobina quando vendia na feira daquela cidade os remédios - que segundo ele era de sua própria fabricação na Avenida Rio Branco, do Rio de Janeiro, - ao ser solto, “fabricou nova quantidade de drogas” e dirigiu-se aos feirantes do Itapicurú, entre os quais, conforme o jornal, alcançou sucesso uma vez que, os remédios de Vilela destinavam-se a matar coceiras, expelir vermes em geral, e combater as incomodas dores de cabeça e dentes, assim como sarar mordeduras de cobras.²⁹⁴ Ciente da reincidência, o médico da higiene, expulsou Domingos da cidade, não sem antes, submeter a exame a medicação de Vilela e revelar que se tratava de “tapioca, para vermes, hemorróidas e prisão

²⁹² SALES, Herberto. Cascalho... Op. Cit. p. 72.

²⁹³ *O Lidador* nº 293 de 27 de agosto de 1939. (*Vinho de jurubeba com pós de joanes! A garrafada anti-sifilítica do curandeiro*) p. 4.

²⁹⁴ *O Lidador* nº 307 de 03 de dezembro de 1939. (*O homem do papa-vento. Teimou com a autoridade sanitária, e foi parar na cadeia*) p. 1.

de ventre; um composto de essência de canela, cânfora e água, denominado bálsamo, para dores; sabão de côco com anilina, para moléstias da pele; tapioca e pós de joanes, para veneno de cobras.²⁹⁵

A atitude do Delegado da Higiene em revelar os componentes dos medicamentos equivale à tentativa de desmonte do que a medicina concebia como charlatanismo. Trata-se da oposição entre o médico e o charlatão, questões, cujas origens estão fincadas desde o século XIX, quando, “ o projeto médico defende e justifica uma sociedade medicalizada, lutando por uma posição em que o direito, a educação, a política, a moral seriam condicionadas a seu saber”.²⁹⁶ Logo, os curandeiros da região de Jacobina afrontavam o saber médico, uma vez que, o charlatanismo foi visto como “desvio” desde o século XIX. Assim, os indivíduos que ousavam ocupar as funções que eram da competência do médico, estavam sujeitos a uma legislação que via como “crime” essas práticas e uma ameaça à “verdadeira medicina”.²⁹⁷ Em plena década de 40 do século XX, o discurso médico se fazia presente em Jacobina, intervindo na realidade, assessorando e criticando as medidas de higiene. O Delegado da Higiene, o médico Hidelgado, como já foi citado, procurava intervir no cotidiano da cidade e seus arredores, tentando coibir tudo o que não estivesse dentro dos preceitos higiênicos.²⁹⁸

Ao que parece, os garimpeiros da Chapada Diamantina ao recorrerem às práticas alternativas para a cura dos seus males, não despertaram as mesmas preocupações por parte da Medicina Higienista. Ronaldo Senna, ao estudar naquela região, a vinculação do culto do Jarê com a medicina, constatou que além da carência médica, o que motivava os garimpeiros a procurarem o curador, era a concepção de que existiam dois tipos de doenças: a natural e a sobrenatural, ou seja, as da competência do médico, e as da alçada do curador, respectivamente.²⁹⁹ Segundo Senna, na região a que está circunscrito o Jarê, o médico se vê impossibilitado de resolver os problemas dos garimpeiros, uma vez que na maioria dos casos, os males são decorrentes da própria lida e do estilo de vida desses

²⁹⁵ *O Lidador* nº 307 de 03 de dezembro de 1939. (*O homem do papa-vento. Teimou com a autoridade sanitária, e foi parar na cadeia*) p. 1.

²⁹⁶ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério e MURICY, Kátia. *Danação da Norma – Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 194.

²⁹⁷ Idem. Sobre essas questões consultar a II parte do trabalho, intitulada: *Melhor prevenir que remediar*.

²⁹⁸ Ver os Jornais *O Lidador*, do período. São muitas as notícias acerca das medidas higiênicas relacionadas ao asseio das ruas, alimentação, criação de animais, etc.

²⁹⁹ SENNA, Ronaldo de Salles. *Op. Cit.* pp. 296-297.

trabalhadores, cujas carências nutricionais e esgotamento físico não são combatidos apenas com medicamentos. Assim, o terreiro torna-se mais próximo dessas pessoas, pois,

Em um terreiro toda esta situação se inverte. Na casa do curador o cliente vai encontrar um ambiente compreensivo para sua neurose, uma alimentação farta, sadia e contínua, para restaurar suas forças e um trabalho no qual ele sentir-se-á responsável por uma comunidade.³⁰⁰

Ao tomar conhecimento dessa situação, Senna aponta alguns casos em que os próprios médicos, a depender do tipo de doença, encaminhavam o paciente para o curador. Ressaltando, porém, que este não era um procedimento generalizado.³⁰¹

No caso dos garimpeiros de Jacobina, o uso de práticas alternativas pode não estar associada a essa concepção encontrada na Chapada, mas os garimpeiros se sentiam mais próximos dos curandeiros e rezadeiras, do que da figura distante e rara do médico. Além disso, o falso fausto que envolve as atividades auríferas, camuflava na maioria das vezes, a miséria e pobreza que circundam essas áreas. Assim, não devia ser muito fácil para os trabalhadores dos garimpos o acesso aos medicamentos, que como vimos anteriormente, não eram enviados para o Posto de Higiene de forma a ser distribuído gratuitamente para a população carente. Portanto, buscar nas ervas e garrafadas, a cura ou alívio dos males que os afligiam, podia ser prática recorrente entre os garimpeiros nas serras de Jacobina.

Restava também aos que habitavam nas áreas dos garimpos o recurso do farmacêutico. Fazendo muitas vezes o papel do médico, os donos de farmácia que nem sempre tinham a formação adequada, socorriam a quem necessitasse de assistência médica. Suas ações iam desde a prescrição de remédios, até as consultas em situações emergenciais, como demonstra Dona Áurea ao narrar o falecimento do pai:

Então a moça que morava com a gente disse: “Aurinha vai chamar o farmacêutico ali pra dar uma injeção no teu pai que eu tô achando ele mole, muito mole”. Ai eu fui, cheguei e chamei seu Teófilo, ele panhou os materiais e seguiu comigo. Quando chegou, ele tava com uma fita de sangue derramando assim na boca. A veia do coração quebrou.³⁰²

Como se vê, não era uma situação qualquer, ao que parece o estado de saúde do pai da depoente necessitava de um recurso médico, que mesmo não podendo eliminar o risco

³⁰⁰ SENNA, Ronaldo de Salles. Op. Cit. p. 302.

³⁰¹ Idem. p. 303.

³⁰² Dona Áurea Borges. Entrevista já citada.

da morte, se fosse o caso, teria condições de dar um diagnóstico mais preciso sobre o caso. No entanto, os depoimentos indicam que tanto os casos mais graves quanto os mais simples recorriam ao expediente do farmacêutico.

Comparado com o curador ou curandeiro, a presença do farmacêutico parecia ser mais tolerada pelas autoridades médicas. Não encontrei nenhum indício de que o Delegado da Higiene tenha tomado alguma medida de repressão aos cuidados dispensados pelos farmacêuticos. Ao contrário, a única notícia relacionada a esse aspecto, demonstra uma preocupação em garantir para as farmácias a exclusividade na comercialização de medicamentos. A notícia publicada pelo O Lidador em 1939, demonstra que era comum a venda de medicamentos em variados estabelecimentos comerciais. Em edital, o Dr. Hidelgado Meireles da Silva procurou coibir esse procedimento:

O Diretor da Divisão de Assistência, tendo conhecimento de que casas retalhistas de secos e molhados, armazéns, armarinhos, pastelarias, etc. vendem também medicamentos e especialidades farmacêuticas, o que, de acordo com a Legislação Sanitária vigente, constitui comércio privativo dos estabelecimentos farmacêuticos, infringindo ainda essa prática ilegal, dispositivos de Lei resolve dar aos interessados o prazo de 30 dias para liquidarem os stocks, ao tempo em que proíbe terminantemente o referido comércio...³⁰³

Ao vender também medicamentos, esses comerciantes, perceberam que a falta de médicos, da rede pública de saúde e, um maior apoio governamental no tocante à distribuição gratuita de remédios concorreu para a formação de uma clientela em potencial - principalmente os que possuíam melhores condições financeiras - nas áreas de garimpo detentoras de uma alta concentração de pessoas.

A ausência de assistência médica entre os garimpeiros não está restrita apenas à falta de infra-estrutura desses locais. Às já comentadas condições de vida e de trabalho dos garimpeiros deve-se acrescentar a legislação brasileira que, nesse caso, legalizava a situação de abandono a que estavam confinados esses trabalhadores. Conforme a Legislação de Minas, o trabalho do garimpeiro é livre, supondo-se que cada um trabalha por conta própria. Na prática não é o que acontece, pois muitos garimpeiros têm que manter as famílias enquanto não descobrem o ouro, e, não dispondo de recursos financeiros suficientes para bancar um garimpo nesse meio tempo, acaba como empregado ou meia-

³⁰³ O Lidador nº 277 de 12 de março de 1939. (Proibidos consultórios médicos em farmácias, bem como a venda de drogas fora das farmácias) p. 4.

praça nos serviços de ouro explorados pelos grandes proprietários de garimpos, no entanto, do ponto de vista de benefícios ele é completamente lesado. Nesse sentido, o *status* de trabalhador livre impede que lhe seja dado obrigatoriamente qualquer assistência médica, mesmo porque, os direitos trabalhistas tão alardeados no período, mal se restringiam aos trabalhadores urbanos. Sobre essa questão nos informa Herberto Sales:

“Com referência à assistência médica, se porventura é ela em alguns casos constatada, o seu agente determinador tem, no entanto, um sentido puramente filantrópico: é prestada em função de um impulso da natureza humana, mas não por uma obrigatoriedade da lei que regulamenta o direito do trabalhador”.³⁰⁴

Ou seja, mesmo, quando no Brasil passou-se a contar com os benefícios de uma legislação trabalhista, os trabalhadores dos garimpos nas serras de Jacobina viviam à margem dela. Mesmo que essa categoria não fosse a única desprovida da assistência médica, no caso do garimpeiro, essa ausência assume um caráter terrivelmente sério, se por acaso o garimpeiro adoecesse nenhum dispositivo legal lhe asseguraria o tratamento. Daí, serem comuns, ainda conforme Sales, que proprietários de garimpos despedissem garimpeiros com estado de saúde precário, na maioria das vezes em decorrência do próprio trabalho, após constatarem que não eram mais produtivos. A esses trabalhadores, restava em muitos casos a mendicância.³⁰⁵

As condições de saúde não só dos garimpeiros, mas de todos que habitavam a região de Jacobina nas décadas de trinta e quarenta do século XX, tornavam-se ainda mais difíceis, pois a inacessibilidade a recursos médicos e medicamentos adequados, os tornavam susceptíveis aos embustes de pessoas inescrupulosas que tentavam tirar vantagem da situação. Como, por exemplo, o Dr. Minabú Santos que apareceu no Itapicurú e passou a clinicar. A polícia descobriu que o referido cidadão nunca havia cursado nenhuma Faculdade de Medicina e nada entendia do assunto. No entanto, por algum tempo, o falsário conseguiu enganar aos moradores do Itapicurú passando-se por médico.³⁰⁶

A vida dos garimpeiros era pautada, assim, por riscos que apesar de estarem relacionados diretamente ao trabalho, eram agravados pelas péssimas condições de vida a

³⁰⁴ SALES, Herberto. Garimpos da Bahia – Documentário da Vida Rural Nº 8 – Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1955. p. 34

³⁰⁵ Idem. p. 35.

³⁰⁶ *O Lidador* nº 194 de 18 de julho de 1937. (*Bancava doutor e por isso foi encanado*) p. 1.

que eram submetidos e a um insuficiente apoio dos poderes públicos, que na maioria dos casos não supriam as necessidades básicas de uma população que aumentava cada vez mais. Mas se todas essas questões colaboravam mais ou menos indiretamente para que a atividade garimpeira fosse com certeza uma atividade de alto risco, os acidentes de trabalho se relacionavam de forma bastante direta ao cotidiano garimpeiro, expondo-os aos inúmeros perigos que de forma trágica fizeram dezenas de vítimas nos garimpos das serras de Jacobina.

Explosões e desabamentos: os temores mais diretos que afligiam aos garimpeiros

Muitos dos acidentes de trabalho aconteciam no momento da preparação dos explosivos que deveriam abrir buracos nas serras. Foi o caso de quatro garimpeiros que “carregavam” uma mina nos garimpos de “Cuia”, quando esta inesperadamente explodiu causando-lhes graves ferimentos. Dois deles, mais gravemente feridos, foram transportados para Jacobina e internados no Hospital Antonio Teixeira Sobrinho, onde foram medicados³⁰⁷. Já no garimpo da Jaqueira a vítima foi Egidio de Tal, que conforme o jornal chegou a Jacobina gravemente ferido em consequência de:

Um “tiro” que preparava no seu garimpo, em Jaqueira... Contam que a carga explodiu inesperadamente, sendo o pobre garimpeiro atingido em cheio, no rosto, pelos estilhaços da pedra.

No mesmo dia foi internado no Hospital, sendo medicado.³⁰⁸

A falta de cuidado ao manusear os explosivos podia não fazer vítimas fatais, mas quase sempre causava mutilações. Foi o que ocorreu com Herculano de tal. Em 1936 quando trabalhava nos garimpo do Córrego, esse garimpeiro foi gravemente ferido na mão direita e levemente nos olhos e em outras partes do corpo, quando uma espoleta de clorato explodiu inesperadamente ao ser colocada para obtenção do cascalho. Herculano escapou desse acidente, entretanto, teve um dos dedos amputados.³⁰⁹ Também foi vítima de acidentes como esse o faiscador de ouro Alfredo Machado, de 20 anos, natural da cidade de Itiúba, quando trabalhava num garimpo nos arredores da cidade teve:

³⁰⁷ *O Lidador* nº 156 de 04 de outubro de 1936. (*Desastre e facadas nos garimpos*) p. 1.

³⁰⁸ *O Lidador* nº 215 de 12 de dezembro de 1937. (*Desastre no garimpo*) p. 1.

³⁰⁹ *O Lidador* nº 137 de 03 de maio de 1936. (*Quase perde a vida no garimpo*) p. 1.

a perna esquerda violentamente inutilizada pela explosão de uma bomba de clorato, que devido a má colocação explodira antecipadamente...
Acha-se internado no hospital aguardando amputação acima da rótula, pois o exame médico constatou, além de outros ferimentos, luxação de todos os tecidos com abertura no terço médio e fratura transversal da tibia.³¹⁰

Já no garimpo das Figuras, os fiscadores Cláudio e Francisco também foram vítimas de mais um acidente grave provocado pela imprudência:

Quando atacavam um tiro na rocha aurífera, a espoleta explodiu antes da hora, saindo ambos gravemente feridos.
Francisco teve o ventre esfacelado por uma pedra de cerca de 150 gramas, que do mesmo foi extraída pelo Dr. Alberto Teles.³¹¹

No Garimpo do Córrego, José de Tal “desembuchava” uma espoleta quando a mesma explodiu fazendo voar estilhaços que lhes causaram sérios ferimentos no rosto e nos braços.³¹² Também foi vítima de explosão em 1939 José Serafim, conhecido por Zezinho. Natural de América Dourada, o garimpeiro estava acerca de um mês trabalhando nos garimpos Ribeirão, no distrito do Caen, quando foi gravemente ferido em consequência de uma explosão. Seguindo o costume entre os garimpeiros e dispondo apenas desses recursos, Zezinho foi transportado em rede para Jacobina e apesar do atendimento médico o seu estado de saúde inspirava cuidados.³¹³

As explosões também podiam ser fatais. Num dos garimpos do Itapicurú, Apolinário Pereira perdeu a vida quando um dos seus companheiros que trabalhavam num “serviço de ouro” ao lado do seu, “pôs fogo à mina” sem lhe dar o devido aviso, como era de praxe. Apolinário foi atingido por um bloco de pedra arremessado com a explosão.³¹⁴ Já no garimpo denominado Peritoso, em Canavieiras, o fiscador Isaac Barros Rios, ao preparar um tiro de clorato tornou-se mais uma vítima dos desastres do garimpo. Com vinte anos de idade, era natural de Mundo Novo e ao que parece filho de pessoa conhecida e muito bem quista na sociedade jacobinense. A morte do fiscador foi decorrente da

³¹⁰ *O Lidador* nº 256 de 09 de outubro de 1938. (*Cavando ouro, teve uma perna inutilizada por violenta explosão*) p. 1.

³¹¹ *O Lidador* nº 262 de 27 de novembro de 1938. (*Feridos nos garimpos de Figuras*) p. 1.

³¹² *O Lidador* nº 149 de 02 de agosto de 1936. (*Trabalhando nas minas*) p. 4.

³¹³ *O Lidador* nº 285 de 14 de maio de 1939. (*Ferido nas minas*) p. 1.

³¹⁴ *O Lidador* nº 138 de 10 de maio de 1936. (*Perdeu a vida nas minas*) p. 1.

explosão provocada pelo clorato com açúcar que fez com que os estilhaços da rocha o atingisse causando ferimentos mortais.³¹⁵

Além de explosões, os desabamentos de pedras e barrancos em função das escavações caracterizaram alguns dos acidentes que, em alguns casos, foram fatais para os garimpeiros de Jacobina. Nos garimpos de Canavieiras as notícias sobre um grave acidente abalaram o povoado e toda a população garimpeira. Num sábado de agosto de 1939 dois faiscadores Antonio de Tal e Anísio Santos, ambos com dezenove anos de idade, perderam a vida em decorrência de um esmagamento quando um enorme bloco de terra e pedra caiu sobre eles. Dois dos seus companheiros ficaram gravemente feridos.³¹⁶

Em 28 de fevereiro de 1940, em decorrência das fortes chuvas que caíram na região, os garimpeiros de Maravilha, nas serras de Jacobina, foram tomados de surpresa pelo desmoronamento de uma grande pedra que atingiu Otaviano de Tal natural do Morro do Chapéu provocando morte instantânea.³¹⁷ O senhor Matias, ao descrever os tipos de garimpo existentes na região de Jacobina nos informou que os desabamentos eram recorrentes e estavam relacionados as características do trabalho realizado:

Tinha muito desabamento. Morreu muita gente de desabamento de serra, porque o ouro cavado no tiro não desaba, agora o ouro que dá embaixo na areia para entrar na terra sem a pedra, arrisca desabar. Morreu muita gente arroiado dentro dos cortes.³¹⁸

Um outro acidente que costumava ocorrer nos garimpos era o de sufocamento por inalação dos gases provenientes das candeias ou candeieiros que os garimpeiros usavam para iluminar o interior dos buracos em que cavavam em busca do ouro. Machado Neto observou que esse tipo de acidente foi comum em Lençóis, em época remota. Na década de 70 quando realizou o estudo, não encontrou nenhum registro dessa natureza.³¹⁹ No caso da região de Jacobina, não encontrei nos jornais nenhum caso que indicasse esse tipo de acidente. No entanto, um dos atestados de óbito apontam como causa da morte do garimpeiro de trinta anos, Tertuliano R. Macedo, em 30 de dezembro de 1940, “asfixia por submissão acidental”, mas não registrou em que condições se deu esse óbito.

³¹⁵ *O Lidador* nº 309 de 17 de dezembro de 1939. (*Desastre no garimpo*) p. 1.

³¹⁶ *O Lidador* nº 292 de vinte de agosto de 1939. (*Terrível desastre nos garimpos de “canavieira”*) p. 1.

³¹⁷ *O Lidador* nº 320 de 10 de março de 1940. (*Garimpos Maravilha*) p. 1.

³¹⁸ José Matias dos Reis. Entrevista já citada.

³¹⁹ MACHADO NETO. Op. Cit. p.185.

Um outro aspecto que implicava em riscos para a população tanto garimpeira como para aqueles que não estavam diretamente ligados aos trabalhos nos garimpos diz respeito aos agentes químicos envolvidos nesta atividade. O uso indiscriminado do mercúrio, elemento metálico, líquido e venenoso utilizado para processar o ouro foi uma constante nos garimpos das serras de Jacobina. Conhecido pelos garimpeiros como azougue, esse elemento químico era manuseado diariamente pelos garimpeiros que, ao que parece não tinham noção alguma do perigo a que estavam expostos. É o que demonstra a experiência descrita por seu Matias, que considerava o azougue um elemento vivo e desconhecia totalmente os efeitos maléficos do produto:

O azougue, a senhora bota uma bolinha de azougue assim na mão se a senhora pestanejar, qualquer coisa ele pula fora. Porque ele é vivo, pra botar uma quantidade de azougue na boca de 15 a 20 gramas não tem beijo que segure. Pode trancar os beijos como fosse, se virar a boca assim ele derrama.³²⁰

Estranhando a atitude do garimpeiro em colocar mercúrio na boca, indaguei-lhe sobre o perigo dessa experiência, seu Matias negou veementemente esse risco: “Não, não era não”. Além disso, esse depoente contou que trabalhando no Garimpo Maravilha passou um dia inteiro em contato direto com o mercúrio, pois durante o preparo da bateia para começar a lavagem do cascalho, derramou o produto que se espalhou em gotas no fundo do rio.

Conforme seu Matias, a Maravilha não foi um garimpo em que ele teve muita sorte. Sem dinheiro, passando fome e sem os devidos instrumentos de trabalho, o garimpeiro encontrou um senhor que lhe emprestou uma bateia, mas teve que alugar o azougue, o aluguel desse produto seria pago após ter encontrado o ouro. Quando acidentalmente derrubou o mercúrio, seu Matias se viu na obrigação de tentar recuperá-lo, pois teria que devolver ao comerciante que o alugou exatamente a quantidade que havia pegado. Após um dia inteiro de trabalho lavando a areia do rio na tentativa de recuperar as 100 gramas de mercúrio perdidas, seu Matias com receio de não conseguir reunir todo o produto fugiu sem pagar ao comerciante, abandonando também a esperança de conseguir o ouro “nas Maravilhas”. Com bom humor, o garimpeiro contou que chegando em casa teve a curiosidade de pesar o mercúrio e constatou que o trabalho de um dia inteiro lavando a

³²⁰ José Matias dos Reis. Entrevista já citada.

areia do rio tinha-lhe rendido 110 gramas, ou seja, 10 gramas a mais do que havia alugado.³²¹

Mais do que a constatação de que seu Matias havia se precipitado em fugir sem pagar o aluguel do azougue é a percepção de que restos de mercúrio ficavam depositados no fundo dos rios, poluindo-os e colocando em risco todas as pessoas e animais que utilizavam as águas dos mesmos. O rio do Ouro, que corta ao meio a cidade de Jacobina e era responsável pelo abastecimento de água potável foi amplamente atingido pela ação dos garimpeiros, principalmente quando usavam o mercúrio. Muitas foram as reclamações acerca do trabalho dos garimpeiros que contaminavam suas águas. Em 06 de dezembro de 1936, *O Lidador* publicou uma nota intitulada “Quem quer ganhar dinheiro?”. Com indignação o jornal sugeria que quem quisesse ganhar dinheiro e, ao mesmo tempo, prestar um benefício à saúde do povo, explorasse o serviço de abastecimento de água, usando outras fontes que não fosse o rio do Ouro, pois seria uma forma da população ter água potável uma vez que:

A água do rio do Ouro, que, até pouco tempo era excelente pela sua pureza, de alguns dias para cá está com péssimo sabor.(...)

Entretanto como não temos esperança de que, enquanto houver garimpos e banhos no citado rio, a sua água recobre o estado de pureza primitivo, fazemos um apelo a quem interessar no sentido de explorar, nesta cidade, o serviço de abastecimento d’água, que poderá ser conduzida da CAIXA D’AGUA, ou de perto da BARRAGEM em costas de JEGUE, como se faz em outras localidades. Um bom negócio, não há dúvida ...³²²

Em treze de agosto de 1939 o sargento Geremias deu uma batida na barragem do rio do Ouro e flagrou doze garimpeiros lavando cascalho. *O Lidador* noticiou a prisão efetuada e reforçou a acusação ao trabalho de garimpagem como agente poluidor do rio. As esperanças de que essa situação fosse controlada foi depositada em Geremias: “Oxalá que o aludido militar tome a sério liquidar com os garimpos do rio do Ouro cuja água contaminada e doentia, está minando a saúde do povo”.³²³

Pelo visto Geremias não foi capaz de dar fim ao problema, pois no ano de 1940 ainda eram recorrentes as reclamações em virtude das ações dos garimpeiros no rio do

³²¹ José Matias dos Reis - Entrevista já citada.

³²² *O Lidador* nº 163 de 06 de dezembro de 1936. (*Quem quer ganhar dinheiro?*) p. 4.

³²³ *O Lidador* nº 291 de treze de agosto de 1939. (*Prezos doze malandos que lavavam cascalho no Rio do Ouro*) p. 4.

Ouro. A prefeitura Municipal de Jacobina, juntamente com o diretor de higiene e o delegado de polícia, por várias vezes chamaram a atenção das pessoas para a impertinência dos costumes de tomar banho, lavar roupas e garimpar no rio, no entanto, as proibições não eram suficientes para que as pessoas mudassem de comportamento. Os apelos para que tomassem consciência de que o rio abastecia a cidade de água potável não coíbiam essas práticas, principalmente a da garimpagem. O costume de “lavar ouro” nas imediações da barragem do rio do Ouro poluía as águas com o mercúrio usado para separar o ouro do cascalho e conforme o jornal aumentava os riscos em torno da saúde da população. A matéria intitulada “Água de cascalho”, demonstra falta de fiscalização, embora, ao longo dos anos, os poderes públicos tenham tido trabalho para impedir a poluição do rio:

...As crianças bebem da água e vomitam. As pessoas fracas ficam com o estomago em cacarecos, para não falar na epidemia que vem de bater às portas da cidade, à qual dão, uns, o rótulo de febre tífica, outros o de maleita.

Água de cascalho mata. E foi por isso que, cansados de esperar pela fiscalização, batemos às portas da polícia, anteontem, por intermédio do sargento Agenor Menezes, que prontamente nos atendeu, mandando um soldado in loco, verificar o escândalo com os próprios olhos de ver. ...³²⁴

Uma semana após a publicação da matéria “Água de Cascalho” a cidade comentava as questões relacionadas a poluição do rio. O jornal demonstrou o impacto que a notícia teve sobre a população e reforçou com novos argumentos a condenação à prática da garimpagem no rio do Ouro. Conforme o periódico, apesar das medidas tomadas pela polícia e da prisão de alguns garimpeiros, a população continuava bebendo água de cascalho, sinal de que alguns garimpeiros escaparam da polícia e continuavam a depositar no rio água proveniente da lavagem dos cascalhos impregnada de mercúrio e lama. Tudo isso somado aos costumes não muito higiênicos da população fizeram com que o jornal solicitasse um “zelador” para o rio do Ouro:

...Não é somente do garimpeiro malfazejo e ignorante que nos queixamos. Nestas linhas merece destacada a higiene de certas pessoas que amanhecem à beira do rio escovando os dentes, lavando o rosto, ou mesmo tomando banho, enquanto latas e mais latas d’água são mais abaixo, recolhidas para abastecimento da população.(...)

Urge uma providencia que ponha termo a essa irregularidade. A prefeitura resolveria o caso, nomeando um zelador do rio do Ouro, gesto muitíssimo humanitário que a população aplaudiria reconhecida.³²⁵

³²⁴ *O Lidador* nº 315 de 04 de fevereiro de 1940. (*Água de cascalho*) p. 1.

³²⁵ *O Lidador* nº 317 de 18 de fevereiro de 1940. (*COMENTÁRIOS. Água potável*) p. 1.

Cinco meses após essas notícias percebe-se que a poluição do rio era recorrente, o jornal ainda insistia em chamar a atenção dos poderes públicos para o estado de abandono em que se encontrava o rio do Ouro ressaltando que era ele o responsável pelo abastecimento da cidade com água potável. E continuava a acusar os garimpeiros pela poluição do rio enquanto enfatizava a dádiva que eram as suas águas para a cidade e a obrigação que toda a população teria em preservá-lo.³²⁶

O ex-garimpeiro José Matias relembra as confusões que ocorriam no rio do Ouro na década de trinta, quando as pessoas “garimpavam” em suas águas. Segundo ele, as proibições não impediam que muitos se aventurassem na busca do ouro:

... era proibido se mexer nesse rio do Ouro, o povo até iam roubar e ia gente preso, era aquela confusão... o povo cavava, tirava cascalho no rio, mas proibiram de fazer imundice na água, mas assim mesmo o povo ia (a) panhar escondido e ia gente preso e muita confusão...³²⁷

Dona Brasilina, conhecida como Dona Nenê, trabalhadora da Mineração de Ouro LTDA, também relembra que quando menina lavou muito cascalho no rio do Ouro para sobreviver, pois havia sido abandonada pela mãe, quando ainda era criança.³²⁸ É provável que essa experiência de dona Nenê tenha ocorrido na década de 1940, pois como vimos, nesse período ainda era registrada a insistência da população em lavar ouro no rio.

Considerando todos os perigos que foram apontados até aqui, não seria exagero sugerir que o garimpeiro, apesar de apontado como alguém que polui indiscriminadamente o ambiente, é também mais uma vítima das ações inconseqüentes do homem para com a natureza. Seja por cobiça ou por necessidade, as formas de exploração aurífera nas serras de Jacobina conduziram a um processo de poluição e alteração do meio ambiente que muitas vezes demonstrou não só irresponsabilidade, mas, também, falta de conhecimento e

³²⁶ *O Lidador* nº 338 de 14 de julho de 1940. (*O rio correndo sujo!*) p. 4.

³²⁷ José Matias dos Reis - Entrevista já citada.

³²⁸ Entrevista concedida por Dona Brasilina Oliveira Rosa conhecida como Dona Nenê, dona de casa residente a Rua do Cruzeiro, 152 – Bairro da Serrinha - Jacobina - Ba. A depoente nasceu em 07 de setembro de 1932 daí o seu nome. Trabalhou lavando ouro na Mineração de Ouro de Jacobina LTDA. Na época da entrevista a depoente aos 70 anos queixava-se de problemas cardíacos, mas, demonstrava uma boa resistência e vitalidade. Com uma excelente dicção dona Nenê falou da sua experiência como trabalhadora da Mineração e apesar de ter trabalhado em um momento posterior, dona Neném nos revelou aspectos de sua vida que estão relacionados ao contexto estudado. O esposo da depoente também trabalhou na mineração, saiu quando a Mina foi comprada pela Mineração Morro Velho. Até o período da entrevista corria no Ministério do Trabalho um processo movido pelo mesmo que faleceu sem receber indenização pelo tempo de serviço e mesmo depois de ganhar a causa em várias instâncias, a família de Dona Nenê ainda aguarda o pagamento devido.

consciência dos trabalhadores do garimpo em relação ao alcance das suas ações. Talvez, muitos deles, tenham se atentado apenas para a construção imaginária que estereotipa o garimpeiro exagerando em determinadas características como sua coragem, sua força, etc. Conforme Machado Neto:

“a afirmação de que o garimpo é, em si mesmo, um trabalho perigoso constitui um dos tantos estereótipos que o garimpeiro sempre construiu e alimenta nele a imagem do homem de coragem, desafiador da natureza, destacando o perigo que, em geral, ele se preza de ver associado à sua profissão”.³²⁹

É provável que com base nesse raciocínio, muitos deles tenham se portado com indiferença aos riscos que expunham a sua vida e principalmente a dos outros. Contudo, é preciso lembrar que as questões de saúde estão em íntima relação com o trabalho e com os locais onde esse é realizado.

Assim, não só a imprevidência dos garimpeiros pode ser apontada como a causa para os muitos males que decorrem da ação do garimpo, mas, principalmente a omissão, e/ou a insuficiência de recursos por parte dos poderes públicos para dotarem esses locais de infra-estrutura como: saneamento, limpeza pública, água, luz, escolas, médicos, etc. de forma a dar não só aos garimpeiros, mas, a toda a população de forma irrestrita, melhores condições de vida.

³²⁹ MACHADO NETO. Op. Cit. p. 183.

CAPÍTULO IV

“DISPUTANDO O OURO”

*O sangue é que corre forte
enquanto a força não some:
o ouro a tantos consome
clamando contra o seu corte.
Quem cava o morro tem fome,
tem frio, raiva, tem sede,
seu desvalor não se mede,
nada vale a sua sorte.³³⁰*

Introdução

Além de enfrentarem as diversidades que faziam da profissão de garimpeiro um eterno risco, os trabalhadores dos garimpos nas serras de Jacobina também vivenciaram um clima de tensão permanente gerado pelas disputas em torno dos filões auríferos. Os conflitos em que se envolveram estavam diretamente relacionados à posse e exploração dos garimpos encontrados ao longo da Serra de Jacobina e em alguns casos tiveram como protagonistas garimpeiros livres, donos de garimpos e comerciantes. Entretanto, o conflito mais acirrado e de maior proporção ocorreu entre os garimpeiros do Itapicurú, Companhia Minas de Jacobina e comerciantes de ouro instalados naquele povoado.

Marcado por tensões, conflitos e perigos, esse universo do garimpo de ouro revelou uma diversidade de episódios que mostram a atuação de milhares de pessoas em busca da sobrevivência e em defesa dos mais diversos interesses. Nos garimpos espalhados pelas serras de Jacobina ocorreram disputas em torno dos “serviços de ouro”. Essas contendas foram pouco documentadas, não passando às vezes de notícias de jornal. Um desses conflitos ocorreu nos garimpos de Figuras e apesar das referências sobre instauração de inquérito para a apuração dos fatos, não encontrei nenhuma documentação desse tipo. Já a disputa ocorrida entre a Companhia das Minas de Jacobina e os garimpeiros que laboravam naquela região, foi registrada em jornais, processos crimes e correspondências da Secretaria

³³⁰ Trecho da Lenda de Pedro da Silva ou lembranças de histórias de velhos garimpeiros, contadas ao pé do fogão de lenha em noites frias de inverno. A lenda é fundamentada na oralidade e me foi cedida por Marcos Trindade, neto de garimpeiro. Rio de Contas, junho de 1994.

de Segurança Pública. Entretanto, essas informações são esparsas e não permitem um acompanhamento completo sobre a questão. Nesse conflito ficou evidenciado a participação dos compradores de ouro, o envolvimento do deputado estadual, coronel Francisco Rocha Pires e do prefeito de Jacobina, coronel Reynaldo Jacobina³³¹. Além disso, o acirramento dessa questão fez com que os políticos locais e a direção da empresa mineradora buscassem a intervenção do governador da Bahia, Landolfo Alves e do Secretário de Segurança Pública do Estado, Urbano Pedral Sampaio. Nesses locais de garimpagem, as relações de poder iam além da compra e venda do precioso metal. Em alguns momentos, as disputas políticas municipais se misturaram aos interesses econômicos da exploração e comercialização do ouro. As disputas pelos filões auríferos nos garimpos da serra de Jacobina apontaram rivalidades políticas, abuso de poder e ações violentas que em alguns casos foram fatais.

Através das tensões e dos conflitos que marcavam o dia-a-dia das pessoas que buscavam o tão sonhado enriquecimento rápido e fácil nas minas de Jacobina refletiremos sobre as brechas da legislação aurífera, que, ao invés de minimizar as polêmicas suscitadas com as disputas pelo ouro, concorria, muitas vezes, para tornar mais complexas essas situações.

Tensões e conflitos na disputa pelo ouro nas serras de Jacobina

O instrumento que regulava as atividades relacionadas à extração de minérios no Brasil era o Código de Minas criado, através do Decreto-lei nº 24.642 de 10 de julho de 1934. Esse código sofreu alterações através do Decreto-lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940, que passou a caracterizar e regulamentar as atividades de garimpagem e faiscação da seguinte forma:

Art. 70 considera-se:

I – garimpagem, o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semi-preciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valiosos, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como

³³¹ Reynaldo Jacobina Vieira, era casado com uma das irmãs de Francisco Rocha Pires. Após o Movimento de 1930, foi nomeado prefeito de Jacobina. Mesmo com a Constituinte de 1934, Reynaldo permaneceu na administração do município até 1942. Durante esse período, fez uma parceria com Francisco Rocha Pires.

nos depósitos de secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e altos de morros; depósitos esses genericamente denominados de garimpos;

II – faiscação, o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de metais nobres nativos em depósitos de eluvião ou aluvião, fluviais ou marinhos, depósitos esses genericamente denominados faisqueiras;³³²

A maioria das pessoas que ocuparam as serras de Jacobina em busca do ouro estava inserida na descrição contida no artigo acima, sendo que se denominava de fiscadores aquelas que não possuíam serviços permanentes nas serras, mas que eventualmente pediam aos garimpeiros “uma faisqueira”, ou seja, uma lata de cascalho para lavarem e aventurar encontrar ouro. Conforme os depoentes, a maioria dos fiscadores eram mulheres e crianças³³³.

Embora dependesse de autorização do Governo Federal, os serviços de garimpagem e faiscação dispensavam todo um aparato burocrático e dispendioso que os serviços de mina requeriam, a exemplo da exigência de pesquisa, comprovação de posse do terreno onde se localizava a mina, permissão para explorá-la, etc. Pelo código, qualquer garimpeiro ou fiscador que quisesse se dedicar a esse serviço deveria procurar a Coletoria Federal instalada no município onde se localizavam os garimpos e requerer matrícula mediante pagamento de uma taxa pela autorização dos serviços.

No caso das áreas de propriedade particular, devidamente comprovada, cabia ao garimpeiro efetuar o pagamento da taxa de arrendamento ao respectivo proprietário do garimpo. Porém, em se tratando de áreas da União, os garimpeiros não precisavam comprovar a posse dos garimpos, apenas se declaravam como garimpeiros ou fiscadores. Não necessitavam apresentar qualquer documento que lhes dessem direito às áreas de garimpagem. Esses procedimentos estavam previstos no Art. 73 do Código de Minas, o qual rezava sobre a permissão para a garimpagem e faiscação:

ART. 73 - Dependem da permissão do Governo Federal, a garimpagem, a faiscação, a cata, não cabendo outro ônus ao garimpeiro, senão o pagamento da menor taxa

³³² Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Retirado do site <http://www.gov.br> em 20 de maio de 2002.

³³³ Conforme entrevista com o Sr. José Matias e o Sr. Manoel Bispo, ambas já citadas. Entretanto, o engenheiro Henrique Souza, admite que adotou o termo fiscador em seu relatório para designar os garimpeiros das serras de Jacobina, por ser uma aceção corrente no local. Mas, que de acordo com as definições do Código de Minas, essa designação não seria procedente.

remuneratória cobrada pelas Coletorias Federais a todo aquele que pretender executar esses trabalhos.

§1º - Essa permissão constará de matrícula do garimpeiro, renovada anualmente nas Coletorias Federais dos Municípios onde foram realizados esses trabalhos, e será válida somente para a região jurisdicionada pela respectiva exatonia que a concedeu.³³⁴

Infelizmente, esses documentos não foram encontrados nas caixas reservadas a Coletoria de Jacobina sob a guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia. Assim, não sabemos se esses procedimentos foram cumpridos, bem como realizar um levantamento do número de garimpeiros licenciados para os garimpos de Jacobina. Através dos jornais e dos depoimentos é possível inferir que se tratava de milhares de pessoas exercendo essa atividade. A falta dessas informações poderia indicar que os garimpeiros ao ocuparem as serras de Jacobina não se viram na obrigação de solicitar permissão para atuar nos garimpos? Ou trata-se, mais uma vez, do descaso pela documentação? Se a primeira hipótese estiver correta, as falas dos depoentes que apresento a seguir fazem sentido na medida em que demonstram uma despreocupação perante as exigências do Código.

Vejam como os ex-garimpeiros explicitam a visão que possuíam dessas áreas e como pensavam acerca das atividades de extração do ouro. Começamos pela resposta do Sr. Manoel ao ser perguntado se era fácil cavar ouro: “Ora rapaz se não era! O senhor queria cavar o ouro era só chegar lá caçá o seu lugar ou entrar no meio dos outros e picá o pau e tirá o ouro...”³³⁵ Nesse depoimento vemos a ausência de preocupação com a posse da terra, a idéia é de que já havendo outras pessoas garimpando, o indivíduo só teria que procurar um espaço entre eles e cavar o seu ouro, não existe menção a nenhum outro procedimento relacionado à lei.

Dona Luzia do Espírito Santo vai mais longe e desconsidera qualquer possibilidade de títulos de posse, para ela, o princípio cristão de que as coisas da natureza pertencem ao

³³⁴ Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Retirado do site <http://www.gov.br> em 20 de maio de 2002.

³³⁵ Entrevista já citada, concedida por seu Neo a Cleidimar e Manuel. Essa entrevista foi da ao NEO – Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, localizado em Jacobina – Ba.

“criador” se coloca acima de qualquer legalidade: “O ouro qualquer pessoa podia explorar. As terras tava ai, é só chegar e pronto... a serra é de deus, o ouro é de Deus...”³³⁶

Mantendo também a idéia da facilidade, seu Matias explica como ocorria o processo de chegada nessas áreas, porém, admite a presença do meeiro e o respeito pela posse dos filões que já possuíam donos, mas, mesmo assim, não faz nenhuma referência aos dispositivos do Código de Minas:

Quem chegasse (nos garimpos) era só armar a sua barraca e trabalhar.
Quando já tinha o dono do corte, (esses donos) botava a pessoa pra ser meia-praça, ser meeiro, pra trabalhar e apurar o ouro e dividir.³³⁷

Nas entrevistas, sempre que foi perguntado se entre os garimpeiros, ocorriam disputas pelos locais de garimpo, houve negação. Os depoentes assumiram uma postura quase ofendida e enfatizaram que entre eles havia muita honestidade e não havia confusões. Ao analisar as notícias jornalísticas, as respostas dadas pelos garimpeiros tornam-se compreensíveis na medida em que a maior parte desses conflitos poucas vezes envolveram garimpeiros de uma mesma condição. Ou seja, garimpeiros considerados autônomos, como por exemplo, Joaquim Jacundino de Matos. Os conflitos existentes no período envolviam geralmente pessoas que, ocupando posição social mais elevada que os garimpeiros, buscassem tirar vantagem apropriando-se de áreas que se mostravam promissoras, como confirma os embates ocorridos entre os Valois e os garimpeiros da Serra das Figuras. Ou ainda, os grandes proprietários como Leonídio Miranda que foi acusado, algumas vezes, de “tomar garimpos de pobres garimpeiros”.

Não obstante a despreocupação dos garimpeiros pelos procedimentos legais, ficou explícito que a Delegacia de Terras e Minas estava atenta às necessidades de registro nas serras de Jacobina. Em 1934, quando se ensaiava um novo surto de exploração na região e o Código de Minas ainda não havia entrado em vigor, o Delegado de Terras e Minas avisava às populações de Jacobina, Djalma Dutra, Saúde, Campo Formoso e Bonfim de que, seguindo a Lei de Minas nº 1937, em vigor desde 1927, ficava “expressamente proibida” a exploração do ouro em qualquer terreno que não estivesse legalizado. Ou seja,

³³⁶ Entrevista concedida por Dona Luzia Maria do Espírito Santo a Cleidimar e Manuel. Essa entrevista foi cedida ao NEO – Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, localizado em Jacobina – Ba.

³³⁷ José Matias em entrevista já citada.

que não tivesse demarcado e com a devida autorização da Delegacia de Terras e Minas. Entretanto, é possível verificar que nesse Edital proibindo a extração do ouro, também se faz presente a necessidade de evitar o contrabando desse metal, pois, também foi avisado que “todo ouro extraído clandestinamente, seria apreendido de acordo com ordens superiores”.³³⁸

O referido aviso foi publicado por cerca de três semanas e na terceira vez, sua publicação saiu no mesmo número em que foi divulgada uma carta assinada por um senhor de nome Arvonymo de Uzeda, contendo a reação contra a proibição de se explorar ouro. De forma indignada, o colaborador do jornal pedia que a “lei atroz”, a de nº 1937 de 1927 fosse amenizada, pois, não seria justo que se aplicassem as penalidades previstas para os casos da exploração clandestina. Caso o governo atuasse como estava previsto na lei, seria o mesmo que atrapalhar o desenvolvimento de regiões como Jacobina, nas quais, os trabalhadores eram considerados,

Parias, heróis ignorados, (que) nas agruras da fome vão cavar o pão minguado de sua subsistência e da família, assim, em míseras parcelas auríferas cavados por milhares de desaventurados...

Apoderar-se o governo d’essa migalha aurífera que o desgraçado, no titânico mourejar diurno, arrancou do seio da terra, que é sua, equivaleria a aqular o ódio dos miseráveis. E é este o mais temível dos ódios, por ter por aliado a cólera de Deus. Amenizemos a lei atroz...³³⁹

Não obstante os apelos como o de Arvonymo e as previsões da lei, os garimpeiros continuaram a garimpar em terrenos que pelo visto nunca foram autorizados. Em 1936, o Delegado de Terras e Minas, o Dr. Antonio Alves Barreto, recorria mais uma vez ao jornal, dessa vez solicitava que publicassem um ofício que lhe fora enviado pela Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Tombamento. Nesse documento, esse órgão proibia que se cavasse ouro ou quaisquer outros minérios nas terras do Estado, a não ser com a devida autorização. Já nesse período, percebe-se que a extração do ouro ocorria sem lançar mão desse procedimento legal, pois, nesse mesmo ofício, a Diretoria afirmava que havia recebido informações de que a chefia da fiscalização do Banco do Brasil, teria dado por

³³⁸ *O Lidador*, nº 31 de 06 de abril de 1934. (*Aviso às populações dos municípios de Djalma Dutra, Jacobina, Saúde, Campo Formoso e Bonfim*). p. 4; nº 32 de 13 de abril de 1934. (*Aviso às populações dos municípios de Djalma Dutra, Jacobina, Saúde, Campo Formoso e Bonfim*). p. 4 e o nº 34 de 27 de abril de 1934. (*Aviso às populações dos municípios de Djalma Dutra, Jacobina, Saúde, Campo Formoso e Bonfim*). p. 4.

³³⁹ *O Lidador*, nº 34 de 27 de abril de 1934. (*A Lei Atroz*) p. 1;

intermédio de prepostos seus em Jacobina, autorização para que garimpeiros explorassem as terras do Estado.³⁴⁰

Na consulta que a Diretoria de Terras e Minas fez ao Banco do Brasil a informação acima foi negada. Não obstante o cuidado que denota a correspondência do diretor de Terras e Minas, Manoel Accioli Fernandes, essas preocupações apontam indícios de que a exploração aurífera nas serras de Jacobina não era uma questão tão tranqüila e simples como querem fazer parecer nossos depoentes. O jornal publicou o referido aviso, mas, não deixou de acrescentar logo abaixo do comunicado o seguinte comentário:

Quem lê tais ofícios, não fique, entretanto, pensando que as recomendações do Dr. Manoel Accioli vão ser postas em pratica, pois, ao que somos muito bem informados, para executá-las o Estado teria que, primeiro, demarcar suas terras. Continue, portanto, o povo a cavar ouro, e conte com a proteção do governador do Estado que faz o possível pelo engrandecimento desta zona e não será capaz de impedir que os pobres mineiros remexam as gavetas do pai celestial, cavando ouro no seio da terra.³⁴¹

Assim como Dona Luzia, a depoente citada anteriormente, o jornal também trazia a concepção de que o ouro era de Deus, portanto, o governo do Estado não seria capaz de impedi-los de se apossarem de algo que além de ser da natureza, era também sinal evidente de engrandecimento de Jacobina. Ora, estão latentes também nesse comentário, as relações que o poder municipal possuía com o governador do Estado. Ciente de que havia uma grande proximidade entre Juracy Magalhães e Francisco Rocha Pires, o jornal previa uma possível proteção do Estado frente à desobediência dos garimpeiros.

Existe uma concepção de que o Movimento de 1930 teria dado um golpe seguro no Coronelismo, no entanto, os estudos de Consuelo Sampaio e Paulo Santos Silva³⁴², permitem avaliar esse aspecto sob outra perspectiva. Para Paulo Santos, “apesar do desarmamento dos “coronéis”, levado a cabo por Juraci Magalhães, os chefes municipais continuariam tendo na Bahia papel decisivo no processo político depois de 1930”.³⁴³ Logo,

³⁴⁰ *O Lidador* nº 122 de 19 de janeiro de 1936 (*A Directoria de Terras e Minas não quer que se cave ouro*) p. 4

³⁴¹ *Idem*.

³⁴² Ver respectivamente: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992. SILVA, Paulo Santos. *A Volta do Jogo Democrático – Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992. e *Âncoras de Tradição: Luta Política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930 – 1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

³⁴³ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição...* p. 31.

as relações existentes entre Juracy e Chico Rocha são perfeitamente compreensíveis, se levarmos em consideração as afirmações desse autor, que aponta atitudes pragmáticas de Juracy no trato com as lideranças municipais. Segundo Santos Silva, Juracy teria adotado como estratégia política uma aproximação com os chefes políticos dos municípios baianos, obviamente, aqueles que se mostravam mais fortes politicamente.³⁴⁴ Durante o tempo em que esteve no poder, Juracy foi várias vezes a Jacobina e mostrou-se bastante próximo de Chico Rocha.³⁴⁵ Em muitas situações o jornal publicou a correspondência trocada entre esses dois políticos, demonstrando as boas relações na resolução de problemas locais. Certamente, dessa amizade, o jornal retirou as conclusões demonstradas acima.

Em março de 1936, o diretor Manoel Accioli voltou a escrever para o Delegado de Terras e Minas solicitando que enviasse informações sobre as minas que se encontravam nas áreas sob a sua gerência. Os dados solicitados deveriam atender a uma exigência do Ministério da Agricultura, informando a natureza e o teor do minério, distâncias das minas, sua localização, largura, extensão e limites. O diretor também aconselhava ao delegado que exigisse documentos comprobatórios daqueles que “se diziam donos das minas” a fim de evitar que se burlasse o Estado. Na verdade, Accioli estava renovando um pedido já feito, sob a alegação de que não havia sido atendido de forma satisfatória. Aproveitava também para informar que o Estado já havia ordenado que “satisfizesse ao Ministério (da Agricultura) sem perda de tempo”.³⁴⁶ Nessa mesma edição do *O Lidador*, o Delegado de Terras e Minas aproveitava para informar os procedimentos necessários para a efetivação do Registro de Minas e dava como prazo o mês de julho daquele mesmo ano para que os interessados tomassem as providências necessárias.³⁴⁷

Na semana seguinte o jornal se posicionava frente às exigências da Delegacia de Terras e Minas, afirmando que a decisão do Estado em exigir os registros das Minas, serviria para que “os mais abastados e mais espertos” se aproveitassem e tirassem fotografias, realizassem medições e se apossassem de minas já descobertas pelos pobres. E alertava aos que estivessem de posse de seus respectivos “serviços de ouro” para que se

³⁴⁴ Idem. *Ibidem*.

³⁴⁵ Em 28 de dezembro de 1935, o nº 119 de *O Lidador* trazia a seguinte manchete: “*A Segunda Visita do Governador do Estado a esta Cidade*”. A presença do governador estava relacionada a inauguração das Escolas Reunidas Luis Anselmo da Fonseca. P.1. No nº 163 de 06 de dezembro de 1936 p. 1 a matéria sobre a inauguração da Caixa Econômica anunciava a presença de Chico Rocha e Juracy Magalhães. Com foto.

³⁴⁶ *O Lidador*, nº 131 de 22 de março de 1936. (Aviso) p. 1.

³⁴⁷ Idem. (*Registro de Minas*) p. 1.

precavesses e aguardassem o tempo para a “justificação das minas” em juízo visando opor embargos.³⁴⁸ Ou seja, o jornal já antevia situações conflituosas envolvendo pequenos garimpeiros e grandes proprietários e mandava ter “cuidado com os proprietários de Minas já descobertas”.

Em outubro de 1936, *O Lيدador* anunciava que cinquenta garimpeiros do Itapicurú enviaram ao Ministério da Agricultura um telegrama protestando contra o procedimento conhecido como justificação de minas. A essas reivindicações, o ministro teria respondido que:

As justificações não provam direitos de propriedade, mas factos – a existência, natureza e condições das jazidas ou minas manifestadas. Assim, jamais, com apoio no Código de Minas, sucederá a hipótese de alguém manifestar como de seu domínio uma jazida mineral, somente acastellado na justificação ou prova testemunhal. A lei, neste caso, como sempre foi previdente, não havendo nella margem para grillos o manifestante terá que provar os allegados direitos <<por documentos com efficacia probatória>>³⁴⁹

Os garimpeiros haviam sugerido ao Ministério a suspensão das justificações das minas. A esse pedido, o ministro respondeu que a suspensão não seria um procedimento jurídico e concordou em mandar uma Comissão à Bahia para apurar tais reclamações.

Em outra matéria intitulada “*Uma decisão que interessa de perto a todos os faiscadores de ouro*”, o jornal trouxe novamente a discussão em torno deste assunto. Dessa vez, a notícia além de demonstrar que a Justiça indeferiu o pedido feito por Ana Rita dos Santos Góes Rios, Manoel Domingos e outros que solicitavam a posse de um garimpo nas serras de Canavieiras, ainda enfatizava a improcedência das justificações de minas:

Posse de mina só se adquire depois de expedido pelo governo federal o titulo definitivo da concessão...”

Julgo improcedente a justificação, e denego conseqüentemente, o mandado requerido. Diz a autora que tem uma mina de ouro na Fazenda Canavieiras, deste termo; que fez registrar essa mina.

E como muitos garimpeiros ali trabalham sem o seu consentimento, quer que o juízo lhe dê um mandado de manutenção de posse. Impossível. A autora não tem a posse da mina.³⁵⁰

³⁴⁸ *O Lيدador*, nº 132 de 29 de março de 1936. (*Registro de Minas*) p. 1.

³⁴⁹ *O Lيدador*, nº 156 de 04 de outubro de 1936. (*As justificações de Minas*) p.4.;

³⁵⁰ *O Lيدador*, nº 162 de 29 de novembro de 1936. (*A palavra da justiça local sobre posse de minas*) p. 1.

O jornal também chamava a atenção para o fato de que o descobrimento de uma mina e a justificação em juízo, como era comum no período, não dava garantias de posse a ninguém, pois a exploração, mesmo que privada, dependia de concessão federal. Ao que parece, “justificar minas” foi um procedimento adotado por pessoas, talvez, com um maior grau de instrução, no intuito de se beneficiar com filões já descobertos por garimpeiros. Essa prática era denunciada pelo jornal através de notícias como essas:

O que os faiscadores de ouro precisam saber: as minas situadas no município de Jacobina pertencem ao paiz, os embustes e abusos que merecem repressão.

O povo precisa ficar de sobre-aviso com os atuais descobridores de minas, descobertas há mais de 200 anos passados. Conhecemos deles que nunca manejaram o serviço de mineralogia, e deste entendem tanto quanto um burro entende de latim.³⁵¹

Ao alegar a posse das minas, muitas pessoas se envolveram em situações de conflitos. Em 1939, os garimpeiros José da Rocha Passos, Rogaciano Gonçalves dos Santos, Manoel Fabrício de Oliveira Filho, Inocêncio Ferreira Pimentel, Domingos Mendes de Britto, Ângelo Barbosa, Dante Guerrieri, Diobaldino e Cícero Barbosa, solicitavam ao juiz da comarca de Jacobina a concessão de um “Habeas Corpus preventivo” por se acharem ameaçados de prisão por explorarem os garimpos do povoado de Belchior, localizados nas Serras de Canavieiras.

Do outro lado da questão estava a proprietária Ana Rita Santos Góes que, segundo a nota, estaria cobrando a taxa de 3\$000 pelo arrendamento dos terrenos que dizia lhe pertencer, incluindo também a cobrança pela construção de barracas e outros serviços. O não reconhecimento da propriedade de Ana Rita pelos garimpeiros gerou o não pagamento das taxas. O delegado regional, por sua vez, ameaçava os garimpeiros com a prisão, caso não efetuassem o pagamento. Esse fato gerou o pedido do habeas corpus que foi negado, sob a alegação de que não era o recurso adequado para a resolução da questão. Segundo o juiz, o habeas corpus serviria para os casos em que as liberdades dos garimpeiros estivessem ameaçadas. Na situação específica, o recurso seria usado para garantir o direito de garimpagem sem o pagamento das taxas, portanto, a justiça indeferiu o pedido já que esta não era a função do recurso solicitado.³⁵²

³⁵¹ *O Lidador*, nº 152 de 23 de agosto de 1936. (*O que os faiscadores de ouro precisam saber*) p.1.

³⁵² *O Lidador*, nº 280 de 02 de abril de 1939. (*Habeas Corpus*) p.4.

Embora a notícia acima seja de 1939, três anos antes, essa questão já se esboçava na nota que Ana Rita havia mandado publicar no jornal informando que ela era proprietária “dos solos das terras conhecidas por Canavieiras”. Ana Rita protestava contra “qualquer pessoa” que ocupasse suas terras, inclusive construindo benfeitorias.³⁵³ Vimos numa das notas já citadas anteriormente, quando falávamos da Legislação que a justiça havia indeferido o pedido de “justificação de minas” feito por essa senhora em 1936. Observando que nas terras reclamadas os garimpeiros já estavam em ação e que a referida proprietária durante seus depoimentos não soube dizer quem estava laborando em suas terras, muito menos precisar seus limites, o juiz optou por indeferir seu pedido.³⁵⁴ Entretanto, a situação de litígio prevaleceu, pois como vimos, em 1939, as notícias demonstraram os impasses entre os garimpeiros e a proprietária.³⁵⁵

Por questões de disputas pelos garimpos também se estranharam os garimpeiros Secundo Xavier e Joaquim Azogue, personagem já conhecido nas minas do Itapicurú. Dessa vez, o cenário da discórdia foi nas minas de Jaboticaba, a desavença entre os dois garimpeiros já vinha sendo alimentada no dia-a-dia. Mas, eis que em setembro de 1935, Jacundino se depara com Secundo que o provocara acusando-o de roubar seu cascalho. Jacundino, armado de punhal investiu contra seu opositor que tentou reagir, atirando, mas errou o alvo. Jacundino por sua vez, não erra e acaba ferindo a Secundo com um golpe de punhal, além de deslocar-lhe o braço.³⁵⁶

Em relação às disputas pelo ouro, esse não foi o único caso que envolveu Jacundino. Sua morte em 21 de março de 1937 teria ocorrido quando, laborando na serra do Cuscuz, no povoado do Itapicurú, teria sido abordado por Raymundo Pereira, que teria dito ao mesmo que “não trabalhasse ali, porque aquele serviço não lhe pertencia, prometendo-lhe um tiro se continuasse a trabalhar”. Conforme o jornal, Jacundino retrucou mandando que Raymundo atirasse e recebeu um tiro no estômago. Apesar de ferido travou luta corporal com seu agressor, no entanto, muito combalido, faleceu. Raymundo fugiu e não

³⁵³ *O Lidador*, nº 150 de 09 de agosto de 1936. (*Declaração*) p.4.

³⁵⁴ *O Lidador*, nº 162 de 29 de novembro de 1936. (A palavra da justiça local sobre posse de minas) p. 1. e nº 163 de 06/12/1936 (Notas Forenses) p. 2.

³⁵⁵ Os processos que tratam dessas questões não foram localizados, portanto fica impossível fazermos um acompanhamento de como esses conflitos se desenrolaram ao longo dos anos, bem como precisar o seu desfecho.

³⁵⁶ *O Lidador*, nº 105 de 22 de setembro de 1935. (*Por questões de garimpo*) p.4.

foi capturado. O atestado de óbito de Jacudino indicou como causa da morte “ferimento penetrante no abdômen causado por arma de fogo”³⁵⁷.

Oito meses após o assassinato de Jacundino, sua viúva, Dona Amália Novaes, cansada de esperar as providências necessárias por parte da justiça, uma vez que a morte do marido continuava impune, entrou com um documento solicitando “justiça” para o caso e denunciando Leonídio Miranda como mandante do crime. Segundo Dona Amália, era “costume” de Leonídio “tomar todo o serviço de garimpo dos pobres garimpeiros”.³⁵⁸ Conforme o processo, Leonídio, sabedor da prosperidade de um garimpo descoberto por Jacundino, teria lhe tomado o “serviço de ouro”. A briga entre os dois parecia ter se resolvido, porém, Leonídio teria ficado com receio do seu adversário e, segundo testemunhas, chegou a dizer em certa ocasião que “daria um conto de réis a quem matasse o seu desafeto”.³⁵⁹ Tomando como verdadeiras as palavras da testemunha Etelvino Alves, veremos que os receios de Leonídio não eram infundados, pois a fama de Jacundino não era das mais recomendáveis, fazendo com que poucas pessoas se atrevessem a tê-lo como inimigo.

Quando o promotor público Fernando Alves Dias redigiu a autuação de Leonídio e Raymundo, qualificando-os como réus, teve duas preocupações: fazer uma análise da vida do trabalhador dos garimpos, atribuindo a essa categoria especificidades que, na sua opinião, provinham de “um código elaborado através de séculos”. Segundo o promotor, esse código serviria para nortear o comportamento do garimpeiro, indicando tanto a obediência quanto a solidariedade desses trabalhadores. Entretanto, as considerações do promotor visavam informar que da mesma forma como o “inimigo mais rancoroso” corria para salvar o adversário na hora do perigo de um desabamento, também era possível que um amigo íntimo, reagindo contra “uma pilhéria” ou disputando a posse de um “serviço rico”, fosse capaz de fazer uso de uma arma e tirar-lhe a vida. Foi o que aconteceu, segundo o promotor, com Jacundino e Raymundo. Este último era um ex-praça da polícia militar e muito amigo de Jacundino, chegando inclusive a dividir com ele o mesmo barraco.³⁶⁰

³⁵⁷ Arquivo Público de Jacobina – Atestados de óbito. Ano de 1937 (Sem classificação)

³⁵⁸ Fórum Jorge Calmon - Jacobina Bahia – Seção Judiciária – Sumário Crime de Leonídio Miranda e Raymundo Pereira da Silva. (1938) fl. 5. (Sem classificação)

³⁵⁹ Idem. fl. 5.

³⁶⁰ Fórum Jorge Calmon - Jacobina Bahia - Seção Judiciária – Sumário Crime de Leonídio Miranda e Raymundo Pereira da Silva. (1938) fls. 2-3. (Sem classificação)

A outra preocupação do promotor era informar que, apesar de Leonídio gozar de bom conceito na sociedade jacobinense, possuir uma boa conduta e até mesmo ocupar o cargo de Adjunto da Promotoria Pública, existia no inquérito indícios que justificavam ao Ministério Público, denunciá-lo juntamente com Raymundo pelo assassinato de Jacundino. Durante o processo a maioria das testemunhas foi unânime em afirmar que Leonídio teria tomado o garimpo de Jacundino e também apontaram a amizade existente entre Jacundino e Raymundo. Além disso, essa amizade justificaria a atitude de Jacundino quando ofereceu o peito para que seu agressor atirasse. Segundo os depoentes, o garimpeiro não acreditava que Raymundo por ser tão seu amigo, tivesse a coragem de fazê-lo.³⁶¹

Não obstante as acusações de que Raymundo, após ter assassinado a Jacundino tivesse se refugiado na casa de Leonídio e logo depois desaparecido sem deixar pistas, no dia 30 de outubro de 1938, Leonídio negava sua participação no crime e apresentava sua defesa escrita pelo advogado Dyonísio Telles. Nela, Leonídio acusava a Companhia Minas de Jacobina, de através do seu preposto, Serafim Teixeira, ter “armado” as acusações da sua participação como mandante no crime de Jacundino. Leonídio se reportou ao ano em que chegou a Jacobina trazendo um grande número de garimpeiros e dado início a exploração de ouro nas serras do Itapicurú. Segundo ele, a partir daquele momento a “visionária CIA, lançou as vistas gananciosas para esse ramo de negócio”, e procedeu com uma série de “perseguições” a sua pessoa no intuito de afastá-lo, como “o afastou” de suas atividades comerciais.³⁶²

Segundo Dyonísio, defensor de Leonídio, Serafim também teria acusado seu cliente de ser “comunista” e conseguido que um capitão da Força Pública do Estado estabelecesse em Jacobina o “regime de violência e terror” tentando capturá-lo. Portanto, segundo a sua denúncia, as acusações de Serafim oscilavam. Ora lhe era atribuído o rótulo de “usurpador”, ora de “comunista” e, por último, o de “criminoso” e mandante do assassinato de Jacundino. A defesa prosseguiu tentando demonstrar que tanto as testemunhas arroladas pela acusação, quanto o ex-delegado de polícia que encaminhou o inquérito, eram inimigos de Leonídio e que tudo não passava de uma trama para condená-lo. Seu defensor insistia na

³⁶¹ Fórum Jorge Calmon - Jacobina Bahia - Seção Judiciária – Sumário Crime de Leonídio Miranda e Raymundo Pereira da Silva. (1938) fls. 2 a 12. (Sem classificação).

³⁶² Fórum Jorge Calmon - Jacobina Bahia - Seção Judiciária – Sumário Crime de Leonídio Miranda e Raymundo Pereira da Silva. (1938) fl. 82. (Sem classificação).

falta de provas suficientes para acusar seu cliente e pelo visto, obteve êxito em seus argumentos, pois, em 26 de outubro de 1938, o juiz Artur Simas Saraiva deixava de pronunciar Leonídio por falta de provas. Quanto a Raymundo, em 1943, o oficial de justiça Amado Oliveira Nunes declarava não ter efetuado sua prisão em virtude de não tê-lo encontrado em parte alguma.³⁶³

As contendas envolvendo Leonídio e a Companhia Minas de Jacobina, renderam bastante, mas não foi só com Jacundino ou com essa empresa que este proprietário de garimpo enfrentou discordâncias. No ano de 1936 Leonídio e o coronel Arsênio de Moraes, irmão do coronel Galdino, trocaram correspondências e acusações através das páginas do jornal. Com uma nota intitulada *entre o mar e o rochedo*, Leonídio comunicou ao povo jacobinense que estava movendo uma ação contra Manoel Fulgêncio de Figueiredo. A explicação para essa atitude é confusa e omite uma série de detalhes. Segundo Leonídio, este senhor, que era sobrinho do coronel Arsênio, estaria embargando um “serviço de ouro” explorado pelo garimpeiro Alípio Souza, de quem Leonídio se dizia representante.

As motivações para o embargo das atividades garimpeiras decorriam do fato de que Fulgêncio alegava ter sido o primeiro proprietário do sítio onde estava localizado o tal “serviço”. Diante do impasse, Leonídio teria comprado “o sitio e a cordilheira da serra” em questão pela quantia de 5:000\$000. Entretanto, as informações sobre essa compra são confusas. Conforme Leonídio, sua ação no negócio seria de intermediário, já que apenas “representava” Alípio. Realizada a compra, o garimpeiro “não quis” ficar com o sitio que Leonídio havia comprado para o mesmo no intuito de resolver as questões com Fulgêncio.

Inserese nessa questão, um detalhe obscuro. Recusando-se a ficar com o sítio, Alípio não se opôs em vender para Leonídio o seu “direito” de exploração aurífera por 2:000\$000. O novo proprietário, por sua vez, reuniu todos os garimpeiros que laboravam naquelas terras e fechou um acordo em que os trabalhadores se comprometeram em vender-lhe o ouro extraído com a diferença de 1\$000 por grama, até que recuperasse a quantia investida.³⁶⁴ Resta especular: Que direito era esse? E se ele existia a ponto de ser vendido para Leonídio, o que justificaria a compra do referido sítio? Embora não esteja explicitado na notícia, é possível inferir que o procedimento de Leonídio envolveu uma série de

³⁶³ Fórum Jorge Calmon - Jacobina Bahia - Seção Judiciária – Sumário Crime de Leonídio Miranda e Raymundo Pereira da Silva. (1938) fl. 82 a 93. (Sem classificação).

³⁶⁴ *O Lidador*, nº 129 de 08 de março de 1936. (*A pedido – Entre o mar e o rochedo*) P.4.

estratégias que resultaram na aquisição do garimpo de Alípio e que esse “serviço de ouro” não era o único objeto de motivação para a compra das terras de Fulgêncio. Além desse garimpo, Leonídio esperava encontrar mais ouro nos terrenos visados.

Apesar de não ter tido acesso ao processo movido por Leonídio, era costume do jornal publicar uma coluna intitulada *Pelo Foro*. Nela constava as decisões resultantes das audiências realizadas no Fórum. O parecer do juiz sobre esse caso revelou que Leonídio teria se interessado pelas terras de Fulgêncio julgando que nelas haveria ouro. Entretanto, a parte cobiçada não estava dentro dos limites da propriedade de Fulgêncio e sim do Coronel Arsênio de Moraes. A quem, Leonídio teria escrito anteriormente, propondo a compra de parte dos terrenos vizinhos aos de Fulgêncio, em que Leonídio acreditava existir uma mina da CMJ. Na carta solicitava que Arsênio também lhe vendesse uma apólice da Companhia. Diante da recusa do coronel em fazer os negócios propostos, Leonídio decidiu-se pela compra das terras de Fulgêncio.³⁶⁵

O juiz comentou que Leonídio, cego pela ambição, acreditara na possibilidade de encontrar ouro nas terras de Fulgêncio.³⁶⁶ Porém, ao adquirir as terras e proceder com as explorações teria se desiludido e quis voltar atrás para não ficar no prejuízo. Para isso, entrou com a ação, alegando que a escritura passada por Fulgêncio e esposa não correspondia ao terreno que havia comprado e, por esse motivo, propunha a dissolução do negócio. A atitude tomada por Leonídio quando escreveu ao jornal foi de acusar Fulgêncio de ter lhe vendido terras pertencentes ao tio, o coronel Arsênio de Moraes, alegando que se tratava de terrenos que estavam em poder do sobrinho de Arsênio, há mais ou menos 23 anos. Por esse motivo, ele, Leonídio se via entre o tio e o sobrinho. Daí, a expressão que usou: “entre o mar e o rochedo”, pois sabia que a questão seria bastante delicada.³⁶⁷

Como sempre, Leonídio quis impressionar a população de Jacobina. Ao escrever para o jornal, anunciava que a ação que moveria contra Fulgêncio o “ensinaria que, com homem e dinheiro não se deve brincar de bichinho de esconder e chicotinho queimado”.³⁶⁸

³⁶⁵ *O Lidorador*, nº 162 de 29 de novembro de 1936 (*Notas Forenses*) p. 2.

³⁶⁶ Conforme o juiz, havia por parte de Leonídio uma expectativa de que nas referidas terras encontraria mais ouro, embora, conforme testemunhas, Fulgêncio, já tivesse descartado essa hipótese para Leonídio em outra ocasião, quando na casa do prefeito Reynaldo Jacobina, teria recebido a proposta para a venda das terras. Entretanto, Leonídio insistiu em realizar o negócio.

³⁶⁷ *O Lidorador*, nº 162 de 29 de novembro de 1936 (*Notas Forenses*) p. 2.

³⁶⁸ *O Lidorador*, nº 162 de 29 de novembro de 1936 (*Notas Forenses*) p. 2.

Como de costume, Arsênio desmentiu as acusações de Leonídio através do mesmo veículo de comunicação. Ao mesmo tempo em que tranquilizava seu sobrinho, admitindo ter conhecimento dos termos do negócio, o velho coronel, avisava a Leonídio de que as suas terras estavam nos limites das que ele adquiriu, mas não dava para confundi-las. Lembrava também que as mesmas não estavam à venda e que Leonídio não só possuía conhecimento de onde começava e terminava as terras compradas de Fulgêncio, como também reconhecia o direito de propriedade do coronel nas terras vizinhas a sua nova aquisição, uma prova disso, foi a proposta de compra que ele lhe havia feito há alguns dias atrás.³⁶⁹

Para infelicidade de Leonídio, o juiz Abílio Bensabath julgou improcedente a ação movida contra Fulgêncio. A documentação apresentada e os depoimentos deram ao juiz a certeza de que tudo não havia passado de “armação”. Ao constatar que eram improcedentes suas desconfianças de que nas terras havia ouro, Leonídio teria tentado reaver o dinheiro investido, já que a compra não seria lucrativa como havia previsto.³⁷⁰

As disputas pelo ouro ocorreram em vários pontos das serras de Jacobina. Um conflito nos garimpos das Figuras revelou o extremo a que podia chegar esse tipo de questão. Trata-se de uma contenda alimentada pela própria legislação aurífera que estava longe de “proteger” ou atender aos garimpeiros. Esses litígios eram reforçados pelas brechas deixadas por essa legislação. Fortemente criticada por juristas, as medidas adotadas através do Código de Minas estavam longe de atender às questões que surgiram entre garimpeiros e proprietários de garimpos após a promulgação da lei. O advogado Ribeiro Varela, ao defender os garimpeiros de Brejinhos na Bahia, em um caso de litígio com um concessionário, acabou publicando um estudo em que, através das nuances desse caso específico, analisou a legislação vigente e constatou que o Código de Minas, “constituiu motivos de constantes e perigosos atritos entre os garimpeiros, via de regra proprietários do solo, e os concessionários da pesquisa, na forma da legislação em vigor”. O advogado

³⁶⁹ *O Lidorador*, nº 130 de 15 de março de 1936. (*A pedido – Ao público*) P. 4. Sob o título “*Enterro de vivo e mamãesada*” Leonídio escreveu nova carta endereçada a Arsênio e Fulgêncio no dia 16 de março de 1936. A carta publicada no nº 132 de *O Lidorador* trazia as ameaças de uma ação que Leonídio moveria na justiça. Nota-se nesses procedimentos uma preocupação em se dirigir à população de Jacobina, tal atitude visava interferir na formação de opinião pública sobre questões particulares.

³⁷⁰ *O Lidorador*, nº 162 de 29 de novembro de 1936 (*Notas Forenses*) p. 2.

afirmou que, nesse período, inúmeros casos de conflitos dessa natureza foram levados ao Supremo Tribunal Federal ou a despachos do Presidente da República.³⁷¹

Para Varela em quase todas as outras regiões do Brasil, o garimpeiro, “desbravador de ricas terras” encontrava a riqueza, através de um trabalho titânico em que “incansavelmente pesquisava, escavava, arrebatava a rocha e lavava o cascalho”. Porém, surgia, tão logo as notícias do descobrimento dos filões se espalhassem,

o felizardo concessionário legal da exploração, portador de um decreto de pesquisa sobre uma área mais do que pesquisada e conhecida e cujos valores ele já conhecia, por demais, acompanhando sorradeira e maliciosamente e por que não dizer também criminosamente, os trabalhos do garimpeiro despreocupado e feliz, que procura ganhar o seu pão de cada dia.³⁷²

O caso do garimpo das Figuras possui semelhanças com essa situação abordada por Varela Ribeiro. Nessa disputa houve a intervenção do coronel Francisco Rocha Pires, do Secretário de Segurança Pública e do Governador Otávio Mangabeira. Esse episódio foi denunciado pelo coronel Rocha Pires na Assembléia Legislativa, cujo discurso foi publicado na íntegra pelo *Diário de Notícias*, jornal da capital, em novembro de 1949. A manchete trazia o seguinte: “Responsabilizado o chefe de polícia pelos acontecimentos de Jacobina”.³⁷³

O caso teve suas origens no ano de 1936 quando o garimpeiro Luiz Damásio, apelidado de Bio, abandonou um garimpo na região conhecida por Figuras. Ao que tudo indica, esse garimpeiro desistiu da exploração no local após a tentativa frustrada de encontrar ouro e resolveu migrar, não se sabe para Goiás ou Amazônia, em busca de novos sonhos de enriquecimento. Pouco tempo depois, outras pessoas também se aventuraram no referido garimpo, destacando-se Djalma Novais e Amado Moreira que por não encontrarem o sonhado filão aurífero, também desistiram.

Apesar das dificuldades para a exploração mineral, Juventino Rodrigues, apontado como um garimpeiro que representava “muito bem o espírito de aventura e de esperança da sua classe”, resolveu fazer uma tentativa nas Figuras. Trabalhando em um terreno bastante revolvido, Juventino se deparou com catras abertas anteriormente numa profundidade de

³⁷¹ RIBEIRO, A. Varela. “*Garimpagem: seus aspectos Jurídicos-Sociais*” - s/ed. Rio de Janeiro, 1946. p. 9 .

³⁷² Idem. p. 10.

³⁷³ *Diário de Notícias*, Salvador, 23 de novembro de 1949. (*Responsabilizado o chefe de polícia pelos acontecimentos de Jacobina*)

cerca de 50 a 60 metros, e insistindo na busca do ouro, aprofundou ainda mais esses serviços em cerca de 20 a 30 metros, encontrando finalmente o tão cobiçado filão. Como é de praxe, ao tomar conhecimento do bamburrio do garimpeiro, várias pessoas afluíram ao local em busca de trabalho. A notícia de que Juventino encontrou ouro nas Figuras provocou também a cobiça de outras pessoas dando início a um grave conflito entre os garimpeiros que encontraram o filão e membros da família Valois, residentes em Jacobina.

Logo após a descoberta de Juventino, o Delegado de Polícia de Jacobina recebeu da Secretaria de Segurança Pública um telegrama solicitando que fosse assegurada a propriedade daquele garimpo para Maria Rufina e Antonio Damásio, respectivamente, mãe e irmã de Bio, o garimpeiro que havia desaparecido por volta de 1936 ou 1937. Conforme Rocha Pires os parentes de Bio negaram a autoria do pedido enviado ao Secretário de Segurança Pública solicitando garantias de posse do filão descoberto. O curioso é que apesar da negação da autoria por parte dos familiares, José Valois, surgiu com uma procuração que teria sido passada por Maria Rufina e, em 13 de agosto de 1939, o Delegado de Polícia de Jacobina recebeu da Secretaria de Segurança Pública um outro telegrama com o seguinte teor:

Tendo conhecimento nova invasão minas denominada Biu, reitero recomendações sentido polícia garantir direito proprietário contra invasão propriedade que é crime previsto Código Penal. Espero tomares providencias para que o assunto fique solucionado estando prejudicados recursos poder judiciário.
Saudações, Oliveira Brito – Secretário da Segurança.³⁷⁴

Indignado com a atitude do Secretário de Segurança Pública, Rocha Pires alegava irresponsabilidade e más intenções por parte do secretário nesse caso. Segundo o deputado, a falta de uma escritura que comprovasse a posse do garimpo para Maria Rufina era argumento suficiente para demonstrar a intervenção equivocada do Secretário Oliveira Brito. Ao que tudo indica, o garimpeiro Bio teria sido mais um a explorar o local sem direito de propriedade e, não tendo logrado êxito em suas tentativas de encontrar ouro, teria abandonado o garimpo, como ocorria freqüentemente. Portanto, para Rocha Pires, o telegrama de Oliveira Brito afirmava a existência de um direito de propriedade inexistente e “inventava” uma invasão que não procedia.

³⁷⁴ Telegrama publicado pelo Diário de Notícias. Salvador, 23 de novembro de 1949.

Como líder político em Jacobina e representante na Assembléia Legislativa Rocha Pires, mais uma vez, se mobilizou para resolver o caso das Figuras procurando pessoalmente Oliveira Brito com intenções de esclarecer para o secretário que “tudo aquilo não passava de manobra de José Valois” para se apossar do filão descoberto por Juventino. A resposta do secretário teria deixado o deputado ainda mais irritado, pois Oliveira Brito teria lhe dito que “se os seus amigos (de Rocha Pires) quisessem, apelassem para o juízo”. A essa altura, o caso das Figuras ganhou contornos mais amplos, na medida em que extrapolou as disputas pelo garimpo. Insinuando que Chico Rocha lograva defender amigos, o Secretário de Segurança Pública estava apenas esboçando uma série de intrigas que basearia os contatos entre esses dois.³⁷⁵

A articulação em torno desse conflito revela um delicado jogo de poder que demonstra a busca do coronel pelos tradicionais meios políticos de resolver questões locais a partir das alianças com o governo do Estado. Nesse caso o coronel buscou a intervenção do governador Otávio Mangabeira, que teria prometido ajudar-lhe. Porém, o Secretário de Segurança Pública teria ignorado qualquer ordem e dado prosseguimento aos planos já feitos com os outros envolvidos. Segundo Rocha Pires, o Coronel Arsênio foi indicado como delegado para resolver a questão. Indicação fortemente criticada por Chico Rocha sob a alegação de que Arsênio era praticamente da família Valois, existindo entre as partes uma forte ligação e que, portanto, suas ações no caso, seriam parciais.

Ainda conforme Rocha Pires, esse delegado teria reunido policiais e surpreendido os garimpeiros que trabalhavam no garimpo em questão, tentando expulsá-los. O coronel narrou o episódio tentando demonstrar para a plenária o horror que, segundo ele, tomou conta dos trabalhadores e que resultou na morte e ferimento dos garimpeiros³⁷⁶. Ao relatar detalhes do ataque ao garimpo, o coronel apontou os garimpeiros sobreviventes ao ataque e que segundo Rocha Pires poderiam atestar a veracidade das suas acusações.

A presença dos trabalhadores serviria para enfatizar a acusação de responsabilidade que Chico Rocha procurava atribuir ao Secretário Oliveira Brito. Esse conflito teve um

³⁷⁵ No período pós 1946, Oliveira Brito foi um dos mais representativos líderes do PSD. Os Valois também eram filiados a esse partido e também eram inimigos políticos de Francisco Rocha Pires. Esse último, por sua vez, filiou-se a UDN, e posteriormente, ao PR. Pelo visto, os Valois encontraram o apoio do Secretário de Polícia, seu aliado político, fazendo com que as alianças locais se impusessem no caso das Figuras.

³⁷⁶ *Diário de Notícias*, Salvador, 23 de novembro de 1949. (*Responsabilizado o chefe de polícia pelos acontecimentos de Jacobina*)

desfecho realmente trágico, com os Valois levando vantagem diante da expulsão e assassinato de alguns garimpeiros. A demora na resolução da questão e o desfecho ocorrido evidenciam as rivalidades entre o coronel e o chefe de polícia. Além disso, o prestígio do coronel Rocha Pires junto ao governador já não era mais o mesmo dos tempos de Juracy.

Além das disputas pelos filões auríferos, a compra e venda do metal também proporcionaram preocupações, principalmente ao Banco do Brasil. Em 1935, Jacobina recebeu uma comissão de fiscais desse banco cujo objetivo era “fiscalizar e regularizar a extração e comercialização do ouro nas minas do Itapicurú” e para “reprimirem” as ações dos compradores clandestinos que existiam naquelas minas, os fiscais “estavam dispostos a lançarem mão de dispositivos legais”.³⁷⁷ Conforme o jornal, apesar dos “rudimentares processos utilizados”, as minas do Itapicurú estavam produzindo cerca de 6.000 gramas de ouro semanalmente, cuja cotação estava na casa de 14\$000 para o ouro de azougue e 16\$000 para o ouro limpo.³⁷⁸ Se os números oficiais apontavam essa produção, certamente, a quantia desviada também era grande, caso contrário, o Banco do Brasil não teria designado a comissão para verificar de perto essas irregularidades.

Devemos considerar também que a compra clandestina do ouro não atingia apenas o Tesouro Nacional. Os comerciantes locais, devidamente autorizados pelo Banco do Brasil, também saíram perdendo com as ações dos comerciantes clandestinos. Acompanhando a comissão dos fiscais do Banco do Brasil até a zona do Itapicurú estava um dos grandes compradores de ouro da região, Antonio Santos de Oliveira, médico clínico, residente em Djalma Dutra. Antonio era comprador autorizado pelo B.B, seu nome ficou conhecido no jornal não só pela sua atuação enquanto comprador de ouro, mas por processos nos quais foi acusado de fazer circular “ordens de pagamento” impressas nas oficinas do *O Lيدador*, sob a alegação de que o “dinheiro miúdo” estava em falta³⁷⁹ e também pela sonegação do Imposto de Indústria e Profissão, respectivamente. A presença desse comerciante “guiando” os fiscais do Banco até as minas do Itapicurú demonstrava seu interesse em garantir que a comissão do banco punisse os atravessadores, cujas ações faziam com que seus negócios fossem afetados.

³⁷⁷ *O Lيدador*, nº 94 de 30 de junho de 1935. (*Os fiscais do Banco do Brasil, vieram regularizar o serviço de compra e venda do ouro*) p. 4.

³⁷⁸ *O Lيدador*, nº 96 de 14 de julho de 1935. (*Quanto Jacobina exportou no mês de junho e Cotações da Praça*) p. 4.

³⁷⁹ *O Lيدador*, nº 97 de 21 de julho de 1935. (*Cahiu o processo!*) p. 1.

Cerca de um ano após ter servido de cicerone para os fiscais do Banco do Brasil, o Dr. Antonio foi eleito vereador em Djalma Dutra, mas, para sua surpresa, sua posse foi impugnada em decorrência de um documento expedido pelo Delegado do PSD, que informava sua pendência com a Receita do Estado em função da sonegação do imposto já referido.³⁸⁰ O caso rolou na justiça sob o argumento do acusado de que pela legislação federal o referido imposto não se aplicaria ao seu caso, enquanto comprador de ouro. Ainda em 1936, foi publicado na coluna destinada as notas forenses, o resultado da audiência que julgou inconstitucional esse imposto para os compradores de ouro.³⁸¹ Mas, só em 1938, o governo brasileiro, isentou de qualquer tipo de imposto, esses negociantes.³⁸²

As disputas pelos espaços de garimpagem se deram em variados locais das serras de Jacobina e envolveram, sobretudo os proprietários de garimpos. Pouco se falou dos garimpeiros que na condição de meia-praça ou individual laboraram nas serras. Entre eles, essas contendas não pareciam fazer sentido, na medida em que não detinham a posse das terras. Por sobressair-se como grande proprietário de garimpos, Leonídio Miranda desenvolveu ações que culminaram na aquisição de muitos desafetos. Porém, foi na Companhia Minas de Jacobina que encontrou seu maior inimigo. Os embates que envolveram essa empresa, proprietários, garimpeiros, comerciantes e políticos serão tratados aqui na perspectiva de demonstrar que apesar de envolvidos nessas questões, os garimpeiros da região do Itapicurú, estiveram expostos, tanto as pressões exercidas pela empresa mineradora, quanto pelos comerciantes de ouro.

Garimpeiros, compradores de ouro, políticos e Companhia das Minas de Jacobina na disputa pelo ouro

Nos anos de 1937 e 1938 durante alguns meses a imprensa jacobinense anunciou quinzenalmente a cotação do ouro na feira de Jacobina. Incluso entre produtos como farinha, feijão, milho, carne seca e outros, o ouro tinha o seu preço cotado em uma média

³⁸⁰ *O Lidador*, nº 141 de 31 de maio de 1936. (*Justiça Eleitoral - O caso Santos Oliveira*) p. 4.

³⁸¹ *O Lidador*, nº 153 de 30 de agosto de 1936. (*Notas Forenses*) p. 4. E nº 154 de 06 de setembro de 1936. (*Notas Forenses*) p. 2.

³⁸² *O Lidador*, nº 230 de 03 de abril de 1938. (*Os compradores de ouro estão isentos de impostos*) p. 4.

de 11\$500 a grama do ouro de azougue e 14\$000 o de pepitas.³⁸³ Já em janeiro de 1938 o ouro de azougue foi cotado com acréscimo, uma grama valia 12\$500.³⁸⁴ No mês de fevereiro e março de 1938 o ouro de azougue atingia o valor de 13\$000 o grama e 14\$000 o de pepitas.³⁸⁵ E em 27 de março desse mesmo ano os dois tipos de ouro ficaram equiparados, valendo o grama de cada um o total de 15\$000.³⁸⁶ Tratava-se, portanto, de um produto com preço já estipulado e esse procedimento evitava que os compradores de ouro ludibriassem os garimpeiros pagando valores abaixo dos estabelecidos pelo mercado. Esse é um aspecto fundamental da economia aurífera, em especial quando estabelecemos uma comparação com as negociações em regiões diamantíferas como, por exemplo, Mato Grosso e Chapada Diamantina. Nessas últimas, foi muito comum que a ignorância dos garimpeiros em relação ao valor das pedras encontradas resultasse em lucros vultosos em favor dos chamados “coronéis dos garimpos” e “capangueiros”, que, muitas vezes, enganavam o garimpeiro, baixando o preço de uma pedra valiosa.³⁸⁷

No entanto, a cotação do ouro não era garantia de que a comercialização desse metal estivesse isenta de dificuldades. Se os garimpeiros das Lavras Diamantinas ou da região de Mato Grosso sofreram com as explorações de proprietários de garimpos e capangueiros, os garimpeiros das serras de Jacobina também enfrentaram situações delicadas nas negociações do metal descoberto. Muitas vezes os garimpeiros tiveram que optar entre as investidas ostensivas da Companhia das Minas de Jacobina que tentava monopolizar a compra e venda de ouro, e os comerciantes estabelecidos no povoado que buscavam driblar a presença da Companhia e comercializar diretamente o ouro com os garimpeiros. Com essas intenções monopolistas, a empresa de mineração estabeleceu no Itapicurú uma série

³⁸³ *O Lidorador* nº 212 de 21 de novembro de 1937, p. 01; Nº 215 de 12 de dezembro de 1937, p. 2; Nº 218 de 04 de janeiro de 1938, p. 3. Todas com o título de *Cotações da última feira*.

³⁸⁴ *O Lidorador* nº 220 de 16 de janeiro de 1938, p. 2 (*Cotações da última feira*)

³⁸⁵ *O Lidorador* nº 224 de 20 de fevereiro de 1938, p. 2 e nº 226 de 06 de março de 1938, p. 3. (*Cotações da última feira*)

³⁸⁶ *O Lidorador* nº 229 de 16 de janeiro de 1938, p. 4. (*Ouro a 22\$000 a grama*) Curiosamente, a partir desse período o jornal não mais informa o preço do ouro, embora esporadicamente ainda publicasse a coluna intitulada “Cotações da última feira”.

³⁸⁷ Conforme Regina Guimarães Neto os capangueiros fizeram fortuna e poder nas zonas diamantífera em Mato Grosso. Suas ações visavam constantemente lesar os garimpeiros que desconheciam o valor das pedras encontradas. Exercendo o monopólio desse comércio, os capangueiros combinavam entre si várias estratégias que culminavam na desvalorização de produtos encontrados pelos garimpeiros, esses por sua vez eram obrigados a venderem suas pedras pelos preços ditados pelos capangueiros. Não lhes restando outras alternativas. GUIMARÃES NETO. Op. Cit. pp. 154-156. Herberto Sales também se refere às ações do coronel Justino para lucrar com o trabalho dos garimpeiros, desvalorizando os diamantes encontrados por eles. SALES, Herberto. Cascalho. Op. Cit. (1975) pp. 30-31.

de medidas que visavam controlar o trabalho dos garimpeiros e, principalmente, a comercialização do ouro, inclusive desrespeitando a cotação desse metal no mercado. Através do seu preposto, Serafim Teixeira, a mineradora esteve por diversas vezes presente nas páginas do jornal local encabeçando as denúncias de abuso de poder e exploração do trabalho dos garimpeiros.

Para entender a presença dessa Companhia no Itapicurú e suas relações com os garimpeiros e comerciantes locais faz-se necessário lembrar que se trata da Companhia das Minas de Jacobina criada ainda no século XIX e citada anteriormente. Vimos que essa empresa após decretar falência, fechou suas portas no final daquele século. Com suas atividades paralisadas desde 1897, essa mineradora voltou à ativa em 1936. O contexto favorável à exploração de ouro nas serras de Jacobina, ou seja, as novas ocorrências que ganharam notoriedade no período, parecem ter motivado a CMJ a se reorganizar. Naquele ano, *O Lidador* publicava um telegrama recebido pela Companhia, anunciando a sua nova diretoria e o seu funcionamento que deveria ocorrer muito em breve³⁸⁸.

Naquela ocasião a empresa informava que em Assembléia Geral dos Acionistas, havia reformulado seu estatuto e eleito a sua nova administração. Chama a atenção a maneira habilidosa com que a direção da empresa se dirigia ao jornal, enfatizando os seus objetivos de também compartilharem com aquele periódico, a luta em prol do progresso da cidade, pois seguiriam as mesmas diretrizes do antigo fundador da empresa, o jacobinense Eduardo Dias de Moraes, “que durante toda a sua longa existência, sempre trabalhou para o progresso e felicidade do seu querido e amado torrão natal, a cidade de Jacobina”.³⁸⁹ A mesma nota aproveitava a oportunidade para felicitar ao *Lidador* pelo seu quarto ano de “profícua existência”³⁹⁰ e encerrava a correspondência colocando-se a disposição daquele veículo de comunicação na condição de amigos.³⁹¹

Ao apresentar a sua diretoria, a CMJ, conhecedora das boas relações entre o diretor do jornal e o deputado Francisco Rocha Pires, que, ao que parece não era favorável à presença da empresa, quis mostrar que a reabertura da mineração traria contribuições para a cidade e deveriam ser pautadas em relações amigáveis. Esse procedimento pode ter se

³⁸⁸ *O Lidador*, nº 155 de 20 de setembro de 1936. (*Organiza-se a CIA Minas de Jacobina*) P. 3

³⁸⁹ *Idem*.

³⁹⁰ O jornal completou em 07 de setembro daquele ano, três anos de circulação, pois foi criado em 07 de setembro de 1933.

³⁹¹ *O Lidador*, nº 155 de 20 de setembro de 1936. (*Organiza-se a CIA Minas de Jacobina*) P. 3

tornado necessário se considerarmos que alguns nomes que figuravam na lista dos acionistas e membros da Diretoria da CMJ eram inimigos políticos de Rocha Pires, que, na época, exercia o controle político de Jacobina, juntamente com o seu cunhado, o prefeito coronel Reynaldo Jacobina. Os nomes que certamente não seriam bem vistos pelo poder local era o do coronel Galdino César de Moraes e seu irmão Arsênio César de Moraes, além do coronel Ernestino Alves Pires.³⁹²

Desavenças políticas à parte, o fato é que, ao voltar aos trabalhos de extração do ouro, a CMJ encontrou muitas pessoas explorando as serras na área do Itapicurú. Uma das primeiras medidas tomadas pela empresa foi buscar assegurar a posse da terra onde se localizavam os filões auríferos, alegando que se tratava de propriedade dela desde o século XIX, quando a mineradora funcionou pela primeira vez. Os garimpeiros por sua vez, contestavam essa propriedade. A dúvida acerca dos direitos da empresa era constante e estabeleceu o conflito entre as partes:

Uma grande divergência existe entre os faiscadores de ouro sobre o direito de descoberta das minas de ouro encravadas em terrenos da empresa arrendatária. Uns entendem que a Companhia só tem direito de exploração das minas em que já trabalhou; outros entendem que na Cordilheira toda a Companhia pode trabalhar, independentemente da autorização do Governo Federal. Este ponto precisa ser esclarecido...³⁹³

A notícia foi veiculada em dezembro de 1936, portanto, exatamente três meses após a reorganização da CMJ. Ao propor arrendar as terras do Itapicurú já ocupadas pelos garimpeiros, a empresa procurava formas de fazer valer os direitos que alegava possuir enquanto proprietária da área. Assim, impôs aos garimpeiros taxas de arrendamento pelo aluguel do solo em que garimpavam no valor de 3\$000 e, segundo o jornal, os garimpeiros também eram cobrados pela palha e lenha que retiravam do mato nas terras que a CMJ alegava possuir.³⁹⁴ Tratando-se de materiais necessários para a construção das barracas de moradia dos garimpeiros, essas taxas juntamente com a “licença” do arrendamento

³⁹² Com o afastamento de Ernestino Pires do comando político do município de Jacobina, seu sobrinho, Chico Rocha, assumiu a liderança política, herdando o inimigo político nº 01 do tio nos tempos de outrora, o coronel Galdino. Sobre esses aspectos, ver: Discurso proferido por Francisco Rocha Pires no serviço de alto-falantes “A Voz da cidade de Jacobina” no período de 29 de setembro e 9 de outubro de 1970. (Mimeografado) e LEMOS, Doracy Araújo. “*Jacobina sua História e sua Gente*”. Jacobina, 1995.

³⁹³ *O Lidador*, nº 165 de 20 de dezembro de 1936. (*A Companhia Minas de Jacobina faz arrendamentos*) p.1

³⁹⁴ *O Lidador*, nº 234 de 01 de maio de 1938. (*O Sr. Delegado Regional visita as minas do Itapicurú tomando providências que a consciência e a razão lhe ditaram*) p.1

provocaram reações que, por alguns anos, intensificaram as tensões entre esses trabalhadores e aquela empresa.

Em 1937, o jornal voltava a falar da Companhia. Animado com os números da produção aurífera, proveniente das bateias dos garimpeiros e imaginando que com o uso de máquinas possantes a extração aurífera aumentaria consideravelmente, o periódico noticiava o progresso das minas e afirmava que a empresa não proibia os trabalhos de garimpagem:

Já está sendo transportado para o Itapicurú o maquinismo com que essa empresa irá enfrentar o serviço de extração do ouro.

As minas continuam num progresso assustador, atingindo ultimamente, a sua produção a quantidade nunca vista desde que se reiniciou o serviço das bateias.

O maquinismo que vae ser instalado tem capacidade para, na pior das hipóteses, extrair 100 gramas de ouro diariamente, e os seus proprietários não impedem absolutamente o trabalho de garimpagem.³⁹⁵

Ora, essa notícia pode ter sido dada a pedido da empresa, pois contradiz completamente as demais matérias publicadas, nas quais estão presentes as denúncias do embate entre a CMJ e os garimpeiros. A Companhia não impedia os trabalhos de garimpagem, desde que os garimpeiros pagassem aos seus prepostos as taxas pelo aluguel do solo e outros serviços, e, principalmente, se dessem a empresa a preferência na venda do ouro extraído. A cobrança dessas taxas não só provocou tensões entre esses trabalhadores e a mineradora como requereu a intervenção do prefeito Reinaldo Jacobina e do deputado Francisco Rocha Pires. Este último recorreu ao interventor Landulfo Alves de Almeida,³⁹⁶ para se queixar do procedimento adotado pelos prepostos da Companhia das Minas, que:

... Cobravam garantidos pela força policial, além dos 3\$000 mensais, a título de aluguel dos garimpos, de cada faiscador, mais 10\$000 para armar um rancho, \$ 600 por folha de palmeira para cobertura do mesmo, o madeirame a preço previamente combinado e, por cima de tudo isso 1\$000 por feixe de lenha apanhada nos matos pelos próprios garimpeiros.³⁹⁷

³⁹⁵ (grifo meu). *O Lidador*, nº 181 de 11 de abril de 1937. (*Companhia Minas de Jacobina*)p. 4.

³⁹⁶ Na época em que concedeu a entrevista ao *Lidador*, Chico Rocha fez questão de frisar que mantinha relações de amizade com o governador desde 1935, quando em Comissão do Governo do Estado realizou junto com Landulfo uma viagem ao Triângulo Mineiro. Portanto era natural que três anos após essa viagem o coronel a relembresse, frisando para o jornal o alcance de suas articulações políticas, demonstrando sua influência e proximidade com o interventor que, por sua vez, concedeu ao coronel em audiência, a oportunidade de apresentar suas queixas contra a CMJ.

³⁹⁷ Trata-se da fala do coronel Francisco Rocha Pires narrando ao *Lidador* os resultados da sua ida a Salvador, quando esteve em audiência com o interventor. Nº 235 de 08 de maio de 1938. (*Uma solução condigna que ponha por termo, uma vez por todas, as questões das minas do Itapicurú*) p. 1.

Na audiência com o governador, o coronel foi encaminhado ao Secretário de Polícia, Urbano Pedral Sampaio, pois para garantir a cobrança dessas taxas, a CMJ conseguiu que lhe enviassem forças policiais diretamente da capital, como informa o próprio jornal em notícia que desmonta a afirmação que fizera anteriormente ao dizer que a CMJ não impedia os trabalhos de garimpagem:

Os garimpos são superintendidos pelo Sr. Serafim Teixeira, (preposto da CMJ) que os aluga à razão de 3\$000 mensais por pessoa. Até ai nada de novo no front, não fosse os aludidos empresários já terem lançado mão, mais de uma vez da força pública para manter os seus intentos.

Da primeira vez veio um contingente de 30 praças que efetuavam varias prisões, precedidas de espancamentos, nada se apurando contra os detidos.

Julgávamos houvesse passado a onda, quando vimos desembarcar, a 21 do corrente, um contingente de 5 praças e um sargento trazidos da capital pelo Sr. Tarzan, (preposto da CMJ) seguindo, no mesmo momento, a caminhão para o Itapicurú.³⁹⁸

Este foi o episódio tratado pelo coronel Rocha Pires com o interventor, não tenho como precisar a data, mas, tudo indica que foi no final do mês de abril de 1938, pois no dia 29 do referido mês, o capitão Otonoel Santos Lima, Delegado Regional, recebia um telegrama do chefe de policia da Bahia, esclarecendo que a força policial mandada da Capital sob o comando de um sargento, com destino à zona do Itapicurú, levou do titular da Pasta da Segurança exclusivamente a instrução de impedir o contrabando de compra de ouro por agentes que não estivessem devidamente autorizados pelo Banco do Brasil. E para que todos tivessem conhecimento dessa ordem, o Delegado Regional enviou o referido telegrama para ser publicado no *Lidador*.

A preocupação do secretário de Segurança Pública em esclarecer a questão está relacionada ao fato do sargento enviado para impedir o contrabando do ouro, ter se “excedido” e cometido uma série de irregularidades, conforme noticiou o jornal *A Tarde* cuja reportagem recebeu o título de: “Jacobina – Um cantinho do Alaska! Em torno do “metal amarello aguçam-se os appetites”. Na entrevista ao jornal, um representante da CMJ foi entrevistado pelo repórter na Secretaria de Segurança Pública e informou que os conflitos ocorriam porque só podiam comprar ouro no município de Jacobina, pessoas devidamente autorizadas pelo Banco do Brasil e que existia uma Companhia para essa

³⁹⁸ *O Lidador*, nº 233 de 24 de abril de 1938. (Força policial para o Itapicurú) P. 4.

finalidade. No entanto, particulares vinham se inserindo, cada vez mais, nesse comércio. Podemos ver que as questões polêmicas referentes à cobrança das outras taxas foram omitidas pelo representante da CMJ. Certamente, com as outras partes envolvidas, o repórter colheu a informação de que a Companhia “vive em constante litígio com os compradores e garimpeiros, querendo que estes lhe paguem certa quantia.”³⁹⁹ A expressão “certa quantia” se referia às taxas já aludidas.

Um outro aspecto nesse episódio, diz respeito ao envio de policiais da capital com o intuito de coibir o contrabando de ouro. Ora, esse pode ter sido o argumento usado pela Companhia para se valer dos recursos policiais da capital, uma vez que, ao que parece, não contavam com o apoio direto das autoridades locais. Denunciando o contrabando de ouro, certamente, o apoio estadual se faria presente. Como a Companhia teve tanta influência junto a Secretaria de Segurança Pública a ponto de conseguir que o secretário enviasse alguns soldados diretamente de Salvador para o Itapicurú, desconsiderando as autoridades locais? Talvez a resposta esteja na presença do coronel Galdino César de Moraes como um dos acionistas da empresa. É provável que o referido coronel possuísse influência junto ao Secretário de Polícia e usou-a para defender os interesses da Companhia da qual fazia parte.

Um dos motivos para a presença e as ações da polícia no Itapicurú era a tentativa de fazer valer as imposições da CMJ, no que diz respeito às intenções de monopolizar a compra e venda do ouro e a cobrança dos impostos pelo uso da sua propriedade. Foi com esse intuito que uma autoridade policial, não especificada no documento, do Termo de Jacobina, legalizou as cobranças das taxas instituídas pelo preposto da Companhia. No entanto, após a audiência de Chico Rocha com Landulfo Alves, essa medida foi denunciada ao Secretário de Segurança Pública que aproveitou o telegrama mencionado anteriormente para revogar tal resolução e indicar o Poder Legislativo como a esfera onde esta questão deveria ser resolvida. O Secretário também informou à Companhia das Minas, que pleiteasse junto à justiça o direito que lhes assistisse, desde que provasse o domínio das terras que alegava propriedade.⁴⁰⁰

E foi justamente isso que a CMJ fez. Posteriormente, a empresa enviou ao interventor Landulfo Alves um documento informando que havia seguido as orientações do

³⁹⁹ *A Tarde*, 06 de maio de 1938. (*Jacobina – Um cantinho do Alaska! Em torno do “metal amarello aguçam-se os appetites*)

⁴⁰⁰ *O Lidador*, nº 234 de 1º de maio de 1938. *O Sr. Delegado Regional visita as minas do Itapicurú* p. 1.

Secretário de Polícia e também que era proprietária de terrenos situados nos sítios do Itapicurú, Serra do Vento, Cuia, Córrego, André-Quicé, Jaboticaba, Mocambo de João Crioulo, Cafundó, Barra do Retiro e Fazenda Genipapo na Comarca de Jacobina.

Ao citar os seus domínios, a empresa buscou responder às várias acusações feitas pelos garimpeiros através do *Lidador*, de não ter as suas terras demarcadas. Neste documento a CMJ diz ao interventor que:

Ultimamente os seus terrenos foram invadidos por Leonídio Miranda chefiando garimpeiros sob pretexto de que se tratava de terras devolutas do Estado, quando em toda a Comarca de Jacobina NÃO EXISTE TERRENO ALGUM DEVOLUTO, conforme certidão em poder da Companhia passada em 13 de dezembro de 1887, pela Comarca Municipal da mesma cidade e assignada pelo Secretário, Presidente e Vereadores da mesma Comarca...⁴⁰¹

Além de afirmar junto ao interventor, os seus domínios no Itapicurú, a empresa aproveitou a ocasião para queixar-se das ações de Leonídio Miranda, importante personagem das disputas auríferas na região. Apontado pelo jornal *O Lidador* como um dos “grandes descobridores de garimpos”, e “o maior comprador de ouro para o Banco do Brasil”, Miranda se destacou na exploração de ouro nas terras do Itapicurú. Esse senhor chegou a Jacobina por volta de 1935 e juntamente com cerca de dois mil garimpeiros que lhe davam preferência na compra do ouro, retomou as atividades de exploração aurífera nas serras do Itapicurú.⁴⁰²

Quando o jornal creditou a Leonídio a descoberta de novas ocorrências auríferas na região, esse senhor respondeu que esse mérito pertencia ao coronel Chico Rocha pois, teria sido ele o responsável por aquele grande momento da garimpagem, já que o seu apoio teria sido fundamental para que ele, Leonídio, se instalasse no Itapicurú e com a autorização daquele chefe político iniciasse os trabalhos de exploração das serras. E é justamente essa proteção que a CMJ fez questão de denunciar ao interventor no longo documento que lhe enviou. Segundo os representantes da mineração, os políticos locais dispensavam proteção a Leonídio Miranda, que, segundo a empresa, sempre contou com o apoio do prefeito e do coronel Francisco Rocha Pires. A empresa também aproveitou a oportunidade para

⁴⁰¹ Arquivo Público da Bahia – Seção Republicana. Documentos da Secretaria de Justiça/Gabinete do Secretário, Notação: 3460/141.

⁴⁰² *O Lidador*, nº 103 de 7 de setembro de 1935. (*As minas de ouro*). P. 5.

denunciar Leonídio por invasão dos seus terrenos com objetivos de faiscar ouro, construir casas, derrubar matas, etc.⁴⁰³

Apesar dessa situação está circunscrita ao ano de 1939 é evidente que o embate entre Leonídio e a CMJ tem suas origens no momento de ocupação das áreas auríferas nas serras de Jacobina e reorganização da Companhia. Em 16 de agosto de 1936, portanto, cerca de três anos antes da elaboração do documento que a CMJ enviou ao interventor, Leonídio era entrevistado pelo *Lidador* e opinava sobre uma das polêmicas envolvendo a empresa, os compradores de ouro e os garimpeiros. Segundo o jornal, a mineração pretendia cobrar a quantia de 1\$500 por grama de ouro extraído de seus terrenos. Ao ser perguntado sobre o assunto, Leonídio respondeu: “Acho injusta, (a quantia) uma vez que a Companhia promove a divisão de suas minas com as da União, onde julgamos estarmos trabalhando.”⁴⁰⁴

Na mesma entrevista, foi perguntado a Leonídio se ele achava que a CMJ possuía direitos nas serras do Itapicurú. A resposta dele esclarece as acusações feitas pela empresa. Não reconhecendo os direitos da Companhia nas referidas serras, Leonídio não se sentia invasor, vejamos a resposta obtida pelo jornal:

penso que não tem direito, a companhia, nas serras auríferas; isto é, que as escrituras a que faz ele referência, não vão até a serra propriamente dita, pois, desde tempos remotos, estas serras tem sido respeitadas como pertencente a União. E a Jacobina não é de hoje meu caro jornalista.⁴⁰⁵

O jornalista não se deu por vencido e continuou insistindo no fato da empresa já ter explorado o ouro na região desde o século XIX, obtendo, porém, a seguinte resposta: “ Sim. Mas dentro do limite de suas escrituras. Os garimpos dessa empresa lá estão devidamente respeitadas, até hoje nem um calumbé de cascalho deles se retirou até agora”.⁴⁰⁶ Se em 1936 Leonídio já se preocupava em justificar os limites de propriedade da CMJ, significa que desde esse período existiam disputas tanto no que se refere à exploração do ouro quanto à compra desse metal. As primeiras notícias de reorganização da Companhia já

⁴⁰³ Arquivo Público da Bahia – Seção Republicana. Documentos da Secretaria de Justiça/Gabinete do Secretário, Notação: 3460/141.

⁴⁰⁴ *O Lidador*, nº 151 de 16 de agosto de 1936. (*O que diz a respeito o maior comprador de ouro para o BB, Leonídio Miranda*). P. 1.

⁴⁰⁵ *Idem*.

⁴⁰⁶ *O Lidador*, nº 151 de 16 de agosto de 1936. (*O que diz a respeito o maior comprador de ouro para o BB, Leonídio Miranda*). P. 1.

causavam reações de protesto. Para Leonídio e seus garimpeiros, era um absurdo a empresa voltar a atuar após ter abandonado a exploração por quase 40 anos.⁴⁰⁷ Mantendo um grande número de garimpeiros em seus “serviços de ouro”, Leonídio teria adquirido destaque no Itapicurú e bastante influência para que boa parte dos garimpeiros lhe desse preferência na venda do ouro, daí, a sua fama de “maior comprador de ouro para o Banco do Brasil”. Infelizmente, não temos notícias mais específicas que explicita a versão desse dono de garimpo no ano em que a Companhia fez o documento com as acusações.

Os desafetos da CMJ não se limitavam a Leonídio Miranda. Um outro proprietário de garimpo conhecido por Bento Zé Dantas também teve problemas com a mineradora e chegou a tornar público suas desavenças com Serafim Teixeira. Em agosto de 1939, Dantas mandou publicar uma nota alertando à população para o fato de que Serafim estaria pretendendo vender uma roça de sua propriedade. Segundo Bento Dantas, as terras estavam localizadas na área dos rios Cuia e Itapicurú e que possuía as devidas escrituras, portanto, qualquer venda seria “enganosa e sem valor”. Podemos ver que se tratava justamente das áreas em permanente litígio e Bento não perdeu a oportunidade de alfinetar seu inimigo mandando que todos se precavessem “da lábia de Serafim”, uma vez que o mesmo possuía a “pretensão de anexar ao patrimônio da Cia. todas as terras e serras auríferas de Jacobina, independente de demarcação”.⁴⁰⁸

O aviso de Bento Zé Dantas não ficou sem resposta, defensor ferrenho da empresa que representava, Serafim enviou para publicação no mesmo jornal um longo comunicado em que acusava Bento de tentar usurpar uma antiga posse de terra da Companhia Minas de Jacobina. Serafim informou que essas terras já haviam sido administradas anteriormente pelo coronel Arsênio de Moraes, por Felix Marcelino da Conceição e naquele período, se encontrava sob a administração de João Rosendo com a devida autorização da empresa. Quanto a Bento, Serafim afirmava que este não possuía nenhuma terra naquelas imediações e avisava aos “homens de bem” para evitarem negócios com aquele senhor, pois ele não “teria escrúpulo em vender-lhes uma situação de insegurança e intranqüilidade”. Conforme Serafim, essa situação seria logo resolvida, pois estava aguardando a oportunidade de, em

⁴⁰⁷ *O Lidador*, nº 144 de 21 de junho de 1936. (*Protesto em meu nome e de meus companheiros*) p. 4.

⁴⁰⁸ *O Lidador* nº 293 de 27 de agosto de 1939. (*Ao público e aos interessados*)p.4.

juízo, desmascarar Bento, assim como “já havia feito com outros comparsas da mesma campanha de descrédito e rapinagem”.⁴⁰⁹

Duas semanas depois Bento respondia às acusações de Serafim, ressaltando que o seu desafeto não era bem quisto na sociedade jacobinense e fazia referência a um processo que Serafim respondia na justiça, chamando a atenção para as ações autoritárias do representante da mineração para com os garimpeiros. Bento encerrou naquela nota a possibilidade de continuar discutindo a questão via imprensa por julgar que não “valia a pena ficar repetindo o que todo o público já sabia” sobre Serafim.⁴¹⁰

Com afirmação de usurpação do patrimônio alheio, Serafim afirmava a existência de um grupo agindo contra a companhia. Portanto, a denúncia da mineradora feita ao interventor nos dá a proporção do conflito e revela um outro dado importante dessa questão. Ou seja, as tentativas de monopolizar a compra e venda do ouro por parte da empresa não atingiam meramente garimpeiros, mas, principalmente, pessoas como Leonídio Miranda⁴¹¹ e Bento Zé Dantas⁴¹² que não possuíam apenas um “serviço de ouro” na região, mas, muitos garimpos nos quais utilizavam a mão-de-obra de milhares de pessoas. Logo, esse embate era muito maior do que o que aparentava nas discussões acerca das taxas cobradas aos garimpeiros. A presença de grandes comerciantes, cujos interesses estavam em jogo, justifica o envolvimento dos poderes local e estadual nessas questões.

⁴⁰⁹ *O Lidador* nº 295 de 10 de setembro de 1939. (*Companhia Minas de Jacobina S.A. – Esclarecimento necessário*) P. 4.

⁴¹⁰ *O Lidador*, nº 297 de 24 de setembro de 1939. (*A pedido – Com vistas ao público sensato*) p.2.

⁴¹¹ Leonídio Miranda declarou ao *Lidador* nº 97 de 21 de julho de 1935. p. 2, que possuía sob o seu comando cerca de dois mil garimpeiros laborando nas serras do Itapicurú. Chegando a anunciar no jornal nº 71 de 18 de janeiro de 1935, que estava abrindo um processo de licitação para os açougueiros que quisessem fornecer carne para seus garimpos localizados na serra do Itapicurú. As memórias dos depoentes sobre Leonídio estão pautadas na idéia de esbanjamento que esse senhor costumava ter, propagando sua riqueza, cujo comportamento se aproxima do imaginário garimpeiro. Foram narradas histórias que apontavam Leonídio acendendo o charuto com dinheiro, fotografando uma porca enorme da sua criação, portando no lombo duas grandes bolas de ouro e queimando o ouro numa concha enquanto outros garimpeiros realizavam esse processo em uma colher. Essas histórias foram narradas por seu Matias e Dona Áurea Borges, durante as entrevistas já citadas.

⁴¹² No caso de Bento Zé Dantas, são poucas as informações sobre o mesmo. No entanto, notícias do jornal demonstram que se tratava também de um comerciante que possuía açougues tanto na cidade de Jacobina, quanto no Itapicurú. Em notas publicadas nesse jornal, Bento chegava a anunciar para os clientes que os seus açougues já haviam sido reformulados conforme os padrões “modernos e higiênicos” que exigiam o Serviço de Higiene em conformidade com o Código Sanitário do Estado. *O Lidador* nº 279 de 26 de março de 1939. (*Açougue remodelado*) p.1. A confirmação de que esse senhor também possuía garimpos está em uma matéria citada pelo advogado Dionysio Telles em *O Lidador* nº 274 de 19 de fevereiro de 1939. (*Ao povo do Itapicurú – Necessárias explicações*)p.1.

Percebe-se no documento citado anteriormente, que a CMJ demonstra uma grande preocupação em justificar para o interventor o uso da força policial enquanto forma de garantir os bens da empresa. Nele, a Companhia faz referência aos danos que a mineradora teria sofrido em represália aos embates que vinham se desenrolando no Itapicurú. Segundo o documento a usina da mineração havia sido “saqueada e incendiada por invasores”. Esse incidente também foi denunciado em 2 de abril de 1939 quando a CMJ publicou uma nota no jornal convidando a “todos os brasileiros amigos do progresso do paiz” a visitarem a usina instalada pela Companhia. A nota assinada pelo Sr. Serafim Teixeira ressaltava o atentado sofrido: “Sentimos muito não poder mostrar as pessoas que nos honrarem com suas visitas a uzina britar o cascalho e extrair o ouro, como já fizemos, por motivo de terem inutilizado nossos serviços e postos chumbo em nossos cascalhos já extraídos”.⁴¹³

Na nota citada, o preposto alegou que a empresa funcionou no final do século XIX por dez anos sem perseguições e sob a garantia das autoridades e que lamentavelmente após quarenta anos, a CMJ por mais de dezoito meses teve que deixar sua usina inativa. Ao frisar que no período anterior a empresa contava com a garantia das autoridades, Serafim estava insinuando a falta de colaboração e apoio das autoridades locais. Além disso, a nota esboçava a já conhecida acusação feita ao Sr. Leonídio, porém, não citou o seu nome e englobou os outros “invasores” que o documento também não mencionou:

... não lhe sendo permitido (a Cia.) trabalhar em seus terrenos e minas, quando qualquer estranho, brasileiro ou estrangeiro, instala-se, constroe casas, faz roças, derruba matas e explora o ouro sem dar a menor satisfação a Cia. Proprietária; sem sua licença e do Governo Federal, como rezam as novas leis das Minas do Brasil⁴¹⁴

Ao escrever ao interventor, a CMJ anunciou que seguiu as orientações do Secretário de Polícia, procurando a justiça para comprovar a posse das terras do Itapicurú. Pelo visto, foi-lhe concedido o mandado judiciário de posse do local e, segundo a Companhia, Leonídio Miranda teria se apresentado como parte prejudicada, porém, seu agravo foi indeferido. Assim, a empresa solicitou ao interventor que fossem dadas as devidas

⁴¹³ *O Lidador*, nº 280 de 02 de abril de 1939.(*Companhia das Minas de Jacobina – Convite*)p.4.

⁴¹⁴ *O Lidador*, nº 280 de 02 de abril de 1939.(*Companhia das Minas de Jacobina – Convite*)p.4.

providências às resoluções do Egrégio Tribunal de Apelação com garantias efetivas para a livre exploração de seus terrenos.⁴¹⁵

É evidente que a Companhia possuía receios de que tais medidas não fossem atendidas mediante intervenções do coronel Francisco Rocha Pires, que já havia interferido em outras ocasiões nos litígios que envolviam a empresa, garimpeiros, proprietários de garimpos e comerciantes, levando vantagens por várias vezes. Não era em vão que no documento, a empresa denunciava que a comissão de garimpeiros que compareceu junto ao interventor mediada pelo coronel Rocha Pires era falsa, pois, segundo a CMJ, tratava-se de “três compradores de ouro, vendeiros, instalados sem licença da Companhia”. Para a empresa, essas pessoas eram:

incitadores e chefes de distúrbios e ameaças contra a companhia e seus prepostos, no intuito antipatriótico de forçá-la a cessar a exploração mineralógica em seus próprios terrenos e eles então agirem, sem restrição, na sua desenvoltura de conquista.⁴¹⁶

A afirmação de que a Comissão de garimpeiros era falsa, foi feita pela mineradora em 20 de junho de 1939. *O Lيدador*, quatro meses antes dessa denúncia, anunciou essa comissão ressaltando o êxito que ela obteve, junto ao interventor, uma vez que havia sido recebida no palácio com muita simpatia. Segundo a notícia, os garimpeiros teriam ido até o Palácio do Governo, solicitar providências contra as ações da Companhia na cobrança das taxas pelo aluguel do solo de garimpagem. O periódico afirmava que o governador teria assegurado a sua intenção de solucionar o problema da cobrança das taxas impostas pela CMJ. Segundo o jornal, após aquela audiência, “Tudo indicava que nenhum garimpeiro seria obrigado pela polícia, a pagar taxa de faiscação”.⁴¹⁷

Segundo informações contidas no documento da mineração, muitos proprietários de comércio no Itapicurú comercializavam ouro, provavelmente não autorizados pelo Banco do Brasil como se exigia. Além disso, a CMJ garantia que “quase todos tinham serviços de extração de ouro instalados abusivamente nos terrenos da Companhia”. Acusava também essas pessoas de serem “verdadeiros exploradores dos garimpeiros”. Entretanto, o jornal sempre apresentou os garimpeiros como a outra parte do conflito, jamais foi mencionado o

⁴¹⁵ Arquivo Público da Bahia – Seção Republicana. Documentos da Secretaria de Justiça/Gabinete do Secretário, Notação: 3460/141.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ *O Lيدador* nº 275 de 26 de fevereiro de 1939. (A comissão de faiscaadores de ouro no Itapicurú foi bem recebida pelo Governador do Estado)p.1.

envolvimento dos compradores de ouro, mas, essa briga não era só dos garimpeiros, interesses maiores estavam em jogo e os grandes comerciantes não viam com bons olhos as tentativas de monopólio da compra de ouro imposta pela Mineração. Na tentativa de se defender junto ao interventor, a empresa mineradora não hesitou em revelar aspectos que a “comissão de garimpeiros” teria omitido. Dizendo-se representar os garimpeiros prejudicados, essa comissão estaria também representando os interesses dos comerciantes do Itapicurú, que criavam situações para atingir a Companhia de forma a sabotar suas intenções monopolistas.

Não existe referência aos nomes que compunha essa comissão para que possamos avaliar a procedência ou não da denúncia da empresa mineradora. Teria a CMJ procurado descaracterizar um movimento organizado pelos garimpeiros? Ou os garimpeiros, orientados por Chico Rocha, teriam se aliado aos comerciantes de ouro que também estiveram com seus interesses ameaçados pela proposta de monopólio engendrada pela CMJ? Seria essa comissão realmente uma farsa? Ou ainda, estariam os comerciantes de ouro aproveitando-se da situação de descontentamento dos garimpeiros mediante a imposição de taxas que limitavam suas ações, para fazer parecer que os maiores prejudicados com o monopólio da CMJ seriam os próprios garimpeiros?

São questões impossíveis de responder com precisão. Entretanto, a denúncia da empresa insere no contexto, pela primeira vez, os compradores de ouro, personagens não explicitados pelo jornal. Avaliando os acontecimentos que giraram em torno dessa contenda, acredito que essas hipóteses possam ser consideradas na medida em que alguns episódios colocaram, lado a lado, garimpeiros, políticos e comerciantes contra a CMJ. É o que sugere os enfrentamentos de comerciantes com o preposto da empresa, o Sr. Serafim Teixeira.

Independente das ações desse representante da Companhia em defesa dos interesses da empresa é evidente que, ao tomar partido dos garimpeiros, tanto os políticos locais quanto os grandes comerciantes defendiam interesses que iam além das necessidades daqueles trabalhadores. A lucratividade obtida pela venda do ouro sem a intervenção da CMJ deveria ser garantida para aqueles que negociavam diretamente com os garimpeiros, porém, a presença de Serafim controlando essas atividades atrapalhava as ações dos comerciantes. Foi essa a provável razão para a acusação que envolveu o preposto da

Companhia das Minas de Jacobina, um garimpeiro e comerciantes do Itapicurú num processo crime.

Em janeiro de 1939, Serafim foi acusado de ter prendido indevidamente o garimpeiro Francisco Carvalho e respondeu ao processo sob a acusação de ter usurpado funções públicas. Para o advogado que defendeu Francisco Carvalho, estava evidente que o motivo que levou Serafim a articular a prisão do garimpeiro, estava relacionado à cobiça e disputa pelos filões auríferos. Vejamos o argumento usado no pedido de habeas corpus, impetrado em 23 de janeiro de 1939 e a forma como o advogado se refere a Serafim Teixeira, quando o acusa de usurpar funções públicas:

Estando Francisco Carvalho, o paciente, exercendo a sua profissão de garimpagem nas serras do Itapicurú, ali encontrou um “serviço” de ouro que prometia grande produção. Serafim Teixeira, *monopolizador da compra de ouro e perseguidor dos garimpeiros* que lhe não dá preferência na compra, cresceu as vistas no “serviço” do paciente e o intimou a desistir daquele trabalho (...).⁴¹⁸

Por outro lado, as insinuações feitas pelo advogado de defesa de Serafim indicam uma possível “armação” engendrada pelo coronel Francisco Rocha Pires, o prefeito Reinaldo Jacobina e outros comerciantes do Itapicurú. Embora o processo não contenha nenhuma conclusão desse tipo. Mesmo o advogado insistindo nessa possibilidade, o juiz encarregado do caso, jamais considerou essas suspeitas.

Durante o processo é possível observar a impopularidade de Serafim Teixeira. Apontado como perseguidor de garimpeiros e defensor da empresa, Serafim fez muitos desafetos. Na petição enviada ao juiz, o preposto da CMJ protestou contra as testemunhas de acusação, alegando que foram arroladas em número superior ao legal e, além disso, eram seus adversários em pleito judicial contra a Companhia Minas de Jacobina S/A., da qual era representante, além de serem seus inimigos pessoais. Ao interrogar testemunhas como o negociante Horácio Pires de Lima⁴¹⁹, natural de Pernambuco e o marchante Manoel Alves de Holanda, natural de “Princesa” na Paraíba, o advogado de Serafim fez perguntas que visavam demonstrar uma possível armadilha:

⁴¹⁸ Fórum Jorge Calmon – Jacobina – Ba. Vara Crime - Sumário Crime de Serafim Teixeira Soares. Ano: 1939.

⁴¹⁹ Horácio Pires de Lima, posteriormente veio a ser um dos grandes aliados de Chico Rocha na política municipal. A partir de mais ou menos 1950, transformou-se em um dos grandes fazendeiros do município. As alianças entre esse próspero fazendeiro, ex-comerciante da região dos garimpos do Itapicurú e grande comprador de ouro, já começava a se esboçar no período de auge da economia aurífera em Jacobina.

Se a respeito dos fatos constantes nos autos, a testemunha trocou idéias com o Cel. Reinaldo prefeito do município, ou com o Cel. Rocha Pires?”, “Se ouviu dizer que essas duas ilustres pessoas fazem questão pela punição do denunciado?”, “Se sabe que estas pessoas (inclusive alguns negociantes que estavam arrolados como testemunhas) vêm tendo questões com o senhor Serafim em virtude da administração dos negócios da Cia. Minas de Jacobina?”, “Se essas ilustres pessoas tem interesse que o denunciado seja punido?”, “Se ouviu dizer que a ocorrência de 22 de janeiro, entre Serafim e Francisco Carvalho, vinha sendo articulada pelos adversários da Cia. Minas de Jacobina?”.⁴²⁰

A insistência do advogado ao fazer esse tipo de pergunta é por si só uma denúncia dos possíveis autores dessa trama. Na defesa escrita de Serafim entregue ao juiz, foi reforçada essa acusação, porém, para a justiça esse detalhe passou “despercebido”. Em nenhum momento, o juiz se pronunciou ou fez qualquer referência ao envolvimento desses políticos no caso. O processo foi encerrado com o reconhecimento da inocência de Serafim, ou melhor, da “impropriedade da acusação”, uma vez que ficou provado que não foi o preposto da Companhia quem prendeu o garimpeiro, mas que teria levado um cabo da policia para fazê-lo, portanto, não houve usurpação das funções públicas conforme fora acusado.

No afã de atingirem seu desafeto, aqueles que articularam a acusação de Serafim não consideraram as questões mais diretas para os garimpeiros. No processo, o garimpeiro preso, Francisco Carvalho, explicitou que o motivo da sua prisão estava relacionado à cobrança da taxa de aluguel dos garimpos atribuídos ao domínio da Companhia. Segundo ele, a sua recusa em pagar a referida taxa foi o que motivou Serafim a exigir a sua prisão. Ao que parece, para políticos e negociantes essa era uma questão menor, o episódio com o garimpeiro parece ter servido como momento propício para uma tentativa de livrar-se daquele que atrapalhava os negócios dos comerciantes locais.

A briga entre a CMJ e os garimpeiros parecia se acirrar, cada vez mais, fazendo com que outras pessoas tomassem partido e procurassem “contribuir” para uma solução definitiva. Foi o caso do provisionado Dionysio Telles que em fevereiro de 1939, no mesmo mês que a Comissão de garimpeiros teria ido a Salvador se reunir com o interventor, escreveu para o jornal uma matéria intitulada: *Ao povo de Itapicurú – necessárias explicações*. Considerando que a discórdia entre as partes era constante, o

⁴²⁰ Fórum Jorge Calmon – Jacobina – Ba. Vara Crime - Sumário Crime de Serafim Teixeira Soares. Ano: 1939.

advogado, que já havia atuado em várias causas dessa natureza, se sentia na “obrigação” de prestar esclarecimentos acerca dos direitos de cada parte envolvida no litígio. Para isso, lançou mão do Registro de Mina feito pela Companhia Minas de Jacobina no DNPM, em 1936. Segundo o advogado, a empresa só teria declarado como sua propriedade, os terrenos da Serra do Vento e, portanto, só nessa área ela teria direitos de proprietária.

Já as minas localizadas nas serras da Cuia, Jaboticaba, André Quicé, Córrego, etc. não foram registradas pela empresa de mineração e conforme o Código de Minas, caso tivesse sido requerido seu registro junto ao DNPM seriam consideradas de propriedade daqueles que se denominavam “descobridores”. Porém, caso a empresa deixasse de registrá-las, essas minas seriam consideradas de propriedade da União. Segundo Dionysio Telles, a CMJ não registrou esses terrenos, portanto, para ele, os garimpeiros instalados nessas áreas não precisariam pagar absolutamente nada a empresa de mineração. Pelo contrário, sendo essas terras consideradas de propriedade do Governo Federal, os garimpeiros teriam trânsito livre para explorar o ouro quando e onde bem entendesse.⁴²¹

De acordo com essa matéria, “não havia nada para vacilar nem confundir”, cabia aos garimpeiros e faiscadores, exercerem livremente a sua profissão sem nenhum ônus. Ou seja, não cabia a CMJ proibir a garimpagem, exceto na Serra do Vento e nem cobrar qualquer tipo de taxa aos garimpeiros. O advogado reforçava a improcedência dessas cobranças e aproveitava a oportunidade para aconselhar aos garimpeiros que, ao invés de garimparem na propriedade da CMJ, a Serra do Vento, buscassem serviço nos garimpos de Leonídio Miranda e Bento Zé Dantas, pois estes donos de garimpos, “nunca cobram” taxas aos garimpeiros.⁴²²

A empresa mineradora não se calou diante dos argumentos de Dionysio e enviou ao jornal sua réplica em que assegurava que seus terrenos localizavam-se na zona do Itapicurú cujos limites se estendiam desde o garimpo do Córrego até o do Cafundó. Afirmava que estavam sob os seus domínios as minas do Córrego, Vento, Cabeçudo da Cuia e Jaboticaba, todas devidamente registradas no DNPM. A empresa aproveitou para também dar um “aviso” aos garimpeiros que não “quisessem pagar” a taxa correspondente a licença para faiscar nas suas terras: “aquele que não se conformar tem nas mãos o recurso para não ser

⁴²¹ *O Lidador* nº 274 de 19 de fevereiro de 1939. (*Ao povo do Itapicurú – Necessárias explicações*)p.1.

⁴²² *O Lidador* nº 274 de 19 de fevereiro de 1939. (*Ao povo do Itapicurú – Necessárias explicações*)p.1.

incomodado: é não trabalhar nas jazidas da declarante. Fique bem patente que do garimpeiro, fora isto, nada mais se cobra”.⁴²³

Com esse aviso, a CMJ anunciava sua intolerância para com os garimpeiros que se atrevessem a laborar sem pagar as respectivas licenças. O procedimento da empresa também dá idéia do acirramento desse conflito e a matéria de Dionysio revela preocupações em orientar os garimpeiros, assessorando-lhes juridicamente. No entanto, para Serafim Teixeira, porta-voz da mineradora, a matéria publicada incitava os garimpeiros a invadirem propriedade particular. E ressaltava que qualquer “movimento que ocorresse no Itapicurú”, contra o próprio Serafim ou o patrimônio da empresa seria de responsabilidade do autor da matéria. Serafim acrescenta ainda as suas opiniões irônicas sobre Dionysio, afirmando que se tratava “de um ilustre defensor dos pobres” que “talvez sonhasse com uma grande comunidade, tudo sendo de todos”.⁴²⁴ Antenado com a realidade do Brasil, que perseguia os partidários do comunismo, Serafim insinuava que as idéias do advogado se aproximavam dessas idéias. Procedendo dessa maneira, é provável que o preposto da CMJ estivesse tentando macular a imagem de Dionysio ou, até mesmo, tentando insuflar alguma forma de punição para o mesmo.

Não obstante as orientações de Dionysio terem como objetivo declarado a solução das contendas entre garimpeiros, donos de garimpos, comerciantes e a CMJ, essas questões prosseguiram e ganharam, nas páginas do *Lidador*, um amplo espaço. Tornaram-se recorrentes as matérias que visavam orientar e alertar os garimpeiros contra possíveis abusos e exploração do seu trabalho. Ao tratar dessas questões, esse jornal apresentou um discurso favorável aos garimpeiros e faiscadores denunciando e discordando do constante uso da força policial para garantir os interesses da Companhia.

Mesmo que o jornal em momentos precisos, ao anunciar a reorganização da CMJ e a chegada dos maquinários modernos para os trabalhos dessa empresa, tenha vinculado a atuação da mineradora a uma possível concretização do ideal de progresso, fica evidente que para *O Lidador*, o trabalho dos garimpeiros também era garantia de que se poderia construir uma cidade cada vez melhor e mais moderna. Lembrando que, para isso, era

⁴²³ *O Lidador* nº 275 de 26 de fevereiro de 1939. (*Companhia das Minas de Jacobina S.A. Réplica e aviso.*)p.1.

⁴²⁴ *Idem.*

preciso que se mantivesse o controle dos forasteiros, dos costumes “incivilizados”, e se garantisse o crescimento da economia baseada na extração aurífera.

Outro ponto de defesa do jornal era a possibilidade de emprego para muitos sertanejos pobres e a garimpagem livre favorecia essas perspectivas, na medida em que proporcionava a oportunidade para que muitas pessoas trabalhassem livremente nas serras. Com a intervenção da empresa mineradora, essas oportunidades estavam sendo restringidas. Esse aspecto certamente reforçava o apoio que o jornal dava aos garimpeiros.

Assim, esse periódico se manifestou contrário ao que considerava abusos da Companhia das Minas. Como no tratamento dado aos garimpeiros que se recusassem a pagar a taxa pelo uso do solo cobrada pela empresa. Segundo o jornal, os que se recusavam tornavam-se vítimas de “coação violenta e ameaça de prisão”, restando aos mesmos apenas a “opção” de abandonar o povoado. Diante disso, não só denunciava as situações ocorridas, como publicava matérias visando o esclarecimento dos direitos dos faiscadores e garimpeiros, como já foi dito anteriormente, inclusive aconselhando a organização de um sindicato dos faiscadores de ouro a fim de que, além de se defenderem melhor, pudessem os garimpeiros e faiscadores resolver os “incidentes” provocados pela constante presença da força policial.⁴²⁵

Dentre as medidas adotadas pelo *O Lidador* para fazer com que os garimpeiros tomassem conhecimento dos seus direitos, estava a publicação e comentários dos artigos do Código de Minas promulgado em 1934. Na matéria intitulada *O que os faiscadores de ouro precisam saber*, o periódico se propunha a esclarecer o que era o *Direito de lavra* e alertava aos faiscadores para a existência de pessoas de má fé que “tomavam conta clandestinamente” dos terrenos auríferos e passavam a vender ou arrendá-los.⁴²⁶ É uma referência a Serafim Teixeira, embora o jornal não mencione o nome dele. Na nota era garantido para os faiscadores que na região de Jacobina “ninguém” havia obtido ainda o Direito de Lavra de que tratava o Código de Minas.⁴²⁷

Nesse artigo, o *Direito de faiscação* também era esclarecido, informando-se aos garimpeiros que se tratava de uma medida em que o governo visava “exclusivamente, proteger o homem pobre que cava ouro com suas próprias mãos”. Nesse item o jornal fala

⁴²⁵ *O Lidador*, nº 233 de 24 de abril de 1938. (*Força policial para o Itapicurú*) p. 4.

⁴²⁶ *O Lidador*, nº 152 de 23 de agosto de 1936. (*O que os faiscadores de ouro precisam saber*) p. 1.

⁴²⁷ Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. Ver o capítulo III – DA LAVRA. Art. 36 ao 57.

da necessidade do garimpeiro obter a autorização do dono do terreno aurífero para explorá-lo, mas, como na maioria das vezes, isso não ocorria, o periódico tenta justificar tal procedimento. Segundo a nota, se o dono do garimpo não se manifestou, foi porque houve naturalmente uma concessão, portanto, não caberia nenhuma medida de despejo sem uma indenização pelos serviços feitos e pelos bens que construiu com lealdade. Ressaltava também que não cabia ao garimpeiro nenhum ônus pelo seu serviço de exploração, mesmo que o proprietário das terras quisesse cobrar.⁴²⁸

Na semana seguinte, após a publicação das orientações já referidas, o jornal voltava a sua ação educativa e publicava *O que os garimpeiros precisam fazer*. Com essa matéria pretendia-se instrumentalizar o garimpeiro para agir corretamente “libertando-se das explorações descabidas” de que eram “vítimas”. Dessa vez, os esclarecimentos giravam em torno do *Registro de Minas* e alertavam aos garimpeiros de que esse era o primeiro passo para quem possuísse uma mina. Mas não bastava só registrar, teria que solicitar do governo a licença para pesquisa e, só após essa autorização, é que o dono poderia obter o direito de concessão de lavras. Esse procedimento não havia sido feito em Jacobina, nem mesmo pela CMJ, portanto, a própria Companhia, na visão da imprensa, estaria irregular.⁴²⁹

Nesse mesmo artigo o jornal esclarecia quais os deveres e direitos do garimpeiro, alertando-o para a necessidade da *Matrícula de Faiscadores*, instruindo-os de como obterem-na. Entretanto, o que chama a atenção nessa matéria é a preocupação que o *Lidador* apresentou em incentivar a criação de uma *Cooperativa de garimpeiros*. Esse procedimento era recomendado na medida em que impediria a exploração dos serviços de garimpagem e daria aos garimpeiros o direito de venderem o ouro por intermédio da Cooperativa garantindo o melhor preço.

Para o jornal esta cooperativa serviria para fortalecer a “classe garimpeira”, pois “o pobre só é forte quando é unido”. Entretanto, recomendava-se dois nomes para organizar a sociedade corporativa e para dirigi-la com “inteligência e aptidão”. Esses nomes eram o de Leonídio Miranda e José Marcelino da Silva que deveriam assumir respectivamente as atribuições acima.⁴³⁰ O jornal também se colocava a disposição da Cooperativa e afirmava que o aparato judiciário e administrativo de Jacobina estaria “ao lado” dos garimpeiros.

⁴²⁸ *O Lidador*, nº 152 de 23 de agosto de 1936. (*O que os faiscadores de ouro precisam saber*) p. 1.

⁴²⁹ *O Lidador*, nº 153 de 30 de agosto de 1936. (*O que garimpeiros precisam fazer*) p. 1.

⁴³⁰ *Idem*.

Ainda segundo *O Lidador*, os garimpeiros também contariam com a “figura aplaudida do chefe político” daquela terra, deputado Rocha Pires, “que tudo fará por vós”.⁴³¹

Ora, Leonídio estava longe de ser um simples garimpeiro e José Marcelino era um comerciante integrado ao comércio do ouro.⁴³² O prefeito de Jacobina já havia demonstrado juntamente com Rocha Pires que estavam “ao lado” dos comerciantes e donos de garimpos. E o poder judiciário? Estaria sob a orientação da legislação aurífera recém decretada? Ou também seguiria a orientação do chefe político, como ocorria nos garimpos de Lençóis segundo a crítica de Herberto Sales?⁴³³

Seja como for, é evidente que o jornal não falava para garimpeiros como seu Matias, seu Manoel e muitos outros que habitavam as serras de Jacobina, até porque na grande maioria, esses homens não sabiam ler, embora, acredito que através da oralidade essas notícias fossem se espalhando entre a comunidade garimpeira. O que fica patente é uma preocupação com grandes proprietários de garimpos e comerciantes, ainda que o discurso jornalístico e político apontem para uma defesa em favor dos interesses dos garimpeiros.

Ainda sobre esse conflito, é importante, mesmo que no campo das especulações, pensar sobre os interesses que moviam o coronel Chico Rocha. Uma primeira hipótese nos leva a questionar se o coronel não se beneficiava diretamente com o comércio do ouro e, portanto, estava preocupado com a intervenção da CMJ. Entretanto, Chico Rocha era um

⁴³¹ *O Lidador*, nº 153 de 30 de agosto de 1936. (*O que garimpeiros precisam fazer*) p. 1.

⁴³² Em entrevista concedida ao professor Antônio Guerreiro no ano de 1984, José Marcelino da Silva narrou a sua chegada em Jacobina em 1932. Referiu-se a garimpagem que se instalou em Jacobina como um negócio que não dava para avaliar. Segundo ele, a pecuária e a agricultura estavam mais ou menos no mesmo patamar, mas, no caso do ouro havia muita concorrência, milhares de garimpeiros. Não sabe avaliar quantos, mas sabe que eram muitos. E que nesse período, o comércio em geral teve um bom desenvolvimento, mas, foi principalmente o comércio de “retalhos” quem mais lucrou nessa época. Esse comércio teria sentido uma retração com o afastamento dos garimpeiros, pois, segundo esse depoente, os comerciantes locais “compravam muito ouro dos garimpeiros, de outras pessoas e de intermediários, tudo autorizado pelo Banco do Brasil”. Essa entrevista foi doada pelo referido professor ao NEO – Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia localizado no Departamento de Ciências Humanas da UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Jacobina.

⁴³³ No romance *Cascalho*, Herberto Sales faz uma crítica à atuação da justiça que geralmente torna-se submissa ao poder dos coronéis. O promotor Oscar de Soure ao se instalar em Andaraí, teria tentado romper com essa situação. Entretanto, foi relegado a uma situação de inferioridade e desprestígio, que culminou num total desânimo durante o tempo em que ficou no município. Foi expulso sob a ameaça de uma brincadeira denominada “Mineiro-pau”, que consistia em um grupo de pessoas encomendadas pelos coronéis da área, para percorrer as ruas da cidade até a casa do promotor, cantando versos que o esculhambavam, completando o processo de humilhação que aquela autoridade vivia desde que chegou a Andaraí. Diante dessa ameaça, restou-lhe apenas como saída, a fuga deixando para trás as expectativas de uma transferência para que fosse servir em outro lugar.

grande fazendeiro e criador premiado nas Exposições Agropecuárias da Bahia. Esse perfil parece ter se cristalizado nas memórias dos jacobinenses, justificando as respostas negativas sobre a possibilidade desse coronel também comercializar ouro. Parecia que esse comércio era algo muito pequeno diante da riqueza ostentada na condição de fazendeiro. Também na documentação não encontrei qualquer referência que pudesse afirmar seu envolvimento nos negócios de exploração aurífera. Porém, é uma hipótese que não se exclui, se levarmos em consideração o caráter clandestino que permeava tais atividades. Portanto, a fala dos depoentes e a ausência de registros por si só não nos impedem de cogitar a possibilidade de Chico Rocha também ter interesses diretos na economia aurífera.

Uma outra possibilidade, mais aparente, residia no interesse de demonstrar o poder e manter-se como um prestigiado líder político da região que fazia “tudo” por sua gente. No caso do Itapicurú ficou evidente que o empenho aplicado na busca de resoluções para os embates entre a CMJ e as outras partes envolvidas, se pautava, sobretudo, nos interesses em defender os grandes comerciantes e proprietários de garimpos. Entretanto, ao perceber a insatisfação dos garimpeiros perante as taxas impostas pela empresa, Chico Rocha juntamente com a imprensa e os principais interessados na questão, instituíram um discurso de proteção aos garimpeiros. Embora, esses trabalhadores tenham demonstrado que não ficaram alheios a essas intenções, é possível perceber que em alguns momentos, suas aspirações foram utilizadas para justificar a defesa de interesses que iam além das reivindicações garimpeiras.

Seja como for, Chico Rocha procurou ajuda junto ao Governo do Estado para resolver essas questões tanto no caso dos conflitos com a mineração como em outros embates ocorridos nos garimpos jacobinenses. Essas atitudes buscavam demonstrar que estava atento aos problemas da “sua terra” e como liderança política mantinha o controle do município. Foi assim no já conhecido caso das taxas cobradas aos garimpeiros pela CMJ, quando o coronel solicitou ao interventor Landulfo Alves apoio para que os mesmos não fossem mais penalizados pela “exploração da Companhia”. Segundo o coronel, o governador mostrou-se solícito para resolver a questão, encaminhando-o ao Secretário de Segurança Pública para que tratasse do assunto. Para surpresa de Chico Rocha, ao comparecer à audiência com o secretário, encontrou Galdino César de Moraes e Serafim

Teixeira, que, representando os interesses da Companhia, também participariam da audiência.⁴³⁴

A presença desse outro coronel junto a Secretaria de Segurança Pública indica que o mesmo também tinha acesso ao interventor e possuía influência política para resolver as questões da empresa, garantindo dessa forma os interesses da mineradora, que na condição de acionista, também eram seus. Além disso, por via dessas contendas também se alimentavam as rivalidades políticas, traduzidas na disputa pelo controle político do município. Manter-se presente numa área importante como o Itapicurú, garantia a Chico Rocha maior prestígio e poder, e impedir que a CMJ consolidasse suas intenções monopolistas naquela região, equivalia contar com muitos garimpeiros agradecidos, mas, principalmente, com o apoio dos comerciantes locais que enriqueciam cada vez mais com a extração e comercialização do ouro. Esses, sim, seriam importantes parceiros na briga pelo controle político do município de Jacobina.

É provável também que o DNPM tenha tentado intervir nessas questões, pois ao apresentar dados gerais sobre a geologia das serras de Jacobina, o engenheiro Henrique Souza, na ocasião de sua visita técnica já relatada anteriormente, opinou sobre possíveis iniciativas empresariais para a extração de ouro naquela região. Para esse engenheiro, “a pequenez das reservas visíveis”, não deixava dúvidas sobre a “inutilidade da aplicação de máquinas para multiplicação da produção, na maior parte das ocorrências”. E acrescentava que Jacobina era uma zona destinada ao trabalho individual e que quaisquer tentativas no sentido de uma industrialização só poderiam ser tentadas com extrema cautela.⁴³⁵

Além dos aspectos técnicos desfavoráveis a atuação empresarial para a extração do ouro nas serras de Jacobina, Souza considerou que a nova legislação mineira (Código de Minas, decreto 24.642, de 10-7-34) e a lei da garimpagem (decreto 24.193, de 3-5-34), foram fatores que estimularam a garimpagem livre e lavra de larga faixa aurífera na Serra de Jacobina, e permitiram:

o afluxo em massa de uma mão de obra extremamente barata, adaptada às dificuldades do meio, elástica na forma de lavar filões estreitos e caprichosos, a qual põe fora de

⁴³⁴ *O Lidador*, nº 235 de 08 de maio de 1938. (*Uma solução condigna que ponha por termo, uma vez por todas, as questões das minas do Itapicurú*) p. 1.

⁴³⁵ SOUZA, Henrique Capper Alves de. Op. Cit. 1942. p. 15-16.

concorrência, em regiões de ouro disseminado e irregular, qualquer industrialização regular.⁴³⁶

Portanto, na década de trinta, conforme as avaliações do DNPM através do seu representante, as serras de Jacobina ofereciam melhores condições para a garimpagem livre ao invés da exploração industrial feita por mineradoras:⁴³⁷

a situação atual, com os seus milhares de garimpeiros em plena liberdade, deve ser respeitada e até evitados títulos de pesquisa ou lavra, que serão formas disfarçadas de monopólio e de escravização de trabalho humano que o momento e os conceitos políticos sociais sob os quais vivemos de todo não comportam.⁴³⁸

Mesmo não se referindo ao conflito entre os garimpeiros e a empresa, a opinião de Henrique Souza, divulgada na década de 40, através do seu relatório, parece avaliar a situação litigiosa que acabamos de conhecer. As intenções de monopolizar a compra e venda do ouro ficaram patentes nas ações empreendidas pela Companhia. Assim, a opinião de Souza, num contexto em que estava em curso uma disputa pelas áreas de garimpos nas serras de Jacobina, pode ter tido como objetivo a resolução de um problema que se agravava cada vez mais, envolvendo os poderes locais e, até mesmo, o governo estadual e a Secretaria de Segurança Pública.

As lacunas na documentação encontrada e a falta de outras informações sobre os conflitos da CMJ no Itapicurú fizeram com que essa abordagem se pautasse pelas notícias do *O Lيدador*. Entretanto, esse jornal deixou de circular em setembro de 1940 e a partir dessa data não foi possível verificar o desfecho desse conflito. A opção por incluí-lo nesse estudo, se deu em virtude das possibilidades de discussão do discurso construído em defesa de uma possível causa dos garimpeiros. Mesmo não tendo dados precisos sobre a CMJ, existem indicativos de que essa empresa teria sido sucedida por uma outra denominada de Mineração de Ouro de Jacobina LTDA, em 1947. Essa mineração por sua vez, foi vendida para um grupo canadense que se instalou com o nome de Mineração Northfield LTDA, já

⁴³⁶ SOUZA, Henrique Capper Alves de. Op. Cit. 1942. p. 15-16.

⁴³⁷ Idem. P. 27.

⁴³⁸ Idem. Ibidem. P. 15-16.

na área de Canavieiras.⁴³⁹ Essa mudança de local de atuação da mineradora, é indicador de uma possível queda nas reservas auríferas do Itapicurú.

O ouro encontrado nas serras de Jacobina era aluvionar e na medida que a exploração dessas reservas tornavam-se inviáveis, os garimpeiros batiam em retirada, migrando para outros locais mais promissores. Assim, é provável que ao longo da década de quarenta, esses procedimentos, juntamente com as novas áreas que surgiram em outros pontos das serras de Jacobina, tenham arrefecido a busca pelo ouro na área do Itapicurú, cujos conflitos e tensões teriam se encerrado com a retração das atividades auríferas no local.

Englobando interesses diversos que, em alguns casos, extrapolavam a esfera meramente econômica, as situações de tensão e conflito marcaram o dia-a-dia dos garimpeiros, comerciantes, a CMJ e autoridades públicas de Jacobina que por duas décadas ininterruptas acalentaram o sonho do bambúrio. No entanto, excetuando os comerciantes mais prósperos que souberam aproveitar toda a situação de fartura decorrentes da economia aurífera, os garimpeiros independentes ou meia-praças, raramente fazem parte dos casos que apontam o reduzido número de pessoas que realmente prosperaram em decorrência das novas ocorrências auríferas. A vida simples e pobre dos depoentes que colaboraram com esse trabalho, denunciam o falso fausto do ouro jacobinense.

⁴³⁹ Não foi possível recolher maiores informações acerca do fechamento da CMJ e muito menos sobre a criação e desempenho da Mineração Northfield, em virtude da falta de acesso aos documentos que proporcionariam maiores detalhes sobre esse aspecto. Ao entrar em contato com o DNPM me foi informado que a consulta aos dados sobre essas empresas só se daria com autorização da Jacobina Mineração e Comércio, uma vez que essa empresa teria comprado os direitos sobre essas companhias ainda na década de 70 quando se instalou em Jacobina. Na época de recolhimento dos dados para esse trabalho, (2002-2003) a Jacobina Mineração e Comércio estava desativada, esse detalhe dificultou o acesso a essa documentação. Além do mais trata-se de uma documentação privada e, como é sabido, de consulta sempre difícil e com inúmeras limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sobre o tempo vem mais tempo.
Mandam sempre os que são grandes:
E é grandeza de ministros
Roubar hoje como dantes.
Vão-se as minas nos navios...
Pela terra despojada,
Ficam lágrimas e sangue.⁴⁴⁰*

Na busca por uma história social dos garimpos de Jacobina, constatei que, apesar dos garimpeiros representarem o papel de “facilitadores” de um ideal de progresso, por meio da exploração aurífera que alimentaria a economia do município de Jacobina, também foram vistos como elemento de desordem. A sociedade garimpeira, ao apresentar suas especificidades, preocupou as autoridades do município que, juntamente com a imprensa, apesar de reconhecerem a existência de uma lógica própria organizando as relações entre os garimpeiros, não hesitaram em relacionar garimpo e criminalidade.

Acostumados a terem suas paisagens naturais e sua gente cantadas em versos e prosas, os jacobinenses publicavam orgulhosamente os poemas que enalteciam Jacobina. Os estudantes que residiam em Salvador e até mesmo aqueles que escolheram outras cidades para morar mandavam cartas para o jornal falando das saudades e da ansiedade pelas férias, ocasião em que retornariam à terra natal. Por sua vez, a imprensa, representante dos setores mais abastados da cidade, e autoridades defendiam os ideais de uma cidade pacata com uma população honesta e ordeira.

Entretanto, a cidade se transformava, a dinâmica imposta pela atividade garimpeira criava novas situações que, somadas aos problemas já existentes decorrentes da falta de infra-estrutura, por exemplo, aumentaram as preocupações dos que defendiam a “boa imagem” da cidade. Para essas pessoas, as mudanças que se faziam sentir como, aumento do custo de vida, um maior número de brigas, o crescimento da prostituição, a proliferação dos jogos, etc., representavam os aspectos negativos do desenvolvimento desejado. A cidade se sentia “invadida” por uma gente sem domicílio que, em constante movimento,

⁴⁴⁰ Trecho extraído do poema, “*Romance XIX ou dos maus presságios*” de autoria de MEIRELES, Cecília. In: *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 90.

ameaçava a “paz de espírito” dos moradores. Sob aquelas condições a cidade perderia a serenidade, tão exaltada nos poemas que a homenageava.

Ao se referir à população local, imprensa e poder público, utilizavam termos como pacata, passiva, ordeira e honesta. Assim também era considerado o garimpeiro que se entregava à faina diária, sem ter horário para parar de trabalhar, pesquisando minuciosamente as serras de Jacobina e vendendo o produto do seu trabalho aos comerciantes locais. Suas ações estavam consoantes com os anseios do grupo defensor do progresso. Por outro lado, os garimpeiros, especialmente os forasteiros, juntamente com as prostitutas, por caracterizarem o estereótipo de beberrão, jogador, brigão, violento entre outros, foram rotulados de desordeiros, malfeitores, intratáveis, perigosos, violentos, imprudentes, enfim, acusados de possuírem comportamentos desviantes. Nesse sentido, deveriam ser punidos exemplarmente, a fim de que esse comportamento não se propagasse pelos garimpos, locais que abrigavam “todo o tipo de gente”. Controlar, impor a ordem, era, portanto, o dever daqueles que acreditavam no futuro da cidade e sonhavam com uma Jacobina “progressista” que pudesse “fazer bonito” perante os visitantes.

Os garimpeiros, por sua vez, pouca atenção deram a esses reclames. Imbuídos do sonho de enriquecerem com o ouro jacobinense, esses trabalhadores enfrentaram vicissitudes que faziam da sua profissão um eterno risco. Expostos a perigos diversos, milhares de garimpeiros percorreram as serras de Jacobina numa luta diária em que se misturavam imprevidência, coragem, necessidade de sobrevivência e ambição. Vivendo sob as mais precárias condições de vida, homens, mulheres e crianças lidaram, por duas décadas, com os perigos das doenças infecto-contagiosas, os acidentes de trabalho e as dificuldades geradas pelas situações de pobreza e miséria a que estavam relegados. Não obstante a fama de uma atividade altamente lucrativa, muitos garimpeiros passaram fome quando a “sorte” não lhes sorriu.

Muitas pessoas acreditam na existência de um código próprio entre os garimpeiros. Esse seria composto por costumes não escritos, mas, praticados cotidianamente. Tais hábitos orientariam as atitudes desse grupo profissional, construindo comportamentos parecidos. Assim, alheios aos padrões pretendidos pela sociedade jacobinense, esses homens e mulheres que ocupavam as áreas de garimpos, buscaram divertir-se e viver de acordo com o que achavam apropriados. Seus divertimentos, embora recriminados,

certamente ajudaram a minimizar as duras condições de sobrevivência enfrentadas cotidianamente.

Os processos crimes relacionados aos garimpeiros das serras de Jacobina, demonstraram que as relações erigidas em torno de garimpo e criminalidade tiveram por objetivo a construção de um discurso que visava colocar os garimpeiros na condição de homens perigosos, como se a própria violência fosse inerente aos garimpos. Entretanto, as questões em que esses homens se envolveram demonstraram que seus motivos não diferiam daqueles que em outros espaços haviam provocado crimes variados. As tensões surgidas em situações causadas pelo excesso de bebidas, disputa por mulheres, entre outros motivos, também culminaram em crimes de lesão corporal e homicídios praticados por outros agentes que não estavam integrados ao universo garimpeiro.

Contudo, pode-se admitir que a concentração de um enorme contingente de pessoas das mais variadas procedências, convivendo em um ambiente em que a bebida sempre se fazia presente e era costume andar armado, pode ter facilitado o acirramento de questões que, muitas vezes, surgiam das contendas diárias, mas, naquelas circunstâncias, poderiam ser potencializadores de situações extremas.

Ao mencionar a violência dos garimpos, geralmente vem à tona, as disputas pelo ouro. Ao examinar as questões relacionadas a esse aspecto foi surpreendente a constatação de que essas disputas não envolveram, pelo menos na mesma proporção, as pessoas que se dedicaram à garimpagem livre nas serras de Jacobina. Tomando como base a afirmação dos depoentes de que “o ouro qualquer um podia explorar”, que “era só chegar no local e começar a trabalhar”, parti do pressuposto de que esse procedimento poderia ter sido o motivo para as várias notícias de jornal que demonstravam situações de tensões e conflitos em vários locais das serras jacobinenses.

Entretanto, os depoimentos revelaram que, apesar de um clima marcado por pilhérias e chacotas, no qual tudo era motivo de gozação, entre os garimpeiros as relações se pautavam nos sentimentos de respeito e solidariedade. Para os depoentes, era comum que muitos garimpeiros ajudassem aqueles que se encontravam em situações mais desfavoráveis, cedendo-lhes, inclusive parte do cascalho escavado para que pudessem “apurar algum dinheiro”.

Assim, constatei que as disputas em torno dos filões auríferos, raramente estavam relacionadas aos pequenos garimpeiros. Os protagonistas dos conflitos mais significativos foram os grandes proprietários de garimpo e mineração, bem como, os comerciantes de ouro. Isso não implica na afirmação de que os garimpeiros também não tenham se envolvido nessas questões ou sofrido pressões decorrentes da disputa entre esses grandes interessados no ouro jacobinense. Porém, as situações mais representativas dessa questão envolveram, sobretudo, as pessoas mais abastadas.

O mais surpreendente nas questões dos garimpos do Itapicurú foi desvendar o discurso do jornal *O Lidador*. Aparentemente, esse discurso voltava-se para os “pobres e explorados” garimpeiros, que sofriam com a cobrança de uma taxa imposta pela mineração, que reivindicava a propriedade das áreas auríferas do Itapicurú. Entretanto, um olhar mais cuidadoso, revelou justamente o contrário. Não se trata de retirar dos garimpeiros a condição de sujeitos nessas questões, mas lembrar que atendendo a interesses diversos de grupos dominantes na sociedade jacobinense, tanto os políticos locais quanto a imprensa e membros da sociedade, se aproveitaram das insatisfações dos garimpeiros em relação a exploração da CMJ e criaram situações que permitiram dar vazão aos embates entre os inimigos da Companhia e a empresa mineradora.

É importante ressaltar que as reivindicações dos garimpeiros em relação às taxas cobradas pela empresa só foram tratadas na medida em que, através dessa “bandeira”, os demais interessados na questão, puderam criar situações de combate às intenções monopolistas da companhia. Ao que parece, a cobrança das taxas prevaleceu. Entretanto, os comerciantes de ouro conseguiram que os garimpeiros lhes dessem preferência na compra do ouro extraído. A colaboração desses trabalhadores se dava na medida em que, políticos, negociantes e imprensa se mostravam protetores dos interesses garimpeiros. Essa estratégia garantia que a maioria desses trabalhadores visse na Companhia e, principalmente, em seu representante, Serafim Teixeira, seus eternos inimigos.

Os garimpeiros possuíam consciência de que as brigas no Itapicurú visavam a defesa de interesses para além dos seus. Entretanto, viram nos grupos que se colocavam como seus defensores, a possibilidade de vencerem mais facilmente as imposições da empresa. Assim, aproveitaram as situações para reivindicarem maior liberdade na busca pelo ouro e resistiram ao pagamento das taxas cobradas pela Companhia. Ou seja, mesmo

que o discurso construído tenha camuflado os interesses externos aos garimpeiros, esses, tiraram proveito dessa estratégia e aliaram-se com aqueles que possivelmente poderiam lhes oferecer maiores possibilidades de ganho.

Portanto, esses trabalhadores tiveram um papel importantíssimo nessas contendas, pois souberam aproveitar-se dessas disputas para fazerem reivindicações que lhes diziam respeito. Ao constatarem, por exemplo, o interesse do coronel Chico Rocha, recorreram a ele quantas vezes foram necessárias e tiraram proveito da situação. É importante lembrar que os garimpeiros fizeram reivindicações e, procurando tirar proveito dos “aliados”, demonstraram astúcia e revelaram estratégias de resistência na luta pela sobrevivência numa região em disputa.

Como qualquer atividade de alto risco, a economia aurífera trazia diversas incertezas. Ainda que os garimpeiros buscassem sempre o sonhado bamburrio, na maioria das vezes, encontrou apenas fagulhas que não sustentavam mais que as necessidades básicas. Muitos deles retiravam o suficiente para “fazer a feira” ou manter um trabalhador numa roça em que plantavam gêneros de subsistência.

Já os comerciantes, revendedores de gêneros e artigos diversos, estabelecidos nas áreas de garimpo, esses sim, prosperaram, pois, enquanto os garimpeiros adentravam os subterrâneos em busca de ouro, os comerciantes estavam sempre à disposição destes, prontos para venderem artigos dos mais necessários ao mais supérfluos, constituindo-se no grupo que realmente lucrou nas áreas de garimpagem, ainda mais que tiravam vantagens também através da comercialização do ouro. Tratava-se, portanto, de uma atividade de mão dupla altamente rentável. Não correndo muitos riscos, os comerciantes tiveram na economia aurífera condições de ganhos expressivos. Vale lembrar que muitos dos comércios mais promissores de Jacobina, iniciaram nas décadas aqui apontadas.

No imaginário sociocultural construído a partir do ouro, essa riqueza geralmente é colocada sob o signo do provisório, mas, ainda assim, ela é desejada e cobiçada. Mesmo que o “dinheiro do garimpo seja amaldiçoado como dinheiro de jogo” ou mesmo que esse “dinheiro venha fácil e se vá fácil também”, milhares de pessoas movidas pelos sofrimentos causados pelas secas, pela propaganda do jornal ou aspirações pessoais de caráter diverso foram atraídas pelos “encantos do ouro” e buscaram nas serras de Jacobina a saída para os problemas vividos no dia-a-dia.

Para as pessoas envolvidas com o trabalho do garimpo, cavar ouro era algo relativamente fácil, não obstante o trabalho duro que enfrentavam cotidianamente. Contudo, essa aparente facilidade que parece existir nas atividades de garimpagem torna-se falsa diante das duras condições de trabalho, dos perigos, dos riscos e dos conflitos. Tais situações podem ser atenuadas pela esperança e pelo sonho de um dia ficar rico, mas não são extintas.

Analisando as situações descritas nesse estudo e as atuais condições de vida dos depoentes entrevistados, percebo que nenhum deles se arrepende da experiência no garimpo, pois dizem que tudo o que foi vivido valeu a pena. No entanto, as frustrações por não terem tido alternativa de uma vida diferente, se fazem presentes na subjetividade das narrativas. Esses depoentes sobrevivem hoje com os poucos recursos proporcionados pela aposentadoria. Sem ter nada material que os remeta a um passado marcado pelo brilho do ouro, curiosamente, eles demonstram nas suas lembranças satisfação e orgulho ao rememorarem suas trajetórias de vida.

Aos milhares de garimpeiros que se aventuraram nas serras de Jacobina coube, a efemeridade do ouro. Mesmo aqueles que tiveram a sorte de encontrar o metal, não investiram em outras atividades mais estáveis. Com a saída desses trabalhadores das serras de Jacobina, muitos locais que haviam experimentado o florescimento com sua chegada, passaram por um processo de involução. Hoje muitos deles não são mais que povoados, outros, estão reduzidos a pouquíssimos casebres abrigando um número irrisório de moradores. Os vestígios da fartura e do esplendor do ouro só existem na memória daqueles que um dia puderam vivenciar essa história nas serras de Jacobina.

No início dos anos de 1950, os garimpos de Jacobina já demonstravam sinais de esgotamento, marcado pela dificuldade que os garimpeiros enfrentavam para extraírem o ouro que se tornava cada vez mais profundo. Coexistindo com a empresa pertencente aos canadenses, os garimpos das serras de Jacobina continuaram existindo, ainda que em menor proporção, até a década de 80 e 90, quando foram praticamente substituídos pela instalação da Mineração Morro Velho S/A.

Ainda hoje, Jacobina se reconhece como “a cidade do ouro”. O quase desaparecimento das atividades de garimpagem e os anos em que a extração aurífera ficou paralisada não foram suficientes para alterar os símbolos que a representam. Com a

reabertura da Jacobina Mineração e Comércio LTDA, no final de 2004, as expectativas dos jacobinenses em reafirmarem cada vez mais o *status* de cidade do ouro se fortaleceu.

A retomada das atividades de exploração aurífera movimentou a cidade que se orgulha de um ouro que materialmente está longe de lhe pertencer, pois, destinado à exportação, os moradores, se quer tem noção da quantidade que é extraída. Mas, em termos simbólicos, a população procura exaltar a riqueza mineral que durante séculos marca a história de Jacobina.

FONTES

I. Fontes orais:

- Áurea Borges Soares de Lima, 80 anos – Moradora do Itapicurú na época do auge do garimpo e compradora de ouro.
- Brasilina Oliveira Rosa, 70 anos, dona de casa e ex-trabalhadora da Mineração de Ouro de Jacobina LTDA.
- José Matias dos Reis – 79 anos – Ex-garimpeiro, atuou em diversos garimpos da região.
- Luzia Maria do Espírito Santo, 87 anos – Esposa de ex-garimpeiro e moradora do Coxo de Dentro.
- Manoel Bispo dos Santos, 84 anos – ex-garimpeiro, sempre morou no Coxo de Dentro.
- Pedro Silva Ramos, 52 anos. Ex-mineiro da Jacobina Mineração e Comércio S/A.

II. Fontes Impressas:

- *Diário de Notícias* - (Década de 30 e 40) – Arquivo Público Municipal de Salvador. Salvador – Bahia.
- *O Lidador* - (Décadas de 1930/40). Arquivo do NEO – Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia – UNEB - Jacobina – Ba.
- *A Tarde* - (1937,1938,1939,1940)
- Código de Minas - <http://www.gov.br>

III. Fontes Manuscritas

Arquivo Público Municipal de Jacobina.

- Atestados de óbito.

Fórum Jorge Calmon – Jacobina – Ba

- Processos Crimes.

Arquivo Público da Bahia

- Correspondências da Secretaria de Governo – Gabinete dos Interventores. Seção Republicana.
- Correspondências da Secretaria do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública. Seção Republicana.
- Habeas corpus.
- Livros de Tabelionato de Davino Teixeira dos Santos. Período: 1928-1942 (17 livros). Seção Republicana.
- Livros de Tabelionato de Manuel Ferreira dos Santos. Período: 1930-1947 (31 livros). Seção Republicana.
- Livros de Tabelionato de Sabino José de Santana. Período: 1946-1950 (11 livros). Seção Republicana.
- Petições e Requerimentos. Documentos da Secretaria de Justiça /Gabinete do Secretário. Seção Republicana.
- Processos Crimes. Seção do Judiciário

Lista de processos encontrados no Fórum Jorge Calmon (Sem classificação/ Ordem cronológica)

- Réus: Philomeno Pereira da Silva, Nattanael Ferreira da Silva e Antonio de Amâncio. Homicídio, 117 fls. 1935.
- Réus: Joaquim Jacundino de Matos, Lúcio Vilela, João Martins e Marinho Silva. Lesão corporal, 205 fls. 1936.
- Réus: Aloysio Moreira de Assis e José Pinheiro de Mattos. Homicídio, 88 fls. 1937.
- Réus: Leonídio Miranda e Raymundo Pereira da Silva. Homicídio, 93 fls. 1938.
- Réus: Antonio Rocha e Baltazar Rocha. Lesão corporal grave, 103 fls. 1938
- Réu: José Aparício. Lesão corporal grave. 48 fls. 1938.
- Réu: Manoel Domingos de Sá Barreto. Lesão corporal grave. 57 fls. 1938.

- Réus: Manoel Ferreira dos Santos e Ângelo Alves de Almeida, Homicídio, 88 fls. 1938.
- Réu: Douta de Tal. Lesão corporal grave. 44 fls. 1939.
- Réu: Manoel Cezário dos Santos (Gavião). Tentativa de roubo. 47 fls. 1939.
- Réu: Serafim Teixeira Soares. Usurpação de funções públicas. 60 fls. 1939.
- Réu: Abel Souza Lobo. Defloramento. 20 fls. 1941.
- Réu: Policarpo Moniz Barreto. Ferimento por arma de fogo. 74 fls. 1942.
- Réu: Antonio Francelino Alves. Lesão corporal. 54 fls. 1948.

Processo Crime encontrado no Arquivo Público da Bahia – Seção Judiciária

- Réu: Miguel de Antão. Homicídio. Est. 38. Caixa. 1158 – Doc. 19 – 87 fls. Ano de 1945.

IV. Fontes Literárias

- MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ROCHA, Lindolfo. *“Maria Dusá”*. São Paulo: Ática, 2001.
- SALES, Herberto. *“Cascalho”*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BIBLIOGRAFIA

ACCIOLI, I. e AMARAL, Braz do. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. V. VI, Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1940.

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia. Com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. 2ª ed. Livraria Editora Cátedra. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1979.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARROS, Francisco Borges de. *Diccionario Geographico e Histórico da Bahia*. s/d.

CALMON, Jorge. *As estradas corriam para o Sul: migração nordestina para São Paulo*. Salvador: EGBA, 1998.

CALMON, Pedro. *A Conquista – História das Bandeiras Bahianas* (Tese de concurso à cadeira de História do Brasil da Escola Normal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929.

_____. *História da Civilização Brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CAPELATO, Maria helena. “*O Estado Novo: o que trouxe de novo?*” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil Republicano - o tempo do nacional-estatismo*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Fábio Lamachia. *Sonho Verde: aventura num garimpo de esmeraldas*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro. Graal, 1983.

COSTA, Affonso. “*Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora*” In: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geographia*. II Volume, Salvador, 1916.

D'ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) O Brasil Republicano - o tempo do nacional-estatismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. (Orgs.) *Usos & abusos da História Oral..* 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia & ALBERTI, Verena (Orgs.) *História Oral:desafios para o século XXI.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral e Multidisciplinaridade..*Diadorin Editora LTDA. Rio de Janeiro, 1994.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940.* Salvador: CEB, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII.* Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF:Edunb,1993.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. *Poder, Crise Regional e Novas Estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina/BA.* (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA - Faculdade de Arquitetura, 1995.

GARRIDO, Joan Del Alcázar. “As Fontes Oraís na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate” In: Memória, História, Historiografia - Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH, Marco Zero, Vol. 13, n.º 25/26, set./92, agosto/93.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo.* Cuiabá: UNICEN, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Grupiaras e Monchões: Cidades da Mineração – Mato Grosso na Primeira Metade do Século Vinte.* (Tese de Doutorado). São Paulo: UNICAMP, 1996.

LEMOS, Doracy Araújo.*Jacobina sua História e sua Gente.* Jacobina: s/ed., 1995.

MACHADO NETO, Zahidé e BRAGA, Célia Maria Leal. *Garimpos e garimpeiros na Bahia.* Salvador: Governo do Estado da Bahia - Secretaria das Minas e Energia – Coordenação da Divisão Mineral./ UFBA/FFCH, 1972.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada.* São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Walfrido. *Jaguços e heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia.* Bahia: Empresa Gráfica da Bahia/ Assembléia Legislativa, 1997.

MURITIBA, Itamar Reis. Et. alii. *O Coronelismo na Chapada Diamantina e Piemonte (1880-1930)*. Jacobina: Santa Cruz Artes Gráficas/UNEB-FFPJ, 1997.

NEVES, Erivaldo Fagundes, ARAÚJO, Delmar Alves de e SENNA. Ronaldo Salles. *Bambúrrios e Quimeras: olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura*. Feira de Santana: UEFS, 2002.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAULA, Tanya Pitanguy de. *Abrindo os baús: tradições e valores das Minas e das Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2000.

PONTE NETO, Oséas & RIBEIRO, Adalberto Figueiredo. *Panorama do Ouro na Bahia*. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998.

SALES, Herberto. “*Garimpos da Bahia*”. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola (Documentário da Vida Rural, 8), 1956.

SANTOS, Paulo Silva. *A Volta do Jogo Democrático – Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

_____. *Âncoras de Tradição: Luta Política, Intelectuais e Construção do Discurso Histórico na Bahia (1930 – 1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

_____. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SENA, Ronaldo. Jarê: manifestação religiosa na Chapada Diamantina. São Paulo: USP, 1984 (Tese de Doutorado).

SOUZA, Henrique Caper Alves de. “*Ouro na Serra de Jacobina*”, Ministério da Agricultura – DNPM, Boletim N.º 51. Rio de Janeiro, 1942.

_____. “*Garimpos na região de Jacobina, Estado da Bahia.*” In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1914.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra; 1985.

RIBEIRO, A. Varela. *Garimpagem: seus aspectos Jurídicos-Sociais - s/ed*. Rio de Janeiro, 1946.

TEXEIRA, Cid. *Mineração na Bahia – Ciclos históricos e panorama atual*. Superintendência de Geologia e Recursos Minerais – SGM – Governo da Bahia – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Salvador, 1998.

VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

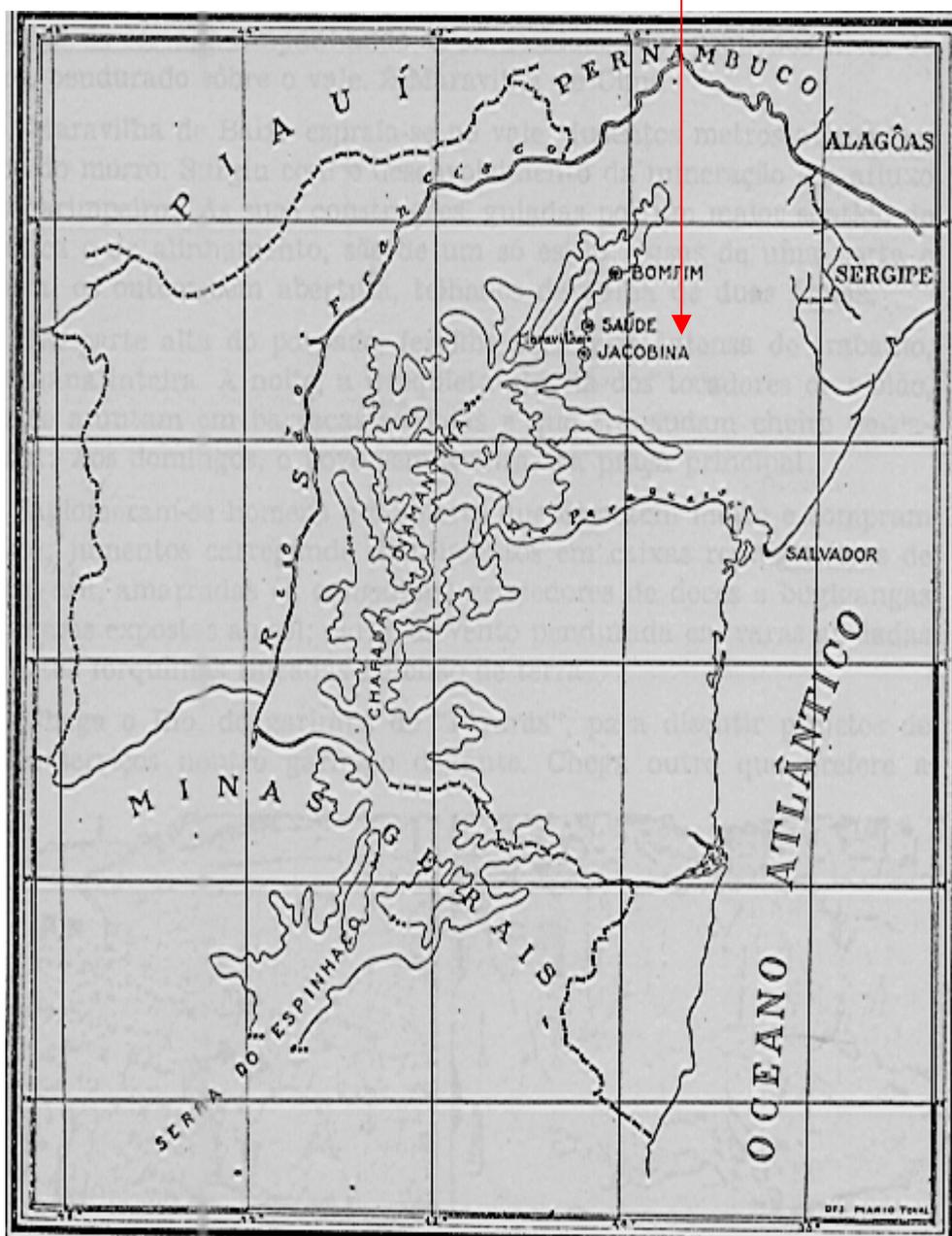


O Coronel Francisco Rocha Pires

O prefeito Reynaldo Jacobina



A região de Jacobina em detalhe.



Fonte: SOUSA, Henrique Cáper Alves de. Garimpos na Região de Jacobina. (1941) p. 47.

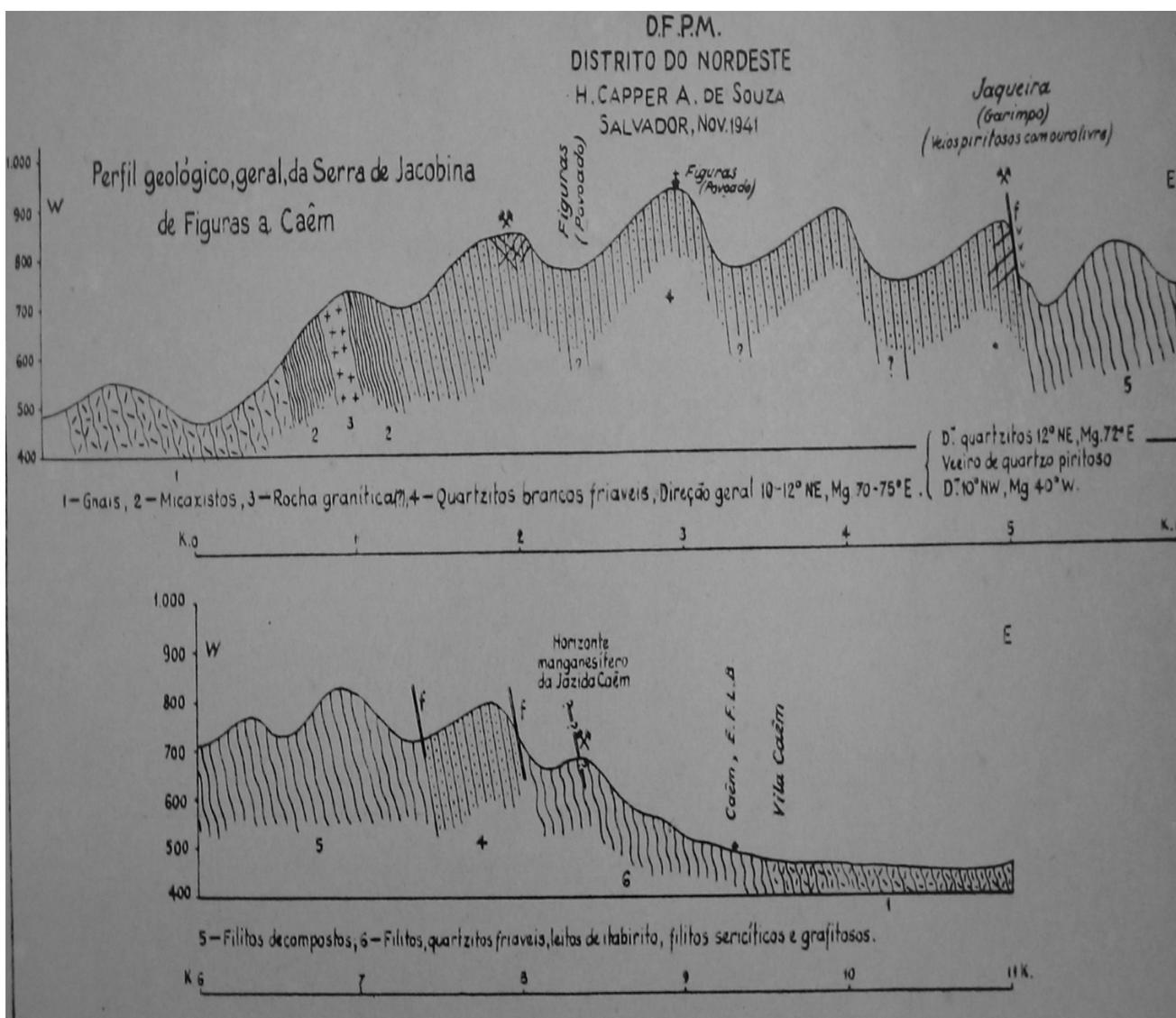
As serras de Jacobina estendiam-se desde o município de Djalma Dutra, para além de Jaguarari na região de Senhor do Bonfim.

No esboço, a localização dos garimpos do Cocho de Dentro e do Cocho de Fora.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. **Ouro na Serra de Jacobina**

Trecho das Serras de Jacobina, localizado entre Figuras e o povoado de Caem.



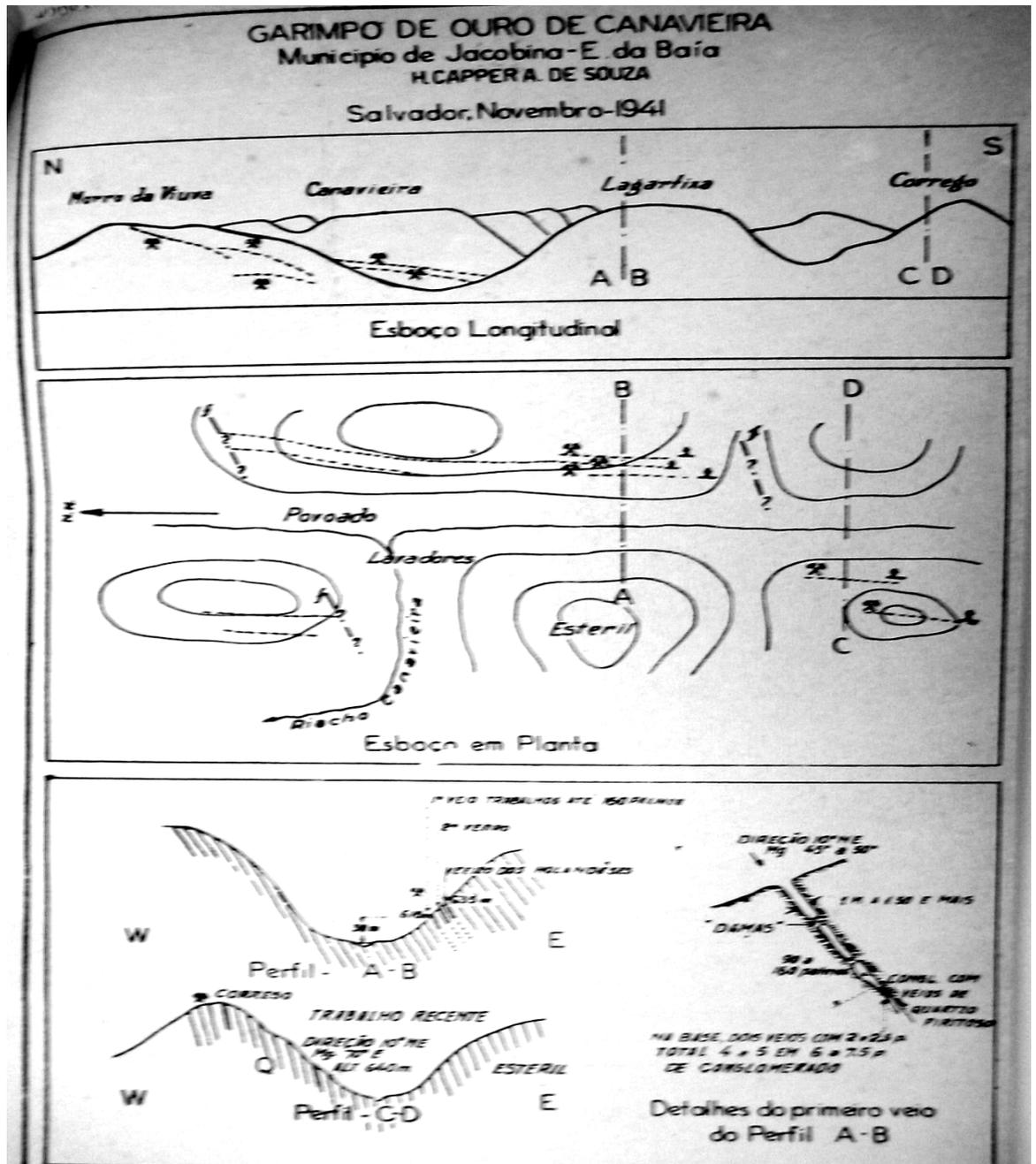
Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. **Ouro na Serra de Jacobina**

Na região de Jacobina, vemos destacados os garimpos: Jaqueira, Figuras, Gávea, Pingadeira, Canavieira e Itapicurú.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. **Ouro na Serra de Jacobina**

Região de Canaveira. No primeiro plano vê-se na seqüência: O Morro da viúva, Serra de Canaveira, Serra da Lagartixa e Serra do Córrego. No segundo plano, um esboço da localização do povoado de Canaveira e os lavadores, próximos ao riacho canaveira, utilizados na lavagem do cascalho.



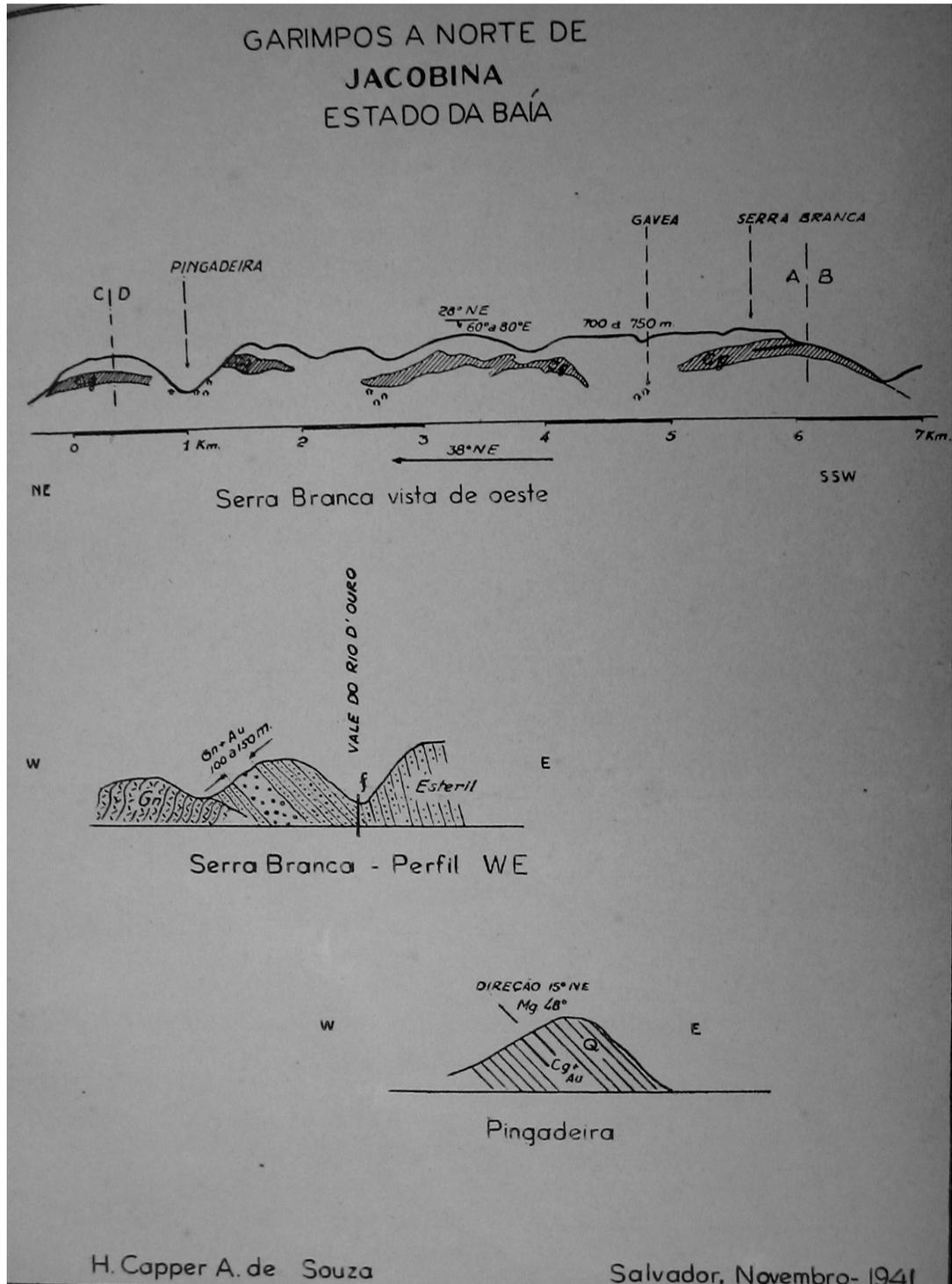
Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. **Ouro na Serra de Jacobina**

Povoado de Canavieira.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. **Ouro na Serra de Jacobina**

Na seqüência, os garimpos da Pingadeira, Gávea e Serra Branca, localizados ao norte de Jacobina.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. **Ouro na Serra de Jacobina**

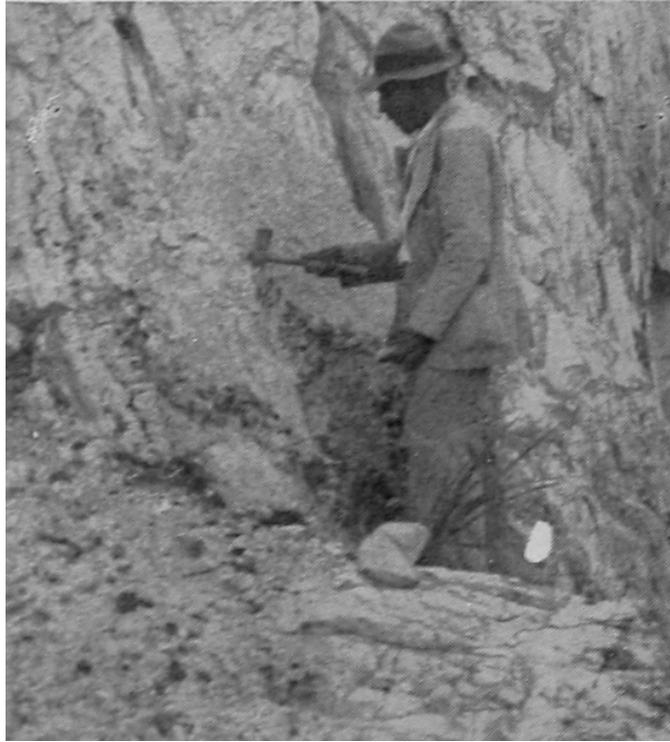
Para trabalhar em grunas, quase sempre o garimpeiro precisava se agachar, além de enfrentar o perigo de desabamento.



Foto 4 — Trabalho nos Conglomerados

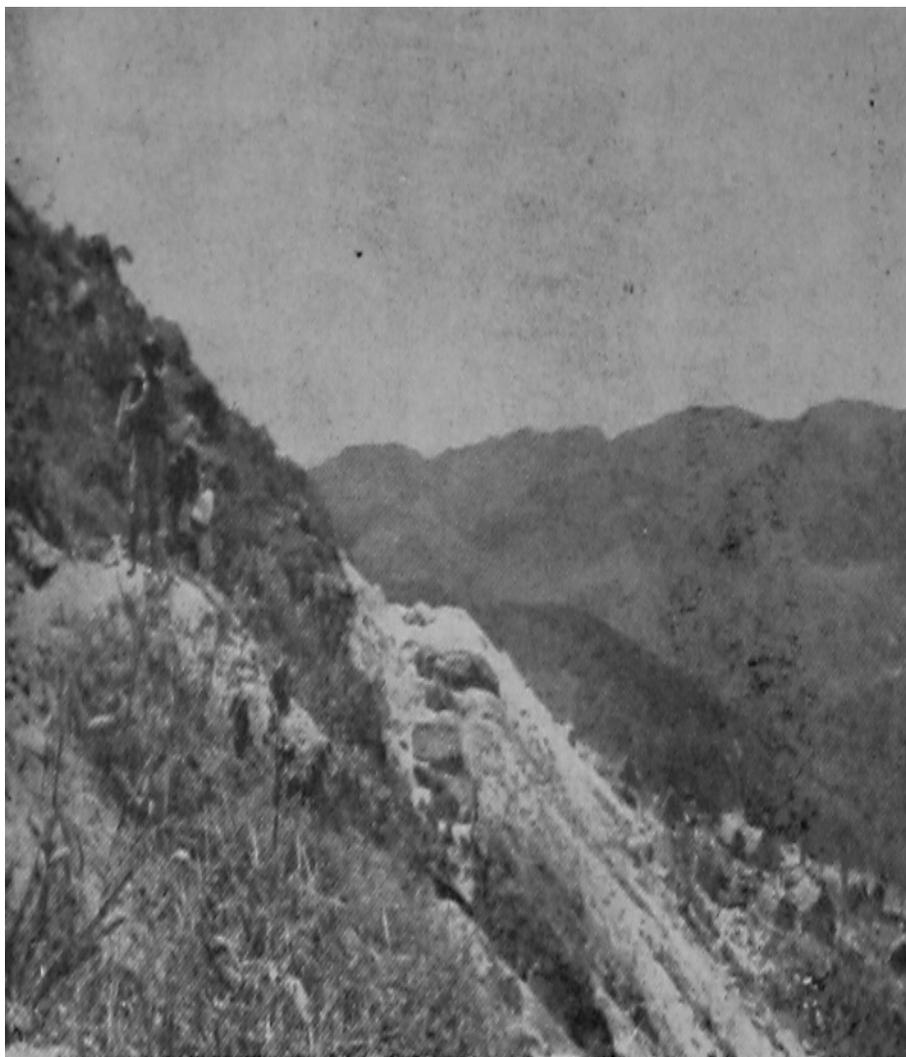
Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. Ouro na Serra de Jacobina

Um garimpeiro utiliza o martelo para retirar da rocha o cascalho que provavelmente escondia o ouro.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. Ouro na Serra de Jacobina

Os moradores da região de Jacobina enfrentavam os perigosos caminhos serranos, tanto em busca do ouro, como para se deslocarem de um lugar para outro.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. Ouro na Serra de Jacobina

As precárias moradias improvisadas.



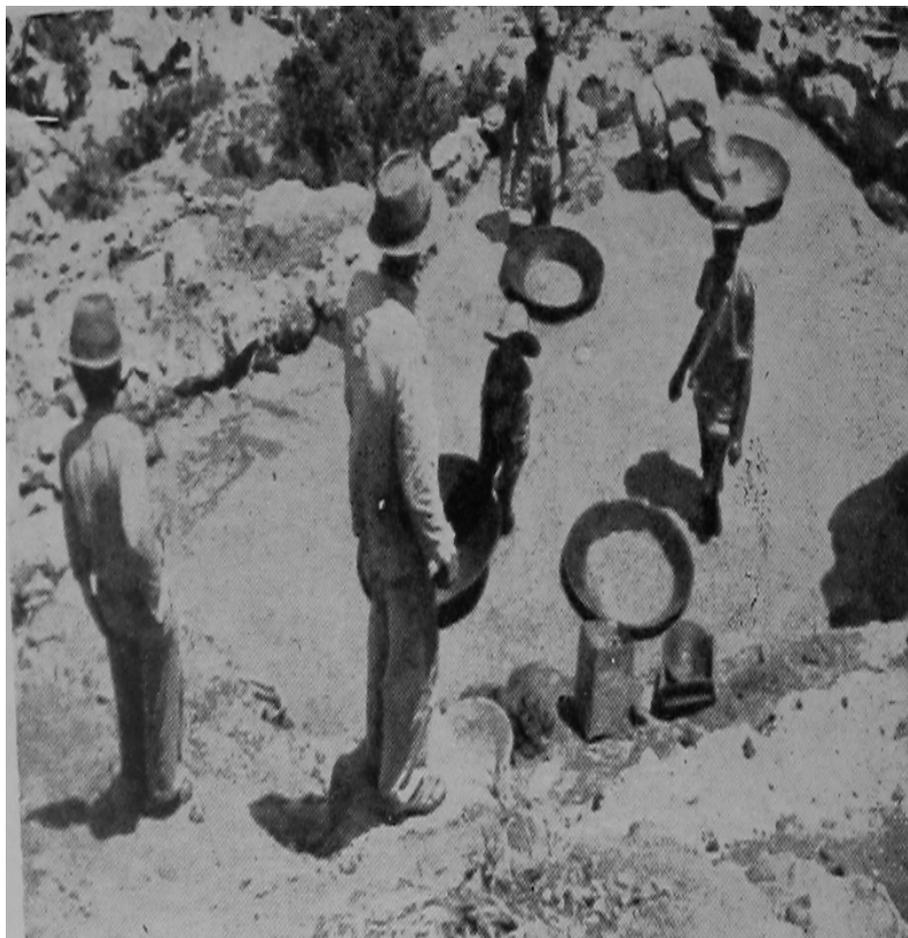
Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. Ouro na Serra de Jacobina

Conglomerado no Itapicurú. É possível verificar as “escoras” colocadas para servir de apoio, diminuindo os riscos do desabamento. Entretanto, esses cuidados não eliminavam a possibilidade de um soterramento.



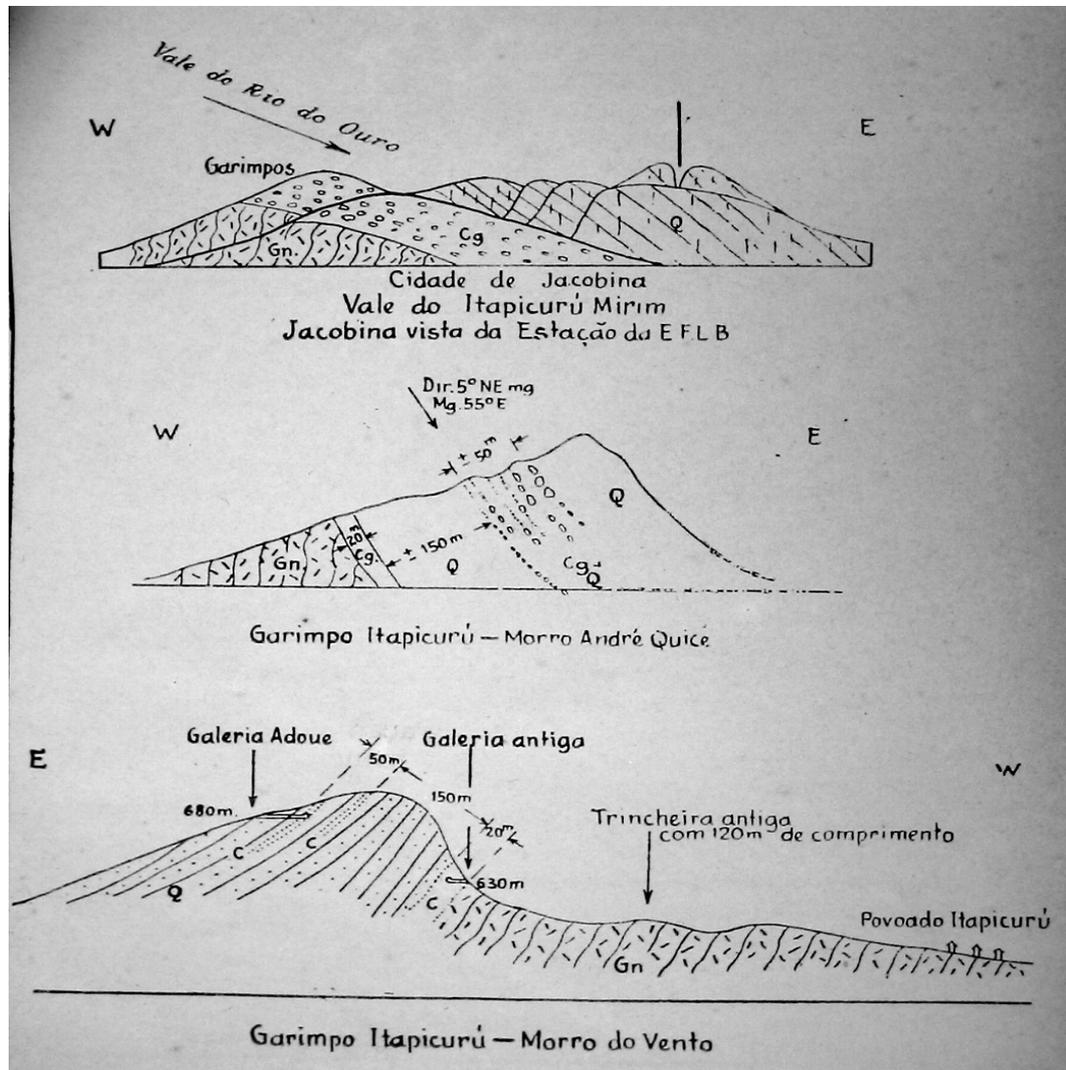
Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. Ouro na Serra de Jacobina

A lavagem do cascalho através do represamento de águas após desvio de um rio.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. Ouro na Serra de Jacobina

Parte da Serra do Itapicurú, demonstrando os garimpos do Morro André Quicé e a Serra do vento com indicações da galeria antiga feita pela CMJ no século XIX.



Fonte: SOUZA, Henrique Capper Alves de. Ouro na Serra de Jacobina